

A Educação e a Política
dos Beneditinos na
América Portuguesa



Comissão Científica – Edital 01/2020

Adriana de Carvalho Alves Braga

Alessandro Messias Moreira

Aline de Lima Rodrigues

Ana Thereza Basilio Vieira

Angela Maria de Souza

Camila Serafim Daminelli

Célio Juvenal Costa

Cristina Maia

Evandro Luis Gomes

Fábio Lanza

Iracema Campos Cusati

João Paulo Pereira Coelho

Kenia Erica Gusmão Medeiros

Marcelo Camacho Silva

Marcelo Gonçalves

Marcos Pereira Coelho

Reginaldo Bordin

Rodrigo Pedro Casteleira

Roseli Gal

Samilo Takara

Thiago Coelho Silveira

Vanda Fortuna Serafim

Vanessa Freitag de Araújo

Verônica Müller

EDITORA **FECILCAM**

CNPJ: 75.365.387/0001-89

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733

Campo Mourão, PR, CEP 87303-100

(44) 3518-1838

campomourao.unespar.edu.br/editora/

editorafecilcam@unespar.edu.br

Diretora: Suzana Pinguello Morgado

Vice-Diretora: Fabiane Freire França

Coordenadora Consultiva: Ana Paula Colavite

Secretário Executivo: Jorge Leandro Delconte Ferreira

MARCOS AYRES BARBOZA

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DOS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA



EDITORA **FECILCAM**

Valdemir Paiva
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes
DIREÇÃO EXECUTIVA

Paula Zettel
DESIGN DE CAPA

Brenner Silva
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZ, CRB9 / 626

Barboza, Marcos Ayres
B239e A educação e a política dos Beneditinos na América Portuguesa / Marcos Ayres Barboza – 1.ed. – Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.
246p.; 23cm

ISBN 978-65-88090-31-2

1. Beneditinos – Educação – América portuguesa. 2. Beneditinos – Política – América portuguesa. I. Título.

CDD 255.106 (22.ed)

CDU 271.1

1ª edição – Ano 2022

Fica terminantemente proibido qualquer tipo de comercialização de exemplares deste livro, conforme o Edital 01/2020 Editora Fecilcam, por se tratar de uma publicação com financiamento público.

Não encontrando nossos títulos na rede de livrarias conveniadas e informadas em nosso site, contatar o Editorial Casa.



Praça Generoso Marques, 27, 14º andar – Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR
Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br
www.editorialcasa.com.br

PREFÁCIO

Na transição do século XX para o século XXI, houve como que um despertar do mundo acadêmico em relação à presença dos beneditinos na América portuguesa, que doravante passou a ser pesquisada sob variadas lentes do conhecimento científico. Assim acadêmicos do âmbito civil passaram a estudar mais particularmente a arquitetura, a economia, a biologia e as artes visuais nas diferentes técnicas de reprodução imagética desenvolvidas pelos beneditinos em território luso-brasileiro. Por se tratar de uma área mais específica, a liturgia e, conseqüentemente a espiritualidade, vem sendo estudadas por acadêmicos de variados credos, mas sobretudo, acadêmicos pertencentes à diferentes famílias religiosas que integram o cristianismo. Pesquisadores estes que se dedicam em maior número a este ramo das ciências humanas mais diretamente vinculados à teologia. Já a história tem sido estudada por interessados oriundos de diversos credos e ramos acadêmicos sob o enfoque de outras áreas como a antropologia, a geografia e a sociologia, com predominância sobre o regime escravocrata. No âmbito da educação, no último quartel do século XX, esta passou a ganhar interesse dos pesquisadores. Assim, no ano de 1975, o beneditino, Dom Martinho Johnson, natural do Rio Grande do Sul e pertencente ao cenóbio paulistano, apresentou junto à faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado intitulada *Cultura monástica através de um documento setecentista*, versando sobre o *Plano e Regulamentos dos Estudos* da Congregação beneditina luso-brasileira, publicado em Portugal, no ano de 1789. A dissertação de Dom Martinho Johnson constitui-se em um despertar para o estudo da educação beneditina no continente americano e, mais particularmente no Brasil, o único país americano que contou com a presença dos beneditinos até o século XIX, quando então, os filhos de São Bento

começaram a estabelecer mosteiros em outros países americanos e a fundar grandes universidades nos Estados Unidos.

Marcos Ayres Barboza, autor do texto ora apresentado, é um dos acadêmicos que manifestou interesse pela atuação dos beneditinos em território brasileiro. De formação católica, desde sua graduação em Psicologia, demonstra interesse pela educação humanística-cristã. Ao longo de seu mestrado, Ayres Barboza debruçou sobre a *Pedagogia mística e espiritualidade na configuração do pensamento de São João da Cruz*. Já na pesquisa de doutoramento trocou a espiritualidade carmelitana pela beneditina e consequentemente, trocou também a mística pela política, que são dois modos distintos de ação entre as duas famílias religiosas em questão. Desse modo, intitolou sua tese de doutoramento como *A educação e a política dos beneditinos na América portuguesa*. Como demonstram o beneditino Jean Leclercq, da abadia de Clervaux, Luxemburgo, e o medievalista francês, Georges Duby, *O amor às letras e o desejo de Deus* é um fenômeno que, desde o século VI da era cristã, vem se prolongando nos claustros dos mosteiros, sobreviveu *O tempo das catedrais* medievais e, pelas mãos dos portugueses, chegou à sociedade brasileira.

Com efeito, já no seu Prólogo, *A Regra de São Bento*, escrita no alvorecer do século VI, estabelece a comunidade cenobítica como sendo uma *escola de serviço do Senhor* (Prólogo 45) e *oficina* (Capítulo 4, versículo 78) na qual os monges exercem a *caridade fraterna* (Capítulo 72, versículo 8). O termo *schola* – escola –, empregado na *Regra de São Bento*, deu ensejo a consideráveis comentários, como a *Schola cordis* – escola do coração –, escrita pelo Prepósito Benedictus Hæften, da abadia de Affligem, atual Bélgica, em 1629, e mais recentemente, um artigo intitulado *Casa da livraria: a coleção bibliográfica de obras raras do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* (Revista Coletânea, 2013, n. 23), onde o autor, a partir da *Regra de São Bento*, analisa a importância da leitura na vida de cada indivíduo.

Textos como estes aguçaram o interesse de Ayres Barboza pela educação beneditina e o levaram a pesquisar nos arquivos beneditinos do Brasil e de Portugal, além de outros com documentação afim. No intuito de alcançar maior familiaridade com seu objeto de estudo, Marcos Barboza visitou cada mosteiro circunscrito à delimitação de seu recorte espacial e procurou vivenciar a espiritualidade beneditina hodierna, que adaptada a diferentes tempos e espaços mantém ligação com a experiência do passado, animada pela *Regra de São Bento*. A tal experiência, o beneditino português, Geraldo Coelho Dias define como sendo composta de espírito, alma e corpo. Nesta concepção, a *Regra de São Bento* é vista como princípio ordenador e imutável; a alma, a experiência da mesma *Regra* vivenciada pelos monges através dos tempos e das circunstâncias e transmitida às sucessivas gerações; e finalmente, o corpo, composto pelas distintas comunidades beneditinas nas quais a *Regra* e a tradição beneditina se materializam e se propagam através da história e na vivência cotidiana.

Victor Murilo Maia Fragoso (osb)

Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

Fruto de tese de doutorado, o presente livro discorre sobre o papel dos beneditinos *na educação e na política da América portuguesa* entre os séculos XVII e XIX. Ele possibilita ampliar nossos conhecimentos sobre a formação e as estratégias dos educadores portugueses perante a coroa portuguesa e sua relação com a população nas terras brasileiras. Assim, o livro preenche uma lacuna sobre os estudos históricos da educação brasileira e da prática pedagógica dos beneditinos.

A partir de uma revisão bibliográfica e de análise de fontes inéditas sobre esta Ordem Religiosa – selecionadas após pesquisas exaustivas em arquivos públicos –, este livro aviva um importante debate sobre a instrução educacional e a formação cultural da sociedade da qual participava. Isto porque, muitas vezes, esse convívio é quase que exclusivamente atribuído à Ordem dos Jesuítas, o que o torna leitura obrigatória para novas pesquisas sobre a História da Educação no Brasil e em Portugal.

Para compreender os meios de composição dos beneditinos na América Portuguesa, o livro parte de uma necessária leitura sobre as transformações políticas, sociais e culturais iniciadas pela coroa portuguesa durante o reinado de D. João III (1502–1557, rei desde 1521). Este monarca se preocupou, sobretudo, com a expansão comercial, com o incentivo às artes e com a educação; também se fez sentir na reforma das Ordens religiosas como um novo modelo de educação, como foi o caso dos beneditinos.

Atento às transformações propostas pelo monarca lusitano, este livro destaca a importância dos beneditinos na reorganização e na renovação dos planos de ensino da coroa, cujo objetivo foi a integração do ensino como forma de preparação para o ingresso aos estudos superiores. Preparação que ocorreria por meio de um novo currículo

que objetivava integrar disciplinas de humanidades – artes e estudos liberais –, e formação teológica, destinado tanto a alunos de regime de internato quanto a alunos não vinculados às Ordens religiosas.

Outra originalidade do livro, que certamente contribuirá para o debate acadêmico sobre o papel das ordens religiosas na história da educação brasileira, diz respeito a uma releitura sobre a exclusividade dos jesuítas como educadores no Brasil colônia, presente nos livros didáticos. Para o autor, é inavergável o papel desta ordem na formação cultural brasileira, porém a maioria dos manuais escolares relegam, ou mesmo omitem, a importância das demais ordens, como ocorre com os beneditinos. Ordem que, desde sua chegada ao nosso território, manteve estreita relação com as elites locais e contribuiu para a formação dos indivíduos dessa classe social.

Além disso, o livro destaca como a edificação de mosteiros beneditinos propiciaram a elevação do prestígio de muitas cidades e de regiões, assim como projetaram os “homens de oração” como líderes da comunidade e os transformaram em representantes da sociedade nas Câmaras municipais, o que cumpria os ideários de uma educação renovada com a política da expansão lusitana na América Portuguesa. Assim, diferentemente dos jesuítas, os beneditinos ocupavam um lugar de destaque entre as famílias dirigentes que depositavam nos religiosos a incumbência para a formação educacional e cultural dos filhos.

Outro mérito do livro é a discussão e a conexão que o autor estabelece entre *O Plano* e os *Regulamentos dos Estudos da Congregação Beneditina Portuguesa* e os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, cujas preocupações estavam voltadas ao desenvolvimento intelectual firmemente ancorado nos estudos humanísticos – artes liberais, teologia e filosofia –, os quais também se fizeram sentir nas práticas pedagógicas e colocaram os beneditinos como protagonistas na América Portuguesa.

Como apresenta o livro, no Brasil, os intelectuais da Ordem dos Beneditinos, ao estabelecerem um círculo de sociabilidade com

a elite colonial para além dos ofícios de evangelização e outras práticas espirituais, também participavam da vida econômica, política e social que se formou em torno dos mosteiros. Com isso, devido à qualidade acadêmica deste livro, ele se figura como leitura obrigatória para quem deseja realizar pesquisas sobre o papel ocupado pelos beneditinos na História da Educação brasileira.

Vale destacar que o presente livro é resultado de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do Professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo.

José Carlos Gimenez

Departamento de História (DHI)

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E DO OBJETO DE ESTUDO	21
1.1 O ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.	21
1.2 AS PESQUISAS SOBRE OS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA	32
CAPÍTULO 2	
ASPECTOS HISTÓRICOS DA REFORMA BENEDITINA PORTUGUESA.	53
2.1 O HUMANISMO E A POLÍTICA CULTURAL DA COROA PORTUGUESA NO REINADO DE D. JOÃO III.	67
2.2 A REFORMA DAS ORDENS RELIGIOSAS	80
CAPÍTULO 3	
OS BENEDITINOS NO NOVO MUNDO	89
3.1 A CONGREGAÇÃO BENEDITINA EM PORTUGAL E SUA EXPANSÃO PARA A AMÉRICA PORTUGUESA.	89
3.2 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS BENEDITINOS NA PROVÍNCIA DO BRASIL	123
CAPÍTULO 4	
O PLANO E REGULAMENTOS DOS ESTUDOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA	139
4.1 DA PRÁTICA DO ENSINO.	150
4.2 DAS LIÇÕES	151
4.3 DAS REPETIÇÕES	152
4.4 DOS EXERCÍCIOS POR ESCRITO.	152
4.5 DOS EXAMES PARTICULARES.	154
4.6 DOS EXAMES PÚBLICOS.	156
4.7 O CURSO DE HUMANIDADES.	157
4.8 O CURSO DE FILOSOFIA.	164
4.9 O CURSO DE TEOLOGIA	167
4.10 A ESCOLHA DOS DISCÍPULOS DE CADA UM DOS TRÊS CURSOS	171
4.11 DA ELEIÇÃO DOS PROFESSORES DE CADA UM DOS TRÊS CURSOS, DOS DOUTORES E MESTRES	174
4.12 REGULAMENTOS PESSOAIS RELATIVOS AOS ESTUDOS ELEMENTARES	179

CAPÍTULO 5	
ALGUNS INTELECTUAIS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA . . .	191
5.1 FREI MATEUS DA ENCARNAÇÃO PINA.	197
5.2 FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS	204
5.3 FREI MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES DA GAMA	211
CONCLUSÃO.	215
REFERÊNCIAS	229

INTRODUÇÃO

O tema deste livro é o processo formativo dos religiosos da Província Beneditina do Brasil, pertencente à Congregação Beneditina de Portugal no período da América Portuguesa. São escassos os estudos sobre esta temática na América Portuguesa e mais escassos ainda os estudos no campo da história da educação.

A maioria das pesquisas analisa apenas a influência da Companhia de Jesus no campo da educação e da história da educação, como se o período em questão estivesse marcado somente pela presença e atuação desses religiosos. Para alguns escritores, como, por exemplo, Hoornaert (1992), na obra denominada **A História da Igreja no Brasil**, tomo II, cuja primeira publicação é de 1977, os religiosos beneditinos na América Portuguesa ficavam restritos a uma vida contemplativa e pouco participavam do processo de colonização.

Os jesuítas, não se pode deixar de reconhecer, tiveram presença preponderante no campo educacional, mas outras Ordens Religiosas estiveram presentes e atuaram na educação. Ocorre que a documentação sobre a ação dos jesuítas é mais farta e de fácil acesso em comparação com a dos beneditinos, franciscanos, carmelitas, carmelitas descalços ou capuchinhos.

A análise dos processos formativos desenvolvidos pela organização dos estudos na Congregação Beneditina é um tema praticamente inédito no campo da historiografia educacional, visto que a História da Educação brasileira, em parte, atualmente, tem sido uma das áreas mais negligenciadas no campo da pesquisa científica. Entende-se, portanto, que apresentar documentos que registram os processos formativos na Congregação Beneditina Portuguesa durante o período da América Portuguesa é uma importante contribuição ao campo da História da Educação, não só porque traz a atuação dos beneditinos na educação para o campo de estudo, como por tornar-se tema de investigação.

As questões que nortearam o desenvolvimento deste livro são: É possível afirmar que os processos formativos dos religiosos beneditinos na América Portuguesa contribuíram para a construção da futura identidade nacional? Será que as atividades externas desenvolvidas pelos intelectuais beneditinos tiveram alguma contribuição para o campo da História da Educação? Ou o trabalho desenvolvido por eles ficou restrito às atividades internas do mosteiro, estabelecidas pela Regra Beneditina?

A Ordem de São Bento (*Ordo Sancti Benedicti* – OSB), comumente conhecida como Beneditina, nasceu da reunião de comunidades monacais católicas obedientes à chamada Regra de S. Bento de Núrcia (480–546). Ele fundou mosteiros, entre eles o do Monte Cassino (529 d.C.), um dos mais importantes, e, nele, compôs a sua regra monástica denominada **Regra Beneditina**. Ela tem sido vivida em diferentes contextos, possibilitando diversas interpretações no que se refere à vivência monástica.

A expressão “Ordem de São Bento” começou a ser usada, no século XIII, para designar as comunidades monásticas que seguiam a Regra Beneditina e não pertenciam às ordens monásticas de Cluny ou de Cister. A obra de Gregório Magno (540–604) sobre a biografia de São Bento, intitulada **Diálogos**, Livro II, é uma das principais.

A **Regra de São Bento** (2012) possui um prólogo e setenta e três capítulos que especificam condutas da vida monástica. Pode ser compreendida como um manual de civilidade, de caráter espiritual e normativo. No final do prólogo, afirma que as regras são como uma escola a serviço do Senhor para eliminação de vícios e valorização das boas obras, à imitação de Cristo.

Na Idade Média, por exemplo, a organização social da Ordem foi relevante para o desenvolvimento de comunidades. Nas regiões em que eram fundados os mosteiros, a produção agrícola dos religiosos contribuía para a sua inserção na sociedade local. O indivíduo que ingressava na Ordem estava decidido a viver para Deus pela obediência e pelo trabalho, ter o necessário não somente à sua subsistência, mas para a transformação e o crescimento espiritual.

Estas características do modo de vida religioso do período medieval foram confrontadas, nos séculos XV e XVI, por um contexto de mudanças e de transformações iniciado pelo movimento humanista, com importantes alterações na religiosidade monástica. Tais conflitos podem ser observados mediante estudos sobre a inserção dos religiosos da Ordem Beneditina no Brasil na América Portuguesa.

A relação dos religiosos com as comunidades passou a ocorrer de maneira diferente, de um modo de vida tipicamente ascético e contemplativo para um movimento de inserção e de valorização das boas obras no mundo. Eram marcas de uma nova espiritualidade, difundida com fundamento no Humanismo Cristão, que se expandiu, entre os séculos XV e XVI, pelas universidades e colégios europeus; além, é claro, de sua presença no continente americano.

O novo jeito da espiritualidade passou a ser defendido pelos religiosos por meio de um novo olhar para o homem e sua inserção no mundo. Trazia as marcas do processo de desencantamento do mundo e da ascensão das ideias mercantilistas, tendo como característica a valorização do trabalho como elemento fundamental do progresso e da estabilização social nas cidades e no campo. Uma característica marcante desse período foi a defesa da necessidade de modificar os hábitos e os comportamentos dos indivíduos de modo a priorizar a resolução dos problemas humanos.

A finalidade deste livro consiste em elucidar como ocorreu o processo formativo dos beneditinos na América Portuguesa. Para se compreender os processos formativos desta Ordem, é necessário entender como se deu a sua inserção na América Portuguesa, visto que o início da colonização do Brasil coincidiu com o movimento de reforma dos beneditinos e com a política cultural da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III (1502-1557, rei desde 1521).

Para alcançar os objetivos propostos, este livro está organizado em cinco capítulos: No capítulo um, *Delimitação do Campo de Investigação e do Objeto de Pesquisa*, discute-se a produção científica no campo da História da Educação, em particular na América

Portuguesa (séculos XVI–XIX). Atualmente, a maioria dos trabalhos no campo da História da Educação estuda o presente. Escassos são os trabalhos voltados para estudos históricos da educação brasileira, como, por exemplo, a investigação da prática pedagógica dos beneditinos na América Portuguesa.

No capítulo segundo, intitulado *Aspectos Históricos da Reforma Beneditina Portuguesa*, é discutida a reorganização dos estudos na Congregação Beneditina de Portugal, inserida no contexto de renovação das Ordens Religiosas naquele país durante o reinado de D. João III. O novo plano de estudos era integrado à reorganização do ensino em Portugal. Os colégios foram transformados numa rede de ensino preparatória para ingresso nos estudos superiores. A prática pedagógica foi sistematizada por meio de um currículo que conciliava as humanidades e a formação teológica. O modelo de organização colegial servia aos religiosos em regime de internato, assim como abrigava alunos externos não vinculados às Ordens Religiosas. A formação em Artes e Letras, bem como em Estudos Liberais, compostas pelo *Trivium* (lógica, gramática, retórica) e *Quadrivium* (aritmética, música, geometria, astronomia), possibilitava aos religiosos estudos avançados em Teologia, porém sempre em consonância com o desenvolvimento da política da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III, visto que os religiosos, como agentes a serviço da Coroa, eram importantes para a implementação dessa política.

O terceiro capítulo, denominado *Os Beneditinos no Novo Mundo*, aborda a inserção da Ordem dos Beneditinos no Brasil durante o período colonial. Nesse processo, à medida que se discute o movimento de reforma beneditina em Portugal, evidencia-se como se dava sua expansão para o Brasil. Os livros didáticos de História da Educação, comumente, enfatizam somente o papel exercido pelos jesuítas; porém, no período colonial, outras Ordens Religiosas se destacaram no papel de formação humana e das comunidades. Pouco se conhece sobre a atuação dos beneditinos, em especial na formação do contexto social brasileiro. Desde o início de sua chegada ao Brasil, no século XVI, eles estiveram ligados à elite local.

No quarto capítulo, *O Plano e Regulamentos dos Estudos da Congregação Beneditina Portuguesa*, é analisado o documento orientador da prática pedagógica dos beneditinos. O Plano destaca a organização dos estudos humanísticos e dos cursos superiores em Filosofia e Teologia. O movimento de reforma implicou mudanças em quase todos os campos da cultura, sobretudo pela sua relevância pedagógica. O Plano e Regulamentos de Estudos dos beneditinos de 1789 consistiam de um programa de formação intelectual com fundamento nos estudos humanísticos, filosóficos e teológicos, em consonância com os Estatutos da Universidade de Coimbra, nos quais também se contemplava a instauração dos estudos das ciências e das artes liberais em Portugal e em seus domínios.

No quinto capítulo, *Alguns Intelectuais Beneditinos na América Portuguesa*, é dedicado ao estudo das instituições intelectuais ligadas às Ordens Religiosas, as quais muito contribuíram para a construção da história da América Portuguesa. A Academia Real de Ciências e de História de Portugal serviu-se da importância estratégica destas ordens, por meio de suas missões, colégios, conventos e mosteiros espalhados pelo interior do Brasil, para coletar informações sobre a história da América Portuguesa de modo a compor a história de Portugal sempre em defesa da nacionalidade portuguesa perante os demais Estados europeus.

As elites eclesiásticas, valendo-se de seus cronistas, assumiram o compromisso e o desafio de elaboração do discurso oficial de defesa da nacionalidade portuguesa. Entre os beneditinos, encontram-se religiosos com destacada formação humana, intelectual e espiritual, tais como: Frei Mateus da Encarnação Pina (1687-1764), Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) e Frei Miguel do Sacramento Lopes da Gama (1793-1852). Eles viveram sob a **Regra Beneditina**, sob as **Constituições dos Monges Negros da Congregação de S. Bento dos Reinos de Portugal** e sob o **Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de São Bento de Portugal**.

A relação entre educação e o tema intelectuais acontece à medida que as discussões sobre estas áreas estão relacionadas com os impactos produzidos pelo investimento em educação na sociedade. Este debate ultrapassa o espaço dos bancos escolares, passando a se constituir em uma questão estratégica para pensar as relações sociais em sentido amplo. Pelo estudo da organização dos beneditinos na América Portuguesa, pode-se avaliar a dimensão do poder que estes religiosos, como protagonistas, detiveram no período da América Portuguesa.

Por meio da obra dos intelectuais beneditinos, entre outros, podem ser compreendidas as redes de sociabilidade estabelecidas com a elite colonial. Essas alianças ligavam os religiosos para além do aspecto espiritual: contribuía para a formação do patrimônio dos mosteiros beneditinos da América Portuguesa e demonstram a influência política, religiosa, econômica e educacional destes religiosos. Eles desenvolviam suas atividades de evangelização nos mosteiros, em suas fazendas e na sociedade.

CAPÍTULO 1

DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 O ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, é apresentado um panorama sobre o desenvolvimento dos estudos em História da Educação no Brasil. Hoje, os estudos deste campo direcionam-se para a realização de pesquisas que têm como recortes o Império e a República. Poucos estão voltados para a América Portuguesa e, quando eles existem, a maioria centra-se nas investigações acerca do trabalho educativo dos jesuítas. Nesta pesquisa sobre história da educação na América Portuguesa, a investigação prioriza o papel dos beneditinos no campo da educação, destacando a importância desses religiosos para a História da Educação.

A História da Educação brasileira reúne uma série de pesquisas e estudos. É um campo vivo da produção científica, agrega diversos pesquisadores das áreas das ciências humanas e sociais que dialogam, periodicamente, por meio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTDBR).

A História da Educação no Brasil, inicialmente, fazia parte da cadeira de *Filosofia e História da Educação* na Universidade de São Paulo, que, nos anos 1930, foi vinculada aos cursos de formação do magistério nos níveis médio e superior. De acordo com a proposta curricular, caberia à disciplina de *Filosofia e História* a preparação moral do magistério. Esta disciplina carrega consigo a sua marca de origem: “[...] a de ter nascido para ser útil, tendo sua eficácia medida

.....

pelo que oferece de justificativas para o passado e de guia para a construção do futuro” (BONTEMPI JR., 2015, p. 27).

Nos anos de 1930, ainda não era exigido dos profissionais que assumiam essa disciplina uma formação específica, como já ocorria com as disciplinas de Psicologia e Sociologia da Educação. Professores de outras áreas de conhecimento podiam assumir a disciplina de Filosofia e História da Educação e, em alguns casos, a atuação poderia ser temporária ou permanente. Nesse contexto, era comum a presença de docentes originários dos colégios das Ordens Religiosas, formados em Teologia e Filosofia, para que respondessem pela disciplina.

A disciplina ainda não se caracterizava como matéria de investigação. Ela era ensinada com a finalidade de transmitir o conhecimento acumulado por outras áreas de conhecimento. E “[...] teve o conteúdo de seus programas, seus procedimentos e sua organização articulados ao que, naquele recorte histórico, fazia parte da realidade das demais cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (BONTEMPI JR., 2005, p. 44).

A pesquisa na área de História da Educação no Brasil está vinculada ao desenvolvimento da educação superior. As primeiras publicações ocorreram entre 1870 e 1960, publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mediante publicações da literatura escolar utilizadas nas Escolas Normais, produzidas entre os anos 1930 e 1960, e pelas produções acadêmicas elaboradas, a partir dos anos de 1960, nos cursos de pós-graduação *stricto-sensu*.

Na atualidade, as atividades de estudo e pesquisa envolvem a investigação de aspectos históricos de formação e transformação da disciplina no contexto nacional, os intercâmbios internacionais e as peculiaridades regionais. A disciplina tem relação fundamental com os processos de formação de professores (GATTI JR., 2008). A prática docente do professor de História da Educação exige dele a capacidade “[...] de sentir os desafios do tempo presente, de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico, de participar criticamente na construção de uma escola mais atenta às realidades dos diversos grupos sociais” (NÓVOA, 2004, p. 1).

Na investigação em História da Educação, é importante descrever com clareza os diferentes aspectos estudados, de modo a situá-los devidamente em seu contexto, visto que pode conduzir a explicações e interpretações diferentes. A análise de contexto colabora na qualificação ou requalificação dos aspectos descritivos, contribuindo para alterar significados ou incorporar novos. O que não se pode confundir na pesquisa é a diferença que há entre contexto e esquema de referência. Este se refere a uma abordagem teórica previamente escolhida e empregada para analisar um objeto de investigação. O contexto indica um profundo conhecimento, quando possível, de uma relação mais ampla com aquele determinado objeto de investigação. O aprofundamento da análise dos diferentes aspectos que envolvem o objeto ajuda a enriquecer os trabalhos em História da Educação (NAGLE, 2010).

A disciplina de História da Educação, “[...] a partir de 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Normal, passou a ser disciplina obrigatória. O Curso de Pedagogia foi criado em 1939 e a disciplina História e Filosofia da Educação passa a ser ministrada como obrigatória” (BASTOS, 2016, p. 44).

Os objetivos preconizados pelo IHGB visavam reunir, arquivar e publicizar fontes primárias sobre a História do Brasil. E, na área de ensino, com a organização da formação normal, os manuais escolares visavam compor a pedagogia da formação do povo brasileiro. Os manuais escolares já estavam presentes na formação oferecida pelo Colégio D. Pedro II durante o Império. No campo da História da Educação, já havia, nesse período, uma tendência em reunir documentos referentes à legislação educacional, especialmente a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido por José Ricardo Pires de Almeida, que consistia no levantamento estatístico de documentos legais realizado entre 1867 e 1884. Os resultados de sua pesquisa foram divulgados em sua obra ***Histoire de L’Instruction Publique au Brésil (1500–1889). Histoire et Legislation***, publicada em 1889. A primeira versão foi traduzida para o português pelo professor Antonio

Chizzotti (PUC-SP), publicada pelo INEP em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1989. O trabalho monumental realizado pelo professor José Ricardo Pires de Almeida influenciou a elaboração de outros manuais para normalistas e investigadores da área acadêmico-científica, tais como: Júlio Afrânio Peixoto em 1933; Fernando de Azevedo, 1933; Theobaldo Miranda dos Santos, 1943, e Primitivo Moacyr, 1942, entre outros.

Em 1984, foi criado o Grupo de Trabalho “História da Educação”, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Esta associação, originalmente, foi criada em 1976 com o objetivo de reunir as pesquisas da área da Educação e promover debates por meio da organização de encontros de pesquisadores em seus congressos. A criação do grupo de pesquisa em História da Educação possibilitou a ampliação da discussão sobre temas e metodologias da área com a finalidade de incentivar a produção historiográfica sobre educação (BASTOS, 2016).

O Grupo de Trabalho de História da Educação da ANPEd em conjunto com a Secção de História da Educação (SHE) da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) assumiram, a partir de 1996, a responsabilidade de organização dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação. Estes congressos aconteceram bianualmente desde 1996 até 2016, quando passaram a ser quadrienais (BASTOS, 2016).

A criação do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), em 1986, e da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), juntamente com as discussões realizadas nos congressos da área de História da Educação ocorridas desde 1990, como o de História Latino Americana (desde 1992) e o Luso-Brasileiro de História da Educação (desde 1996) contribuíram para que se pensasse sobre a fundação de uma sociedade brasileira que reunisse os pesquisadores voltados à História da Educação. Em 1996, durante a realização do III Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-

-Americana, realizado em Caracas, na Venezuela, foi formada uma comissão de estudos para constituição da sociedade brasileira, que ocorreu, definitivamente, em setembro de 1999, sendo denominada Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE.

Fundada em setembro de 1999, a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) é parte do processo de institucionalização da área de História da Educação no país. A criação da entidade proporcionou novos espaços para a discussão e a divulgação da produção da área, tendo como expressões destes lugares, físicos e simbólicos, os Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e as coleções Horizontes da História da Educação e Documentos da História da Educação Brasileira. O primeiro CBHE foi realizado em 2000, enquanto que a nona edição encontra-se em fase de organização. A RBHE, publicada a partir de 2001, segue em circulação de forma regular e ininterrupta, enquanto que as coleções Documentos e Horizontes foram responsáveis pela publicação de 25 volumes, seja na forma de impressos ou de e-books. Ao longo dos anos, a SBHE destacou-se no apoio ao desenvolvimento da pesquisa e do ensino na área, tarefas estas inscritas entre os seus objetivos institucionais. No cenário internacional a SBHE tem assumido o papel de interlocutora e articuladora da comunidade de pesquisadores brasileiros em relação às inúmeras demandas relacionadas aos eventos científicos, publicações e projetos integrados com a comunidade internacional. A SBHE pautou-se, também, pela sua vocação interdisciplinar, tanto no que diz respeito à origem dos seus associados, como em relação à natureza das atividades que promove, possibilitando um amplo diálogo na fronteira das grandes áreas da Educação e da História (SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2018).

A SBHE, a partir de 2000, passou a organizar, a cada dois anos, um congresso de área objetivando debater acerca do conhecimento histórico e educacional brasileiro, além de servir como espaço para elaboração de projetos coletivos e organização de intercâmbios,

nacionais e internacionais, expressando um significativo amadurecimento da área.

O campo da História da Educação conseguiu sua autonomia e tornou-se um dos mais relevantes na área da educação. Ocupa um grande espaço nas agências de fomento nacionais e estaduais e em volume de publicações em editoras nacionais e internacionais. A consolidação no cenário nacional possibilitou ao campo entrar numa fase de desenvolvimento de programas de intercâmbio internacionais, proporcionado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e pelas fundações estaduais de Apoio à Pesquisa.

Diversos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa têm promovido relação duradoura no campo da pesquisa e da troca de informação, além da formação conjunta de profissionais da área, o que vem dinamizando o campo e permitindo o arejamento das discussões teórico-metodológicas [...] (CARVALHO *et al.*, 2011, p. 56).

Uma das dificuldades atuais vivenciadas tem relação com a perda de espaço nos cursos de Pedagogia. O número de disciplinas ministradas diminuiu significativamente. Este fenômeno também é observado nas disciplinas dos cursos de formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e nos cursos de licenciatura voltados à formação de professores para atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A pesquisa, segundo Bastos (2016), tem-se desenvolvido à margem da docência. Muitos pesquisadores que investigam no campo de História da Educação não necessariamente atuam como docentes da disciplina nos cursos de graduação. É importante pensar também nas questões macro relacionadas aos direcionamentos da política educacional brasileira. Essas políticas, muitas vezes, têm contribuído para um redirecionamento da formação nas áreas de licenciaturas, dando prioridade para outros campos da educação em detrimento da História da Educação.

A História da Educação colabora na compreensão do passado, em suas diferenças com o presente. Ajuda no entendimento dos problemas educacionais atuais na medida em que opera uma indagação científica do passado. Ajuda ainda a cultivar certo ceticismo saudável em relação à área da educação, atualmente inflada por métodos, modismos e reformas educacionais aligeiradas e fragmentadoras da formação e da prática docente.

O conhecimento potencializa uma atitude crítica e reflexiva sobre a prática. Esta, por sua vez, permite ao profissional a ampliação de sua memória e experiências, escolhas e possibilidades pedagógicas, fazendo com que ele compreenda que a educação não é uma aptidão, mas uma construção social (NÓVOA, 1999). A produção científica, por sua vez, é fundamentada em teorias e métodos que orientam o processo e o resultado da construção do conhecimento científico. Esses resultados são caracterizados como produtos sociais e históricos; às vezes, as pesquisas não apresentam, explicitamente, os métodos e as teorias utilizadas, os quais ficam subjacentes no texto (LOMBARDI; NASCIMENTO, 2004).

Um dos grandes problemas metodológicos atuais, segundo Tambara (2010), é a dificuldade de apreensão do objeto. No caso da investigação positivista, por exemplo, seus instrumentos não são suficientes. Em algumas situações, esses problemas dificultam a compreensão da realidade investigada. Um dos pontos negativos, em seu entendimento, é a absolutização da teoria sobre a realidade manifesta, contribuindo para a formação de um processo homogeneizador de caráter acrítico e sem criatividade. Alerta a autora que a história da educação não se justifica pela história da educação. Ela está inserida em um contexto histórico e social. “Em uma sociedade onde, por exemplo, a educação e as pessoas são tratadas como mercadorias é sobre estes aspectos que os ditos novos paradigmas também devem, necessariamente, propor alternativas e mesmo dar respostas” (p. 90-91).

.....

Não se pode negar que vivemos numa sociedade de classes. O desenvolvimento de metodologias apoiadas em instrumentos diversos pode obscurecer o objeto de investigação na medida em que se reifica a realidade. “O que me parece fundamental é estar atento à existência de uma preocupação constante no sentido de evitar-se uma efetiva atomização do real, a perda de referência à totalidade e a imersão em temas inócuos e politicamente desmobilizantes [...]” (TAMBARA, 2010, p. 91).

Há, no contexto atual, o embate entre a perspectiva “iluminista”, movimento intelectual e filosófico que dominou o mundo das ideias na Europa no século XVII, e a perspectiva “pós-moderna”. Elas questionam as teorias disponíveis, porém não conseguem explicar o movimento histórico das sociedades atuais, muito menos entender as sociedades passadas. As sociedades contemporâneas mudaram e as teorias disponíveis têm dificuldade para explicar a sua dinamicidade.

Constata-se, nos últimos anos, uma tendência, no campo da História da Educação, em estudar o presente. “E tudo leva a crer que se ressaltam exageradamente as particularidades do presente e mesmo o dom profético do futuro, enquanto o passado – muitas vezes idealizado – transforma-se num tempo que já não conta mais” (NAGLE, 1984, p. 26).

No campo da historiografia da educação, há falta dos estudos históricos da educação brasileira. No atual estágio, existem muitas deficiências e, na relação entre História e História da Educação, existem inquietações. Parte das pesquisas sobre História da Educação demonstra dificuldade na seleção das fontes relevantes, priorizando fontes secundárias; além da realização de interpretações descritivas e mecânicas. Outra questão apontada por ele tem relação com “[...] a pouca familiaridade com o temário da educação, bem como com o modo de trabalhá-la adequadamente [...]” (NAGLE, 1984, p. 27).

Na pós-graduação, houve o crescimento de pesquisas com ênfase em aspectos particularizados da Educação, relacionados à educação escolar. Recortes estes que são incidentes sobre a conjun-

tura presente na medida em que diminuem os estudos historiográficos. Além do estreitamento das temáticas, tem ocorrido a lassidão do método, sem definição dos marcos delimitadores dos campos teóricos, nem das áreas de conhecimento, bem como do caminho orientador da construção do objeto e das interpretações (BOMTEMPI JR; TOLEDO, 1993).

O debate sobre a História da Educação na América Portuguesa é um recorte onde ainda há muito para se investigar. O período colonial é pouco estudado do ponto de vista da História da Educação se comparado com os estudos existentes sobre a produção historiográfica das épocas do império e da república. Nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no grupo de trabalho de História da Educação, o foco das pesquisas, em sua maioria, concentra-se no século XIX e XX.

As novas abordagens têm provocado mudanças no foco das pesquisas em História da Educação. Muitos pesquisadores passaram a considerar as tradicionais fontes de pesquisa irrelevantes. É o caso, por exemplo, dos temas da História da Educação do Brasil, voltados para o estudo das Ordens Religiosas na América Portuguesa. Estes temas são raridades no contexto atual.

Os intelectuais beneditinos formados no período da América Portuguesa adquiriram prestígio social e poder político por serem oriundos dos estratos nobres e tradicionais (VIEIRA, 2015). Eles também podem ser reconhecidos pelo capital cultural e simbólico acumulados, alcançados por meio da formação, erudição e posição nas faculdades e outras instâncias de atuação (BOURDIEU, 1998). É possível afirmar que a posição alcançada permitiu uma atuação em diferentes contextos prestigiados, fortalecendo determinados projetos e a constituição da sua identidade social como intelectuais e agentes políticos.

A discussão sobre o papel dos intelectuais beneditinos na formação da sociedade brasileira é um estudo possível, visto que podem ser identificados por sua filiação aos grupos nobres da América

Portuguesa, com qualidades e poderes peculiares. Eles pertenciam ao estrato ilustrado e culto daquele período, reconhecido como tal por outros grupos sociais.

Este tema de pesquisa envolve o levantamento de fontes em arquivos públicos e privados. Tais arquivos contêm informações valiosas, muitas vezes inéditas, podendo contribuir para o enriquecimento e crítica da pesquisa historiográfica educacional produzida. Certamente, a pesquisa em arquivos não constitui a solução para os problemas vivenciados na produção, “[...] já que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e a enunciação e o aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32).

A leitura crítica dos documentos encontrados é essencial. Essa leitura deve ser orientada, já que não pode abordar tudo, devendo se remeter ao objeto de estudo do pesquisador. O olhar metodológico do pesquisador contribui para uma compreensão crítica da trajetória da educação. E, nesse contexto, a localização de fontes em acervos existentes nos arquivos tem muito a contribuir “[...] para a renovação da prática da pesquisa histórica no campo da educação” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 35).

Os arquivos dos mosteiros beneditinos no Brasil reúnem uma série de obras raras e de documentos históricos importantes que possibilitam o estudo da história da educação do país. Tais arquivos podem contribuir para a constituição e redefinição no campo da História da Educação. É preciso considerar as fontes não simplesmente como uma questão preliminar ou secundária, uma vez que elas são o objeto de estudo do nosso campo disciplinar. Nesse sentido, “[...] mapear as fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 35).

A biblioteca do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro é um ambiente consagrado aos livros e à leitura. Por ser um arquivo particular, possui políticas próprias de organização, manutenção, acesso

e consulta às fontes. A maioria do seu público é prioritariamente a comunidade beneditina, alunos, funcionários do mosteiro e pesquisadores em geral. As áreas de concentração reúnem referências da Teologia, Patrística, Escritos Monásticos, História Geral, História da Igreja, História do Brasil, Literatura, Pedagogia, entre outras.

O estudo de fontes encontradas nos arquivos beneditinos é uma importante referência para o processo de reconstrução das práticas de coleta, organização e preservação da documentação referente à história da educação do Brasil. Algumas instituições do Estado, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, sempre têm mantido a iniciativa de selecionar, manter e organizar a documentação relativa à educação; outras direcionam suas atividades de maneira que estes critérios têm sido secundarizados, o que representa uma ameaça à pesquisa histórica. “Afinal, as fontes da história da educação definem, em boa parte, os limites e as possibilidades das reconstituições que fazemos com a ajuda da documentação disponível” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 36).

O estudo do período colonial não é um trabalho fácil, uma vez que as fontes primárias são de difícil acesso. As fontes publicadas não abrangem o número de textos e documentos existentes em arquivos e bibliotecas. É importante considerar que a localização dessas fontes requer muito esforço dos pesquisadores.

É passível de percepção a necessidade de desenvolver novas pesquisas junto às fontes primárias do período colonial brasileiro sobre as Ordens Religiosas de modo a estabelecer novos debates acerca das origens da educação escolar na América Portuguesa. O papel dos intelectuais beneditinos e a importância deles no processo de constituição da identidade e da sociedade brasileira, especialmente no campo da História da Educação, ainda está por fazer. “Ainda não está devidamente avaliado o que devemos a outras ordens no setor da educação. Mas, por tudo o que sabemos, nenhuma deixou de dar forte contribuição” (LACOMBE, 1973, p. 71).

Raros são os estudos que se propõem aprofundar este tema e escassas as pesquisas nesta área. Esta pesquisa tem o objetivo

de ampliar o debate na área de História da Educação, especialmente no que se refere aos Fundamentos da Educação pelo estudo dos Clássicos. Trata-se de uma investigação que considera o espaço da educação inserido na intersecção entre o individual e o social. A educação somente pode ser compreendida de modo concreto com base no movimento histórico e à medida que é abordada como resultado das relações sociais características de uma sociedade determinada.

1.2 AS PESQUISAS SOBRE OS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Os beneditinos, atualmente, estão agrupados em uma série de “congregações”, com constituições distintas. A palavra “congregação” significa a reunião de uma série de Abadias e Priorados. Cada mosteiro é independente no que se refere ao governo interno e à administração. Os Abades que presidem as Congregações são chamados Presidentes. As diferentes Congregações existentes formam a chamada “Confederação”, que é presidida por um Abade Primaz, residente em Roma. É considerado um dignitário meramente representativo, que não possui poderes nem jurisdição sobre a chamada “Ordem de São Bento”, com exceção dos casos existentes na *Lex Propria Confederationis Congregationum Monasticarum Ordinis Sancti Benedicti* (Lei Própria da Confederação das Congregações Monásticas da Ordem de São Bento), publicada em 1952 (JOHNSON, 1975).

Após uma pesquisa exploratória sobre o tema, foram levantadas fontes primárias e secundárias, visando mapear os trabalhos sobre os beneditinos no campo da Educação. Foram encontrados documentos, livros, artigos, dissertações e teses nas seguintes instituições brasileiras: no “Portal Domínio Público”, Biblioteca digital desenvolvida em *software* livre; na Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses da Universidade de São Paulo (USP); na Biblioteca Nacional do

Brasil; na Biblioteca Digital do Senado Federal do Brasil; na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR); na Biblioteca da Universidade Federal da Bahia; na Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá; na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); na Biblioteca Digital da Fundação Casa de Rui Barbosa e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Em instituições do exterior, foram feitos levantamentos de fontes primárias e secundárias nas seguintes bibliotecas: na Biblioteca Nacional de Portugal; na Base Nacional de Dados Bibliográficos de Portugal (PORBASE); na Biblioteca Digital del Patrimônio Iberoamericano; na Biblioteca da Ajuda; no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; na Biblioteca da Universidade de Coimbra; na Biblioteca Municipal do Porto; no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo Histórico Ultramarino, por meio de sua versão digitalizada pelo Projeto Resgate.

O desenvolvimento da pesquisa por intermédio da análise de fontes primárias e secundárias em arquivos públicos e privados é uma maneira de divulgar a importância desses arquivos para o estudo da História da Educação no Brasil. Os livros do Tombo dos Mosteiros de Olinda, Salvador, João Pessoa, Rio de Janeiro e São Paulo são importantes fontes de pesquisa, visto que neles estão registradas as principais atividades desenvolvidas pelos religiosos da Ordem Beneditina na América Portuguesa. Ante esta constatação, foi feito levantamento de material no Mosteiro de São Bento da Bahia e no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Durante a pesquisa exploratória, foram encontrados diversos trabalhos sobre a presença dos beneditinos no Brasil. A maioria deles no campo da História e da Arquitetura e Urbanismo. Sobre os beneditinos no Brasil, destaca-se o trabalho de Cristiane Tavares, intitulado **Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na**

.....

América Portuguesa (1580-1656), publicado em 2007. Nele, Tavares afirma que a formação deles, em sua origem, estava voltada para uma vida contemplativa, porém as necessidades do contexto brasileiro fizeram com que assumissem o compromisso de colaborar com a conversão dos indígenas à fé católica. Segundo ela, essa alteração no modo de vida dos beneditinos contribuiu para uma série de mudanças. Normalmente, reforçavam uma posição ascética; porém, no Brasil, em razão dos novos interesses e dificuldades, realizaram uma série de alterações em seus documentos institucionais para atender às necessidades dos novos tempos.

Outro trabalho importante, na área de História Social, foi desenvolvido por André de Araújo. Trata-se de sua dissertação de mestrado, chamada **Dos livros e da leitura no claustro: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para o estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII)**, defendida na Universidade de São Paulo em 2008. Araújo estudou o valor histórico e a importância da Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo. Analisou obras e documentos que possibilitaram a compreensão de aspectos históricos e culturais que contribuíram para a formação da biblioteca. Com estas informações, ele analisou a Coleção de Livros Antigos do Mosteiro e, desta análise, elaborou um catálogo da Coleção de Livros Antigos da Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo. Em relação à história da arquitetura monástica, tem-se o trabalho **O Mosteiro de São Bento de Sorocaba e a Arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX**, defendido por Paulo Sérgio Barbalho Del Negro, em 2000, na Universidade de Campinas.

No campo da historiografia, consta o trabalho: **Santos e a Ordem de São Bento do Século XVI ao XVIII**, defendido por Wilma Therezinha Fernandes de Andrade, em 1980, no mestrado em História Social da Universidade de São Paulo. Teve como objetivo estudar a Ordem de São Bento no contexto histórico de Santos e da Capitania

de São Vicente. Em sua investigação, usou o método cronológico para analisar o papel da Ordem no contexto da história política e econômica de Santos.

Na área da Arquitetura e Urbanismo, há o trabalho desenvolvido por Maria Hermínia Oliveira Hernández, denominado **A administração dos bens temporais da Arquibadia de São Sebastião da Bahia**. Tese de doutorado defendida em 2005 na Universidade Federal da Bahia. Seu trabalho se destaca porque, graças a ele, foi desenvolvida uma série de trabalhos sobre patrimônio e historiografia da arquitetura nacional. Ela estudou o sistema administrativo e funcional desenvolvido pelos beneditinos na Bahia entre o final do século XVI até o início do século XX. Trata-se de uma obra de referência sobre a temática, visto que, na configuração de seu trabalho, contemplou uma série de documentos históricos procedentes de arquivos públicos e privados do Brasil e de Portugal.

Na área de Arquitetura e Urbanismo, foi encontrado ainda o trabalho **Tradição e renovação: a arquitetura dos mosteiros beneditinos contemporâneos no Brasil**, defendida por Valdir Arruda, em 2007, no Mestrado da Universidade de São Paulo. Seu trabalho analisa a arquitetura dos principais mosteiros beneditinos construídos no Brasil na segunda metade do século XX. Seu objetivo foi contribuir para a análise da arquitetura religiosa brasileira; segundo ele, tema pouco explorado no panorama da historiografia da arquitetura nacional. Nessa mesma área de conhecimento, encontra-se o trabalho denominado **As faces e fases do Mosteiro de São Bento: a arquitetura da Basílica de São Sebastião de Salvador**, defendido por Marcelo de Souza Pires, em 2003, no mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Outro trabalho sob esta perspectiva é o texto **Arquitetura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil (Século XVI a XIX)**, desenvolvido por Eugênio de Ávila Lins, em 2002, na Universidade do Porto. Um dos destaques importantes de seu trabalho está no levantamento das fontes primárias em diferentes arquivos públicos e privados sobre o tema, em particular no Arquivo

Histórico Ultramarino e no Arquivo da Torre do Tombo; e, nos Arquivos do Mosteiro de Singeverga, Mosteiro de São Bento da Vitória, Mosteiro de São Bento da Bahia, Mosteiro de São Bento de Olinda, Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, Mosteiro de São Bento de São Paulo; na Biblioteca Nacional de Lisboa; além da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada.

Ainda sobre Arquitetura, encontra-se o trabalho intitulado **Salvador, Século XVIII: o papel da Ordem Religiosa dos beneditinos no processo de crescimento urbano**, elaborado por Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, realizado na *Universitat Politècnica de Catalunya*, em 2008. O tema do seu trabalho é a relação entre os beneditinos e a configuração do espaço urbano de Salvador, por meio da qual faz análise de documentos do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, em particular os contratos de aforamento, os quais compõem uma base documental pela qual é possível compreender o processo de parcelamento do solo urbano de Salvador, bem como a constituição das ruas da cidade.

Os estudos historiográficos na área da Arquitetura e Urbanismo sobre a Congregação de São Bento expressam a influência do Barroco em suas construções. Essa influência implicou na transformação da arquitetura das igrejas: alargamento das capelas para facilitar as cerimônias; cobertura dos muros e colunas de pedra com madeiras trabalhadas; decoração dos altares com retábulos de talha dourada; enriquecimento dos interiores com móveis de valor; promoção do culto aos Santos com capelas e altares; enriquecimento faustoso das celebrações litúrgicas com capelas de canto e órgãos monumentais (DIAS, 2002).

Na pesquisa exploratória, dois trabalhos encontrados se aproximam da temática do presente trabalho. O primeiro é a dissertação denominada **Cultura monástica através de um documento setecentista: Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal incluindo o Brasil (1789)**, elaborada por D. Martinho Johnson, (OSB), na Universidade de São Paulo, em

1975. Nela, D. Martinho compara a cultura presente no Plano com o patrimônio cultural acumulado na tradição monástica. Não teve em seu trabalho uma preocupação com a educação, preferiu enfatizar os aspectos históricos e culturais; há referências importantes sobre o processo de educação intelectual desenvolvido pela Congregação na América Portuguesa.

Outro trabalho, **Grafia & Iconografia: traços identitários na Escola de Serviço do Senhor – Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (1602-1802)**, resultou na tese de doutorado elaborada por Victor Murilo Maia Fragoso, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, defendida em 2015. Analisa 147 Cartas de profissão religiosa de monges que professaram os seus votos no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. A escolha do tema ocorreu ante a possibilidade de traçar o perfil de formação dos religiosos tomando por base o conteúdo de suas Cartas de profissão. Destacou o papel dos beneditinos da Congregação de São Mauro, erigida em 1621, que influenciou o movimento de consolidação da reforma beneditina em Portugal e em outras partes da Europa devido a erudição e vasta publicação de livros. Sua pesquisa fundamentou-se no acervo bibliográfico da chamada *Casa da livraria*, que se constitui num acervo de mais de dez mil volumes de obras raras, pertencente ao Mosteiro Beneditino do Rio de Janeiro, bem como nas *Cartas de Profissão* dos monges.

No banco de teses da CAPES, foi encontrado somente um trabalho sobre os beneditinos no campo da educação. Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, defendida por Adão Gonçalves da Mota, em 1984, intitulada **A influência dos beneditinos na educação brasileira – subsídios para a história da educação no Brasil**. Neste trabalho, o autor mostra a influência dos beneditinos na educação brasileira, realizando um estudo comparativo entre beneditinos, franciscanos e jesuítas. O período de investigação centrou-se entre 1500, época do “descobrimento”, até 1889. A sua análise comparada envolveu a atuação

.....

dessas Ordens Religiosas na filosofia da educação, fins e métodos empregados no ensino, os tipos de estabelecimentos criados, os currículos propostos, as regras disciplinares e a contribuição de cada uma delas à educação de um modo geral. Este trabalho é uma referência importante para os estudiosos da área da educação que anseiam pelo aprofundamento da atuação das Ordens Religiosas no campo educacional no início da colonização do Brasil.

A inserção beneditina no Brasil ocorreu com a formação das cidades e o desenvolvimento agrícola; inclusive vinculando-se ao poder local, segundo as determinações do regime de padroado. “Qualquer estudo sobre o clero no Brasil colonial tem necessariamente que levar em conta a existência do padroado e suas implicações para a organização e funcionamento da Igreja no ultramar português” (LIMA, 2014, p. 47).

O regime de padroado caracterizou-se como um conjunto de privilégios concedidos pela Igreja Católica aos Reis de Portugal e de Espanha. As competências eclesiásticas “[...] relacionadas com o padroado pela Coroa Portuguesa, fortaleceu a posição régia em relação à Igreja, aumentando o poder monárquico e resultando numa subordinação da Igreja e dos seus representantes à autoridade do rei” (MAINKA, 2012, p. 41).

O padroado foi um instrumento jurídico da época medieval que permitia à Coroa o domínio direto sobre as questões religiosas, em particular referentes a questões de ordem econômica, jurídica e financeira. Vale ressaltar, contudo, que os religiosos sofriam essa ingerência, uma vez que eles eram funcionários da Coroa. Nesse sentido, a religião e a religiosidade eram assuntos do Estado (ARNAUT DE TOLEDO, RUCKSTADTER, RUCKSTADTER, 2006).

Do século XVI em diante, já se falava em autonomia da política em relação à religião; contudo ainda havia uma interconexão entre elas. As crenças e o poder do Estado estavam conectados. “Sabemos que, em todos os círculos culturais, os poderes religiosos–eclesiásticos e as normas sancionadas por eles constituíram as bases mais

firmes do poder político” (CASIMIRO, 2010, p. 17). Na metrópole e nas colônias, o poder político valia-se da autoridade da Igreja para impor o seu domínio. “As armas e o altar eram colaboradores, mas potenciais adversários. Ambos eram visíveis, estruturados e estruturantes, tinham campo próprio, mas lhes interessava a unidade” (CASIMIRO, 2010, p. 19). A atuação de cada um era distinta, todavia colaboravam para a manutenção territorial e a religião católica.

O monarca português, pelo regime de Padroado, tinha os religiosos como parte de seus funcionários. O papel político da Igreja se confundia com o poder das autoridades locais. O arcebispo, nesse contexto, era a segunda autoridade da cidade de Salvador; muitas vezes, na falta do governador geral, ou até mesmo do vice-rei, o governo da Colônia era executado pelo arcebispo. “Isso mesmo sucedeu com D. Frei Francisco de S. Jerónimo, por exemplo, que foi governador interino do Rio de Janeiro durante alguns períodos, entre 1705 e 1709” (PAIVA, 2006b, p. 26).

A atuação da Igreja nos campos político, econômico e social era perceptível pela sua influência no campo da legislação. Como as Ordenações do Reino não traziam regras claras acerca da configuração do espaço urbano, as normas eclesiásticas eram reconhecidas e respeitadas pelo direito civil. Essa influência pode ser reconhecida pela importância que tiveram as **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** no início do século XVIII. Este documento estabelecia normas para a construção de igrejas, capelas, ermidas, mosteiros, cemitérios, adros das Igrejas, além disso determinavam a influência sobre a constituição dos espaços urbanos, como fontes e outras obras públicas. As **Constituições** respondiam não somente pelo comportamento dos religiosos, mas, igualmente, determinavam o comportamento individual e social. Os bispos tinham poderes especiais para absolver leigos de sentenças, censuras e penas eclesiásticas por certo delitos praticados, entre outros poderes.

A Igreja e o Estado não podem ser vistos como duas esferas distintas e antagônicas. Bens e pessoas eram partilhados pelos dois:

“[...] competências de jurisdição sobrepunham-se, tudo contribuindo para a criação de fluxos de interesses e de inter-relações muito profundos” (PAIVA, 2000, p. 138). A nomeação dos bispos pelo rei não era somente um assunto religioso, era um ato político também. “Era uma matéria de alta política, que tem que ser enquadrada na lógica do funcionamento da economia de mercês e privilégios que pautava o modelo de actuação da monarquia e da sociedade portuguesa” (PAIVA, 2006a, p. 13).

O início da política portuguesa voltada para a exploração da Colônia brasileira ocorreu no reinado de D. João III. A intenção da política imperial era povoar o Brasil, garantindo, dessa maneira, a posse da terra. A criação do sistema de governo geral pelo rei D. João III, por meio do Regimento de 17 de dezembro de 1548, demonstra as intenções da política portuguesa.

Eu El Rei faço saber a vós Thomé de Sousa fidalgo de minha Casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda [...] (REGIMENTO..., 1548).

A presença dos religiosos em Salvador deu-se com a instalação dos jesuítas, da Companhia de Jesus. A primeira grande celebração religiosa que ocorreu em Salvador foi realizada no dia de *Corpus Christi*, em 13 de junho de 1549, no dia do “Salvador”. Nesse dia, realizou-se uma procissão solene, com festejos e danças, de acordo com as Ordenações do governo português. As procissões de *Corpus Christi* estavam sob a responsabilidade das câmaras, neste sentido, “[...] ressalta-se, através deste fato, a imbricada relação entre a Igreja e o Estado” (COSTA, 2008, p. 102).

O governo português teve a iniciativa de criação de núcleos populacionais ao longo do litoral brasileiro. Tal medida se fez necessária para conter o avanço de franceses e holandeses sobre os seus domínios. Para povoar e aproveitar a terra, na década de 1530, a Coroa Portuguesa recorreu ao sistema de capitanias hereditárias. Para Portugal, esse sistema representou um significativo avanço; porém os núcleos que progrediram com maior intensidade foram somente em Pernambuco e São Vicente.

Para o estabelecimento de um modelo de colonização mais adequado, em 1534, a Coroa sistematizou o Governo Geral do Brasil, com a criação de uma estrutura governativa subordinada à Metrópole. Mesmo com a constituição do novo modelo, o sistema de capitanias hereditárias não foi extinto. “Definitivamente, foi sob o reinado de D. João III, que o Brasil deixou de ser um lugar de exploração ocasional e se transformou em uma colônia, cujo potencial agrícola indicava prosperidade e riqueza” (MOURA FILHA, 2004, p. 25–26).

Para Gilberto Freyre (2004), em **Casa Grande e Senzala**, obra publicada em 1933, os religiosos regulares contribuíram para o processo de constituição da unidade do país tanto na reorganização econômica quanto na organização política das populações. Ele destaca a importância das Ordens Religiosas, mas enfatiza somente o trabalho dos franciscanos no processo de evangelização e de ensino dos indígenas.

Sérgio Buarque de Holanda (1995), em **Raízes do Brasil**, publicado em 1936, e Caio Prado Júnior (1961), em **A Formação do Brasil Contemporâneo**, publicado em 1942, duas grandes referências da historiografia brasileira, fazem referência ao trabalho dos jesuítas na América Portuguesa. Em **Raízes...**, Holanda destacou a importância da organização das cidades como instrumento decisivo de dominação. E, segundo ele, nesse processo, os jesuítas tiveram papel determinante no trabalho desenvolvido nas reduções. De acordo com Caio Prado Júnior (1961), a Igreja Católica era uma esfera importante da administração pública. A atividade administrativa da igreja, segundo

ele, foi notável; o mesmo se pode afirmar em relação ao ensino. Ele faz menção ao texto **Instrução nos tempos coloniais**, escrito por Moreira de Azevedo, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), número 86, publicado em 1892, no qual afirma que a educação, na América Portuguesa, era feita pelos jesuítas em seus colégios, onde se ensinavam os elementos da instrução: gramática latina, filosofia, teologia dogmática e moral, primeiras letras e matemáticas elementares.

Ao contrário de Freyre que, em **Casa Grande e Senzala**, apresenta de maneira negativa o trabalho de evangelização dos jesuítas, em Prado Júnior há o reconhecimento do trabalho desenvolvido por eles. Nos textos de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, a ação das Ordens Religiosas ficou restrita a duas ordens: aos jesuítas e aos franciscanos. Nelas, não há indicativo do trabalho dos beneditinos.

Os beneditinos tiveram destaque não apenas na economia da América Portuguesa. No prefácio do livro denominado **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**, publicado em 1977, Sérgio Buarque de Holanda, na qualidade de ex-aluno do Colégio de São Bento de São Paulo, faz menção à importância política dos beneditinos junto aos grupos dirigentes da América Portuguesa. Segundo ele, Frei João da Graça, Abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo, constava entre os nomes mais proeminentes na lista de vassalagem de D. João IV (1604-1656, rei desde 1640); bem como o trabalho do intelectual abade Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) que, além de referência na administração monástica, apresenta-se como um dos maiores nomes da historiografia brasileira na América Portuguesa.

Na obra **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**, Raymundo Faoro (2012) analisou algumas esferas do poder para explicar a formação do patronato político brasileiro. Em relação à participação da Igreja Católica, destacou o papel das Ordens Religiosas na educação, em particular na formação de alguns intelectuais que trabalharam ativamente na constituição da América

Portuguesa. Apesar dele enfatizar, sobretudo, o esforço dos jesuítas nesse processo de formação, é possível reconhecer, pelo estudo das matrizes da historiografia brasileira, que a ação do clero regular, com raras exceções, se restringiu ao trabalho dos jesuítas, podendo ser caracterizada como uma abordagem reducionista.

Nos textos sobre a história da Igreja no Brasil ou, de maneira geral, na América Portuguesa, ainda não existem trabalhos que analisam especialmente a influência política e o papel na educação sobre o tema que ora estudado. No livro **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**, escrito por Eduardo Hoornaert em 1982, ao tratar evangelização do Brasil nos primeiros três séculos, destaca, primeiramente, quatro Ordens Religiosas: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, incluindo também os capuchinhos e os oratorianos. O movimento missionário de maior alcance, segundo Hoornaert (1992), foi o jesuítico. Apesar de mencionar os beneditinos, define o trabalho desses religiosos em um único parágrafo, fazendo menção aos anos de fundação dos mosteiros brasileiros. Além disso, este autor afirma, na obra denominada **A História da Igreja no Brasil**, tomo II/1, cuja primeira publicação é de 1977, que os beneditinos ficaram restritos à vida contemplativa e pouco participaram das missões no Brasil.

A vinda dos religiosos beneditinos para o Brasil ocorreu a pedido da comunidade da cidade de Salvador que ansiava pelo trabalho espiritual deles. Foi com esta finalidade que a Câmara de Salvador justificou o seu apoio à implantação da Congregação Beneditina em terras brasileiras. “O magistério também foi outra atividade exercida pelos beneditinos, os quais ensinavam os filhos dos habitantes da nova terra conhecimentos de latim, filosofia, humanidades e música” (COSTA, 2008, p. 117).

A atividade principal dos religiosos beneditinos se relacionava com a vida monástica; porém, dadas as novas condições demandadas a eles no Brasil, houve a necessidade de adaptação da vida monástica. Por isto, passaram a desenvolver uma série de atividades externas, como capelães, missionários, pregadores, administradores,

entre outras. Os religiosos da ordem, apesar de viverem nos mosteiros e terem uma vida voltada para o desenvolvimento da espiritualidade, serviam ao Estado na formação das comunidades. Esta submissão, inclusive, foi uma das recomendações das autoridades públicas da Bahia para concessão de licença quando da fundação de mosteiros beneditinos no Brasil.

Os jesuítas tiveram, sim, uma preponderância no campo educacional, mas outras Ordens Religiosas estiveram presentes e atuaram na educação. Ocorre que a documentação sobre a ação dos jesuítas é mais farta e de fácil acesso em comparação com a dos beneditinos, franciscanos, carmelitas, carmelitas descalços ou capuchinhos. A análise da atuação da Ordem Religiosa Beneditina no campo da educação na América Portuguesa é um tema incomum no campo da historiografia educacional, visto que a História da Educação brasileira, em parte, é uma das áreas mais negligenciadas no campo da pesquisa científica. Assim, apresentar documentos que registram a atuação dessa Ordem Religiosa é uma importante contribuição ao campo da História da Educação.

A preponderância do papel exercido pelos jesuítas na área educacional é observada nos principais manuais de História da Educação brasileira; constatação semelhante ocorre ao consultar os historiadores. O primeiro volume da coletânea denominada **História Geral da Civilização Brasileira**, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, o capítulo quarto, chamado “Ação Missionária e Educação”, ao discutir sobre os primeiros núcleos de penetração missionária, inicia afirmando que foram os jesuítas que atuaram exclusivamente no ensino público no Brasil. “A implantação das escolas jesuítas em nosso meio decorreu, de um lado, dos propósitos missionários da Companhia de Jesus e, de outro, da política colonizadora inaugurada por D. João III” (HOLANDA, 1968, p. 138). Nesta obra, não se faz menção ao trabalho missionário dos franciscanos, carmelitas, beneditinos, nem de outras congregações religiosas.

O livro **História da Educação Brasileira: a organização escolar**, escrito por Maria Luísa Santos Ribeiro (1995), publicado em 1978, em seu primeiro capítulo, denominado “*A organização escolar no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente (1549-1808)*”, inicia com a expressão: “fase jesuítica da escolarização colonial”. A orientação do trabalho pedagógico fica restrita aos fundamentos contidos no *Ratio Studiorum*. Trata-se de uma informação baseada, exclusivamente, no trabalho pedagógico dos jesuítas. Certamente, não esteve nos planos do trabalho de investigação da pesquisadora mencionar ou, ao menos, indicar, em seu manual, referências ao trabalho pedagógico realizado pelas demais Ordens Religiosas no campo da educação no Brasil Colônia.

O manual de História da Educação de Otaíza de Oliveira Romanelli, **História da Educação no Brasil (1930/1973)**, publicado em 1978, também não faz referência ao trabalho das Ordens Religiosas no campo da educação no Brasil Colônia. Uma das únicas menções é sobre o trabalho pedagógico dos jesuítas. Pela maneira como se refere, tal Ordem é entendida como a única a tratar de questões pedagógicas no Brasil Colônia. “As incursões pelo campo da História da Educação Brasileira ajudaram-nos a elucidar alguma coisa. Em princípio, descobrimos que, substancialmente, pouca coisa se mudou na forma de encarar a educação que nos foi legada pelos jesuítas” (ROMANELLI, 1994, p. 13). E o trabalho das demais Ordens Religiosas? Estiveram somente os jesuítas no Brasil Colônia? Estas são questões que inquietantes. A investigação desta professora não teve como objeto de pesquisa o Brasil Colônia; contudo, ao fazer referência somente aos jesuítas, nega para as futuras gerações a informação sobre a importância das demais Ordens Religiosas para a História da Educação no Brasil.

No livro intitulado **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**, publicado em 1989 por Maria Lúcia de Arruda Aranha, logo na apresentação, a autora destaca que o seu texto foi organizado em três tópicos principais: contexto histórico, educação e peda-

gogia. Objetiva, por meio de uma linguagem clara e acessível, tratar sobre questões educacionais e pedagógicas, abordando a história da educação geral e a história da educação brasileira. É uma obra de referência para a área das Ciências Sociais, em especial para os estudiosos de História da Educação e da Pedagogia.

Na parte dois de seu livro “Brasil: de Colônia a Império”, a professora Maria Lúcia aborda o tema da História da Educação no Brasil Colônia. Ela destaca, cronologicamente, quatro momentos da educação nesse período: fase heroica (1549 a 1570); fase de consolidação (1570 a 1759); reformas pombalinas (1759 a 1808) e período joanino (1808 a 1822). Segundo ela, o trabalho dos religiosos não se restringia às atividades cristãs. A Igreja, esclarece, foi um instrumento essencial para garantir a unidade política. Reconhece que os religiosos tiveram papel preponderante na atividade pedagógica nesse período e chega a mencionar que outras Ordens Religiosas atuaram no campo da educação. Justifica a centralidade do seu texto sobre a atuação dos jesuítas em função do volume de documentação deixada pela Companhia de Jesus.

No tópico “Outras Ordens Religiosas”, Maria Lúcia faz uma única referência ao trabalho das outras Ordens Religiosas. “Embora tenha sido costume enfatizar-se a ação dos jesuítas na educação da colônia, outras ordens aqui estiveram com o mesmo propósito, tais como franciscanos, carmelitas, beneditinos [...]” (ARANHA, 1989, p. 143). Ela menciona o trabalho do professor Luiz Fernando Conde Sangenis (2006) sobre a atuação dos franciscanos nesse período com a criação, em 1585, da Custódia de Santo Antônio do Brasil em Olinda. Justifica a ausência de um estudo mais aprofundado sobre a atuação das demais Ordens Religiosas no Brasil Colônia devido à pouca informação sobre o tema.

Na obra elaborada por Dermeval Saviani, intitulada **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, há menção ao trabalho dos franciscanos, dos beneditinos, carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos. Trata-se de uma obra de referência para o estudo

da História e da História da Educação no Brasil, especialmente para os estudantes das Ciências Humanas e Sociais. Segundo ele, essas Ordens muito contribuíram para à formação da nossa cultura. Em relação aos franciscanos, afirma que eles não lograram, como os jesuítas, um sistema de ensino e, no que se refere aos beneditinos, que eles, ao se estabelecerem no Brasil, nas cidades de Olinda, Rio de Janeiro, Paraíba do Norte e São Paulo, estavam “[...] mais voltados para a contemplação, os beneditinos não tinham a instrução como sua meta principal” (SAVIANI, 2008, p. 41). Em seu entendimento, a Regra da Congregação Beneditina não manifestou nenhuma preocupação com a educação “[...] nada tendo registrado sobre a questão pedagógica” (SAVIANI, 2008, p. 41).

Estas Ordens Religiosas, segundo ele, estiveram presentes no processo de colonização do Brasil, porém a atuação ocorreu de maneira dispersa e intermitente; além disso, sem o apoio e proteção oficial, dispendo de escassos recursos e materiais para auxílio das comunidades. Acrescenta, contudo, que as Ordens Religiosas, em geral, estavam sob o mando do regime de Padroado e, para estarem no Brasil, tiveram o consentimento do rei de Portugal e das comunidades locais. Não está em jogo aqui a ideia de preponderância de uma ordem sobre a outra. Certamente, os jesuítas tiveram um papel de destaque na educação brasileira, isso é inquestionável; no entanto não foram os únicos. As demais Ordens Religiosas também tiveram papel de destaque na formação da cultura brasileira, entretanto a tendência, nos estudos em História da Educação, de apresentar a educação jesuítica como hegemônica oculta a atuação das demais Ordens como se a sua atuação fosse insignificante como objeto de investigação na Educação.

Apesar de existir diálogo entre as diversas Ordens Religiosas que se fixaram no Brasil – jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas, entre outras –, havia muita animosidade entre elas. Serafim Leite, na obra denominada **História da Companhia de Jesus no Brasil**, em seu volume 2, afirma que o contato das demais Ordens com os jesuítas

apresentava, “[...] às vezes, ligeiros atritos, tal qual no seio das melhores famílias” (SERAFIM LEITE, 2006, p. 506). No volume 4, da mesma obra, afirma que houve “[...] com os Beneditinos na Baía [...] alguma desinteligência, no que toca também à liberdade dos Índios” (p. 507).

A organização dos estudos sobre as Ordens Religiosas deve ser analisada para além de seus próprios limites, ela deve ser compreendida em sua relação com a maneira como se estabelecem as relações de poder na sociedade, especialmente dos grupos dominantes (MARX, 1983). Partindo desta compreensão, a criação de Colégios pela Coroa Portuguesa, no reinado de D. João III, representou uma necessidade da época. Os colégios, como instituições educativas, foram organizados para atender a um conjunto de anseios daquela sociedade. Eles reuniam meios e instrumentos para atender às necessidades humanas daquele momento.

Os Colégios, naquele contexto, já se caracterizavam como instituições sociais e, neste sentido, o seu funcionamento era garantido por um conjunto de agentes que estabeleciam relações com a sociedade. A reforma das Ordens Religiosas pela Coroa Portuguesa, no reinado de D. João III, originou uma série de novas instituições educativas. A formação possibilitada por ele aos seus bolseiros, que estudaram nos melhores colégios humanistas da Europa, permitiu a renovação da educação em Portugal. A Coroa deu condições à organização de modalidades específicas de educação formal, oferecidas pelas Ordens Religiosas, mantendo escolas próprias em caráter permanente.

No século XVI, com maior intensidade, a Igreja e o Estado se articularam na renovação das instituições escolares, tendo como fundamento o Humanismo Cristão. O processo de institucionalização da educação da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III coincidiu com o desenvolvimento das ideias burguesas. A renovação da educação, nesse contexto, não pode ser considerada somente como a necessidade de organização dos conteúdos e dos objetivos de ensino, deve ser pensada como uma necessidade de falar bem e que não se resume em seu “sentido estético-literário”, mas,

igualmente, ou até mais importante, na “oratória como arte política do comando” (TAWNEY, 1971).

Esse período foi crucial para o desenvolvimento das bases do pensamento moderno, na medida em que se observou nele um redirecionamento das atividades da Igreja. A formação intelectual, a partir de então, desenvolveu-se em consonância com as necessidades políticas do Estado. Essas mudanças, ainda que incipientes, representaram uma série de mudanças na direção e organização do comércio, das finanças, nos preços e na agricultura.

Com a reforma católica empreendida pela Coroa Portuguesa no reinado de D. João III, os modos de ensino da doutrina tiveram que ser modificados para atender às necessidades dos Tempos Modernos. Para uma grande parcela de representantes eclesiásticos, a felicidade do homem ainda não poderia ser outra senão a visão da essência divina, conforme consta na **Suma Teológica**, escrita entre os anos de 1265 a 1273, por Santo Tomás de Aquino (1225–1274). Tais mudanças foram aparecendo aos poucos, uma vez que estavam cercadas por grupos sociais resistentes a elas, sobretudo dentro da Igreja, como poderá ser observado, por exemplo, na reforma beneditina. Para compreendê-las, é necessário contextualizar o seu fundo histórico.

No Brasil, a presença da Ordem Beneditina se deu tanto no espaço urbano como nas grandes extensões rurais que cultivavam a lavoura açucareira. A Bahia, especialmente a região de Salvador nos anos de 1580, era um dos grandes centros econômicos da Colônia. Possuía trinta e seis engenhos, com exploração de mais de cento e vinte mil arrobas de açúcar. Tanto que os holandeses empreenderam a invasão dessa região, em 1624, por considerarem o território baiano um centro comercial e financeiro importante (DIAS, 2005).

Durante a realização desta pesquisa, nas visitas dos mosteiros de Salvador e do Rio de Janeiro, foi utilizada a documentação encontrada como fontes primárias. O **Dietário**, um desses documentos, é um livro onde cada mosteiro registrava as notícias de natureza política, civil e econômica, bem como informações sobre os religiosos que viviam e

faleciam no mosteiro (DIAS, 2005). O documento permite obter um perfil dos religiosos do mosteiro que atuaram no Brasil Colônia.

O Dietário do Mosteiro de S. Bento da Bahia (2009) compreende o período de 1591 a 1815, possui seiscentas e noventa folhas. Há, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma cópia desse documento. O **Dietário de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro** (1773) possui quatrocentas e quarenta e oito folhas, respondendo pelo período de 1629 a 1799.

Outra documentação utilizada foram os **Livros de Tombo** do Mosteiro de São Bento da Bahia (2016) e do Rio de Janeiro. Nesses documentos, eram registradas as transações relativas aos bens dos mosteiros, como sesmarias, testamentos, doações, compras e demandas. Neles, é possível analisar as relações dos religiosos com os colonos, suas negociações, conflitos e redes de sociabilidade.

Também foi feito uso das **Atas dos Capítulos Gerais, Privados e Juntas**, conjunto de documentos beneditinos denominado **Bezerro 1** (1570-1611), nome dado devido a documentação estar envolta em pele de bezerro. As atas correspondem às sessões realizadas pela Congregação Portuguesa sobre assuntos diversos dos mosteiros membros, entre eles os do Brasil.

As **Constituições da Ordem de São Bento destes Reinos de Portugal** (1569) também foram analisadas. São documentos que regulam e aplicam as normas da Regra para a vida comunitária no mosteiro (DIAS, 2005) – das quais houve uma edição em português, em Lisboa, no ano de 1590; outra em latim, publicada em Coimbra em 1629. Esse documento tornou-se código normativo para toda a Congregação Beneditina Portuguesa, extinta em 1834.

Nesta pesquisa, foi utilizado o **Plano e Regulamentos dos Estudos Elementares nas Casas de Educação e nos Colégios Beneditinos** (1789). Foram organizados dois planos: o de 1776, impresso em Coimbra, pautado no modelo dos estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra e escrito por Fr. Francisco da Natividade. O segundo, publicado em Lisboa, em 1789, é uma revisão do primeiro e foi organizado por Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão. O Plano de

Estudos regulava os estudos em Humanidades. O Curso de Humanidades era realizado em dois anos, após o noviciado ou profissão, e constituía o Coristado. Nele, aprendia-se Latim, Grego, Hebraico, Retórica, História Universal e Antiguidade Profana/Mitologia.

Os estudos beneditinos em Humanidades eram iniciados após a realização do noviciado, tempo de formação e de preparação aos primeiros votos. Era o período em que os candidatos à vida religiosa recebiam a sua formação monástica. O período do noviciado também era o tempo de formação dos religiosos iniciantes e, em geral, durava um ano ou dois. A entrada no noviciado era chamada *Tomada de Hábito*. Houve noviciados em Tibães, Porto, Santo Tirso, Coimbra, Lisboa, Rendufe e Brasil (Bahia e Rio de Janeiro).

Os cursos superiores beneditinos em Filosofia e Teologia eram realizados nos Colégios. O Curso de Artes respondia pelos estudos em Filosofia, depois do Coristado, durante três anos. Os estudos em Artes compreendiam formação em História Literária, História da Filosofia, Lógica, Ontologia, Geometria, Cálculo, Física, História Natural; Pneumatologia e Ética.

O Curso Superior em Teologia era realizado após a formação em Artes. Durava quatro anos e, normalmente, acontecia no Colégio de Coimbra. Nesse período, o aluno recebia formação em História e Antiguidades Sagradas, História Eclesiástica, Teologia Dogmático-Prática, Teologia Disciplinar e Teologia Exegética. As disciplinas eram desenvolvidas por quatro professores ordinários com aulas de manhã e de tarde.

A Congregação Beneditina de Portugal passou por períodos de grandes transformações no contexto político, social e cultural português. Mudanças significativas foram iniciadas pela Coroa Portuguesa no reinado de D. João III. Ele foi um grande incentivador das artes, da educação e da expansão comercial e marítima. Certamente que a educação proporcionada no contexto português não era a mesma oferecida no Brasil Colônia; porém pressupõe-se que a maioria dos missionários que vieram para o Brasil e os seus dirigentes receberam essa formação. Os religiosos trouxeram para a Colônia esse modelo de educação.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HISTÓRICOS DA REFORMA BENEDITINA PORTUGUESA

Este capítulo trata sobre a política da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III. Há um entendimento que diversos acontecimentos desse período tiveram repercussão no cotidiano português na modernidade. Dentre eles, destaca-se a instituição do padroado, por meio do qual os portugueses assumiram, pelo poder civil e eclesiástico conferido a eles, a responsabilidade pela expansão do reino cristão. Os interesses políticos e religiosos da Coroa foram importantes para o fortalecimento e a dilatação da Cristandade. Em razão do padroado, houve a vinculação e dependência do clero secular e regular a serviço da Coroa Portuguesa. O objetivo do projeto missionário português envolveu a conquista territorial e a submissão dos indígenas ao poder da Coroa e à fé católica.

No reinado de D. João III, teve início um movimento de reforma que impulsionou o investimento na renovação do ensino e fundação de novas escolas, especialmente entre as Ordens Religiosas. A base de referência desse investimento em educação foi a Pedagogia do Humanismo, disseminada após a reforma das Ordens Religiosas, como ocorreu entre os mosteiros beneditinos em Portugal, culminando com a criação da Congregação Beneditina portuguesa.

A reforma dos mosteiros beneditinos em Portugal era parte de um processo de transformações produzidas pela ação histórica dos homens e significou a substituição da terra pelo dinheiro, considerado, na época, como o símbolo de maior riqueza. Nesse período, ocorreu um conjunto de fatores que contribuíram para a desagregação do sistema feudal e foram criadas condições necessárias para a ascensão do modo de produção mercantilista. Esta mudança ocorreu de

maneira lenta e gradual, do mesmo modo que havia características do novo regime, ainda era perceptível a existência de características do regime anterior.

Em Portugal, com a política de reforma das Ordens Religiosas empreendida pela Coroa Portuguesa no reinado de D. João III, a descentralização feudal foi, aos poucos, sendo substituída pela formação do estado nacional, tendo como uma de suas principais características a centralização do poder. A modernização do aparelho do estado decorreu das novas exigências do processo de concentração, racionalização e secularização do poder, essenciais à construção do estado moderno.

O século XVI, em Portugal, foi um período transitório, em que se verificou um processo acelerado de desintegração do feudalismo (MARIUTTI, 2004). A formação econômica e social em Portugal e na América Portuguesa era mercantilista. Tratava-se de uma produção que se fundamentava em relações escravistas e no capital mercantil (HIRANO, 1988).

O mercantilismo era um sistema unificado de política econômica que se organizava pelo comércio e tráfico de mercadorias. A preocupação da monarquia era garantir o domínio sobre o seu império não só por meio da metrópole como por um rigoroso controle fiscal. Esse monopólio do comércio colonial era a medula do sistema, necessário para sustentar o poder do Estado Monárquico Mercantil.

De acordo com Fernando A. Novais, no texto **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**, publicado em 1968, a política mercantilista e colonial interagiu destruindo, progressivamente, os elementos ainda existentes do feudalismo. Ele afirma que a expansão marítima e a colonização da América Portuguesa se articularam com as formas políticas do absolutismo e sob a dominância de uma sociedade com características mercantis.

Escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam, portanto, o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valori-

zado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas. Daí decorre também o atraso tecnológico, o caráter predatório, e cíclico no espaço e tempo, que assume a economia colonial (NOVAIS, 1968, p. 62).

O governador na Colônia tinha plenos poderes sobre as forças militares e de defesa territorial, mas não lhe eram atribuídos poderes administrativos. Os assuntos administrativos ficavam sob a responsabilidade das câmaras ou conselhos municipais. Os assuntos eclesiásticos ficavam sob a tutela dos bispos. Os membros do senado ou do conselho municipal eram eleitos, sua composição incluía dois juízes ordinários, três conselheiros ou vereadores e um procurador. As eleições para a constituição desses cargos ocorriam de três em três anos, quer dizer, pouquíssimos, e com direito a votar em qualquer cidadão local, desde que não fosse judeu, mouro ou africano, nem exercesse atividades na indústria ou no comércio.

As Ordens Religiosas ocupavam papel de destaque na estrutura jurídica e política da Colônia. A posição que os beneditinos desfrutavam como protetores dos interesses das famílias mais poderosas, a grande influência que tinham na corte e por serem possuidores de grandes extensões de terra e canaviais na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro fizeram deles pessoas influentes nessas cidades e em suas redondezas. Eles se preocupavam ainda com a formação escravista. Ensinavam as primeiras letras aos escravos que trabalhavam em suas propriedades.

Para que os homens livres viessem para a América Portuguesa, houve a necessidade de propagação das riquezas da terra, de seus recursos naturais e sociais existentes. Era preciso estimular as pessoas pobres para que viessem povoar o Brasil. Como o modo de produção mercantil não se vinculava a uma escala de produção pequena, foi preciso atrair os colonos para o Brasil. A produção

mercantil tinha como propósito a produção do excedente, obtida pelo trabalho compulsório escravista. Ela contava, na Colônia, com o senhor de engenho, os escravos e os trabalhadores especializados em técnicas de produção de açúcar (HIRANO, 1988).

A evolução política e econômica da América Portuguesa assimilou os valores culturais europeus. É verdade que os colonizadores, por sua vez, muito aprenderam com os indígenas, em especial os conhecimentos que eles possuíam do meio natural e técnicas de adaptação mais eficientes.

O chamado processo civilizatório nas Américas encontrou as condições favoráveis à sua expansão e florescimento. A configuração do Brasil ao modelo civilizatório ocidental ocorreu pela absorção progressiva de populações emigradas da Europa, pela crescente dependência das relações econômicas brasileiras em relação aos centros de dominação da economia capitalista e pela apreensão dos padrões de comportamento, dos modelos de organização institucional e de valores extraídos da experiência europeia.

Esse processo de aculturação não ocorreu sem conflitos. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, já se encontrava povoado. Os indígenas foram o primeiro fator demográfico e econômico. Eles foram, em parte, nos primeiros duzentos anos, os motivos que obrigaram os portugueses a permanecerem no litoral. Na obra denominada **Tratado descritivo do Brasil em 1587**, escrita por Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), publicada postumamente por Francisco Adolfo de Varnhagem, em 1851, o autor destacou as dificuldades e durezas pelas quais passaram os portugueses no processo de colonização. Os indígenas das tribos Caités, entre outras, não perdoavam nenhum de seus cativos, matavam e comiam a todos (SOUSA, 1938).

Frei Vicente do Salvador, em sua obra **História do Brasil**, edição de 2008, também sinalizou este fator; segundo ele, a povoação do litoral ocorreu 100 anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil. Ele alegou que tal processo, em parte, ocorreu por culpa de alguns reis de Portugal; e, da outra, dos próprios povoadores. Salvador alega

que os reis de Portugal nem o título de reis do Brasil quiseram e, com os povoadores, não foi diferente. Tudo o que se produzia desejava-se que fosse encaminhado para Portugal; tanto os portugueses quanto aqueles que nasceram no Brasil tinham esse pensamento. O que se deveria comprar na praça não se achava; porém carnes, ovos e tudo o que era necessário para a alimentação não se encontrava em espaços públicos, e sim na casa de particulares. Elas eram providas de todo o necessário.

A conquista do litoral durou anos de guerra, de persistência e custou milhares de vidas. Os indígenas dominavam as vias naturais de comunicação. Os portugueses, durante muitos anos, tiveram obstáculos de penetração. A conservação do território conquistado nem sempre ocorreu com muito êxito. Os povoamentos portugueses e as tribos indígenas aliadas foram, muitas vezes, dizimados por tribos inimigas. No início, após muitas derrotas, a política de aliança com as tribos indígenas possibilitou vencer as dificuldades de adaptação do povoamento e de avanço para além do litoral.

Gabriel Soares de Sousa, assim como Frei Vicente do Salvador, destacaram, no início de sua obra, que os reis portugueses passados foram muito descuidados com o Brasil diante de sua grandeza e fertilidade. Na carta escrita por D. Manuel I (1469-1521), rei de Portugal e Algarves de 1495 até a sua morte, aos reis católicos sobre o descobrimento feito por Pedro Álvares Cabral (1467-1520), das 311 linhas da carta, três delas somente se referem ao Brasil. Portugal, no período manuelino, estava quase que completamente absorvido pelo vantajoso comércio das Índias.

O reinado de D. João III iniciou em 19 de abril de 1521. Ele herdou o erário vazio e a fazenda real sem recursos; além disso as terras de Portugal eram pouco produtivas devido à seca e à peste. Para combater esses problemas, valeu-se de empréstimos externos, altamente onerosos, que aumentavam a dívida pública. “O império português foi extenso e abrangente [...] exigindo demais dos seus recursos administrativos e financeiros, agravando, no decorrer do reinado de D.

João III, a situação geral do país, gerando, conseqüentemente, uma crise política, financeira e dinástica” (MAINKA, 2012, p. 57).

As lendas sobre as minas de ouro existentes no Brasil fascinavam não somente os portugueses. Tais estórias eram narradas como se fossem verdades. Nessa época, chegavam informações à Europa de um tal descendente de Caramuru, Roberto Dias, que ofereceu minas de prata aos portugueses no centro do Brasil.

Inglese e franceses passaram a saquear os galeões espanhóis que vinham da América Espanhola carregados de ouro. Os franceses começaram a se estabelecer no Brasil para negociar com os indígenas o pau-brasil. E os espanhóis penetraram o continente americano pela região central. D. João III, informado dessas estórias, passou a desejar tais minas e, para tanto, julgou necessário colonizar a terra “descoberta” por Cabral para que não a perdesse. Na obra intitulada **História da Colonização Portuguesa no Brasil**, publicada entre 1921-1924, Dias (1924) argumenta que as razões para a colonização do Brasil por D. João III foram políticas, não econômicas: “Razões políticas, não econômicas, determinaram D. João III ao empreendimento audaz da colonização” (p. X).

A concepção da Igreja que perdurou nos primeiros trezentos anos de colonização da América Portuguesa foi a concepção da Igreja como Cristandade. Nessa perspectiva, a concepção teológica fundamentava-se na ideia de que o trono de Portugal era uma criação divina, com a finalidade de difusão da fé católica; segundo ela, os lusitanos eram os escolhidos por Deus. Esta concepção teológica de Cristandade foi criada com base na ideia de fundação divina da monarquia, sendo a sua autoridade nascida da própria divindade. Defendia-se que o poder da monarquia lusitana emergia da própria força divina. Esse poder não se originara de nenhum direito humano, mas era um privilégio da escolha divina. O monarca era o eleito de Deus, sendo o seu poder humanamente incontestável por ser um representante de Deus. Atuava em seu nome: “[...] o monarca cristão tornava-se, portanto, o representante visível da divindade sobe a

terra, e o encarregado de fazer cumprir a vontade de Deus por parte do povo dele dependente” (AZZI, 2004, p. 16).

Pela lenda de Ourique, houve uma consagração oficial em que o reino português tornou-se o novo Império de Deus na terra. Conta a lenda que o próprio Deus havia aparecido diretamente a Afonso Henriques (1109-1185), o primeiro rei de Portugal, que governou de 1139 até a sua morte, na batalha de Ourique, para lhe confiar o trono português. A partir desta lenda, os monarcas portugueses pertenceriam a uma dinastia abençoada diretamente por Deus.

O padre Antônio Vieira (1608-1697), da Companhia de Jesus, em sua época, foi um dos grandes divulgadores dessas profecias. Em sua concepção, Portugal estava predestinado a ser o Quinto Império no mundo, sucedendo aos quatro grandes impérios do mundo antigo: assírio, persa, grego e romano.

A Teologia da Cristandade foi reforçada pela elaboração teológica sobre a conquista lusitana. A união entre conquista política e promoção da fé fazia parte do discurso teológico português. Como o reino era identificado com o reino de Deus, a dilatação da fé estava condicionada à expansão do reino. “Todo o processo da expansão lusitana vem acompanhado de forte conotação religiosa, pois os portugueses se consideravam com o encargo de ampliar as fronteiras da Cristandade, para além do reino, através de suas expedições marítimas [...]” (AZZI, 2004, p. 40).

A expansão colonial portuguesa e outros países europeus contavam ainda com a anuência da Santa Sé, a sua força política era muito respeitada. Por meio de diversos documentos, a Santa Sé confirmou os direitos dos portugueses sobre as novas terras. As bulas papais enalteciam as conquistas realizadas pelos reis católicos de Portugal, igualmente glorificavam cada um deles na luta contra os infiéis, visto que colaboravam com o encargo missionário da Igreja de salvação das almas. A monarquia portuguesa era exaltada por difundir a fé e promover a salvação das almas, mas, de modo semelhante, responsabilizava-se pelo culto católico. Na perspectiva teológica da

Santa Sé, os reis portugueses eram considerados como os porta-vozes da mensagem de Cristo no mundo.

A expansão política e comercial de Portugal, pelas bulas papais, era considerada como uma conquista da Cristandade, vinculada à esfera religiosa de propagação da fé e salvação das almas. Para legitimar as conquistas lusitanas, a Santa Sé justificava e comparava a atuação portuguesa com as cruzadas. O caráter religioso da ação bélica dos portugueses apoiava-se na ideia de “guerra santa”, como instrumento de defesa da Cristandade (AZZI, 2004).

O papa Eugênio IV, em 9 de janeiro de 1444, pela bula *Etsi suscepti*, faz menção ao padroado português, ao usar a expressão *jus patronatus*, que se referia ao direito de padroado. As bulas posteriores especificaram e confirmaram esse direito. Pela bula *Dum Diversas*, datada de 18 de junho de 1452, o papa Nicolau V permitiu ao rei de Portugal, D. Afonso V, e aos seus sucessores o direito de adquirir os domínios de muçulmanos. “O papa pede ao rei que se preocupe com o aumento da cristandade e com a exaltação da fé; mas, na bula, dá-se maior ênfase ao triunfo externo dos cristãos do que ao crescimento interno do Reino de Cristo pela conversão dos infiéis” (SOUZA, 2004, p. 24; LACOMBE, 1973).

O documento também reconhecia aos portugueses o direito de construir igrejas e de estabelecerem o clero católico. O papa Nicolau V, pela bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, doou os territórios africanos ao rei de Portugal e proibiu que neles se entrassem sem o consentimento da Coroa Portuguesa. Por meio desse documento, o direito de padroado, progressivamente, passou a significar o direito de conquista (LACOMBE, 1973).

O padroado era um meio de envolver o poder político no projeto de expansão do cristianismo. Esse direito era concedido como uma troca de favores, pelos quais os monarcas assumiam a responsabilidade pelo sustento da Igreja nos territórios conquistados, devendo ser evangelizados. No caso português, a Coroa se comprometeu a manter a fé católica e a sua expansão e, concomitantemente, garantia

o sustento dos eclesiásticos e de suas atividades; a Igreja, por sua vez, assumia o compromisso de colaborar com o projeto de colonização.

Para uma melhor administração política e religiosa da América Portuguesa, os portugueses fundaram a Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho Ultramarino. Os religiosos que participavam das missões assumiam o compromisso de manutenção da fé católica, bem como de trabalhar na evangelização dos indígenas. Atuavam a serviço da Coroa como funcionários, já que recebiam do Estado a sua remuneração. A Igreja estava sob o controle da Coroa, salvo em relação aos assuntos ligados ao dogma e à doutrina. “A hierarquia católica devia transmitir a fé e zelar pela sua ortodoxia, e ao mesmo tempo garantir, por meio da religião, a fidelidade política dos súditos” (SOUZA, 2004, p. 26).

Os religiosos, a serviço da Coroa Portuguesa e da Igreja, serviam como instrumento ao processo de manutenção da ordem pública. A Mesa de Consciência e Ordens teve um importante papel na administração espiritual. Era um instrumento do poder da Coroa Portuguesa para os assuntos relativos ao padroado. Cabia à Mesa avaliar e propor à decisão régia os candidatos para aqueles benefícios eclesiásticos mantidos pela Coroa com os recursos advindos da cobrança dos dízimos. Era responsável ainda pelas súplicas de leigos e religiosos, envolvendo a criação de novas freguesias, a ereção de capelas e de ermidas.

Em 1522, o Papa Adriano IV (1459–1523, Papa desde 9 de janeiro de 1522), concedeu a D. João III a dignidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, assim como a seus sucessores. Com este título, os reis de Portugal se tornaram chefes efetivos da Igreja no Brasil, já que uniam aos direitos da realeza o título de Mestre Geral da Igreja. Portanto os monarcas portugueses exerciam ao mesmo tempo poder civil e eclesiástico, em especial na América Portuguesa e outros domínios (LACOMBE, 1973).

Os religiosos, em razão do padroado, “[...] ao invés de emergirem como uma força capaz de questionar possíveis abusos do poder régio,

.....

passavam, ao contrário, a constituir um grupo verdadeiramente áulico, empenhado no próprio fortalecimento da autoridade do monarca” (AZZI, 2004, p. 51). Os interesses políticos e religiosos formavam uma unidade fundamental para o fortalecimento e dilatação da Cristandade.

No século XVI, houve um grande processo de elaboração de documentos com a finalidade de sistematizar a visão da Igreja sobre as doutrinas consideradas essenciais para a fé cristã. Esses documentos foram organizados em razão das necessidades, conflitos e desafios vivenciados pela cristandade. Caracterizaram-se como documentos dogmáticos em sua essência, com regras extremamente disciplinadoras. A Igreja Católica, no Alto Medievo, já havia elaborado uma série de documentos conciliares que visavam remediar conflitos existentes no que se refere à sua doutrina e confissões de fé. Para ensinar a doutrina da Igreja, nessa época, foram elaborados catecismos específicos necessários ao trabalho catequético, contendo, detalhadamente, as orientações presentes nos documentos eclesiais.

Os documentos oficiais elaborados pela Igreja objetivavam trazer, de modo pormenorizado, todo o conteúdo da fé cristã católica com características essencialmente disciplinadoras. As Constituições Sinodais da Diocese de Lisboa, por exemplo, falam que esse documento é uma lei da Igreja e, como tal, há, entre os religiosos e fiéis, a obrigação de sua observância. A sua aprendizagem ocorria durante um período de formação recebida por meio da catequese nas comunidades, igrejas e paróquias. As constituições diocesanas portuguesas, de acordo com o documento da Diocese de Lisboa, previam um encontro anual para celebrar o Sínodo diocesano, conforme preceitos estabelecidos no Concílio de Trento (1545–1563). Tal exigência objetivava a mudança dos costumes, a publicação de Decretos visando dirimir controvérsias e discussão sobre os decretos publicados nos concílios provinciais.

O processo de confessionalização configurou as bases do que se denomina “fiel moderno”, diferente do cristão medieval. Houve, também, o nascimento do “Estado moderno” e das igrejas territoriais

em que os fieis são ligados a elas não somente pelo batismo, pela participação nos cultos e sacramentos, mas, igualmente, pela profissão de fé que se refere ao seu juramento de fidelidade à instituição eclesial. O fenômeno confessional nasce nas igrejas territoriais na interface entre profissão de fé religiosa e autoridade secular. Entre os católicos, ser católico não era apenas uma questão de nascimento e batismo, havia a adesão pessoal que reforça o seu voto de obediência e de fidelidade ao catolicismo (RODRIGUES, 2017).

O termo “confessor” faz referência aos santos padres da Igreja, está vinculado ao passado cristão. Época dos mártires e confessores. O uso dele é indicativo de um passado continuamente idealizado, de um período em que a Igreja era fiel ao Evangelho. Na Igreja Católica, o catecismo foi o principal instrumento de viabilização do aprendizado dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina cristã, em especial sobre a fé e a moral. Nesse contexto, o enfoque não recaiu sobre as questões teológicas e sim sobre a pedagogia, uma vez que a instrução passou a ser instrumento essencial de evangelização (RODRIGUES, 2017).

O processo de confessionalização católica tornou-se um elemento importantíssimo de transformação e de modernização das estruturas e das relações sociais. Esse processo de aprendizado da doutrina católica contribuiu para o estabelecimento e disseminação de novas normas de controle. Ao que parece, houve uma imbricação entre o controle secular e o religioso, visto que as estruturas religiosas serviram para controle do poder secular sobre os seus súditos. Entre os católicos, o padroado serviu como instrumento de controle social, garantindo as condições para a consolidação dos Estados Modernos, sobretudo da afirmação do seu poder político. Tratou-se de um período de “teologização da política”, bem como de “politização da religião” (PAIVA, 2007).

O processo de confessionalização católica ocorreu a partir do Concílio de Trento, foi marcado pela disciplina catequética e pelos documentos oficiais da Igreja. Para que os fundamentos das práticas

católicas fossem propagados, era preciso que a Igreja investisse na formação intelectual; assim como na alfabetização de todos os cristãos para que eles cultivassem e propagassem a tradição da Igreja. As normas didáticas de ensino desenvolvidas pela Igreja encontravam-se subordinadas às suas normas disciplinares. Era necessário formar os cristãos, isso implicava na tarefa de instruí-los sobre as verdades da Igreja.

Para que a sua doutrina não se perdesse ou que fosse ensinada de maneira fragmentada, foram criados manuais, os denominados *Catecismos*, com as principais orações e elementos da doutrina. Com o Concílio de Trento, a Igreja assumiu o seu projeto educativo, em que se articulava a catequese com a escolarização. Foram as Ordens Religiosas, em parte, que assumiram o projeto educativo da Igreja Católica. De modo geral, o processo educativo envolvia uma série de recursos: as representações teatrais, as procissões, as pregações, as aulas, as visitas pastorais, etc.

A partir do século XVI, o ideal missionário estava vinculado à ideia de conquista: de um lado, havia a conquista territorial e a submissão dos habitantes ao poder da Coroa e, do outro, devia haver a conquista espiritual, “[...] fazendo com que, na nova terra, esses habitantes aceitassem o domínio de Cristo e se mostrassem a ele submissos” (AZZI, 2004, p. 55). No projeto de conquistas de novas terras e novos súditos para o Estado Cristão não existia muita distinção entre o sacerdote e o soldado, ambos estavam a serviço da mesma causa, empenhados na ampliação e no fortalecimento da Cristandade.

A legitimação do projeto marítimo e das novas possibilidades de mercado ocorreu pela articulação entre a Igreja e a Coroa. Pelo regime de padroado, a Igreja delegou ao rei de Portugal um conjunto de privilégios associados a uma série de obrigações, concedidas com a contrapartida de fundar igrejas, capelas e outras instituições eclesiais.

A Igreja fundou o padroado no interesse do seu serviço, e sem prejuízo de sua liberdade. Encheu de privilégios e de graças aqueles a quem honrava com o título de pa-

droeiros, não julgando que seus advogados e paladinos se quisessem constituir não só seus dominadores, como perseguidores, muitas vezes impondo-se tais encargos como regalias por efeito do próprio arbítrio, sem consultarem a protegida, e a despeito de sua vontade e protestos. Mas o propósito era, e sempre tem sido, arrancar a Igreja sua liberdade, para modelá-la em instrumento de governo e de domínio [...] (MENDES, 1866, p. 240).

Na qualidade de governador e administrador da Ordem de Cristo, o rei de Portugal se tornou responsável pela evangelização dos territórios, pela manutenção e organização das igrejas (LACOMBE, 1973). A aliança entre a Igreja e a Coroa beneficiava as duas instituições. Para a Igreja, o projeto era levar a fé cristã para o mundo e, para o reino de Portugal, assegurar a primazia no comércio. “A fé, a espada e o mercado ou o papado, a monarquia portuguesa e a burguesia mercantil, se aliavam em troca de compensações satisfatórias (e lucrativas) para todas as partes” (PINHEIRO, 2007, p. 9).

O início século XVI significou uma série de transformações de ordem política, econômica, cultural e, mesmo, de orientação geográfica. Essas mudanças caracterizaram e fundamentaram o mundo moderno. A crise e a desagregação do pensamento feudal europeu estimularam o fortalecimento do poder dos monarcas e a construção de monarquias nacionais.

O projeto de manutenção de uma economia equilibrada pelo desenvolvimento das atividades mercantis alimentava a exploração de caráter colonial. O sistema colonial, como apêndices econômicos das metrópoles, garantia o fortalecimento das economias metropolitanas. A expansão comercial contribuiu com o processo de transformação das mentalidades pelo Renascimento e pelo Humanismo. Foram sendo desenvolvidas novas maneiras de pensar o homem, sua relação com o mundo e com Deus. Essas novas concepções influenciaram artistas na pintura, escultura, arquitetura e na literatura, além de formar um ambiente intelectual necessário para a constituição das bases da pedagogia moderna.

As transformações veiculadas nas ideias e nas mentalidades da época tiveram a Igreja Católica como seu principal veículo de disseminação. Apesar de marcada por uma série de crises que se prolongavam desde o século XIII, particularmente pelas práticas das heresias medievais, ela se sobrepunha àqueles que criticavam as mudanças em curso. As ordens mendicantes, em especial os franciscanos e demais que seguiram a sua espiritualidade, em contraposição, defendiam a imitação de Cristo, criticavam as heresias e lutavam por uma ação caridosa dos religiosos e a exaltação da pobreza como valor essencial dos cristãos. Nesse movimento, houve ataques à autoridade da Igreja.

A crise da Igreja Católica se agravou devido à enorme carga de problemas surgidos no decorrer do período feudal e que ainda persistiam no início dos Tempos Modernos. Na Igreja, havia um clero malformado que se encontrava distante da vocação religiosa; além disso as práticas de religiosidade popular estavam muito próximas das práticas pagãs.

A reforma protestante evidenciou uma série de denúncias ligadas à venda de cargos eclesiásticos importantes, sobretudo na Alemanha. Um dos maiores expoentes da reforma protestante foi Martinho Lutero (1483–1546). Ele ensinava a revalorização da fé e defendia a volta a um cristianismo primitivo. A ruptura com a Igreja Católica ocorreu em 31 de outubro de 1517, com a publicação de suas 95 teses contra as indulgências. Segundo Delumeau (1989, p. 57):

Os protestantes não tinham de modo algum desejo de inovar. Seu objetivo era voltar à pureza da primitiva Igreja e livrar a Palavra divina de todos os disfarces que a traíam. Era preciso eliminar, ainda que pela força, tantos acréscimos idólatras e supersticiosos que os homens, enganados por satã, haviam “introduzido”, “inventado”, “forjado ao longo dos séculos às custas da mensagem da salvação. Indulgências, peregrinações, culto dos santos, ofícios em latim, confissão obrigatória, votos monásticos, missa papista deviam ser varridos para que se pudesse novamente ir em direção ao Senhor pela via reta da Bíblia.

A repercussão do pensamento de Lutero impulsionou uma série de transformações na Igreja Católica, vinculadas ao discurso humanista do século XVI. A visão de Lutero sobre o papel da educação na sociedade, especialmente no processo de consolidação dos Estados Nacionais, tornou-se estratégico. Esta visão obrigou a Igreja Católica a repensar a sua concepção sobre o papel da educação e de como realizá-la a partir do florescimento e reforma de congregações religiosas destinadas não só à formação eclesiástica, mas aos jovens descendentes dos grupos dirigentes e do povo. Um destaque importante dessa pedagogia é a sua vinculação ao modelo de instituição escolar ligado ao sistema de colégio e formação curricular voltada para a tradição pedagógica do humanismo.

2.1 O HUMANISMO E A POLÍTICA CULTURAL DA COROA PORTUGUESA NO REINADO DE D. JOÃO III

A descoberta da América e de outras terras possibilitou a produção de muitas riquezas, em especial com a ampliação do comércio. Nesse processo de expansão das atividades comerciais, houve o desenvolvimento de novas instituições, como os bancos para apoiar as atividades mercantis. O processo de colonização do Brasil, nessa época, contribuiu para o aperfeiçoamento das práticas mercantis, uma vez que se tornou um mercado consumidor de manufaturas, muito cobiçadas por holandeses, franceses e ingleses.

O Humanismo, com os seus métodos pedagógicos e respectivas práticas pedagógicas, possibilitou o nascimento de uma ciência de carácter mais prático. A nascente burguesia e a monarquia foram grandes incentivadoras da pedagogia humanista, já que o novo modelo de homem que se formava por meio dela representava melhor aos seus interesses. “O ideal de um homem diferente forçosamente exigiria uma pedagogia diferente” (CARVALHO, 2001, p. 162), ainda mais devido aos índices significativos de analfabetismo. Havia, segundo

Mattoso (1997), falta de mão de obra qualificada. Naquele momento, o reconhecimento da importância dos letrados era cada vez maior. O padroado garantiu o apoio necessário da Igreja e, assim, reforçou os interesses da nova classe que se constituía para que se desenvolvessem e os beneditinos fizeram parte de todo esse dinamismo.

Para se compreender a prática pedagógica e a inserção beneditina no processo de colonização no Brasil Colônia, é necessário entender a política da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III. Assinala-se que a reforma do ensino empreendida pela política da Coroa Portuguesa foi iniciada com as reformas conventuais e das Ordens Religiosas, uma vez que o amor às letras não podia se separar do amor a Deus (LECLERCQ, 2012). Em sua política de construção de um aparelho burocrático mais eficiente, a Coroa Portuguesa promoveu a criação de novas dioceses, de novos tribunais e, com a Mesa da Consciência e Ordens e do Santo Ofício da Inquisição, permitiu que esses cargos fossem ocupados por senhores e eclesiásticos dedicados.

A reforma ocorreu nas e pelas escolas dos mosteiros (OSÓRIO, 1978). A Coroa Portuguesa, no reinado de D. João III, elevou a importância política da Igreja para a harmonia da sociedade, bem como a sua utilidade como instrumento de valorização do poder político (COSTA, 2009). Para desenvolver a sua política cultural, contou com o apoio dos bispos, em particular pela escolha de seus prelados. Eles eram os seus agentes políticos.

O início da colonização no Brasil exigiu da Coroa Portuguesa grandes esforços políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, o apoio da Igreja nesses empreendimentos foi fundamental para o desenvolvimento de seus objetivos. A colonização do Brasil foi um dos grandes feitos da história da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III (CARDEAL SARAIVA, 1874).

Consta ainda no documento que D. João III compreendeu que, no Brasil, poder-se-ia estabelecer um grande império. Alguns de seus capitães, que, na Ásia, adquiriram grandes riquezas, desejavam empregar seus recursos em fundos valiosos. Segundo o documento

do Cardeal Saraiva, a distribuição de terras ocorreu por volta de 20 de novembro de 1530, mediante a publicação de duas Cartas Régias, escritas por D. João III na Vila de Castro Verde, nas quais ordenou a Martim Afonso investigar as regiões austrais do Brasil, reconhecer o Rio da Prata, fundar uma colônia na região que fosse mais adequada e repartisse os terrenos a todos que nela quisessem habitar. A Coroa Portuguesa ordenou a distribuição das terras em porções de 50 léguas, medidas pela costa, para dá-las a pessoas nobres e ricas.

A 1ª Capitania foi doada ao grande escritor João de Barros em 1535; e este, em sociedade com Ayres da Cunha e Fernam Alvares de Andrade, mandou povoá-la em 1539. A 2ª Capitania, chamada Ilha de Tamaraca, na qual se fundou a Vila de Nossa Senhora da Conceição, foi doada por D. João III ao fidalgo Pedro Lopes de Souza. A 3ª Capitania, Pernambuco, foi doada a Duarte Coelho, em remuneração de seus serviços à Coroa na Índia. A 4ª Capitania, a Bahia de Todos os Santos, doou para Francisco Pereira Coutinho. A 5ª Capitania, Ilhéus, foi doada a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão de sua fazenda. A 6ª Capitania, Porto Seguro, foi doada a Pedro do Campo Tourinho, homem nobre e cavaleiro. A 7ª Capitania, do Espírito Santo, doada para Vasco Fernandes Coutinho. A 8ª, Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul, igualmente denominada de Campos dos Goytacazes, para Pedro de Goes. A 9ª Capitania, São Vicente, doada para Martim Afonso de Souza, em 06 de outubro de 1534. A 10ª Capitania, do Santo Amaro, doada a Pedro Lopes de Souza (CARDEAL SARAIVA, 1874).

Os descobrimentos e as navegações demandavam novas necessidades, sobretudo no campo da educação, para responder às novas exigências de funcionamento da política governamental e da ordem social. As camadas sociais não só se organizavam como expressavam diferentes objetivos: os nobres desejavam conquistar novas terras para dilatar o seu poder, a Igreja objetivava a expansão do catolicismo e os burgueses pretendiam o aumento das práticas comerciais para acumular maior riqueza.

Essas experiências trouxeram aos portugueses a necessidade de novos conhecimentos e o combate ao analfabetismo. Com a criação da imprensa e sua difusão, foi possibilitada a divulgação de diferentes ideias, expressando novas correntes de pensamento. O aumento da publicação de livros e sua disponibilidade permitiram o aumento potencial de leitores. A expansão da tipografia e dos meios letrados possibilitou que a língua fosse difundida em maior escala (MARIGUELA, 2006; DIAS, 1969).

No século XVI, em Portugal, foi iniciada uma política de formação de portugueses no exterior e a procura por estrangeiros para lecionar em Portugal. A partir de 1527, começaram a ser enviados bolsistas portugueses à França (MENDES, 1997). Em poucos anos, já se observava a ação pedagógica dos bolseiros que, até então, não conheciam entraves e, com o patrocínio da Coroa Portuguesa, foi possibilitada a renovação do ensino e a fundação de novas escolas.

Na época, essa instituição de ensino superior era considerada uma das maiores referências do Humanismo, na qual ensinaram Erasmo de Roterdão (1466–1536) e Juan Luís Vives (1493–1540). Foi em Lovaina que estudaram os Jerônimos Diogo de Murça e Brás de Barros (ou Braga), André de Resende, Damião de Góis, Aquiles Estação, Benedito Haefteno, entre outros. Florença, Salamanca, Lovaina e Paris foram os centros de referência em formação dos bolseiros portugueses para o estudo de Humanidades (CARVALHO, 2007).

Na Carta que Erasmo dedicou a D. João III, nas *Chryscostomi Lucubrationes*, datada de 24 de março de 1527, escreveu em louvor a Ele e a antepôs na primeira edição das suas *Chrysostomi Lucubrations*. Nela, Erasmo exaltava o compromisso de D. João III com o cultivo das Belas-Letras e do Humanismo. Elogiou ainda os investimentos em educação, visto que seriam fundamentais para a expansão da fé católica. Erasmo, em nome de todos os letrados, agradeceu os feitos do patrono dos estudos que, inclusive D. João III, em tenra idade, estudara Grego e Latim sob a orientação de eruditos Humanistas, como Luís Teixeira. Erasmo esclarece que o amor aos

estudos de D. João III era exemplo a todos aqueles que iniciavam sua formação universitária (ERASMO DE ROTERDÃO, 1971).

No reinado de D. João III, houve a multiplicação de escolas de primeiras letras, nas quais se aprendia a ler e a escrever. Essa formação era oferecida nos colégios menores. Os colégios eram criados por Ordens Religiosas e se destinavam à formação de religiosos pertencentes à Ordem. Os filhos da nobreza, fidalguia e burgueses eram também encaminhados para frequentar aulas complementares ao ensino literário e outras de música, dança e esgrima. Essas escolas, com o tempo, passaram a revelar o papel das artes na educação da juventude. Os colégios preparavam os jovens para o ingresso nas Universidades: ensinavam Humanidades e Matemática (FONSECA ROSA, 2013; SERRÃO; MARQUES, 1998).

Frei Diogo de Murça, após regressar da Universidade de Paris em 1527, e desejoso para oferecer educação e instrução aos seus irmãos jerônimos, a mesma formação que recebera em Paris, solicitou a D. João III, em 1535, a fundação de um Colégio de Humanidades e Artes no Convento de Penha Longa. Em 1537, esse Colégio foi transferido para o Mosteiro de S. Miranda da Costa, nas proximidades de Guimarães. Em poucos anos, o Colégio se tornou uma faculdade, composta por professores humanistas formados no estrangeiro. Em 1539, o Papa Paulo III concedeu a essa faculdade o direito de outorgar os graus em Artes, Filosofia e Teologia. Em 1543, em pleno esplendor da Universidade de Coimbra, o Colégio de S. Miranda da Costa foi transferido para Coimbra para se tornar um centro de formação dos escolares jerônimos (LOPES, 1993).

D. João III, entre 1526 e 1527, de passagem em Lisboa, ordenou a reforma dos mosteiros portugueses dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, devido à debilidade cultural, religiosa e espiritual em que se encontrava o mosteiro. O programa de reforma de D. João III ordenou a reorganização dos Cónegos Regrantes em Congregação, ficando o Mosteiro de Santa Cruz como o cabeça da Ordem.

.....

A tarefa de reforma empreendida ficou sob a responsabilidade de Frei Brás de Barros, monge jerônimo, formado nos estudos humanísticos e Teologia em Lovaina e Paris, regressando para Portugal em 1525. É possível que a sua escolha como reformador da Ordem e dos estudos do Colégio de Santa Cruz tenha ocorrido em função de sua formação literária e humanística. O alvará de nomeação feito pela Coroa Portuguesa foi exarado em 8 de outubro de 1527 e com a ordem de António de Lisboa, provincial da Ordem. “O projeto de reforma dos estudos em Santa Cruz incluía, à semelhança do estrangeiro, a criação de Colégios em edifícios independentes, uns para instalação de estudantes e outros para leccionação de preparatórios [...]” (CARVALHO, 2001, p. 176).

O religioso Brás de Barros enfrentou dificuldades e resistências internas em razão da reorganização administrativa, espiritual e cultural dos mosteiros. Uma de suas primeiras iniciativas foi a reforma dos estudos. Para tanto, solicitou a vinda de mestres da Universidade de Paris para o ensino de gramática, línguas clássicas, artes e direito canônico, com início em 1535.

Devido ao grande fluxo de alunos, atraídos pela fama do Colégio, os religiosos fundaram dois Colégios: um, o de São Miguel, para os filhos de fidalgos e nobres, e o de Todos os Santos, destinado aos estudantes das classes pobres. Nesses Colégios, os professores ensinavam os conteúdos elementares e os conteúdos preparatórios para os estudos mais avançados nas universidades. Em 1537, de acordo com as orientações políticas da Coroa Portuguesa, elaboraram os Estatutos para fundação de dois outros colégios de estudos superiores, com imediato funcionamento, nas dependências do Mosteiro: os Colégios de S. Agostinho e o de S. João Baptista.

O próprio D. João III chamou de universidade ao explicar a sua ordem de criação e funcionamento porque pensava em transferir para Coimbra a universidade que funcionava em Lisboa. Entre 1530 e 1540, já se encontravam em funcionamento os dois Colégios mais elementares. Em 1537, a Coroa Portuguesa transferiu para Coimbra a universidade que

funcionava em Lisboa. Os dois Colégios de Santa Cruz tiveram papel central, uma vez que evidenciavam a capacidade da cidade em acolher a universidade. Para tanto, a Coroa concedeu rendas e benefícios do Mosteiro de Santa Cruz para custear as despesas com o funcionamento da Universidade de Coimbra (MEIRINHOS, 2001).

Em 1537, os Colégios do Mosteiro foram dotados de seus Estatutos, organizados em 23 constituições, nas quais se definiram a estrutura administrativa, o calendário escolar, os cursos, os exames, os diplomas atribuídos, as remunerações, o cerimonial e demais atividades de funcionamento. Eles se destacaram no cenário da política de D. João III como as primeiras grandes escolas a reformarem as suas práticas pedagógicas de acordo com o modelo de ensino dos humanistas. Este feito se deveu a Frei Brás por ter escolhido, para o seu novo ensino universitário, o modelo de organização dos cursos e dos colégios da Universidade de Paris.

Ainda em 1537, a Coroa Portuguesa, ao transferir para Coimbra o *Studium Generale*, tendo atribuído ao Prior-mor de Santa Cruz o cargo de chanceler da Universidade, gerou um jogo de disputas, sobretudo devido aos recursos destinados à manutenção da Universidade, os quais provinham do priorado e do Mosteiro de Santa Cruz. Em 1544, D. João III separou a Universidade do Mosteiro sem lhe devolver os rendimentos. A transferência dos Colégios superiores de São João e Santo Agostinho de Santa Cruz para o paço do Rei permitiu a autonomização da Universidade que, desde 1543, tinha como reitor Frei Diogo de Murça, religioso amigo de Brás de Barros.

E 1547, a Coroa Portuguesa ordenou ao prior de Santa Cruz que entregasse, por cedência temporária, a André de Gouveia os colégios de S. Miguel e de Todos os Santos com o objetivo de instalar neles as Escolas menores da Universidade de Coimbra. Esses colégios, ou melhor, as suas instalações estão na origem do Colégio das Artes, o qual, anos depois, teve papel preponderante para a projeção europeia da Universidade portuguesa (MEIRINHOS, 2001).

O humanista André Resende (1500-1573), pelas funções desempenhadas na corte de D. João III, como mestre de príncipes e

.....

como teólogo, teve papel importante no direcionamento do ensino em Portugal. Suas ações foram decisivas para que se criassem as condições favoráveis às ideias reformadoras da Coroa Portuguesa.

O Rei, como o seu irmão, eram leitores do pensamento de Erasmo de Roterdão, contido na obra intitulada *Erasmi Encomium, Carmen Eruditium et Elegans*, escrita por Resende em 1531. Foi nesse contexto que D. João manifestou o desejo de convidar Erasmo para ensinar em Coimbra e encarregou André Resende para trazer a Portugal Nicolau Clenardo (1493–1542) e João Vaseu (1511–1561), humanistas, seus amigos e professores estimados do Colégio Trilíngue de Lovaina. No período em que Clenardo lecionou em Braga, nos anos letivos de 1537 a 1538, atraiu para o Colégio bracarense, denominado Colégio São Paulo, uma série de pessoas. “Clenardo, além de grande pedagogo, era filólogo de elevado mérito, profundo conhecedor do Latim, do Grego e do Hebraico” (CARVALHO, 2001, p. 235).

A partir de 1530, Portugal assistiu à renovação do ensino gramatical, com fundamento na eloquência latina, pelo método da escola renano-flamenga, do Humanismo do Norte da Europa, que dominou o ensino de retórica em Portugal e na Europa (SOARES, 2014). “Os assuntos pedagógicos estavam na ordem do dia” (CARVALHO, 2001, p. 175). Clenardo escreveu uma série de livros didáticos, dentre eles *Institutiones Grammaticae Latinae*, que foi impresso em Portugal em 1538. Além disso, a Gramática Grega de Clenardo foi um livro didático de estudo universal, diversas escolas europeias adotaram esse livro (CARVALHO, 2001).

Em Portugal, como na Europa, os propagadores das ideias humanistas foram muito criticados. Essas ideias representavam uma ameaça aos poderes e modos de pensar constituídos. O modo de pensar medieval ainda existente negava as ideias humanistas, as quais voltavam suas atenções para o homem. O movimento humanista se propagava em Portugal por meio de Erasmo de Roterdão, Damião de Góis (1502–1574) e D. Jerônimo Osório da Fonseca (1506–1580).

No processo de renovação católica, Erasmo desempenhou um papel fundamental. O seu pensamento influenciou os escritos de

Santo Inácio de Loyola (1491-1556) e de Santa Teresa de Ávila (1515-1582). Loyola foi fundador da Companhia de Jesus (1540) e Santa Teresa, reformadora da Ordem dos Carmelitas. Cada um deles trouxe grandes mudanças na espiritualidade católica: Loyola com seus **Exercícios Espirituais** e Santa Teresa com a sua obra **Castelo Interior**, os quais desenvolviam uma espiritualidade mais individualizada, característica dos Tempos Modernos (ARNAUT DE TOLEDO, 2004). Além deles, sua influência se destacou no pensamento de Luís de León e de São João da Cruz (1542-1591), dentre os livros de São João da Cruz tem-se: **Subida do Monte Carmelo** e **Noite Escura**, textos de espiritualidade cristã no itinerário individual de progressão para Deus (SÃO JOÃO DA CRUZ, 2002; BARBOZA, 2010).

A inserção do pensamento de Erasmo em Portugal não ocorreu sem conflitos. Em 1527, na cidade de Valladolid, Espanha, realizou-se uma Assembleia Teológica para avaliar os erros de Erasmo. Nessa Assembleia, havia uma representação portuguesa constituída por Diogo de Gouveia (1471-1557), reitor do Colégio de Santa Bárbara em Paris, para o qual a Coroa Portuguesa, pouco tempo antes, havia destinado 50 bolsistas portugueses (CARVALHO, 2001); D. Estêvão de Almeida, filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, prior do Crato; e, Pedro Margalho (1474-1556), teólogo formado em Paris, professor e vice-reitor da Universidade de Coimbra.

Na Assembleia, questionaram a tradução de uma palavra feita por Erasmo do Evangelho de São João. Na visão de alguns, sua tradução podia ser interpretada como heresia; porém D. Estêvão de Almeida, considerou a tradução de Erasmo como uma novidade. Nesse sentido, em 13 de agosto de 1527, a Assembleia foi deposta e não mais retomada. Indignado Erasmo publicou **Apologia adversus artículos aliquota per monachos quordam in Hispaniis exhibitos**, em 14 de março de 1528. Segundo Osório (1978), a Coroa Portuguesa pouca atenção concedeu sobre o posicionamento contrário às ideias de Erasmo. Algum tempo depois, na Universidade de Lovaina, os dominicanos associaram o pensamento de Erasmo com o de Martinho

Lutero. Dentre os acusadores, estavam Vicent Dierckx, professor de Teologia em Lovaina.

Em 26 de dezembro de 1530, o dominicano Eustáquio Van Zichen retomou a discussão em sua obra denominada **Apologia pro pietate in Erasmi Roterodami Enchiridion canonem quintum**. Nela, questionava a quinta regra do *Enchiridion Militis Christiani*, na qual Erasmo pedia aos fiéis para se dedicarem a uma piedade interior antes dos ritos e das cerimônias, valorizando, dessa forma, uma vida de caridade e de paz. Em seu documento, entendeu que o raciocínio de Erasmo negava os Sacramentos; contudo Erasmo não questionou esse ponto de vista, encontrava-se velho demais e cansado das polêmicas (CORREIA, 2015).

Inácio de Moraes (1507?-1580) foi um dos bolsiros da Coroa Portuguesa, formou-se como mestre em Artes em 1530 na cidade de Paris; depois, frequentou a Universidade de Lovaina. A partir de 1535, já em Portugal, iniciou a sua carreira docente. Ministrou aulas como professor de latim para os religiosos jerônimos no Colégio da Penha, em Sintra. Teve como alunos André Resende, Damião de Góis, Frei Brás de Braga (1500-1559) e Frei Diogo de Murça. Lá, foi mestre dos filhos bastardos de D. Luís e do rei D. João III, D. António (1531-1595) e D. Duarte (1523-1543) respectivamente.

Ele lecionou no Colégio da Costa, em Guimarães, de 1537 a 1538; e, em 1539, lecionou gramática no Colégio de Santa Cruz de Coimbra. A partir de 1546, assumiu a cadeira de poesia da Universidade de Coimbra; em 8 de novembro de 1550, na Academia da Universidade de Coimbra. No conselho organizado para a recepção de D. João III, Inácio de Moraes proferiu uma oração de saudação ao monarca, denominada *Oratio panegyrica*. Nela, ele relatou à ilustre assembleia da Academia Conimbricense os feitos de D. João III no campo religioso, político e de guerra, destacando o seu apoio às artes e às letras (COUTO, 1998a).

O humanista Inácio de Moraes manteve contato com o humanista Jerônimo Cardoso (1508-1569), com quem trocou cartas e

poesias. Jerônimo Cardoso estudou direito em Salamanca por meio do incentivo da política da Coroa Portuguesa, regressando de lá em 1530. Ele consagrou a sua vida ao ensino. Fundou uma escola em Lisboa, no bairro da Universidade e, entre os seus alunos que viriam a consagrar-se como humanistas famosos, destacam-se: D. Jerônimo Osório da Fonseca, Manuel da Costa, Aquiles Estaço, dentre outros.

Ele manteve correspondências privilegiadas com Damião de Góis, André Resende, Jorge Coelho e D. Jerônimo Osório da Fonseca. Nas correspondências, sobressaem discussões filológicas e literárias. Existem 68 cartas, destas: 43 escritas por ele e 25 escritas por outros. Elas foram reunidas na obra intitulada **Epistolarum Familiarium Libellus**, 1556; 56 composições poéticas da sua autoria ou a ele dedicadas foram reunidas na obra denominada **Elegiarum Liber II**, 1563 e a obra **Syluarum Liber unus**, 1564, reúne 15 correspondências dirigidas a diversas pessoas (COUTO, 1998b).

A política da Coroa Portuguesa era pretensiosa. Para que Portugal fizesse parte dos grandes centros econômicos, políticos e culturais europeus, entendia que era necessário investir na renovação da cultura do país. Era urgente europeizar Portugal, o que requeria cuidados especiais com a intelectualidade do reino para torná-los instrumento formador dos quadros governamentais da nação com vistas aos seus propósitos imperialistas, e isso incluía a alfabetização do povo em Portugal e em suas colônias. E, orientada por esta visão, para enaltecer a sua política, era preciso mostrar a grandeza do seu império. É certo que a inserção do humanismo em Portugal não se iniciou no reinado de D. João III, foi anterior; porém, em seu reinado, sua política imperialista permitiu maior investimento em educação e na pedagogia. A influência do humanismo reverberou em todas as áreas de conhecimento, na filosofia e na educação, igualmente na política e na religião, inclusive para o desenvolvimento das ciências mais práticas.

A visão de mundo não se centrava mais na teologia, a preocupação se voltava para o estudo do homem e de suas necessidades. A

.....

nova visão repercutiu nas relações de poder, sobretudo no interior da Igreja. Ela teve que se reorganizar, alterando, inclusive, os fundamentos da teologia medieval. Exigiam-se novos argumentos para sustentar as relações entre o Estado e a Igreja. Mudança que não ocorreu sem conflitos. As ideias humanistas foram muito combatidas, uma vez que traziam a marca da novidade (DANIEL-ROPS, 1999).

O Humanismo Cristão, difundido na Europa e, mais tarde, em Portugal, priorizava, entre outras coisas, a renovação das artes e da cultura, com base na cultura greco-romana da Antiguidade. O conceito de humanismo se diferenciava do conceito atribuído pelos teólogos, até então, chamados de intelectuais. Não preconizava acabar com a religião; nem defendia tal fim, seus defensores procuravam expressar novos modos de ser na cultura, na filosofia, na política e, conseqüentemente, na educação.

As ideias de Erasmo sobre educação e pedagogia contribuíram para o desenvolvimento de novas formas de pensar o ensino e a aprendizagem, especialmente a educação da infância. Desenvolveu-se uma pedagogia mais preocupada com a formação das crianças, envolvia a difusão das discussões sobre as formas de ensino e de aprendizagem.

O estudo da língua vernácula consistia em instrumento fundamental para o desenvolvimento do potencial humano. O aprendizado das línguas clássicas não se resumia a um programa educacional, elas eram necessárias para expandir o pensamento e o modo de vida, visando criar uma nova sociedade, com fundamento no estudo da natureza e da razão (ARNAUT DE TOLEDO, 2004; DANIEL-ROPS, 1999).

As grandes descobertas e a consolidação da expansão marítima não somente demonstravam as condições econômicas, políticas e culturais da Europa, como especificamente de Portugal; além de destacarem a ascensão de novos modos de organização da vida material. As conquistas de Portugal, nesse momento, representavam a efervescência de uma nova mentalidade, alicerçada nas ideias humanistas.

Os humanistas contribuíram para o desenvolvimento de representações positivas de Portugal e dos portugueses. No humanismo português, teve destaque o pensamento de Damião de Góis e Jerônimo Osório da Fonseca. Damião de Góis era um humanista de educação refinada, amante das artes, cronista, filósofo e diplomata. Escreveu várias obras e seu pensamento se propagou pela Europa, permitindo-lhe dialogar com diversos pensadores humanistas da época, dentre eles Erasmo de Roterdão. Ele tinha profunda admiração pelas ideias de Erasmo, inclusive estabeleceu contato e amizade com ele (DIAS, 1969; DANIEL-ROPS, 1999).

Uma das obras de destaque de Damião de Góis como humanista foi o texto intitulado **Crônicas do Sereníssimo Príncipe D. João III**, escrita por ele a pedido de D. Manuel I. A obra, de caráter humanista, expressa os ideais desse movimento no contexto europeu e, particularmente, em Portugal. Nela, expressou os feitos dos representantes da nação, os acontecimentos de sua época e as descobertas de novas terras. Há, em sua obra, o relato dos feitos dos homens das letras, a importância das ideias humanistas nas novas descobertas de mares e de terras e em suas ocupações, como ocorreu no Arquipélago dos Açores. Graças às suas Crônicas é possível conhecer a política expansionista da Coroa Portuguesa no período das grandes navegações (ARNAUT DE TOLEDO; TOZATI, 2011).

O pensamento humanista de Jerônimo Osório da Fonseca também ganhou notoriedade nos meios intelectuais católicos da época. Após o Concílio de Trento (1545-1563), suas ideias representavam o pensamento conciliar em Portugal. Estudou Aristóteles em Paris e conheceu Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da Companhia de Jesus. Em Portugal, seu pensamento fez alardear as virtudes políticas, espirituais e missionárias dos primeiros jesuítas na corte de D. João III.

2.2 A REFORMA DAS ORDENS RELIGIOSAS

Depois da reforma dos estudos superiores na Universidade de Coimbra, foram organizados os estudos nos colégios de preparação para o ingresso nas universidades. Com esta finalidade, foi fundado o Real Colégio das Artes em Coimbra em 1547. O quadro de intelectuais que formava o corpo docente do colégio era composto por mestres estrangeiros e portugueses. Alguns deles, como Arnaldo Fabrício e mestre João Fernandes, organizaram o projeto educativo da instituição com fundamento na cultura clássica e nos ideais humanísticos. Para gerir a instituição, foi nomeado Frei Diogo de Murça (RODRIGUES, 1981).

Em um inventário realizado em 2 de abril de 1561, constatou-se que, na biblioteca organizada por Frei Diogo de Murça para o Convento do Colégio da Costa, havia 268 livros, dentre os quais se encontravam **Epistolae de Erasmo**, o **Novum Testamentum** e os **Colloquia**. Em um inventário de livros pertencentes a D. Duarte, foram encontrados quatro volumes com referência à obra de Erasmo e, no inventário dos livros de Frei Diogo de Murça, incluíam-se referências e obras exegéticas de Erasmo. Os livros sobre Erasmo, reunidos pelo Frei Diogo de Murça, discutiam o tema do evangelismo.

As bibliotecas conventuais que escapavam da fiscalização da inquisição guardavam uma série de livros, dentre eles obras de Erasmo. Foi o caso, por exemplo, da biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz que, sob a orientação de Frei Brás de Barros, contava com os exemplares: **De copia rerum ac verborum** e **De octo orationum partibus**. Apesar das proibições dos livros de Erasmo determinadas pela Inquisição¹, não se dispensavam suas obras para o estudo da didática do latim, baseada no contato com os exemplos e variedade de expressões relacionadas (OSÓRIO, 1978).

Para Frei Brás de Barros, a reforma do ensino de latinidades reforçava o conhecimento linguístico dos jovens. A leitura dos textos

1 A inquisição em Portugal iniciou em 23 de maio de 1536, a pedido de D. João III, caracterizou-se como uma instituição da Igreja Católica responsável por julgar crimes considerados heréticos.

e dos manuais preparava-os para o acesso às artes liberais. A dedicação aos estudos era uma novidade entre a juventude, essa era uma das características do programa de ensino humanístico. A finalidade do ensino não se centrava somente na aprendizagem das letras, focava na educação dos costumes para ser um bom cristão. O ensino humanístico não se assentava apenas nas aulas orais; o livro se tornou cada vez mais um instrumento necessário. A educação humanística, com maior regularidade, aproveitava o livro escolar impresso, e essa mudança ocorria por toda a Europa (OSÓRIO, 1978).

A difusão da pedagogia humanista em Portugal foi favorecida pela expansão da imprensa. Em 1537, em Coimbra, ano de transferência da Universidade, já existiam os prelos de Santa Cruz, tendo em vista que, por volta de 1530 a 1531, Germão Galharde montou a imprensa no mosteiro e ensinou esse ofício aos religiosos Cônegos regrantes. Em 1534, a imprensa em Portugal ganhou novo impulso com a introdução, em seus ofícios, dos caracteres gregos na imprensa de Santa Cruz de Coimbra. Numa carta escrita por D. João III, em 5 de julho de 1539, ele destacou a importância do livro como instrumento essencial no desenvolvimento do ensino nos colégios e nas Universidades (SOARES, 2014).

Com a invenção da imprensa, houve o aperfeiçoamento das línguas vernáculas. A partir do século XVI, começaram a ter maior difusão, as cartilhas para aprender a ler, gramáticas e dicionários em vernáculo. Os idiomas nacionais passaram a ser oferecidos em escolas, concorrendo com o Latim. Dados estatísticos coletados sobre 1312 livros impressos em Portugal de 1501 a 1600 indicam que 30% das publicações eram em Latim e 58% em Português.

As cartilhas eram constituídas por regras gramaticais para o ensino das crianças; além de serem seguidas por textos básicos do catecismo católico (SERÃO; MARQUES, 1998). Nelas, as crianças aprendiam, simultaneamente, a leitura e a doutrina religiosa, conforme documento escrito por João de Barros (1496-1570), denominado **Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da Santa**

Igreja, publicado em 1539. Nele, apresenta os primeiros elementos das letras, em modo de arte memorativa para facilitar a aprendizagem da leitura.

O documento traz ainda textos básicos do catolicismo: A Oração do Pai Nosso; A Saudação do Anjo a Nossa Senhora; Símbolo dos Apóstolos; Os Artigos de Fé; A Ave Maria; Os Dez Mandamentos; Os Sete Sacramentos da Igreja; As Obras de Misericórdia; As Sete Virtudes Teologais e Morais; Os Dons do Espírito Santo; A Benção da Mesa; As Graças; O Tratado da Missa; O Evangelho de São João; Os Símbolos do Espírito Santo; A Oração de Jesus Cristo; a Oração da Hóstia; a Oração do Cálice e os Dias Santos de Guarda da Igreja (BARROS, 1539).

Martinho Lutero foi, talvez, um dos maiores questionadores da política da Igreja Católica. Ele fez críticas severas ao monaquismo e à vida religiosa. Sua finalidade era tornar pública sua indignação contra as indulgências. Na sua visão, a Igreja tinha corrompido a moral crítica com a prática das indulgências, por isto defendia uma reforma extraordinária da Igreja. Em 31 de outubro de 1517, divulgou as suas 95 teses contra as indulgências (ARNAUT DE TOLEDO, 1999; DANIEL-ROPS, 1999; CASTELAR, 1883).

O cardeal D. Henrique, filho de D. Manuel, irmão de D. João III, teve papel importante na política de reforma de D. João III e depois dele, especialmente como reformador de numerosas Ordens Religiosas. De acordo com Dias (1993), em 1546, D. João III enviou a Roma o seu ministro para informar sobre o estado deplorável em que se encontravam os mosteiros em seu reinado. Para tanto, recomendou que solicitasse ao Papa a nomeação de seu irmão D. Henrique para visitação aos mosteiros e a religiosos do reino de modo a viabilizar as reformas necessárias. Durante as visitas, D. Henrique constatou a profunda situação moral vivida pelo clero e, para enfrentá-la, estabeleceu duas ações: a primeira correspondia a um rigoroso exame dos confessores, pregadores, bem como de todos que pretendessem receber ordens; a outra ação consistia em proporcionar uma formação eficaz para todos os religiosos, regulares e seculares.

Em 1540, quando D. Henrique tomou posse da mitra de Évora, ele já possuía as qualidades que o Concílio de Trento exigiria de seu rebanho para admissão de candidatos ao episcopado: nobreza, idade madura, boa formação em letras, ciências e doutrina, pureza de vida e bons costumes. Essas orientações estão contidas no documento das **Constituições Extravagantes**, revisadas por ele em 1565 e 1566, aprovadas em concílio provincial, com a presença dos bispos de Leiria, Portalegre, Lamego, Guarda, Funchal e S. Tomé. Estes documentos foram instrumentos fundamentais na orientação dos religiosos em suas práticas eclesiais (CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES..., 1569).

Nas **Constituições Extravagantes do Arcebispado de Lisboa**, cópia publicada em 7 de fevereiro de 1569, em seu prólogo, D. Henrique esclarece que era seu dever a obrigação da reforma dos costumes dos seus súditos, para que os sacerdotes e ministros do culto divino fossem competentes em suas ações de conversão na vida, em suas palavras e na ciência. O documento, entre outras coisas, determina que todos os religiosos que fossem em missões nos navios portugueses para Cabo Verde, Mina, Brasil, São Tomé e outras terras, além de serem examinados e aprovados, deveriam seguir as orientações do documento (CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES..., 1569).

Este documento e outros serviram como norte no projeto de reforma das Ordens Religiosas, uma vez que suas diretrizes continham as determinações do Concílio de Trento. Para Delumeau (1994), esse Concílio visava atender às necessidades de seu tempo, tal como a reforma protestante; que, segundo ele, teria como características: uma estrutura eclesial mais dura, um clero mais firme e uma ênfase na catequese. Para dar cumprimento às suas orientações episcopais sobre o Concílio, empreendeu-se uma série de visitas, as chamadas visitas diocesanas, realizadas por seus bispos auxiliares.

A visita pastoral era um aspecto importante da política de reforma religiosa em Portugal. D. Henrique era preocupado com as visitas pastorais. Entendia que elas eram fundamentais naquele momento para dar continuidade ao seu trabalho de reforma. É nesse

contexto que se insere uma série de visitas nas diversas Ordens Religiosas em Portugal, as quais deram início ao movimento de reforma desses institutos religiosos (POLÓNIA, 2005).

Em 1552, D. João III escreveu a D. Henrique recomendando-lhe, entre outras coisas, que tivesse a seus serviços bons pregadores, bons visitantes, bons vigários e oficiais de justiça (PAIVA, 2012), conforme determinava o Concílio de Trento em sua Sessão VI, capítulo I (SACRO-SANTO..., 1781). D. Henrique, para executar o seu projeto reformador das Ordens Religiosas, realizou a nomeação de bispos pastorais, por meio deles empenharia seus esforços na reforma eclesiástica.

As visitas pastorais tinham duas fases: a visita pastoral e a visita espiritual. Na primeira, os visitantes realizavam a verificação *in loco*, avaliando o estado de conservação institucional nos mais diferentes aspectos. E, na visita temporal, o visitante convidava os cristãos para entrevista de modo que eles pudessem expressar possíveis heresias que aconteciam. As visitas pastorais foram instrumentos fundamentais na reforma da Igreja e dos costumes (FERNANDES LUÍS, 2009).

Os infantes que administravam as ordens monásticas distribuíam os cargos de acordo com seus interesses e favores que lhes eram prestados. Tais práticas contribuíam para o desenvolvimento de um crescente processo de descrédito, uma vez que não se seguiam as práticas internas, os regulamentos e normativas das ordens. Havia um grande número de comendas em quase todas as regiões (COSTA, 2009). Até o Concílio de Trento, havia, segundo Mattoso (1997), muita promiscuidade entre leigos e religiosos; além disso os bens eclesiásticos eram desviados para as mãos de abades comendatários. Muitos senhores e homens da nobreza fundavam casas religiosas com a prerrogativa do padroado, deixando para si a custódia dos bens das casas e mosteiros.

Na maioria das vezes, as rendas ficavam sob a tutela das abadessas e vigários, filhos dos fundadores dos mosteiros. Muitas dessas casas ditas "religiosas" serviam para abrigar filhos e filhas da nobreza e fidalgos. Era comum a nobreza e fidalgos solicitarem

à Coroa recursos para construção de mosteiros para suas filhas. Em outros casos, a entrada no mosteiro servia como promoção social; nesses casos, os filhos eram enviados aos mosteiros e, em seguida, eram nomeados para responder por eles.

As Ordens monásticas também passaram por reformas profundas. Apesar da grande contribuição e papel que haviam tido outrora, entre os séculos XV e XVI, elas tinham decaído muito, especialmente no seu fervor. Certamente, ainda contavam com religiosos piedosos; porém viviam em meio a confrades cujo trabalho religioso era quase nada edificante. Em virtude da falta da observância de suas Regras e de suas tradições, as Ordens sofreram muitas críticas e questionamentos. Por esta razão, para minimizar os problemas existentes, o papa Leão X, em 1516, colocou todas as Ordens Religiosas sob a autoridade episcopal, mesmo as mendicantes.

Quase todas elas, cerca de quarenta anos antes do Concílio de Trento, deram sinais de renovação de sua espiritualidade e práticas de devoção. Das antigas Ordens, emergiram diversas congregações religiosas, como a Congregação Beneditina Portuguesa, que pretendiam a renovação de suas práticas por intermédio da observância de suas Regras, Estatutos e Constituições, ainda mais depois das disposições conciliares de Trento (MATTOSO, 1997; RODRIGUES, 2010).

A renovação da observância monástica e da reformulação do modo de organização dos mosteiros, inclusive entre os beneditinos, foi acompanhada pela organização dos estudos, conforme modelo de Lovaina (na Bélgica atual). “Lovaina possuía nesse tempo uma das mais afamadas universidades europeias, constituída por cerca de três dezenas de Colégios, entre os quais o chamado Colégio Trilíngue, notável na história do ensino [...]” (CARVALHO, 2001, p. 174). Com a reforma da Universidade de Coimbra, sobretudo pela ampliação dos currículos e pela cooperação entre mestres e professores nacionais e estrangeiros, a maioria vindos de Lovaina, iniciou-se a fundação de diversos colégios das Ordens Religiosas, os quais permitiram aos seus religiosos uma formação intelectual.

Esse movimento de reforma dos colégios, inspirado na pedagogia humanista, seguiu o modelo do Colégio de Artes, no qual, em seu corpo docente, havia diversos humanistas oriundos do Colégio de La Guienne, em Bordéus. Foi André de Gouveia que os trouxe consigo. Anos depois, em 1555, o Colégio de Artes foi entregue aos jesuítas (TAVEIRA DA FONSECA, 2011).

A fundação de colégios próximos à Universidade de Coimbra ocorreu em períodos e espaços urbanos distintos: numa primeira fase, na Rua da Sofia, junto ao Mosteiro de Santa Cruz, congregou, de 1535 a 1550, onze colégios; na seguinte, a Alta cidadina, em torno do Paço das Escolas, reuniu, entre 1547 e 1779, dezessete colégios (PACHECO, 2014). A maior parte dos Colégios foi fundada no reinado de D. João III, destinavam-se à formação dos religiosos e de cristãos.

Eles pertenciam e eram financiados por Ordens Religiosas: Mosteiro de Santa Cruz (reforma) (1527); Colégio de São Miguel (1535); Colégio de Todos-os-Santos (1535); Colégio de São Tomás (1539); Colégio de Nossa Senhora do Carmo (1540); Colégio de São Pedro (1540); Colégio das Onze Mil Virgens ou de Jesus (1542); Colégio de Nossa Senhora da Graça (1543); Colégio de São Bernardo ou do Espírito Santo (1545); Colégio de São Domingos (1545); Real Colégio das Artes (1548); Colégio de São João Evangelista ou dos Lóios (1548); Colégio de São Jerónimo (1549); Colégio de São Paulo Apóstolo (1550); Colégio de São Boaventura ou dos Pimentas (1550); Colégio da Santíssima Trindade (1552); Colégio Novo, de Santo Agostinho ou da Sapiência (1552); Colégio de São Bento (1555); Colégio de Nossa Senhora da Conceição, de Tomar ou de Cristo (1566); Colégio dos Franciscanos Calçados, dos Terceiros ou dos Borrás (1572); Colégio de Santo António da Pedreira (1602); Colégio de São José dos Marianos (1603); Colégio dos Militares (1615); Colégio de São Boaventura (1616); Colégio de Santo António da Estrela (1707); Colégio de Santa Rita, dos Agostinhos Descalços ou dos Grilos (1755); e, Colégio de São Paulo Eremita (1779) (SERRÃO; MARQUES, 1998).

Após a morte de D. João III, seu sucessor foi D. Sebastião (1554-1578, rei desde 1557); no entanto, devido sua minoridade, a regência e a tutoria do novo rei foram entregues à avó, D. Catarina, rainha viúva de D. João III. Em 1562, D. Catarina renunciou à regência do reino e a entregou ao cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, mas continuou como tutora. D. Sebastião começou a governar verdadeiramente a partir de 1568, quando atingiu a maioridade.

Seu regente assumiu o compromisso de reformar os mosteiros beneditinos. Com esse propósito, conseguiu do Papa Pio IV (1499-1565), pela bula *Eximiae devotionis*, de 01 de janeiro de 1562, para si e seus sucessores, o direito do padroado dos mosteiros beneditinos e, depois, pelo Papa Pio V (1504-1572), pela bula *In Eminentis*, de 30 de abril de 1566, poderes para centralizar os mosteiros reformados de Portugal numa congregação que teria Tibães, por ser o mais antigo entre eles, como o mosteiro sede e o seu Abade como Abade Geral da Congregação (CORREIA, 2008; DIAS, 1993).

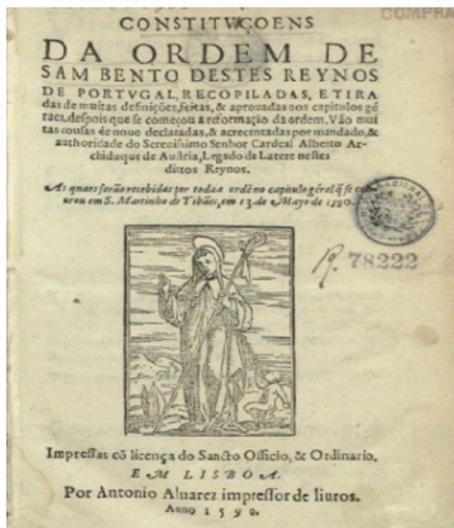
O motivo da restauração dos mosteiros beneditinos portugueses não teve outro objetivo a não ser a criação da Congregação Beneditina portuguesa, fato que já havia começado na Alemanha, passado para a Itália e chegado à Espanha. Cabe ressaltar que, à semelhança das demais Ordens Religiosas, a Ordem Beneditina não existe. Os Mosteiros são independentes uns dos outros e tampouco existe um superior geral com poderes sobre os membros, como os das demais Ordens Religiosas. Na verdade, o que existe hoje é a Confederação Beneditina, criada pelo Papa Leão XIII (1810-1903, papa desde 20 de fevereiro de 1878), no final do século XIX, na tentativa de equiparar os beneditinos às demais famílias religiosas. E que, de fato, não funcionou.

CAPÍTULO 3

OS BENEDITINOS NO NOVO MUNDO

3.1 A CONGREGAÇÃO BENEDITINA EM PORTUGAL E SUA EXPANSÃO PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

Neste capítulo, são destacadas as mudanças ocorridas nos mosteiros com a reforma; as muitas dificuldades iniciais e resistências para a constituição da Congregação. Após os primeiros anos, foram construídos três colégios com a finalidade de formar os futuros religiosos beneditinos. Depois da **Regra Beneditina**, com diretrizes para organizar e dirigir a vida religiosa nos mosteiros, existem as **Constituições**. Trata-se de um documento de caráter pedagógico que orientava as intenções dos candidatos, além de conter instrumentos avaliativos dos futuros religiosos e da organização da vida em comunidade nos mosteiros. A **Regra Beneditina** e as **Constituições** foram os principais instrumentos orientadores da instituição desses religiosos na América Portuguesa.



Fonte: Capa do livro Constituições de 1590.

Na **Regra**, os religiosos são chamados a seguir o conselho de um bom pai. É preciso que eles direcionem as suas ações com fundamento na obediência a Deus. A palavra divina é luz para guiá-los pelo caminho da oração e do estudo. Ela ajuda os religiosos a se afastarem do mal pela prática das boas obras. A observância da fé e das boas ações, sob a orientação do Evangelho e da Ciência, torna o religioso um homem sábio. “Portanto, é preciso preparar nossos corações e nossos corpos para militar na santa obediência aos preceitos; e em tudo aquilo que nossa natureza tiver menores possibilidades, roguemos ao Senhor [...]” (REGRA DE SÃO BENTO, 2012, p. 19).

A **Regra** orienta que os religiosos constituam uma escola de serviço do Senhor, e que nela sejam ensinados os mandamentos de Deus pelo Evangelho, visando emendar os vícios e estimular a prática da caridade. Os mandamentos do magistério de Deus não podem ser esquecidos, nem devem os religiosos viver separados deles, a palavra divina deve ser preservada no mosteiro e amparada pelo conhecimento científico.

As **Constituições** (1590) contêm instruções pedagógicas sobre as qualidades dos mestres de noviços; das condições para ser um pregador beneditino; das qualidades que os candidatos que frequentavam os colégios deveriam possuir; as regras dos colegiais sobre a prática do ofício divino e suas lições e das coisas que são permitidas aos colegiais, entre outras.

A criação da *Congregação dos Monges Negros de São Bento dos Reinos de Portugal* ocorreu no reinado de D. João III. Em seu reinado, ocorreram reformas significativas que marcaram a vida lusitana, com destaque para a consolidação da expansão marítima; a reforma da Universidade de Coimbra; a criação do Real Colégio de Artes e Humanidades de Coimbra; a criação do Tribunal da Santa Inquisição; a expansão do trabalho missionário dos Jesuítas; a ocupação das terras na América Portuguesa, a partir da política das Capitânicas Hereditárias; e, mais tarde, a centralização de poder com a criação da Governadoria-Geral. Além, é claro, da reforma das Ordens Religiosas, incluindo os beneditinos (DIAS, 1993).

De acordo com o documento denominado **Constituições...**, publicado em 1590, o modelo jurídico da Congregação Beneditina portuguesa era fundamentado nas constituições das congregações italiana de Santa Justina e espanhola de S. Bento de Castela, Valladolid. O abade geral da congregação seria eleito a cada três anos e todos os abades locais seguiam essa regra trienalmente, estabelecida por meio de um Capítulo Geral da ordem.

Os mosteiros não perderiam a sua autonomia tradicional; além disso ficariam organizados num sistema de governo centralizado. O problema maior era o fato de os mosteiros continuarem sendo administrados por abades comendatários, muitas vezes provenientes do clero ou da sociedade civil, cuja gestão era desligada dos interesses da comunidade monástica. Então, o rei D. Sebastião, em outubro de 1572, solicitou ao Papa uma Bula para que continuasse com o movimento de reforma iniciado em Portugal, porém o Papa Gregório XIII, pela Bula "*Dum intra mentis*", de 16 de janeiro de 1574, renovou a D. Sebastião o Padroado, todavia não deixou que a reforma avançasse enquanto fossem vivos os comendatários (DIAS, 1993).

A incorporação dos mosteiros junto à congregação ocorreu progressivamente à medida que os abades comendatários faleciam ou abdicavam da função mediante pensão vitalícia. A data de "fundação" da Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal ocorreu na década de 1560, com a nomeação do Frei Pedro das Chaves para assumir o cargo de Abade do Mosteiro de Tibães e o cargo de Abade Geral da Congregação Beneditina Portuguesa em 8 de setembro de 1569 (DIAS, 1993). Apesar das dificuldades iniciais para a constituição da Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal, a Congregação fundou, alguns anos depois, três colégios para a formação de estudantes: um de Latinidade em Refojos de Basto, um de Artes em Alpendorada e um de Teologia em Coimbra. A construção desses colégios foi autorizada pelo Capítulo Geral da Congregação, realizado em Tibães, entre 13 a 16 de fevereiro de 1575.

Em 1578, o Rei D. Sebastião, por um instrumento de concórdia, doou aos beneditinos portugueses todos os seus mosteiros. Quando Felipe II de Espanha assumiu o Reino de Portugal, continuou a colaborar com os monges beneditinos, favoreceu a construção de novos mosteiros e, sob o seu pedido, o Papa Sixto V confirmou a Bula *Injunctum nobis desuper*, de 25 de novembro de 1587, com a qual referendou as Bulas do Papa Pio V, confirmando a *Congregatio S. Benedicti Regni Portugalliae*. A Bula ainda permitiu a transferência de mosteiros para regiões mais afastadas e a anexação de mosteiros pobres por outros. E, em 1596, por deliberação do Papa Gregório XVI, a Congregação passou a usufruir o direito de conferir grau de bacharel, mestre e doutor a todos que, comprovadamente, lecionavam há mais de 12 anos (DIAS, 1993).

À medida que todos os abades dos mosteiros portugueses assumiram suas funções, Frei Pedro das Chaves realizou, em Tibães, em 10 de setembro de 1570, o Primeiro Capítulo Geral da Congregação. Houve a participação de 19 representantes de oito mosteiros (Tibães, Santo Tirso, Rendufe, Pombeiro, Refojos de Basto, Alpendorada, S. Romão do Neiva, Colégio de Coimbra) com a finalidade de elaboração das Constituições e Definições, bem como obter cooperação para elaborar o modelo de vida e a ação missionária da Congregação. A elaboração das Constituições era uma necessidade, por meio delas seria possível organizar e dirigir a vida religiosa nos mosteiros (VIEIRA, 2012).

Os reformadores dos mosteiros beneditinos, a exemplo das Congregações Beneditinas de Santa Justina de Pádua e de S. Bento de Castela, foram estimulados pelo movimento denominado “*Devotio Moderna*”. Distanciaram-se das características ruralistas dos mosteiros de Entre-Douro-e-Minho e incentivavam os monges a frequentar a Universidade de Coimbra, visando ao estudo e à docência (DIAS, 2011).

O noviciado era realizado em Tibães, Lisboa ou Porto, tendo duração de um ano ou mais. Com os votos ordinários, conversão dos costumes, obediência e estabilidade, os monges tinham que se de-

dicar aos estudos. A formação ocorria nos colégios monásticos e na Universidade de Coimbra. Para entrar no noviciado, era necessária a realização de um exame de admissão, havia os chamados processos de *Inquirição de Genere, Moribus et Vita*. Eram exames minuciosos com a finalidade de avaliar as habilidades e capacidades daqueles que iriam entrar em formação na Congregação (DURÃES, 2003).

As **Constituições**, segundo Durães (2003), orientavam para que os iniciantes fossem devidamente observados de modo a verificar suas “verdadeiras” intenções ao escolher a vida religiosa. Além disso, elas prescreviam que, após os exames, dois monges fossem convocados a fim de verificarem e confirmarem todas as informações e declarações dos iniciantes. Muitas vezes, os monges iam às localidades dos pretendentes e conversavam com os moradores da região para coleta de testemunhos sobre os seus costumes, comportamentos e educação; bem como sobre a pureza de sangue de sua família.

As informações obtidas sobre os iniciantes, segundo determinações estabelecidas nas **Constituições**, orientavam para que, em cada mosteiro, houvesse um livro denominado “Livro das Profissões”. Nele, deveriam constar informações sobre todos os iniciantes, como a identidade dos pais e avós; a proveniência geográfica e social; o círculo de relações familiares; características comportamentais, inclusive aptidões intelectuais e artísticas. Saber latim, ter uma boa linhagem e “dons” para canto e música eram, por assim dizer, as principais exigências para ser admitido na Congregação. Por apresentar esses critérios para admissão de seus pretendentes em suas **Constituições**, a Congregação Beneditina era vinculada aos grupos de elite, destacava-se, dentre as ordens, como uma das principais preceptoras de filhos da nobreza e da fidalguia portuguesa. Esse perfil também era semelhante ao das outras Ordens religiosas. Segundo Durães (2003), a carreira eclesiástica era uma das opções da fidalguia portuguesa para resolver a colocação do segundo filho.

Os grupos das famílias sociais mais pobres também encaminhavam seus filhos para os mosteiros, como irmãos conversos ou donatos; porém as dificuldades para que conseguissem ingressar eram maiores. O investimento em educação e a entrada no mosteiro era bastante oneroso; a falta de linhagem, em alguns casos, era compensada com investimento nos estudos em latim, canto e música (OLIVAL; MONTEIRO, 2003).

No primeiro ano de noviciado, os pretendentes passavam por um rigoroso exercício de orações e de sacrifícios, cujo objetivo era avaliar as verdadeiras intenções de cada candidato ao hábito beneditino. Nesse mesmo período, era dado início à formação do futuro monge com o estudo da **Regra de São Bento** e das **Constituições dos Monges Negros da Congregação de S. Bento dos Reinos de Portugal**. Ao final do primeiro ano de noviciado, por volta dos dezesseis anos de idade, eram novamente avaliados e admitidos à profissão e a tomarem o hábito. Após, seguiam seis anos de estudo, inicialmente para conseguirem as ordens menores, depois, o subdiaconato e o diaconato, por último, após serem avaliados em reunião capitular, recebiam a ordenação sacerdotal por volta dos vinte e cinco anos de idade.

A vinda dos beneditinos para o Brasil foi resultado da política expansionista consolidada no reinado de D. João III. Em seu reinado, foram instituídas as diretrizes necessárias à melhoria da administração das colônias e, no que concernia a uma ativa política de investimento em educação, uma educação escolarizada para as elites e catequese para o povo.

Em 4 de dezembro de 1551, D. João III, por carta de instituição e doação, elevou a Igreja da cidade de Salvador da Capitania da Bahia a Igreja Episcopal e Catedral. Doou ainda 50 léguas de terras ao longo da costa do mar e mais 20 léguas em direção ao interior. Seus atos revelam que a fixação dos beneditinos na América Portuguesa vinha ao encontro dos desejos de D. João III. A expansão da Congregação foi um dos temas de discussão tratado no Segundo Capítulo Geral, realizado em fevereiro de 1575 em Tibães. Esteve em discussão a aprovação da fundação de mosteiros na Índia e no Brasil (SENNÁ, 2011).

O Frei Pedro das Chaves, Geral da Congregação na época, informou, nessa reunião capitular, que moradores de diferentes partes do Brasil haviam lhe enviado diversas cartas que solicitavam a fundação de mosteiros beneditinos em terras brasileiras. Pediam o envio de monges que entendessem da conversão da “gentilidade”; além disso alegavam ser devotos de São Bento. Para este fim, os monges beneditinos se puseram à disposição do rei para fundarem casas em qualquer região do Império, a serviço da Igreja e da Coroa (DIAS, 2011).

Para dar início ao movimento de reforma beneditina, primeiramente, assumiram este compromisso os religiosos Pedro Chaves e Plácido de Vilalobos. Eles partiram de Salamanca para Portugal em 30 de novembro de 1558 (ARQUIVO DE SINGEVERGA, 1569a). Em Santo Tirso, iniciaram a reforma beneditina, porém os reformadores foram mal recebidos (DIAS, 1993; SANTOS, 2010).

Para realizar a reforma geral, o cardeal D. Henrique solicitou da Congregação reformada de Valladolid, de seu geral, Fr. Juan de Villaumbrales, o envio de dois religiosos, Alonso Zorrilla e Juan de Guzmán, com a finalidade de realizarem as visitas aos mosteiros de Portugal, conforme o **Livro das posses...**, manuscrito do século XVI, do Arquivo de Singeverga, datado de 8 de setembro de 1569.

O que considerando El Rey nosso senhor, em como pouco e pouco esta dita ordem e religião se hia extinguindo e perdendo a lembrança de sua virtude, e do muyto fructo que nos tempos passados fazia nas almas dos fieis christãos, e como em breve tempo se poderia de todo extinguir se por alguma via de que Deos fosse servido se não atalhasse a tão grande inconveniente, pello que com este santo zello dirigio suas cartas ao Serenissimo Rey de Castella Dom Philippe onde esta religião e ordem nestes tempos mais florescia em observancia da regra vida e letras, e com exemplo e costumes, e bem assi ao muyto Reverendissimo Padre Frey Joam Villalumbrales Geral da dita Ordem e Província de Castella procurando nelas lhe serem enviados alguns Padres de exemplo vida e religião com quem communicasse e tratasse o modo que se avia de ter em reformar e restituir a dita ordem

e religiosos della e seu verdadeiro, e primeiro estado, en cumprimento do qual, foy enviado a Sua Alteza o muyto R. Padre Mestre Frey Afonso Çorrilha por concorrerem nelle as partes necessarias para negocio tam importante, e de tanta qualidade, por ser hua das principaes pessoas que en dita Provincia de Castella avia, o qual sendo vinco a estes reinos per mandado de sua Alteza e per consião do Reverendissimo Senhor Arcebispo, e dos mais Prelados a que pertencia, visitou todos os mosteiros da dita ordem, mandando e ordenando, o que por então lhe pareceo mais necessario pera bem da dita ordem (ARQUIVO DE SINGEVERGA, 1569b, p. 1-2).

Frei Alonso Zorrilla visitou os mosteiros beneditinos portugueses entre 1564 e 1565. Após a realização das visitas, elaborou um documento denominado **Informação que deu o P. Fr. Alonso Zorrilla dos nossos mosteiros a S. A. avendos visitados**. Uma cópia desse documento pode ser encontrada no Arquivo Histórico Nacional de Madrid. É um documento importante porque nele consta a situação material e espiritual dos mosteiros portugueses. Frei Alonso Zorrilla visitou os mosteiros de Coimbra, Santo Tirso, Tibães, Refojos, Arnoja, Trabanca, Pombeiro, Rendufe, Carvoeiro, Palme, S. Roman de Neiva, Bustelo, Paço de Sousa, Alpendorada, Cete, Pedroso e S. Salvador de Viana (ZARAGOSA PASCUAL, 1982; 1981).

Em 1564, no Colégio de Coimbra, Frei Alonso Zorrilla encontrou religiosos que não se preocupavam com os estudos, nem tinham interesse em aprender as cerimônias e a disciplina monástica. Nessa época, estavam submetidos ao governo do Abade Juan Pinto. Em Santo Tirso, os religiosos queriam depor o prior Frei Plácido de Villalobos porque ele mostrava muito rigor na observância da disciplina.

No mosteiro de Tibães, haviam sido roubados os ornamentos e as mobílias. Na época em que visitou o mosteiro de Tibães, Frei Alonso Zorrilla estabeleceu a clausura e admitiu a entrada de noviços. Ele sofreu resistência do arcebispo Frei Juan de Leiria e do comendatário de Carvoeiro, Pedro de Gran. Eles ajudavam os religiosos resistentes à reforma. Frei Juan de Leiria, nessa época, inclusive, solicitou que

derrubassem o mosteiro de S. Salvador de Viana, para que o mosteiro não fosse reformado (ZARAGOSA PASCUAL, 1981).

No mosteiro de Refojos, Frei Alonso Zorrilla encontrou religiosos sem cultura nenhuma. Muitos deles tinham dificuldade para serem ordenados em Braga, visto que não demonstravam ter conhecimento algum. O comendatário Juan Pinto e seu irmão Gonzalo Pinto administravam a maior parte das fazendas do mosteiro e haviam solicitado a Roma recursos necessários para mantê-las.

Em Arnóia, havia somente um religioso, Frei Zorrilla orientou para que fechasse a clausura e abrisse o mosteiro para receber noviços. O comendatário prometeu que cumpriria a observância monástica; contudo pediu que lhe fossem entregues recursos para isso.

O mosteiro de Trabanca estava todo arruinado, sem nenhuma renda. Frei Zorrilla reformou o mosteiro, restabeleceu a clausura e os hábitos de vida comum; porém, após a sua partida, os religiosos de Trabanca se uniram aos religiosos de Paço de Sousa, Bustelo e Alpendorada para impedirem a reforma. Após uma segunda visita, ele castigou os culpados e restabeleceu a observância no mosteiro.

Em Pombeiro, havia religiosos desejosos da reforma, mas o prior do mosteiro não queria a visita do Frei Alonso Zorrilla, tinha medo de perder as suas rendas. Frei Alonso Zorrilla não visitou o mosteiro por solicitação de D. Henrique. Em Rendufe, o comendatário Enrique de Sousa havia reformado os edifícios e a fazenda, mas os religiosos que lá viviam não respeitavam os hábitos de vida comum. Frei Zorrilla solicitou ao comendatário para continuar com a reforma empreendida e para que se preocupasse com a devoção e observância da **Regra**, para isto, ajudaria com recursos. Em Carvoeiro, havia quatro religiosos preocupados somente com a oração das horas canônicas e em regar as suas hortas. Frei Zorrilla solicitou ao comendatário que desenvolvessem as atividades necessárias para que pudessem viver em comunidade (ZARAGOSA PASCUAL, 1982).

Em Palme, o mosteiro estava abandonado. Os três religiosos e um noviço que lá viviam fugiram quando foram informados da visita

do Frei Alonso Zorrilla. No mosteiro de S. Romão de Neiva, passou por diversos problemas envolvendo os comendatários administradores do mosteiro. O comendatário Pedro Fernândes, que administrava as fazendas do mosteiro, havia casado as suas três filhas com recursos oriundos das fazendas. Viviam no mosteiro três religiosos e um prior com suas mulheres e filhos. Ante tais condições, Frei Zorrilla despediu os religiosos e pôs outros quatro no lugar. Cercou o mosteiro e desenvolveu as oficinas necessárias para viverem em comunidade.

Em Bustelo, havia um prior perpétuo e os religiosos que lá viviam possuíam esposas. Frei Zorrilla, reformou o mosteiro, restabeleceu a vida regular e a clausura. No mosteiro de Paço de Sousa, havia religiosos com mulheres e filhos, os quais não aceitaram permanecer no mosteiro sem suas mulheres e filhos. Para lá enviou religiosos de outros mosteiros e, assim, restabeleceu a vida regular e a clausura.

Em Alpendorada, encontrou religiosos perdidos: dos dez que lá viviam, somente três deles permaneceram. Outros religiosos foram incorporados ao mosteiro e, com isso, pôde ser restabelecida a vida regular e a clausura. Além disso, ordenou ao abade comendatário D. Manuel que edificasse as dependências necessárias.

Os mosteiros de Cete, Pedrosa e Viana não puderam ser reformados. Pediu para que fossem unidas as rendas dos mosteiros de Ganfei, S. Finz e Longavares e se fundasse um novo mosteiro. Para tanto, solicitou a Roma a bula de reforma dos mosteiros portugueses, passando a ter poderes para unir mosteiros, tendo como modelos da reforma a Congregação Beneditina de Santa Justina e a Congregação de Valladolid (ZARAGOSA PASCUAL, 1982).

Houve necessidade de organização de ordenações comuns a todos os mosteiros, fundamentais à manutenção da observância dos mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, da Regra, das Constituições, dos Cerimoniais e dos Costumeiros. Era imprescindível regulamentar as cerimônias das missas, o ofício divino e outros atos conventuais; bem como as práticas disciplinares, a oração mental e as atividades comuns.

Em relação às ordenações particulares de cada mosteiro, foi preciso estabelecer diversas providências que envolviam a conservação da observância, a vida comum, a economia, as obras dos mosteiros, igualmente o número de religiosos que deveria possuir cada um dos mosteiros, as provisões e os rendimentos necessários à manutenção de cada um. Muitos deles eram dotados de recursos suficientes à sua manutenção; porém a administração dos mosteiros pelos abades comendatários reduzia a quase nada os recursos disponíveis (ZARAGOSA PASCUAL, 1982).

Na sessão XXV do Concílio de Trento, que se refere aos religiosos regulares e Freiras, foi determinado que todos os religiosos deveriam conformar a sua vida de acordo com o que prescrevia a Regra que professavam. O documento também determinava, em seus Capítulos Gerais, Provinciais e Visitas Pastorais, que os superiores dos religiosos acompanhassem com cuidado e diligência os fundamentos da vida regular. A todo e qualquer religioso, homem ou mulher, era vedado possuir propriedades ou bens de valor; aqueles que possuíssem deveriam entregá-los ao mosteiro ou convento (CONCÍLIO DE TRENTO..., 1564).

A posse de bens imóveis, segundo o documento, era para contribuir com a manutenção dos mosteiros. Todo regular que desejasse pregar em outras localidades ou sair das proximidades do mosteiro para o desenvolvimento de obras pias deveria pedir autorização a seus superiores. Para prestar serviços a algum prelado, príncipe, universidade, comunidade ou qualquer outra pessoa ou lugar, deveria fazê-lo com autorização prévia, inclusive para realização de estudos. Os religiosos que eram encaminhados às universidades para estudos deveriam morar somente nos Conventos (SACROSANTO..., 1781, tomo 2).

D. Henrique, conforme bula datada de 29 de agosto de 1564, solicitou a Francisco Correa, a impressão, em formato de livro, dos decretos do Concílio de Trento em língua vernácula. Na bula, segundo D. Henrique, era preciso que todas as Igrejas do Reino e de suas possessões cumprissem e fizessem cumprir as determinações do Con-

cílio. Todos os cristãos deveriam ser notificados, após a publicação deste documento em língua vernácula, da doutrina da Igreja Católica contida nos Decretos de Trento.

Segundo as determinações de D. Henrique, ninguém no Reino de Portugal e em suas possessões poderia alegar ignorância dos Decretos. Nos Decretos e Determinações do sagrado **Concílio de Trento...** (1564), edição resumida dos decretos conciliares, dirigidas ao povo cristão dos reinos de Portugal e em suas possessões, publicado em 1564, D. Henrique falou da importância das visitas pastorais. Destacou o papel do ensino da fé, a doutrina da Igreja contra os hereges, a conservação dos bons costumes, a necessidade de se evitar os maus hábitos e estimular o povo para a prática das virtudes.

A ereção da Congregação Beneditina em Portugal, da Ordem de São Bento, foi regida e ordenada da maneira como foram organizadas as Congregações de São Bento nas províncias e reinos da França, Itália e Castela, conforme consta no documento do **Livro das posses...**, manuscrito do século XVI, do Arquivo de Singeverga, datado de 8 de setembro de 1569b. A criação da Congregação Beneditina Portuguesa possibilitou a aplicação uniforme da Regra de São Bento.

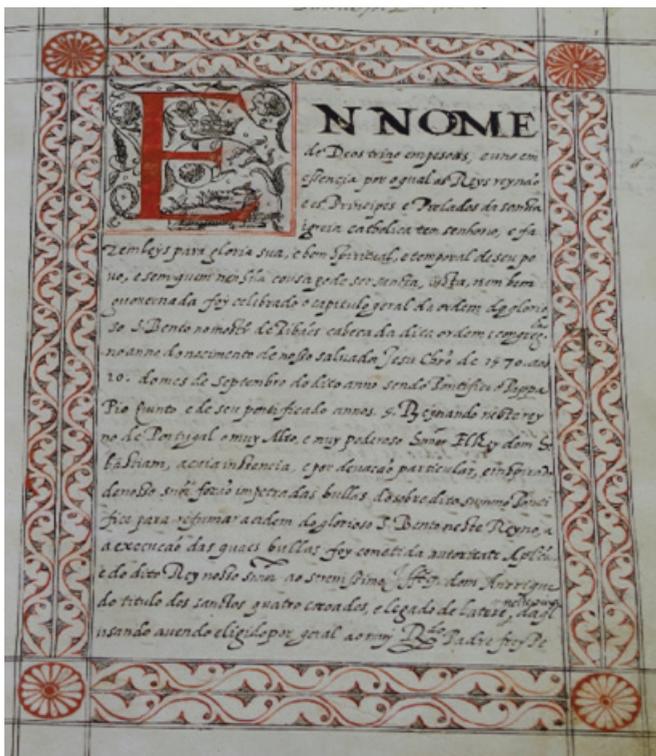
D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, concedeu provisão a Frei Pedro das Chaves para tomar posse do mosteiro de Tibães e assumir o cargo de Abade Geral e Reformador da Congregação de São Bento de Portugal. Frei Pedro das Chaves tomou posse como abade de Tibães e como Geral da Congregação em 8 de setembro de 1569, por eleição e confirmação de D. Henrique e de D. Sebastião, rei de Portugal, conforme documento do **Livro das posses**. A forma de eleger os superiores era por voto secreto. Aqueles que não seguissem as determinações conciliares teriam as suas eleições anuladas, ficando inapto para assumir cargos eletivos (SACROSANTO..., 1781, tomo 2).

Com a fundação da Congregação Beneditina Portuguesa, o Colégio de Coimbra se tornou o centro de estudos teológicos da Congregação. O Colégio de São Bento de Coimbra foi fundado por

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DOS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Frei Diogo de Murça, monge de São Jerônimo e comendatário do mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, em 1555, com bula papal de autorização exarada em 1549.

As Constituições de Castela e de Santa Justina de Pádua serviram como documentos orientadores para a elaboração das Constituições Beneditinas de Portugal. Delas, segundo consta no documento denominado **Bezerro I** (1570-1611), chamado assim pela documentação estar encadernada cuidadosamente em pele de bezerro, foram tiradas somente o que era essencial aos propósitos da Congregação de Portugal. O documento foi apresentado no Capítulo Geral realizado em Rendufe em 1578. Após passar por revisões, foram aprovadas por toda a Congregação no Capítulo Geral ocorrido em Tibães em 13 de maio de 1590. Elas foram impressas em Lisboa, por António Alvarez, sendo constituídas por um prólogo e sessenta e dois capítulos.



Fonte: Página inicial do Bezerro I (1570-1611).

No Prólogo das **Constituições...** de 1590, é dito que os religiosos beneditinos devem ter conhecimento das coisas do seu ofício que pertencem à sua vocação e a elas são submetidos. Nele, há o argumento de que muitos dos problemas vivenciados pela Ordem seriam dirimidos, visto que, a partir de então, além de a Congregação ser dirigida por um abade geral, contaria ainda com religiosos visitantes, definidores, abades, priores e outros eleitos em Capítulos Gerais para um mandato trienal. Os religiosos que assumiriam essas funções deveriam administrá-las com cuidado e diligência, conforme determinou o Concílio de Trento, para o bom governo dos mosteiros. E, aos que não agissem conforme se determinava, incorreriam em pena de excomunhão.

Os sessenta e dois capítulos foram organizados em dois grandes eixos temáticos: o primeiro discorre sobre os modos de organização e de administração da Congregação e dos mosteiros. O segundo é voltado para as atividades do Ofício Divino e as regras de vida comum.

Do primeiro capítulo até o trigésimo sexto tratam de questões administrativas, relacionadas à vida temporal. No primeiro capítulo, são estabelecidas as hierarquias administrativas; e, no segundo, os procedimentos necessários para as eleições trienais. O terceiro fala dos religiosos que poderão participar dos Capítulos Gerais da Congregação. Na sequência, no capítulo quarto, são determinados os procedimentos e condições para eleição de procuradores que poderão participar dos Capítulos Gerais. No quinto, fala da preparação que deve ocorrer para a realização da primeira sessão do capítulo. No sexto, fica determinada a leitura das Constituições antes que se proceda qualquer eleição, para que todo religioso tenha conhecimento de seus direitos e deveres. Do sétimo ao trigésimo segundo versam sobre a eleição de Definidores; eleição do Abade Geral e sua autoridade; eleição dos Prelados; eleição dos Visitadores e de seus poderes; a autoridade dos subpriors; dos livros que deve haver no mosteiro; da remissão da culpa e da eleição do Prior e de sua autoridade. Em

seu capítulo trigésimo terceiro, discorre sobre as qualidades que devem possuir os mestres de noviços. O documento estabelece que eles sejam espirituais, observantes, zelosos da Regra Beneditina e da fé cristã católica. Eles serão nomeados pelo abade geral, de acordo com as qualidades esperadas; além disso, não poderiam ser prelados, nem priores. Deveriam ter, ao menos, dez anos de hábito, mas não se ocupar com outros ofícios. Seria permitido realizar as atividades do altar e de canto, não mais que isto para não prejudicarem a formação de seus noviços. E o trigésimo quarto fala sobre os pregadores, o trigésimo quinto dos confessores do mosteiro, o trigésimo sexto das censuras e o trigésimo sétimo sobre o ofício divino.

A segunda parte vai do trigésimo oitavo até o sexagésimo segundo, está relacionada às atividades da vida espiritual. Tem relação com as atividades da vida cotidiana interna no mosteiro, relacionadas ao horário, ofício divino, reuniões capitulares, alimentação, a *lectio divina* e o estudo, o silêncio e a conversação, a educação das crianças, os doentes e os mais velhos, a caridade e a hospitalidade, a biblioteca, o código penal e outros aspectos da vida cotidiana dos religiosos (CONSTITUIÇÕES..., 1590).

As suas celas deveriam estar no noviciado; nele, nenhum religioso poderia adentrar sem a devida autorização e, em caso de indisciplina, sofreriam penalidades. Sob a licença do Abade Geral, ao mestre de noviços seria permitido edificar e ensinar o que lhe provesse. O prior poderia entrar no noviciado, mas não tinha autorização para conversar com eles. O prelado, contudo, tinha permissão para controlar, animar e saber das dificuldades vivenciadas pelos noviços. O noviciado era como uma etapa de aprofundamento da vida beneditina.

O mestre tinha a responsabilidade de moldar o iniciante de acordo com a identidade do grupo. Os mestres de noviços, com a instituição das diretrizes de Trento, deveriam possuir profundo conhecimento da doutrina cristã, incluindo o "Pai Nosso", a "Ave-Maria", o "Credo", a "Salve Rainha", os "Artigos de Fé", os "Mandamentos de Deus e da Igreja", os "Sete Pecados Capitais", as "Obras de Miseri-

.....

córdia” e todas as outras coisas que um bom cristão deveria saber, de acordo com o **Catecismo** dos párocos – *Catechismus ex decreto Conc. Tridentini ad parochos*, Roma, 1566 –, redigido por Decreto do Concílio Tridentino, publicado por ordem do Papa Pio V em 1566 (CATECISMO ROMANO, 1950).

Aos mestres de gramática, retórica, humanidades e artes liberais, fosse em escola pública ou privada, a recomendação tridentina propunha que, pela instrução, todos deveriam saber a doutrina cristã, bem como guardar os mandamentos da Lei de Deus, uma vez que estes eram os princípios e fundamentos de todas as ciências, conforme ensinam as Sagradas Escrituras. O ensino da doutrina cristã objetivava livrar todos os fiéis da ignorância e dos “inimigos” de sua alma. O cumprimento de tais atividades seria observado e avaliado por visitantes da Igreja. E, de acordo com o parecer deles, havendo descuido ou negligência, os responsáveis seriam castigados arbitrariamente com penas pecuniárias (CATECISMO ROMANO, 1950).

Todos aqueles que conseguissem o título de “doutor” ou “Licenciamento” deveriam fazer o juramento e profissão de fé à doutrina cristã. De acordo com o disposto nas bulas tridentinas, foi determinado que todas as pessoas eclesiásticas ou seculares, atuantes em instituições de ensino público ou particulares, com a devida licença para ensinarem teologia especulativa, moral, direito canônico ou civil, medicina, filosofia ou qualquer outra arte liberal, fossem obrigadas, antes de começarem a ensinar, a assumirem o juramento e a profissão de fé na doutrina católica. Caso isto não fosse cumprido, incorreriam em pena pecuniária; além disso era necessário, para ensinar em instituições públicas e particulares, que fossem avaliados, entre outros quesitos, sobre sua vida, religião e costumes para que pudessem receber uma licença por escrito. Igualmente, os religiosos tinham por obrigação, para conseguirem licença para pregar ou ser confessor, realizarem a profissão de fé (CATECISMO ROMANO, 1950).

Era necessário que as pessoas, para conservarem a pureza da fé católica, ficassem livres da presença e comunicação com os

indivíduos considerados “hereges”; mesmo aqueles suspeitos de práticas pecaminosas. Os fiéis que soubessem de algum caso deveriam, imediatamente, informar as instâncias eclesiásticas, bem como os inquisidores apostólicos. Todas as pessoas que falassem mal da fé católica, dos Sacramentos da Igreja, da Virgem Maria ou Santos deveriam ser submetidas ao Tribunal da Santa Inquisição. Quem não o fizesse sofreria pena de excomunhão. A pena, sofreriam todos aqueles que, por alguma razão, encobrissem, ajudassem ou favorecessem os “hereges”. As determinações tridentinas orientavam ainda aos religiosos que observassem, em suas comunidades, o modo de vida daquelas pessoas que mantinham vínculos com estrangeiros. No caso de serem “hereges”, deveriam ser denunciados para os inquisidores apostólicos.

Havia muitas recomendações referentes à publicação de livros. De acordo com as determinações tridentinas, era fundamental que tais livros guardassem a pureza da fé católica; para tanto, todos os livros seriam avaliados e examinados de acordo com os decretos do Concílio de Trento. Todas as paróquias e mosteiros deveriam possuir uma lista contendo os livros aprovados pelo Concílio. Na impressão de livros, havia toda uma série de prerrogativas a serem cumpridas; caso contrário, seriam expurgados e aplicadas penas pecuniárias (CONCÍLIO DE TRENTO..., 1564).

Os livros das Sagradas Escrituras, para serem considerados legítimos, deveriam ser editados pela Antiga Vulgata, latina. Além disso, nenhum livro que tratasse de matérias sobre a religião cristã poderia ser editado sem nome de seu autor; nenhum livro sobre coisas sagradas ou profanas poderia ser publicado sem o consentimento das autoridades eclesiásticas. Era proibido o uso de palavras ou de sentenças das Sagradas Escrituras associadas às coisas profanas, fabulosas ou zombarias, conforme documento do Concílio de Trento, sessão IV, tomo 1, que trata do Decreto da edição e uso dos livros sagrados (CONCÍLIO DE TRENTO..., 1564).

Nas **Constituições** da Congregação Beneditina de Portugal, a boa formação dos novos religiosos ganhou destaque fundamental. Tal medida veio ao encontro das determinações e consequências de caráter pedagógico do Concílio de Trento, fortalecendo o ensino. Tais medidas incentivavam a reorganização das Ordens Religiosas e, entre os beneditinos portugueses, não foi diferente, sobretudo pelo incentivo à atividade docente, igualmente pelo incentivo à criação de escolas de ensino elementar. Em Portugal, com a política cultural desenvolvida por D. João III, por meio de seu representante político D. Henrique, tornaram-se visíveis seus esforços para pôr em prática as determinações pedagógicas de Trento. O movimento de reforma beneditina sob os cuidados de D. Henrique não somente reformou a Ordem Beneditina em Portugal como permitiu que ela enfatizasse a incorporação da cultura humanística na formação de seus religiosos (CONSTITUIÇÕES..., 1590).

O documento, constituído por sessenta e dois capítulos previa também as novas diretrizes de ensino e de formação na Congregação, determinando as regras de organização e de funcionamento institucional. A importância desse documento está no fato de inaugurar o projeto de reforma com fundamento no Humanismo Cristão ao orientar o Abade Geral para a realização da eleição dos religiosos que receberiam formação em Latindade, Artes e Teologia. De acordo com o documento, os candidatos deveriam ser examinados em seus costumes e habilidades intelectuais, com o objetivo de enviar aos estudos superiores somente religiosos com qualidades para este fim (CONSTITUIÇÕES..., 1590).

No Colégio de São Bento, segundo as **Constituições** de 1590, estava prevista a formação de trinta colegiais por ano: 15 em Artes e 15 em Teologia. De acordo com as normas, para estudar no colégio, o religioso deveria possuir quatro anos de vida religiosa no mosteiro, ter menos de trinta anos de idade, não possuir algum problema que pudesse prejudicar a sua imagem no púlpito.

Era preciso que o Abade permitisse os votos para aqueles que melhor merecessem, segundo as suas qualidades intelectuais. Para efetivar a escolha, o Abade ouviria todos os religiosos do mosteiro e cada um deles, por meio de voto secreto, deveria votar nos candidatos à formação superior. Os mais votados seriam aprovados de acordo com o número de vagas permitidas.

Os religiosos que se encontravam em formação deveriam manter uma boa disciplina nos estudos e, de acordo com a Regra de São Bento, não poderiam se descuidar do Ofício Divino. Orientava ainda os religiosos para que tivessem muito respeito e fizessem reverência aos seus mestres, e quem não o fizesse deveria ser penalizado (CONSTITUIÇÕES..., 1590).

O entusiasmo dos reformadores fez com que muitos religiosos aderissem aos estudos escolares. Os estudos de tendência humanística entre os beneditinos voltaram-se para o estudo das Sagradas Escrituras; outros, como Frei Gregório das Chagas, preferiram estudar a história da Ordem em Portugal; além do interesse pelo estudo da música e artes plásticas. Segundo Matoso (1961), o interesse pela música foi influência da prática do culto divino, que os fizeram estudar e praticar a composição musical. O estudo das artes plásticas decorreu da necessidade de reconstrução e restauração de muitos mosteiros que careciam de pintores e de escultores. Outros religiosos se destacaram no campo da poesia, influenciados pelo contato com os humanistas portugueses, com composições elaboradas na língua latina.

Estas características se distinguiam das ordens monásticas tradicionais. A reforma possibilitou um novo reordenamento à organização e à estrutura da instituição beneditina, estabelecendo os fundamentos de formação adequada para a atuação fora dos claustros. A Igreja teve que mudar as suas ações e reafirmar os seus dogmas e tradições. Tais medidas foram necessárias para que fosse possível o estabelecimento de um vínculo maior entre a comunidade e os religiosos. Essas transformações implicaram mudanças significativas

entre os religiosos beneditinos; aliás, muitos deles, foram contra o movimento de reforma, ainda mais em relação às necessidades de adaptação e às exigências religiosas e missionárias da população na América Portuguesa.

Na América Portuguesa, os religiosos beneditinos tiveram que se adaptar aos costumes das populações; inclusive suas atividades religiosas e hábitos alimentares sofreram mudanças. Nos primeiros anos, a manutenção das casas beneditinas no Brasil Colônia ficou sob a dependência da própria Congregação e do apoio financeiro recebido dos colonos (TAVARES, 2004).

Gabriel Soares de Sousa, membro do Senado da Câmara, concedeu licença para o estabelecimento dos beneditinos na Bahia na década de 1580 e, antes de sua partida para Portugal, fez testamento deixando, como herdeiros, sua esposa e os religiosos beneditinos. Em sua obra, denominada **Tratado Descritivo do Brasil**, publicada em 1587, Gabriel Soares de Sousa informou que os beneditinos recebiam recursos dos colonos para manutenção de suas atividades. Essas doações possibilitavam amealhar expressivos patrimônios, quase sempre constituídos por fazendas, terrenos, casas, engenhos e escravos (SOUSA, 1938). Segundo ele, os religiosos beneditinos:

[...] se mantêm de esmolas que pedem os frades pelas fazendas dos moradores, e não têm nenhuma renda de Sua Majestade, em quem será bem empregada, pelas necessidades que tem, cujos religiosos vivem santa e honesta vida, dando de si grande exemplo, e estão benquistos e mui bem recebidos do povo, os quais haverá três anos que foram a esta cidade, com licença de Sua Majestade fundar este mosteiro, que lhes os moradores dela fizeram à sua custa, com grande fervor e alvoroço (SOUSA, 1938, p. 138).

Essas doações também foram importantes na estruturação e organização dos estudos beneditinos na América Portuguesa. O **Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de São Bento**, publicado em 1789, é testemunho do trabalho pedagógico

desenvolvido pelos religiosos beneditinos no campo da pedagogia. O documento reúne as diretrizes educacionais da prática pedagógica desenvolvida por eles em Portugal e na América Portuguesa. Para a sua elaboração, os estatutos da Universidade de Coimbra serviram de base, universidade na qual os religiosos luso-brasileiros recebiam formação e títulos de mestrado e doutorado (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789). Segundo consta em seu Prefácio, a elaboração desse documento teve a seguinte finalidade:

[...] resolvemos a ordenar o seguinte Plano, e Regulamento de Estudos para uso da nossa Congregação. Os novos Estatutos da Universidade de Coimbra são o principal modelo que seguimos, adoptando deles o que nos pareceo mais accommodado aos fins, a que devem endereçar-se as aplicações literarias dos Religiosos. Assim o havião praticado os nossos Maiores nas Constituições, que publicarão para governo da Congregação em 1629, as quaes, no que pertence aos estudos, se conformão com os antigos Estatutos da mesma Universidade (p. 2).

O documento previa que, para o ingresso na vida religiosa beneditina, era preciso ter estudado no que se denominava colégio menor, no qual se receberia formação de primeiras letras (ler, escrever, contar), e, depois, realizar o curso preparatório para o ingresso na educação superior. Após a conclusão do curso médio em Humanidades, o candidato teria que ser aprovado em exame de proficiência em Humanidades, que compreendia as cadeiras de Línguas (Portuguesa e Latina), História e Retórica. Ser aprovado em Humanidades habilitava-o para o estudo de Filosofia, curso este que, após a sua conclusão, possibilitava que ele prosseguisse seus estudos em Teologia.

Na política reformista promovida durante o reinado de D. João III, havia uma preocupação com a educação. Esta preocupação foi observada na reforma implementada na Ordem de São Bento, em particular na formação dos religiosos. O Plano e Regulamento dos Estudos na Congregação Beneditina objetivou a padronização da

pedagogia que fundamentava a formação na Ordem em Portugal e na América Portuguesa.

A Coroa Portuguesa, no reinado de D. João III, concedeu estímulo ao desenvolvimento das Ciências, das Letras e das Artes. A política por ele implementada visava ao aumento da riqueza material do reino e à expansão da fé cristã. A preocupação com a reforma dos estudos na Ordem Beneditina fazia parte da política cultural desenvolvida pela Coroa Portuguesa. A proposta de organização dos estudos entre os beneditinos compõe um dos maiores legados da Coroa Portuguesa no reinado de D. João III, por envolver a reforma do ensino, a inquisição e a reforma das Ordens Religiosas.

A reforma das Universidades interferiu na formação recebida nos colégios das Ordens Religiosas. Entre os beneditinos não foi diferente, ainda mais que o modelo de educação, organizado entre esses religiosos, seguiu os Estatutos da Universidade de Coimbra, com fundamento no Humanismo Cristão. Esse modelo de pedagogia influenciou, inclusive, a formação entre os beneditinos no Brasil Colônia.

O religioso brasileiro, Frei Pedro de São Bento Ferraz, no final da década de 1570, foi enviado à Bahia para verificar a possibilidade de fundação de um mosteiro beneditino naquela cidade. A primeira doação que se encontra nos registros dos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia foi a doação de terras por Francisco Afonso Condestável e sua esposa D. Maria Carneiro, realizada em 16 de junho de 1580, época em que o religioso Pedro de S. Bento Ferraz, nascido em Ilhéus, veio para o Brasil Colônia, a pedido do Geral da Congregação em Portugal, com o intuito de avaliar as condições para fundação de um mosteiro beneditino na Bahia.

Os membros da Câmara do Senado orientaram ao religioso Pedro de São Bento que solicitasse autorização do então Bispo D. Antônio Barreiros, assim como a concessão da Ermida, dedicada ao Mártir S. Sebastião. D. Antônio concedeu-lhe as licenças necessárias para a fundação do Mosteiro e a Ermida de S. Sebastião. Então, o Governador Geral do Brasil, Diogo Lourenço da Veiga, confirmou a

licença do bispo para a construção do mosteiro. Com as licenças eclesiásticas e civis, a Câmara do Senado da Bahia aprovou e deliberou a favor da fundação (LUNA, 1947).

No 4º Capítulo Geral da Congregação, no Mosteiro de Lisboa, em 1581, o geral da congregação, recém-eleito, Frei Plácido Villalobos, e demais presentes, após ouvirem as autorizações do Bispo D. Antônio Barreiros, do Governador Geral e dos membros do Senado, lidas pelo monge Pedro de São Bento Ferraz, emissário da ordem no Brasil, aprovaram a fundação de uma casa beneditina na Bahia (LUNA, 1947). Para dar prosseguimento ao processo de fundação, o geral da Congregação, Frei Plácido Villalobos, elegeu o religioso Antônio Ventura como responsável pela fundação e primeiro superior do Mosteiro da Bahia. Ele teve, como companheiros, os religiosos Pedro de S. Bento Ferraz, João Porcalho, Plácido da Esperança, Manuel de Mesquita e Frei José; um corista e subdiácono de nome Francisco e dois irmãos Donatos, Fr. João e Fr. Bento (LUNA, 1947).

A decisão de encaminhar monges beneditinos ao Brasil ocorreu como uma ação necessária aos propósitos da Coroa, em decorrência do regime de Padroado; uma vez que era responsabilidade da Coroa promover o desenvolvimento da estrutura eclesiástica nas “terras descobertas”, em particular com a doação de recursos para tal fim. Merece destaque o estímulo, ocorrido após a União Ibérica (1580–1640), dado pela Coroa Portuguesa, no reinado de Felipe I (1527–1598, rei de Portugal a partir de 1581) em que outras Ordens religiosas foram autorizadas a enviar missionários ao Brasil (SANGENIS; MAINKA, 2019).

Eles eram custeados pelo “Tesouro Régio”. Vinculados ao trono real, os beneditinos serviam aos fins da colonização, tendo em vista que instruíam as comunidades locais nos fundamentos da doutrina cristã, estabelecidos no Concílio de Trento. Nos primeiros anos da fundação do Mosteiro, as despesas acabaram sendo custeadas por doações, missas e pregações realizadas pelos monges; somente em 1596, foram incluídos na folha real (TAVARES, 2007). Três anos depois de instalados no Brasil, em 1584, no Capítulo Geral da Congregação

em Portugal, a ermida dos monges foi elevada à condição de abadia, tendo como seu primeiro abade o monge Antônio Ventura. Nessa época, parte do Mosteiro já havia sido construída, sobretudo com o auxílio de moradores de Salvador.

Em 16 de julho de 1586, por escritura, D. Catarina Álvares Caramuru, conhecida como “Paraguaçu”, fez uma importante doação à província beneditina do Brasil, a Ermida de Nossa Senhora da Graça, incluindo sua prata e ornamentos. Doou ainda toda a prata de sua casa para a confecção de um relicário e um lampadário para o santuário e uma alcatifa; assim como doou o que lhe coube da partilha dos bens deixados por seu marido, Caramuru, falecido em 1558, que envolvia um conjunto de terras localizadas ao redor da referida Ermida. Exatamente um ano e meio mais tarde dos primeiros doadores de terras aos beneditinos no Brasil, Francisco Afonso Condestável e sua esposa doaram outra porção de terras, contíguas às da primeira doação, por escritura de doação, elaborada em 6 de fevereiro de 1587 (TAVARES, 2004).

As Ordens Religiosas, de um modo geral, conseguiram acumular grandes extensões de terras e imóveis urbanos, sobretudo por meio de doações feitas por fiéis. As práticas de doações à Igreja pelas famílias ricas eram comuns e ocorreram em quase todo o período colonial, faziam-nas em troca de serviços prestados, como, por exemplo, a celebração de missas por suas almas e enterramento nas igrejas. Os beneditinos possuíam grandes extensões de terras no entorno dos grandes centros urbanos, foram agentes determinantes no processo de parcelamento das áreas urbanas e de crescimento das cidades (COSTA, 2008).

Apesar de a Regra de São Bento, de seus Estatutos e Constituições, os beneditinos que vieram para o Brasil no período colonial encontraram um contexto social diverso do existente na Europa, que, forçosamente, exigia deles novos hábitos. Além disso, tinham que cumprir o papel esperado pela população e pela Coroa. Entre outras coisas, tiveram que convergir asceticismo e obras missionárias para

atender às demandas do padroado e desenvolvimento de uma intensa atividade pastoral. Os religiosos que se encontravam na Colônia compreendiam a necessidade de enfrentamento dos obstáculos existentes, os quais envolviam as aspirações dos colonos e a vida ascética dos monges.

As atividades dos monges beneditinos no Brasil diferiam das atividades preconizadas pela Ordem de São Bento; aliás, pode-se afirmar que se tratava de uma nova Ordem de São Bento, com características institucionais bastante peculiares, diferenciadas das demais. Por esta razão, os estatutos da Ordem no Brasil foram modificados pelas Juntas de 1596, 1600 e 1602.

A chegada dos beneditinos ao Brasil Colônia foi resultado de parte do processo de institucionalização do poder de governança dos Felipes. A tarefa dos beneditinos e o de outras Ordens foi contribuir para o domínio do território, bem como reafirmar a identidade católica. O período filipino permitiu uma maior aproximação entre os colonos e a Coroa, possibilitando maior atenção aos interesses das elites coloniais e garantia de certos privilégios de acordo com as peculiaridades de cada região. A Coroa procurava, por intermédio da dinamização da rede mercantil, oferecer maior autonomia às câmaras municipais, instituições eclesiais e senhoriais, concessão que fazia com que o processo de colonização correspondesse aos interesses econômicos da Coroa (TAVARES, 2007).

Em 1596, ocorreu a instituição da Província Beneditina do Brasil. Tal decisão foi tomada pela Junta celebrada no Mosteiro de Pombeiros. Na ocasião, foi determinado que o Superior do Mosteiro, situado em Salvador, localizado na sede do Governo Geral, seria, por assim dizer, o seu Abade, Abade Geral da Província do Brasil; e, todos os seus religiosos, prelados e súditos deveriam responder a ele hierarquicamente em tudo que não infringisse a Regra de São Bento, as Constituições, as Cerimônias e as Definições da Congregação Beneditina. O Mosteiro de São Bento de Salvador foi fundado em 1582. Tornou-se Abadia em 1584 e Arquibadia em 1998. O conjunto

arquitetônico do Mosteiro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ficou acordado que a Província do Brasil teria algumas alterações em suas Definições e em relação às Constituições, por não ser possível manter as mesmas regras, destacando a importância de cumprir as normas claustrais e os preceitos gerais da Congregação para que não se cometesse abusos na prática religiosa (LINS, 2002; TAVARES, 2007).

Para melhor adaptação dos religiosos às terras do Brasil, a Junta de Pombeiro, de 1596, reavaliou melhor as exigências de alimentação, até então escassa, e, para atender às novas demandas, os jejuns foram reduzidos. Ficou estabelecido que, da Páscoa até o Espírito Santo, os religiosos realizariam jejuns somente às sextas-feiras; do Espírito Santo até setembro, os jejuns seriam nas quartas e sextas-feiras; e, de setembro até a Páscoa, com exceção do advento e da quaresma, os jejuns seriam nas segundas, quartas e sextas-feiras; além disso os Abades poderiam, a seu critério, dispensar os religiosos dos jejuns em dias santos. Outra questão debatida foi, devido ao clima do Brasil, a necessidade de rever a indumentária dos religiosos. Permitiu-se aos religiosos o uso de túnicas brancas debaixo das pretas de algodão, em virtude do clima quente dos trópicos (TAVARES, 2007).

Sérgio Buarque de Holanda, na obra intitulada **A visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**, argumenta que os portugueses do século XVI já apresentavam uma visão menos edênica do Brasil Colônia. Cronistas como Vicente do Salvador (1564-1636), segundo Holanda (1994, p. 230), durante o período da conquista e da colonização foram, progressivamente, mostrando aos mercantilistas europeus “[...] a novidade de um mundo estranho e o bom proveito que dele se pode tirar”.

O Mosteiro de São Bento de Olinda foi fundado entre 1586 a 1592, tendo como seu primeiro presidente Frei João Porcalho, por iniciativa do terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho (1539-1596), devoto de São Bento. No Livro

do **Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda**, há o registro da solicitação feita por Albuquerque Coelho ao Geral da Congregação Beneditina de Portugal, Frei Gonçalo Coelho, na qual pedia a vinda de religiosos beneditinos para Olinda. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO.

No Rio de Janeiro, atendendo a um pedido da população, o Abade Geral Frei Antônio Ventura encaminhou dois religiosos, Frei Pedro Ferraz e Frei João Porcalho, que foram recebidos pelo Governador Salvador Corrêa de Sá, em 1589, e os encaminhou à Ermida de Nossa Senhora do Ó (ROCHA, 1991).

A fundação do Mosteiro do Rio de Janeiro ocorreu em 1590, tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição; porém, em 1602, sob a direção do Abade Ruperto de Jesus, mudaram de padroeira, passando a ser Nossa Senhora de Monserrate, festejada em 8 de setembro. Numa extensão de terras doada por Manuel de Britto e seu filho Diogo de Britto Lacerda, em 25 de março de 1590, fundaram o Mosteiro beneditino do Rio de Janeiro. A construção foi iniciada em 1633 e terminou por volta de 1641/1642 (RAMIZ GALVÃO, 1869). É considerado um dos principais monumentos de arte colonial da cidade do Rio de Janeiro; e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na mesma Junta realizada em 1596, os Mosteiros do Rio de Janeiro e de Olinda foram erigidos em Abadia. O Mosteiro de São Bento, na Paraíba, foi estabelecido em 1599, sendo elevado à condição de abadia em 1607, tendo, como seu primeiro Abade, Frei Anastácio. A sua construção teve o apoio do governador Feliciano Coelho, governador da Paraíba de 1595 a 1599, além de doações de particulares (ANDRADE, 1980).

A fundação do Mosteiro de São Bento em São Paulo, na época Capitania de São Vicente, ocorreu em 1598. Segundo o **Livro do Tombo do Mosteiro de São Paulo**, Frei Mauro Teixeira (OSB), natural de São Vicente, com autorização da Província, dada pelo Abade da Bahia

e primeiro provincial, Frei Clemente das Chagas, foi para São Paulo com a finalidade de fundar o Mosteiro. A ideia, construção de um mosteiro beneditino em São Paulo, foi bem recebida pela população e pela câmara, a qual doou um terreno onde os fiéis construíram uma capela dedicada a São Bento. Nela, passou a viver como eremita, numa vida solitária de penitência e de oração (LUNA, 1947). A área doada havia sido uma aldeia do cacique Tibiriçá, considerado um dos fundadores da vila. Segundo o historiador Affonso Escragnolle de Taunay (1927), o terreno doado aos beneditinos era o mais ilustre da vila “[...] o lugar onde se assentara a taba do velho Tibiriçá, o glorioso índio que realizara a aproximação euroamericana e permitira o surto da civilização no planalto, salvando São Paulo da agressão tamoia de 1562” (p. 24).

Os oficiais da Câmara de São Paulo, em 15 de abril de 1600, ratificaram a doação feita a Frei Mauro Teixeira, pela “Carta de Chãos de Sesmaria, para o Sítio do Convento”, na qual constava que a referida doação se justificava por serviço de Deus e de seu servo São Bento. Em 1610, no governo de D. Francisco de Sousa (1540-1611), da Capitania de São Vicente, chegaram a esta vila Frei Mateus da Assunção, dois outros religiosos beneditinos: Frei Antônio da Ascensão ou Assunção e Bento da Purificação, com o objetivo de iniciarem a construção do Mosteiro (LUNA, 1947; ANDRADE, 1980). Em 1630, outros religiosos beneditinos chegaram à Capitania de São Vicente contribuindo para aumentar a comunidade em São Paulo. Com esse aumento, a vida regular monástica tomou maior impulso; e, no Capítulo Geral, reunido em Tibães, em 1635, avaliaram as condições para a elevação da comunidade à categoria de Abadia (SOUZA, 2004; LUNA, 1947).

O Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba foi fundado pela iniciativa de particulares, sobretudo do sertanista André Fernandes Ramos. Segundo Lins (2002), a construção dos Mosteiros de Parnaíba, Sorocaba e Jundiá, localizados no interior do Estado de São Paulo, ocorreu em função do apoio recebido dos paulistas logo após a expulsão dos jesuítas em 1640. A visita de religiosos benediti-

nos na Parnaíba ocorreu em 1642, pelo monge Frei Francisco de Santa Madalena, a pedido de André Fernandes Ramos e, no ano seguinte, receberam a doação, por meio de escritura pública, a capela de Nossa Senhora do Desterro, que compreendia trezentas braças de terra em quadra e mais meia légua de sertão.

Segundo informações contidas no Relatório da Visita aos Mosteiros do Sul, realizada em 1862, o Visitador Comissário Frei José de Santa Maria Amaral encontrou-o em situação precária, sem condições de sustentabilidade. Esse mosteiro, em razão de dificuldades administrativas ligadas à falta de recursos, no século XIX, passou a ser administrado pelo Mosteiro de São Paulo. Do mosteiro, restou a presença do Largo de São Bento, na cidade de Santana de Parnaíba, a qual é a única testemunha material da presença beneditina na cidade (LINS, 2002).

No mesmo período em que ocorreu a criação do Mosteiro de São Bento em Santana de Parnaíba, houve a fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça em Salvador em meados do século XVII, o qual já se tornara uma Presidência em 1679. O Colégio da Graça passou a ser construído a partir de 1679 e, em 1694, na Junta Geral, realizada no Mosteiro de Tibães, o Colégio foi elevado à condição de Presidência. Alguns anos depois, na Junta Geral realizada em 5 de fevereiro de 1697, no governo abacial de Frei José de São Boaventura, o Colégio de Nossa Senhora da Graça foi elevado à condição de Abadia. Em 1906, o Mosteiro da Graça perdeu o título de Abadia e passou a pertencer ao Mosteiro de São Bento da Bahia, como Priorado Claus-tral. Em 27 de junho de 1938, o Mosteiro da Graça foi tombado como Monumento Nacional (LINS, 2002)².

O Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Santos originou-se da ermida de Nossa Senhora do Desterro em 1650. A fundação

2 **abadia**: mosteiro governado por um abade; **mosteiro**: casa onde vivem os membros das ordens monásticas; **presidência**: mosteiro que, por falta de monges, ou por outra razão, não podia ser abadia, sendo governado por um Prior; **priorado**: mosteiro governado por um prior; **colégio**: lugar monástico, ligado a um mosteiro, onde se ministravam cursos de Filosofia e de Teologia; **Noviciado**: casa onde os novos candidatos à vida religiosa recebiam a sua formação monástica (DIAS, 2005).

desse Mosteiro está vinculada à figura de Frei Gregório de Magalhães, Abade Provincial, no período de 1647 a 1650; e Abade Geral em 1662. O parecer favorável da Câmara de Santos para estabelecimento do Mosteiro ocorreu em 1649. A capela de Nossa Senhora do Desterro foi uma doação feita por Dona Isabel Barbosa, viúva de Bartolomeu Fernandes Morão, em 1650.

O Mosteiro de Santos, em razão das dificuldades enfrentadas para sua manutenção e da falta de monges, no ano de 1679, foi reduzido à condição de Presidência, ficando sob a responsabilidade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Essa decisão foi tomada após a visita realizada pelo Padre Visitador Frei Martinho da Conceição, a pedido do Abade Geral Frei Jeronimo de São Tiago. No período de restauração da Congregação, no final do século XIX, o Mosteiro de Santos, reduzido à condição de priorado desde 1822, foi incorporado ao Mosteiro de São Paulo em 1907. Em 1925, foi elevado à condição de priorado conventual. Na atualidade, o Mosteiro abriga o Museu de Arte Sacra da cidade de Santos, vinculado à Universidade Católica; além disso o conjunto monástico, em 18 de março de 1948, foi declarado como Patrimônio Nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (LINS, 2002).

A fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba está vinculada à fundação do Mosteiro de Parnaíba, uma vez que seu fundador, Baltazar Fernandez, era irmão de André Fernandes, responsável pela vinda dos monges beneditinos para Parnaíba. A escritura de doação de terras aos beneditinos por Baltazar Fernandes foi lavrada em 29 de abril de 1661. O Abade Provincial Frei Francisco da Visitação tomou posse do Mosteiro de Sorocaba em 4 de julho de 1667, época em que, após solicitar a permissão do doador das terras, nomeou Nossa Senhora da Visitação como Padroeira da Igreja do Mosteiro. A sua construção teve início em 1667, contígua à Igreja. Em 1696, o Prelado da Casa de Sorocaba, chamado pelo Visitador Geral Frei Ruperto de Jesus, na vila de Parnaíba, solicitou que **fossem reunidas** as propriedades do Mosteiro de Sorocaba ao de Jundiá.

Em 1893, o Mosteiro de Sorocaba foi incorporado ao Mosteiro de São Bento de São Paulo. Devido a conflitos de propriedade entre o Mosteiro e a Câmara de Sorocaba, o Mosteiro perdeu parte significativa de suas propriedades. A Congregação tomou a decisão de recuperá-lo e, em 1904, as obras foram iniciadas. Atualmente, o Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba permanece ligado ao Mosteiro de São Paulo. No ano de 1982, seu conjunto arquitetônico foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (LINS, 2002).

O Mosteiro de São Bento de Sant'Ana de Jundiá foi fundado em 1668, sob os cuidados do Abade Provincial Frei Francisco da Visitação, originou-se de uma sesmaria doada pelo capitão-mor Agostinho de Figueiredo, loco-tenente do donatário. O primeiro Prelado do Mosteiro foi Frei João do Espírito Santo, acompanhado de Frei Anselmo da Anunciação. Em 1794, a Junta Geral celebrada no Mosteiro de Tibães elevou o Mosteiro de Sorocaba à condição de Presidência.

Em 1765, notícias sobre os Mosteiros beneditinos do Brasil foram encaminhadas à Secretaria de Estado do Reino, após serem observadas as condições mínimas de existência do Mosteiro de Jundiá, ficou evidenciada inviabilidade de sua manutenção. Em 1822, na Junta Geral celebrada em Tibães, determinou-se que a Presidência de Jundiá fosse incorporada ao Mosteiro de São Paulo. No triênio de 1890/1893, no local da primeira igreja, foi construída uma outra (LINS, 2002).

Quadro demonstrativo do quantitativo de monges, coristas, noviços, leigos e conversos dos Mosteiros e casas beneditinas no Brasil em 1764.

Nº	Local	Monges	Coristas	Noviços	Leigos	Conversos	TOTAL
1	Bahia	44	2	1	8	1	56
2	Graça	3	-	-	3	1	7
3	Brotas	5	-	-	2	1	8
4	Olinda	28	-	-	2	-	30
5	Paraíba	16	-	-	3	-	19
6	Rio de Janeiro	52	6	-	3	-	61

Nº	Local	Monges	Coristas	Noviços	Leigos	Conversos	TOTAL
7	São Paulo	8	-	-	-	-	8
8	Santos	3	-	-	-	-	3
9	Parnaíba	1	-	-	-	-	1
10	Sorocaba	2	-	-	-	-	2
11	Jundiá	2	-	-	-	-	2
TOTAL		164	8	1	21	3	197

Fonte: CARDIM (1902, p. 135-165).

Seguindo as Constituições, o abade geral, os das Abadias e demais cargos importantes da Província seriam eleitos nos Capítulos Gerais da Congregação a cada triênio. Esse procedimento de eleição dos cargos foi instituído em decorrência das Bulas do Papa Pio V, elaboradas em 1566 e 1567, que tratavam da reforma dos Mosteiros de Portugal (LUNA, 1947).

O noviço, em seu processo de adaptação à vida comum no Mosteiro, era acompanhado pelo mestre de noviços. Este era responsável pelo ensino, no período do noviciado, no que se refere às atividades internas, tais como: Ofício Divino, as horas de Nossa Senhora e dos defuntos e demais orações nele realizadas. Os noviços deveriam aprender a cantar os hinos, as Completas maiores, as comemorações da cruz, entre outras atividades. O mestre de noviços também se incumbia do ensino dos sinais para guardar silêncio e a memorização das cerimônias, bem como meditar, contemplar e orar. A partir do Capítulo Geral de 1578, o ensino do canto seria desenvolvido com todos os noviços como orientação à vida religiosa. Eles deveriam realizar lições de canto diárias sob a orientação de um professor de canto, bem como praticar os tons dos hinos diariamente com o mestre de noviços. Ainda no Capítulo Geral de 1578, foi autorizado que os religiosos de outras Ordens pudessem tomar o hábito beneditino desde que fossem pessoas pertencentes à nobreza e de alta instrução (BEZERRO 1..., 1570-1611).

A denominada Ordem de São Bento, atualmente, está reunida na chamada "Confederação da Sagrada Ordem de Nosso Pai São

Bento". A Confederação é composta pelas seguintes Congregações: (1) Congregação Beneditina Sublacense-Cassinense; (2) Congregação Beneditina Camaldulense (980); (3) Congregação Beneditina Valumbrosana (1036); (4) Congregação Beneditina Silvestrina (1231); (5) Congregação Beneditina Olivetana (1319); (6) Congregação Beneditina Inglesa (1336); (7) Congregação Beneditina Húngara (1336); (8) Congregação Beneditina Suíça (1602); (9) Congregação Beneditina Austríaca (1625); (10) Congregação Beneditina Bavária (1684); (11) Congregação Beneditina do Brasil (1827); (12) Congregação Beneditina de Solesmes (1837); (13) Congregação Beneditina Cassinense-Americana (1855); (14) Congregação Beneditina de Beuron (1873); (15) Congregação Beneditina Suíça-Americana (1881); (16) Congregação Beneditina de Santa Otília (1884); (17) Congregação Beneditina da Anunciação (1820); (18) Congregação Beneditina Eslava (1845); (19) Congregação Beneditina da Santa Cruz do Cone Sul (1976) (DIRETÓRIO LITÚRGICO DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA DO BRASIL, 2019).

A Congregação Beneditina do Brasil foi fundada em 1º de julho de 1827, pela Bula Inter gravíssimas curas, do Papa Leão XII (1760-1829, Papa desde 24 de fevereiro de 1794). O governo da Congregação Beneditina do Brasil é presidido pelo Abade-Presidente Rev.mo D. Filipe da Silva, Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, eleito 10º Presidente da Congregação aos 17 de maio de 2014. Conforme o Diretório Litúrgico de 2019, a Congregação reúne Mosteiros masculinos e femininos. Os Mosteiros beneditinos masculinos são os seguintes: Arquibadia de São Sebastião (Salvador, BA); Abadia de São Bento (Olinda, PE); Abadia de Nossa Senhora do Monserrate (Rio de Janeiro, RJ); Abadia de Nossa Senhora da Assunção (São Paulo, SP); Priorado Conventual da Santa Cruz (Brasília, DF); Priorado Conventual de Santo Stefano (Bolonha, Itália); Priorado Simples de Nossa Senhora da Graça (Salvador, BA); Priorado Simples de Nossa Senhora do Rosário (Mussurepe, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, RJ); Priorado Simples de Sant'Ana (Jundiaí, SP) (DIRETÓRIO LITÚRGICO..., 2019).

Os Mosteiros beneditinos femininos, segundo o Diretório Litúrgico de 2019, são os seguintes: Abadia de Santa Maria (São Paulo, SP); Abadia de Nossa Senhora do Monte (Olinda, PE); Abadia da Santa Cruz (Juiz de Fora, MG); Abadia da Virgem (Petrópolis, RJ); Abadia de São João (Campos do Jordão, SP); Abadia de Nossa Senhora da Paz (Itapecerica da Serra, SP); Abadia do Salvador (Salvador, BA); Abadia de Maria Mãe de Cristo (Caxambu, MG); Abadia de Nossa Senhora da Vitória (Juazeiro do Norte, CE); Priorado Conventual da Mãe de Deus (Diamantina, MG); Priorado Conventual da Virgem de Guadalupe (São Mateus, ES); Priorado Conventual da Visitação (Fortaleza, CE); Priorado Simples de Santa Maria da Esperança (Rio Branco, AC); Priorado Simples da Santíssima Trindade (Santa Cruz do Sul, RS) (DIRETÓRIO LITÚRGICO..., 2019).

No Brasil, existem outras Congregações Beneditinas com Mosteiros em diferentes partes do país. A Congregação Americana-Cassinense possui Mosteiros em Vinhedo (SP); Goiânia (GO) e em Mineiros (GO). A Congregação Húngara possui Mosteiros em: São Paulo (SP) e Itapecerica da Serra (SP). A Congregação Sublacense Cassinense possui Mosteiros em: Ponta Grossa (PR) e Santa Rosa (RS). A Congregação Olivetana possui Mosteiros em Ribeirão Preto (SP) e São Paulo – Vila Esperança (SP). A Congregação Valombrosana possui Mosteiros em: São Paulo (SP) e Jundiá (SP). A Congregação Camaldolense possui Mosteiros (masculino e feminino) em Mogi das Cruzes (SP). A Congregação Brasileira da Santa Cruz, da Ordem Cisterciense, possui Mosteiros em Itatinga (SP); Itaporanga (SP); Jequitibá (BA) e Mosteiros femininos em: Itararé (SP); Campo Grande (MS) e Santa Cruz do Monte Castelo (PR). A Congregação de Casamari tem Mosteiro em Claraval (MG). A Congregação Cisterciense de S. Bernardo com Mosteiro em São José do Rio Pardo (SP). A Ordem Cisterciense da Estrita Observância (Trapistas) com Mosteiro masculino em Campo do Tenente (PR) e Mosteiro feminino em Rio Negrinho (SC) (DIRETÓRIO LITÚRGICO..., 2019).

As Monjas Beneditinas da Rainha dos Apóstolos vivem em Mosteiros em Mandirituba (PR) e Itacoatiara (SP). A Congregação Santa Maria do Monte Oliveto Fundação Vita et Pax com Mosteiro masculino em Ribeirão Preto (SP) e Mosteiro feminino em Pau D'Arco (PA) e Mineiros (GO). As Beneditinas Missionárias de Tutzing têm suas casas em Sorocaba (SP); Itapetininga (SP), Rio de Janeiro (RJ); Araçoiaba da Serra (SP); Presidente Prudente (SP); São Paulo – Ipiranga (SP); Santa Rita d'Oeste (PR); Cunha (SP); Buenos Aires, Argentina e Los Toldos, Argentina. O Priorado do Sagrado Coração de Jesus possui Mosteiros em Olinda (PE); Barbalha (CE); Buíque (PE); Caruaçu 1 (PE); Caruaçu 2 (PE); Sebastião Laranjeiras (BA); Olinda – Casa Caiada (PE); Olinda – Ouro Preto (PE) e Recife. As Irmãs Oblatas Beneditinas de Santa Escolástica têm casas em Itaquaquetuba (SP). As Beneditinas do Imaculado Coração de Maria possuem casa em Barreiras (BA). As Irmãs Beneditinas Missionárias, em Queimadas (BA); Salvador (BA) e Fundame (Paulo Afonso, BA). As Cistercienses da Caridade têm casa em Claraval (MG) (DIRETÓRIO LITÚRGICO..., 2019).

3.2 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS BENEDITINOS NA PROVÍNCIA DO BRASIL

É apresentado aqui o cotidiano da prática pedagógica dos beneditinos na América Portuguesa. Os estudos desempenharam um papel importante na Congregação. Uma das atividades pastorais mais proeminentes foi a pregação. A retórica entre os beneditinos ganhou relevância em sua formação, um dos principais meios de doutrinação, para difusão da ortodoxia católica e das verdades fundamentais da fé.

Os religiosos beneditinos estiveram entre os principais pregadores na América Portuguesa. A pregação foi um dos meios de interação com as comunidades empregados por eles; também foi um dos meios de contribuir para a instrução do povo por meio da oratória sagrada. Nesse sentido, entende-se que os estudos entre os

.....

benedictinos foram sistematizados sob o ponto de vista escolar, uma vez que se enquadravam num currículo minunciosamente ordenado, o qual contribuía para formar religiosos professores e pregadores.

Nas comunidades locais, a fundação de um Mosteiro significava prestígio à região, por facilitar a promoção do povoado à condição de “vila” e, posteriormente, receber o título de “cidade”. A presença dos beneditinos, considerados homens de oração por excelência, garantia a estabilidade e a segurança das comunidades, em especial pelas principais lideranças comunitárias, representantes das Câmaras municipais e administrativas da América Portuguesa.

Com o movimento de reformas iniciado no interior das Ordens Religiosas e as resoluções estabelecidas pelo Concílio de Trento, viu-se a configuração de uma série de orientações, normas e diretrizes pedagógicas para o desenvolvimento da vida cristã entre os católicos. Nesse contexto, “Portugal foi dos raros países aliás que aceitaram as decisões do Concílio de Trento ‘sem reservas nem restrições’” (LACOMBI, 1973, p. 51). Tal aceitação tornou a pedagogia, ou melhor, a educação uma das prioridades. Esta visão é encontrada nos documentos tridentinos, como os documentos **Sinodais**, o **Catecismo Romano** e as **Constituições Episcopais**. Neles, há uma preocupação com a educação e com a formação, de um modo geral, voltada à instrução dos religiosos, bem como à formação das camadas populares.

Mandamos a todas as pessoas eclesiásticas, & seculares, que ensinem, ou fação ensinar aos de sua família, criados, filhos, & especialmente escravos, o Credo, Pai Nosso, Ave Maria & Artigos da Fé, os Mandamentos da Lei de Deus, & os da Santa Madre Igreja, no que muito lhes encarregamos suas consciências, entendendo que são obrigados a dar disso conta a Deus Nosso Senhor, por terem as sobreditas pessoas a seu cargo (CONSTITUIÇÕES SYNO-DAES, 1656, p. 9-10).

O mesmo mandamos, & encarregamos a todas as pessoas eclesiásticas, & seculares [...] ensinem meninos a ler, & a escrever, hora seja em escola publica, hora em casa particular. E da mesma maneira às molheres que ensi-

narem meninas a cozer, & lavar, [...] ordenando que os ditos mestres de ler, & ensinar, & as mestras de meninas, tenham particular cuidado de lhes ensinar a doutrina cristã, & as sobreditas orações fazendo lhes dizer, & repetir quando não puder ser todos os dias, ao menos muitas vezes na semana [...]

[...]

E aos mestres que ensinarem Grammatica, Rhetorica, Humanidade, & outras artes liberais, hora seja em escola publica, hora particularmente, servindo de mestres, & pedagogos em casas, mandamos que instruaõ seus discipulos, & ouvintes na doutrina cristã, na guarda dos Mandamentos da Lei de Deus, & nos bons costumes, tendo disto particular cuidado, por ser este principio, & fundamento da ciência, como nos ensina a Sagrada Escritura. E os nossos visitadores saberão nas visitasões se o cumprem assim, para que não o fazendo sejam admoestados, & castigados, & lhes revogarmos as licenças que de Nós tiverem para ensinarem, sem as quais o não poderão fazer, como diremos em seus títulos (CONSTITUIÇÕES SYNODAES, 1656, p. 10).

Estes documentos, mais do que reafirmação de dogmas, sacramentos e estados da Igreja defendidos, sinalizam o projeto educativo e a pedagogia empreendidos na tarefa de evangelização e catequização cristã católica em especial na América Portuguesa. Nesse contexto, a inserção dos beneditinos e sua vinculação aos grupos sociais na Colônia permitiram que se criassem alianças fundamentais as quais auxiliam na compreensão da sua importância para a história da educação brasileira.

A Reforma da Ordem Beneditina em Portugal, realizada entre 1551 e 1570 por religiosos da Congregação de Valladolid, depois expandida para a América Portuguesa, foi seguida pela elaboração de uma série de documentos institucionais com ênfase na educação e formação dos religiosos, com a finalidade de evangelização, catequização e pregação. Dentre esses documentos, destacam-se: as **Constituições da Ordem de São Bento destes Reinos de Portugal**,

publicadas em 1590 e revisadas em 1629, e o **Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal**, publicados em 1789. Neles, é marcante a preocupação com a educação e com a formação dos religiosos. A elaboração desses manuais implicou numa série de mudanças institucionais no modo da vida religiosa nos Mosteiros, as quais não ocorreram sem conflitos, uma vez que exigiam mudanças disciplinares rigorosas e uma formação intelectual mais cuidadosa, em particular na América Portuguesa, para atender às necessidades dos novos tempos.

Entre os beneditinos, a estratégia pedagógica de evangelização ocorreria à medida que se estabelecessem laços de solidariedade com os familiares. O noviciado dos beneditinos, na América Portuguesa, não aceitava o ingresso de nativos ou de mestiços. Os candidatos deveriam ter origem nobre ou que se esperassem deles grandes proveitos para os Mosteiros. A prática pedagógica na carreira monástica era voltada para a formação dos filhos da nobreza e da fidalguia (CONSTITUIÇÕES..., 1590). Contudo nem todos os noviços perseveravam e acabavam utilizando sua formação no âmbito social.

Nos documentos, analisados por Luna (1947), acerca do trabalho dos beneditinos na América Portuguesa, ganha destaque a importância das atividades desenvolvidas em suas fazendas, na cura das almas e na evangelização. Ele enfatiza que as atividades pastorais e materiais promovidas prestavam grande contribuição para o desenvolvimento das regiões de Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo, para citar algumas delas. Estas atividades ocorriam dentro do claustro, mas havia também as atividades pastorais. Os Mosteiros beneditinos foram fundados próximos às vilas e grande parte de suas atividades laborais envolviam a administração de suas fazendas. A análise da atuação dos religiosos em suas atividades pastorais e de evangelização ajuda no entendimento de sua influência, contribuição e dos resultados alcançados por intermédio das relações estabelecidas com os colonos, indígenas e africanos (TAVARES, 2004).

Os religiosos beneditinos se dividiam em duas categorias: o *irmão de coro* e o *irmão converso* ou *donato*. Os *religiosos de coro* tinham sua origem vinculada às esferas senhoriais, possuíam formação em humanidades, filosofia e teologia. Eles eram liberados dos serviços braçais. Os *irmãos conversos* ou chamados de *donatos* tinham sua origem vinculada às camadas populares. Eram responsáveis, a maior parte de seu tempo, por atividades diversas, tais como jardinagem, construção, lavoura, enfim, cuidavam dos serviços gerais do Mosteiro (FRAGOSO, 2015).

As relações que se estabeleceram no decorrer de suas atividades pastorais e pedagógicas geravam significativas alianças por meio das quais se firmaram fortes vínculos, concretizados por doações, testamentos e contratos. Nos documentos constituídos pelos **Livros de Tombo dos Mosteiros** e nos **Dietários** dos religiosos, podem ser encontrados registros de doações aos religiosos desde a vinda da Congregação para o Brasil. Nos documentos, constam sesmarias, testamentos, codicilos³ e doações. Nos documentos notariais, aparecem os nomes de muitas personalidades históricas da elite colonial brasileira, as quais, por meio desses documentos, demonstram os laços de sociabilidade construídos. Esses laços explicam a importância dos vínculos que se estabeleceram entre os beneditinos e as principais famílias da Colônia (LIVROS DO TOMBO..., 2016).

Nesses documentos, são encontrados ainda os ritos de poses relativos aos bens imóveis adquiridos, tais como edificações, constituídas por casas e igrejas, ou de terrenos, os quais incluíam terras para assentamentos e atividades agropecuárias. Pelos registros documentais encontrados, é possível perceber o quanto são importantes para que se possa compreender como se deu a inserção beneditina em seus primeiros anos na América Portuguesa, as suas vinculações aos grupos de elite e suas relações de troca entre os religiosos e a sociedade. Essas relações possibilitam avaliar a qualidade

3 Codicilo: documento escrito informal, no qual a pessoa estabelece que suas vontades sejam realizadas após o seu falecimento.

.....

dos laços firmados, bem com a importância material e pedagógica de tais alianças para os beneditinos (LIVROS DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA, 2016).

Os ritos de posse estudados por Patrícia Seed, em sua obra denominada **Cerimônias de posse na conquista do Novo Mundo**, publicada em 1999, marcam o chamado processo de cercamento, movimento que ganhou força no decorrer do século XVI, particularmente na colonização da América Portuguesa, visto que esse modelo de propriedade era individual, característico da sociedade burguesa que se formava. Os documentos notariais demonstram o poder da autoridade do escrivão ou do tabelião na confirmação da posse da propriedade, demonstrando as marcas do modo de produção da atividade material que se consolidava.

A **Regra de São Bento** define a composição da comunidade pelas posições ocupacionais de seus membros. Este documento pressupõe que o abade não faça distinção entre as pessoas no Mosteiro; porém os religiosos poderiam ser distinguidos pelo comportamento de cada um deles. É dito na **Regra** que um irmão não pode ser amado mais do que outro, a não ser quando se reconhecer nele as suas boas ações e obediência. Esse formato de comunidade, hierarquicamente constituído, alcançou elevada distinção no contexto social, permitindo que seus membros se reconhecessem e fossem reconhecidos como “estrato” da mais alta qualidade dentro da sociedade da época (REGRA..., 2012).

Nesse contexto, as redes de aliança e as redes familiares convergiam, em especial a partir do século XVI, com a necessidade de formação intelectual dos religiosos. A formação eclesiástica se constituía em um elemento fundamental para a compreensão da importância do trabalho pedagógico dos beneditinos. Os candidatos à carreira eclesiástica no mosteiro sempre eram avaliados conforme o grupo social a que pertenciam.

A formação dos noviços na América Portuguesa não ocorreu conforme estabeleciam os documentos constitucionais da Congrega-

ção no que se refere, em particular, ao lugar de formação dos religiosos. No Brasil, foi estabelecido um lugar comum para essa formação. Ela ocorria ora no Mosteiro da Bahia, ora no Mosteiro do Rio de Janeiro, ora no Mosteiro de Olinda. O Mosteiro da Bahia abrigou e formou os primeiros religiosos da Província brasileira (FRAGOSO, 2015).

Todos os religiosos que vieram para a América Portuguesa no período da fundação dos mosteiros beneditinos, com exceção de dois prelados, possuíam formação superior. O Frei Pedro Ferraz, por exemplo, foi procurador do Mosteiro de Pombeiro e participou do Capítulo Geral de 1570, que elaborou as primeiras Constituições da recém-criada Congregação Beneditina de Portugal. Desde a reforma da Ordem, os religiosos passaram a se preocupar com a formação filosófica e teológica das novas gerações de religiosos, sobretudo para o exercício da pregação. O noviciado beneditino no Rio de Janeiro iniciou suas atividades em 1602. Para a formação dos religiosos, fundamentavam-se na **Regra de São Bento** e nas **Constituições** de 1590, revisadas em 1629.

De acordo com as **Constituciones** de 1629, os Colégios Beneditinos de estudos superiores seriam localizados em Coimbra, Lisboa e em Santarém; todavia somente prosperaram os Colégios de Coimbra e de Lisboa. No Mosteiro de Lisboa, o colégio era chamado “Colégio de Nossa Senhora da Estrela”. Nele, funcionavam os estudos de Artes (Filosofia) e Teologia. A doutrina seguida na Filosofia era fundamentada em Aristóteles e São Tomás de Aquino. E, no Curso de Teologia, estudavam o **Livro das Sentenças** de Pedro Lombardo e as obras de São Tomás de Aquino. O Curso de Filosofia tinha duração de três anos e o de Teologia, quatro.

As aulas de Filosofia, conforme as **Constituciones** de 1629, tinham a seguinte organização: pela manhã, a partir das 8 horas, o professor, utilizando apostilas, transmitia os conhecimentos pelo tempo de aproximadamente uma hora, enquanto um dos alunos lia as apostilas, os outros a escreviam. Às 9 horas, o professor da cátedra interrogava os alunos sobre a lição explicada durante a manhã do dia anterior.

Na sequência, o professor lia outra lição e, na medida do possível, procurava explicá-la para que os menos habilidosos pudessem entendê-la. Às 10 horas, os alunos recordavam a lição explicada com os colegas da turma, repetindo por um quarto de hora, sob indicação do professor de qual aluno deveria repetir. No período da tarde, se houvesse apostilas para escrever, o trabalho era iniciado às 14 horas. Às 15 horas, o professor chegava para interrogar a lição explicada na tarde do dia anterior. Depois disso, até às 16 horas, liam outra lição e, em seguida, os alunos repetiam a lição com um companheiro de sala.

Às 17 horas, os alunos se recolhiam em suas celas em absoluto silêncio e, até às 20 horas, estudavam as lições, aprendendo-as de cor. De três em três meses, realizavam debates públicos sob a presidência do mestre. Além disso, eram realizados debates privados, organizados uma vez por mês. Estas atividades eram desenvolvidas pelos alunos da Filosofia. Tratavam-se de exercícios de defesa de tese em que os alunos aprendiam a usar a arte da argumentação escolástica. Eles ainda tinham que realizar dois exames orais constituídos por banca de examinadores: um ao final da cadeira de Dialética e o outro no encerramento do curso (CONSTITUICIONES 1629; ROCHA, 1990).

Os alunos aprovados em Filosofia seguiam para quatro anos de formação em Teologia. O horário e o desenvolvimento das atividades do curso eram muito similares ao de Filosofia. A cada sábado do ano letivo, os alunos eram interrogados pelo professor sobre as lições ouvidas no decorrer da semana. Realizavam debates públicos quatro vezes no ano e, uma vez por mês, em particular, discutiam sete pontos tirados da doutrina das disciplinas dos Sacramentos e da Teologia Moral.

No final dos três primeiros anos, cada aluno era avaliado por uma banca, composta por três professores, a respeito dos conteúdos aprendidos no decorrer do ano. Os alunos podiam ser aprovados ou reprovados nesses exames, os reprovados eram excluídos do curso. No segundo ano do curso, os alunos realizavam um pequeno sermão na presença da comunidade. O tema era indicado pelo abade 15

dias antes da apresentação para que eles não se distraíssem e se preocupassem apenas com a preparação do sermão. No último ano de Teologia, cada aluno realizava um sermão em público como prova (CONSTITUCIONES 1629; ROCHA, 1990).

Para a formação dos beneditinos, destacam-se obras raras que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento intelectual e espiritual dos religiosos da Congregação. De acordo com o Diretor de Patrimônio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, D. Mauro Fragoso (2015), destacam-se: a coletânea de obras escritas pelo cônego agostiniano, Tomás de Kempis (1380-1471), que inclui: **Imitação de Cristo** e a **Opúscula**, que reúne pequenas obras: Disciplina claustral; Solilóquio; Sermões; Diálogo dos noviços; Epístolas dos noviços; Pobreza, humildade e paciência; A verdadeira compunção do coração; Jardim das Rosas; Vale dos Lírios; Manual das Crianças; Doutrina do jejum; Epístola dos pobres.

Outras obras de referência na formação beneditina, segundo Fragoso (2015), foram elaboradas por Benedito Haefteno (1580-1648). Suas obras se destacaram pelo fundamento de cunho espiritual. Ele escreveu: **Den Lusthof der Christelycke Leeringhe** (Catecismo em rima para canto), publicada em 1622; **Schola cordis**, publicada em 1629; **Panis quatidianus** (Pão cotidiano), publicada em 1634; **Monastic Reformationis Ordinis Santi Benedicti Progugnaculum** (A Refoma Monástica em Salvaguarda da Ordem de São Bento), publicada em 1634; **Regis via crucis** (O Régio caminho da cruz), publicada em 1634.

A obra **Schola cordis**, de Benedito Haefteno, argumenta Fragoso (2015), é considerada como o modelo da identidade religiosa beneditina. A importância dessa obra para a formação beneditina é que ela se fundamenta na *Devotio moderna*. Outro destaque da **Schola cordis** é que ela é a expressão das diretrizes da Igreja Católica no período da reforma pós-Concílio de Trento. Essa obra é organizada em quatro livros: o primeiro é denominado **Prévia introdução à doutrina do coração**; o segundo, **A conversão do coração para Deus**; o terceiro, **Os benefícios de Deus para o coração humano**; e, o quarto, **O exercício do coração na Paixão de Cristo**.

É possível afirmar que a elite colonial, ao se transformar na principal doadora de bens aos beneditinos, buscava, com esta ação, alcançar as graças divinas. Com a política de reforma religiosa empreendida pela Coroa Portuguesa no reinado de D. João III, a aproximação dos beneditinos da aristocracia também passou a envolver a preocupação com os estudos.

A carreira eclesiástica se constituiu como uma solução, encontrada pela fidalguia portuguesa, para resolver o problema da colocação social do segundo filho. De acordo com as **Constituições dos Monges Negros da Ordem de S. Bento nos Reinos de Portugal**, publicadas em 1629, foram estabelecidas novas exigências e procedimentos para admissão de novos membros. Aos que desejavam entrar para o Mosteiro, eram avaliadas as suas capacidades intelectuais e físicas, o seu grau de instrução, bem como seus dotes musicais e artísticos.

Os Mosteiros beneditinos tiveram um papel social importante na América Portuguesa. Os vínculos de sociabilidade estabelecidos contribuíram com o envio dos secundogênitos e serviam como uma estratégia de conservação e ampliação da condição social das famílias. A doação de propriedades e a ajuda nas construções de seus Mosteiros eram formas pelas quais as famílias senhoriais pretendiam perpetuar o próprio nome.

O vínculo de parentesco também era um dos meios que se possuía de engrandecimento social da família. O vínculo que os religiosos estabeleciam com os governantes e com os grandes proprietários, assim como com a propriedade das terras garantiam o sustento material deles, bem como o seu enriquecimento. Esses vínculos de sociabilidade, como constam nos documentos dos Mosteiros, demonstram que os beneditinos correspondiam aos interesses políticos dos grupos da elite colonial (TAVARES, 2007). Muitos deles tinham bens de raiz e rendimentos de terras; outros viviam do movimento comercial e financeiro. Os indivíduos nobres, constantemente, eram obrigados a se apresentarem publicamente como os mais importantes da terra. Eles se mostravam à população em momentos solenes, como durante as procissões de *Corpus Christi*.

Os nobres sabiam muito bem respeitar as posições hierárquicas. As pessoas nobres, no decorrer dos anos, aliaram-se, em grande parte, com a velha fidalguia, adotando os seus comportamentos. Fidalgos e nobres, sem se confundirem, partilhavam o governo das terras⁴. Ao fazer aliança com as pessoas nobres, a realeza alargou o seu grupo de apoio. Para que a posição se solidificasse, era preciso enviar os filhos à universidade ou aos Mosteiros que requeriam graus académicos para manutenção ou promoção condicionada. Após o Concílio de Trento, a Universidade e os altos cargos eclesiásticos passaram a convergir. As reformas religiosas e administrativas, empreendidas sobretudo pela Coroa Portuguesa durante o reinado de D. João III, criaram uma burocracia a serviço do reino. As Ordens Religiosas, com as reformas desenvolvidas e submetidas ao regime de padroado, não foram diferentes.

As funções institucionais possibilitadas pela Igreja e pelas armas ainda eram as saídas mais comuns para a mobilidade e cristalização social. Nesse contexto, ter um filho que ascendia aos altos cargos eclesiásticos fazia parte das ambições de grandiosidade, títulos e fidalguia. Esta dinâmica também se constituiu nas colônias, em especial entre os beneditinos, devido à sua histórica tradição e filiação aos grupos de poder (MATTOSO, 1997). A primeira elite senhorial do Rio de Janeiro era formada por descendentes dos colonizadores vindos de Portugal. Eles utilizavam dessa condição para conseguirem vantagens e prestígio. Alguns desses conquistadores vieram do norte de Portugal e das Ilhas do Atlântico, como Jordão Homem da Costa e Belchior Pontes.

Em 1590, os beneditinos do Rio de Janeiro receberam uma sesmaria de duas léguas e meia à margem noroeste do Rio Inhumirim, no atual município de Magé. Em 1626, Diogo de Brito de Lacerda doou terras e o Morro de São Gregório. Em 1591, Jorge Ferreira doou aos beneditinos terras à margem do Rio Iguaçu, no atual município de

4 Os grupos que comandavam a sociedade em Portugal eram também heterogêneos. Tinham origens distintas e interesses por vezes conflitantes, o que se refletia na administração do reino.

Duque de Caxias. Nelas, constituiu-se a primeira fazenda dos beneditinos, às quais foram agregadas outras, somando uma extensão de mais de 10 mil hectares.

Parte dessas terras, por serem improdutivas, foi vendida a outros proprietários, possibilitando a manutenção da outra parte não vendida. Em meados do século XVII, as terras do Iguaçu foram a principal fonte de subsistência dos religiosos. Entre 1613 e 1616, no governo abacial de Frei Bernardino de Oliveira, foi constituído o primeiro engenho da Fazenda Iguaçu. Esse engenho possibilitou a ascensão econômica do Mosteiro. Em 1651, o engenho contava com cerca de 109 escravos (FRAGOSO, 2015).

A entrada de Frei Francisco de Jesus Vilalobos na Congregação veio acompanhada da doação de uma série de bens ao Mosteiro do Rio de Janeiro. Ele era filho de André da Silveira Vilalobos e de Isabel de Souto Maior, oriundos de famílias nobres. Ao entrar para a Congregação, fez um testamento doando tudo o que possuía aos beneditinos: propriedades e escravos. Frei Cristóvão de Cristo foi outro exemplo. Ele era filho de pais nobres. O Mosteiro do Rio de Janeiro recebeu uma grande quantidade de dinheiro de seus pais e um engenho chamado Moriquipari. Outro religioso que contribuiu, significativamente, para o Mosteiro foi Frei Jacinto da Trindade. Ele descendia de família nobre e rica. Tornou-se mestre de noviços e administrador das fazendas de Campos, Maricá e Vargem (FRAGOSO, 2015).

É importante informar que uma pessoa, quando entrava (ou entra) para uma Ordem Religiosa (fazia seus votos definitivos), deixava de possuir qualquer coisa em seu nome, desde roupas, objetos e propriedades. As heranças que elas recebiam passavam automaticamente para a ordem religiosa da qual fazia parte. Essa era (e é ainda hoje) uma regra comum a todas as ordens religiosas

Os altos cargos eclesiásticos, que possuíam vultosos benefícios, eram reservados para os filhos das famílias mais importantes do reino. E, na América Portuguesa, ocorreu de forma semelhante. A estratégia era pôr alguns de seus filhos ao abrigo de dificuldades

de sobrevivência sem que a unidade familiar fosse ameaçada por partilhas. Os próprios reis reservavam para os seus filhos ilegítimos alguns dos melhores cargos da Igreja. Os lugares de apresentação ou de padroado real eram fortemente disputados.

As redes de sociabilidade estabelecidas pela Congregação permitiam que a instituição não somente acumulasse propriedades, mas reputação junto às elites coloniais. Suas relações não se resumiam a questões espirituais, estavam, igualmente, vinculadas à esfera política. As relações estabelecidas entre os beneditinos e a sociedade colonial foram constituídas por relações de sociabilidade. Exprimiam valores, conceitos e crenças dos representantes dessa sociedade. Mauss (2003) explica essas relações por meio do conceito de aliança. Segundo ele, a dádiva produz alianças. Elas podem ser alianças matrimoniais, políticas, religiosas ou econômicas. O conceito de dádiva envolve presentes, visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças ou mesmo tributos. Essas trocas, segundo ele, não se caracterizam somente como de ordem material, elas podem ocorrer por meio de prestações de valores espirituais, através dos sacrifícios e das orações.

Os beneditinos e a sociedade colonial ligavam-se por laços religiosos/espirituais e materiais. O sistema de trocas estabelecido entre eles impunha, sobretudo, a obrigação de retribuição. A transmissão de uma determinada coisa, afirma Mauss (2003), fosse ela material ou prestação de serviços espirituais, contribuía para o estabelecimento de uma relação de obrigação. Esse vínculo pelas coisas significava ainda um vínculo de almas. Na sociedade da época, as relações de sociabilidade tinham um poder religioso sobre os cristãos: a obrigação de dar e a obrigação de receber. Não aceitar uma dessas dádivas implicava em recusar a aliança e a comunhão com Deus. Sobre os vínculos de aliança e de comunhão, existia um vínculo espiritual. As oferendas, dádivas estabelecidas entre homens e Deus tinha a finalidade de instituir a paz entre eles. Esse tipo de relacionamento possibilitava afastar os maus espíritos e as más influências.

Mauss (2003) explica que o valor das coisas não era superior ao valor das relações. A lógica mercantil, segundo ele, não substituiu a antiga maneira de estabelecer vínculos e alianças entre os homens.

As relações de troca, defende ele, são fenômenos de natureza econômica, política, religiosa e cultural. Os bens produzidos por essas trocas são materiais e simbólicos também. Há, nessas trocas, uma obrigação moral que é coletiva e envolve todos os membros da comunidade. As relações de obrigação entre os membros da comunidade se constituem de aspectos diversos que envolvem uma complexidade de motivações e de modalidades de interações. As trocas produzem valores sociais hierarquizados nas esferas sociais. Elas são construídas socialmente e são determinadas por relações de privilégios e de obrigações. A presença dos beneditinos na América Portuguesa expressou os modos de constituição da sociedade e os valores sociais nela existentes.

As redes de sociabilidade instituídas foram organizadas por relações de troca ou alianças. “Neste sentido, percebemos que a observação das relações de troca entre Mosteiro e sociedade torna possível notar os laços sociais formados pelos monges nas localidades onde fundaram Mosteiros e a importância material dessas alianças para os beneditinos” (TAVARES, 2007, p. 114).

No sistema mercantil, os religiosos se constituíam como parte das relações de poder presentes nessa sociedade. Essas relações de sociabilidade implicavam em uma expectativa de retribuição. Segundo Mauss (2003), a dívida que deveria ser um gesto altruísta e de solidariedade foi incorporada pela sociedade mercantil como parte da noção de interesse individual. Esta foi a aliança que se estabeleceu a longo prazo entre os beneditinos em suas redes de sociabilidade na Colônia por meio de doações, testamentos e contratos. “Assim, os monges integraram-se à sociedade colonial adotando meios específicos das terras brasileiras de arrecadar recursos, o que possibilitou a sustentação das comunidades beneditinas na América Portuguesa” (TAVARES, 2007, p. 114).

Os beneditinos tiveram fortes relações de sociabilidade com os indivíduos vinculados às elites coloniais, que se constituíam como os órgãos governativos da Coroa. Essas relações permitiram a eles trocas de favores com indivíduos influentes. “Neste sentido, podemos identificar através dessa comunicação entre o poder temporal da colônia e o poder espiritual dos religiosos, um discurso imbricado de um projeto de sociedade ao qual os beneditinos estavam comprometidos” (TAVARES, 2007, p. 115).

Os vínculos estabelecidos com os grupos dominantes garantiram aos beneditinos as condições para se fixarem na Colônia. A concessão de terras oferecidas a eles pelos ricos das cidades e proprietários de terras contribuiu para manter suas atividades religiosas nas regiões em que fundaram mosteiros. Essas doações se tornaram a condição básica e necessária para que se fixassem na Colônia. “Este contato profícuo com os colonos mais abastados demonstra seu alinhamento político, e identifica com que pessoas e instituições os beneditinos se relacionavam” (TAVARES, 2007, p. 115).

Os beneditinos na América Portuguesa deram uma contribuição significativa para a vida religiosa, cultural e social. A vinda deles, entre outros motivos, ocorreu pelo desejo de expansão de suas obras e pela insistência das comunidades locais. O interesse pela vinda desses religiosos à América Portuguesa tinha dois motivos: o primeiro deles era que a instalação de Mosteiros dava grande prestígio à localidade, facilitando para que a vila recebesse o título de cidade como se afirmou anteriormente. Segundo, a vida na América Portuguesa era ainda muito precária, as pessoas estavam expostas a perigos diversos, nesse sentido, a presença desses religiosos, cuja origem remontava ao período medieval, era considerada indispensável para se preservar a estabilidade social, mediante a proteção de Deus (AZZI, 2004).

Estas solicitações eram feitas pela elite colonial que participava ativamente da política nas câmaras das capitanias. A necessidade desse reforço espiritual era considerada fundamental, dada

a preocupação dominante, existente no período, ligada à salvação; acrescida da questão do ensino da doutrina cristã, que se tornou um dos pontos essenciais da Igreja Católica, necessária à reforma dos costumes e para a garantia da salvação eterna.

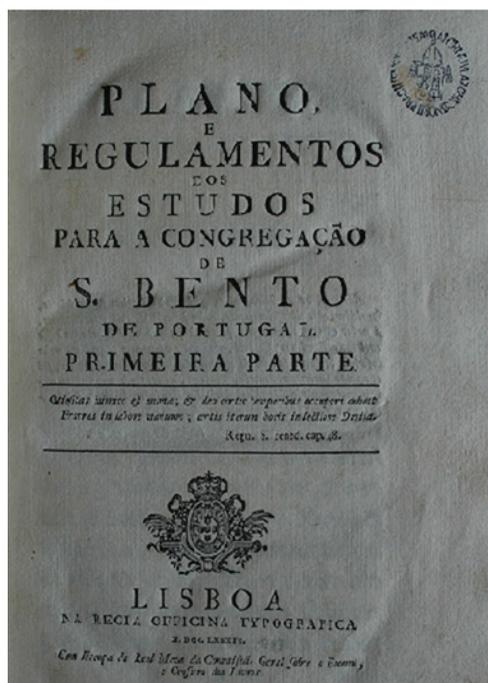
A vida religiosa também era muito prestigiada nesse período, sobretudo pelas famílias dos grupos dirigentes da Colônia, já que ela representava uma forma de ascensão social. Entre os religiosos havia ainda preocupação com a formação dos jovens grupos dirigentes e de seus quadros por meio da elaboração de programas de estudos com essa finalidade, sobretudo após as reformas das Ordens Religiosas.

O estudo desses programas de instrução intelectual, elaborados pelas Ordens, é um importante instrumento de investigação, uma vez que eles lançam as bases da chamada pedagogia moderna. Eles não tinham como finalidade inovar no campo da pedagogia, filosofia ou da teologia; no entanto, devido à prática diferenciada desenvolvida, de instrução e de aprendizagem, contribuíram significativamente apesar de não terem esta pretensão.

CAPÍTULO 4

O PLANO E REGULAMENTOS DOS ESTUDOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA

Neste capítulo, apresenta-se a organização do **Plano e Regulamentos dos Estudos da Congregação Beneditina Portuguesa**. Seu programa de estudos seguia os Estatutos da Universidade de Coimbra, da época da reforma pombalina. Com a reforma da Universidade de Coimbra, foi determinado que o plano de estudos da Congregação orientasse a formação de seus religiosos valendo-se do programa e métodos aplicados na Universidade, visando aumentar o nível intelectual dos religiosos.



Fonte: Plano e Regulamentos...1789.

Os Mosteiros Beneditinos na América Portuguesa tinham o compromisso de orientar os seus estudos com base nas diretrizes pedagógicas estabelecidas no Plano de Estudos da Congregação Portuguesa, conforme determinações acordadas na Junta Geral de 1792, realizada em Tibães. Orientada por este plano e regulamento de estudos, a Congregação, no Brasil, tinha por finalidade formar religiosos pregadores e professores, para garantir a formação doutrinal dos noviços, o labor na observância da **Regra** e das **Constituições** e ministrar a doutrina cristã aos povos da América Portuguesa.

O Plano e Regulamentos de Estudos é um programa de formação humanística, filosófica e teológica. Nele, são encontrados regras e preceitos de organização e de disciplina dos colégios da congregação. Foi elaborado pelos beneditinos portugueses, mas era, igualmente, destinado aos religiosos da América Portuguesa.

O primeiro Plano de Estudos da Congregação Beneditina de Portugal é de 1776, organizado em 33 páginas; porém, anos depois, em 1789, foi reformulado. O Plano de 1776 pouco trazia de informações sobre as diretrizes pedagógicas, limitava-se ao cumprimento do programa de estudos da Universidade de Coimbra. A versão de 1776 se tornou, como os planos das demais Ordens Religiosas, uma referência ao contexto de renovação pedagógica resultante do progresso das ciências. Expressava, em parte, o movimento de contestação do sistema pedagógico dos jesuítas, presente em várias obras literárias e nos planos de estudos das Ordens Religiosas. Nesta época, houve um movimento considerável de esclarecimento católico, que atingiu também os beneditinos.

A boa formação religiosa era essencial; segundo Mabillon (1779), era lastimoso encontrar religiosos malformados e mal-educados, abandonados a si mesmos e expostos a uma série de inconvenientes de uma vida religiosa que não se mantinha pelo estudo e pelo recolhimento. “El principal fin que los Religiosos deben tener en sus estudios, es el conocimiento de la verdade, y la caridade, à amor de la justicia: en una palabra, es el arreglo de entendimento y de la voluntad” (MABILLON, 1779, p. 282).

A reforma dos estudos beneditinos faz parte de um processo de renovação com fins específicos: ligados aos objetivos de aumento dos súditos da Coroa e, igualmente, ao número de discípulos de Cristo. Uma adequada formação tinha por finalidade contribuir com a ação missionária voltada à conversão dos povos. De acordo com a teologia da conversão, os povos da América Portuguesa não somente eram carentes de fé, mas precisavam romper com uma concepção de mundo que deveria ser abandonada e substituída por uma visão da realidade fundamentada na crença católica (AZZI, 2004).

Essa teologia da conversão teve a pregação como uma de suas principais atividades, com a finalidade de transmissão cultural, visando à mudança de comportamentos e de hábitos, bem como da mentalidade dos indivíduos e dos grupos sociais. O exercício da arte da retórica representava um encontro entre a cultura popular e a letrada. Estamos falando de um tipo particular de pregação, a oração erudita, destinada aos ouvintes letrados.

Os sermões eram organizados com fundamento nos decretos tridentinos e aprovados no Brasil pelas **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, redigidas em 1707, por D. Sebastião Monteiro Da Vide. Nesta época, a estrutura eclesiástica na América Portuguesa possuía apenas um arcebispado (São Salvador da Bahia, 1676) e três bispados (São Sebastião do Rio de Janeiro, 1676; Pernambuco, 1676; e São Luís do Maranhão, 1677).

As **Constituições Primeiras** resultaram num esforço da Igreja em adequar o clero às determinações eclesiásticas da Santa Sé, sobretudo no que se refere à formação dos religiosos. A finalidade era promover uma formação de religiosos mais austeros em seus costumes e preparados intelectualmente. Os religiosos deveriam se constituir exemplo de virtude para os fiéis e, nesse contexto, a reformulação dos Planos de Estudos, em parte, visava tais fins.

No livro terceiro das **Constituições do Arcebispado da Bahia**, havia a determinação de que os religiosos de qualquer ordem somente pudessem pregar nas Igrejas de suas ordens com aprovação de seus

superiores, além de serem avaliados em sua formação intelectual. “Os regulares e religiosos de qualquer ordem que sejam não poderão pregar, ainda nas igrejas de suas ordens, sem terem aprovação de seus superiores, e sem serem examinados por eles na ciência e terem especial licença [...]” (DA VIDE, 2010, p. 337).

Em 28 de agosto de 1772, com a promulgação dos novos estatutos da Universidade de Coimbra, por meio de Carta Régia de D. José, os colégios das Ordens Religiosas foram obrigados a realizar adaptações em seus currículos pedagógicos. Conforme a ordem real, nenhuma instituição de ensino poderia utilizar outro método, sob pena de terem seus direitos de ensino cassados e revogados.

A Carta de Lei de 23 de dezembro de 1770 criou a chamada “Junta de Providência Literária”, no reinado de D. José, por meio da qual objetivava avaliar e propor medidas para salvar a ruína dos estudos na Universidade de Coimbra (RIBEIRO, 1772). Como resultado dessa avaliação, foi elaborado o **Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas, e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados**, escrito por José Silvestre Ribeiro, em 1772, o qual desqualificou os métodos educativos dos jesuítas. Segundo este documento, havia outros problemas; porém a ação educacional desses religiosos foi o mal maior. Na primeira parte do referido **Compêndio**, destacou-se que os métodos de ensino dos jesuítas contribuíram para acabar com as leis, regras e métodos, fazendo com que as Artes e as Ciências caíssem nas trevas de ignorância.

Esta ideia também está presente no Alvará de 28 de junho de 1759, que determinava a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias. O alvará permitia que outras ordens religiosas oferecessem estudos em seus colégios e seminários. No preâmbulo do Alvará, foram apresentadas as justificativas para a renovação dos estudos, bem como dos Planos de Estudos das Congregações religiosas.

[...] tendo consideração, dizia o soberano, a que da cultura das sciencias depende a felicidade das monarchias, conservando-se por meio delas a religião, e a justiça na sua pureza e igualdade, e a que por esta razão foram sempre as mesmas sciencias o objeto mais digno do cuidado dos senhores Reis meus precededores, que com as suas reaes providencias estabeleceram, e assinaram os estudos públicos, promulgando as Leis mais justas e proporcionadas, para que os vassallos da minha Coroa podessem fazer à sombra delas os maiores progressos em benefício da igreja e da pátria: tendo consideração outrossim o que, sendo o estudo das Letras humanas a base de todas as sciencias, se vê nestes reinos extraordinariamente decahido daquele auge, em que se achavam quando as aulas se confiavam aos religiosos Jesuítas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso methodo que introduziram nas escolas destes reinos, e seus domínios; e muito mais com a inflexível tenacidade, com que sempre procuraram sustenta-lo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobriram os defeitos, e os prejuízos do uso de um methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais anos se achavam no fim deles tão ilaqueados nas miudezas da gramatica, como destituídos das verdadeiras noções das línguas latinas e grega para nelas falarem, e escreverem sem um tão extraordinario desperdício de tempo, com a mesma facilidade e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras nações da Europa, que aboliram aquelle pernicioso methodo, etc. (Alvará Régio de 28 de junho de 1759 *apud* RIBEIRO, 1772, p. 203-204).⁵

Esta se constituiu como uma das principais justificativas para a renovação dos estudos nas diferentes Ordens e Congregações religiosas existentes na época. O **Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de São Bento de Portugal** foi publicado em Lisboa em 1789. O referido Plano foi elaborado entre dois generalatos:

⁵ Os jesuítas não desconheciam nem eram alheios às novidades do campo das ciências. Possuíam muito prestígio e influência em Portugal; porém, no período pombalino, foram acusados de conspiração contra o reino com a finalidade de conter a hegemonia que possuíam (ROSA, 2014).

o de Fr. José Joaquim de Santa Teresa (1786–1789) e o de Fr. Manuel dos Prazeres (1789–1792).

O **Plano e Regulamentos de Estudos** se fundamenta na **Regra** da Congregação. Nela, existem dois elementos essenciais na formação dos religiosos: o conhecimento das letras e a busca por Deus. Uma das principais preocupações dos religiosos é com a *lectio divina*, a qual inclui oração, meditação e leitura. Sob este sentido, a formação dos religiosos é indispensável. Nas bibliotecas dos Mosteiros existe uma série de documentos escritos que colaboram para a formação espiritual, religiosa e cristã de seus membros. A formação intelectual nos Mosteiros é uma necessidade; por meio dela os religiosos podem se integrar à *lectio divina* (LECLERCQ, 2012).

Na tradição cristã, a meditação, segundo Leclercq (2012), é quase equivalente à *lectio divina*. Meditar sobre os assuntos divinos é pensá-los de maneira abstrata. Não significa somente a apreensão “de cor” do seu sentido; mas uma análise de suas ideias para colocá-las em prática. A leitura meditada da Palavra de Deus tem como uma de suas finalidades a abstração; porém é essencial que sua compreensão seja orientada para a vida em sociedade também.

No **Plano e Regulamentos de Estudos dos Beneditinos**, a educação não se encontra separada da atividade espiritual. Caracteriza-se o Mosteiro como uma “escola do serviço do Senhor”, conforme consta no Prólogo da **Regra Beneditina**. E, como tal, em seu itinerário espiritual de progressão para Deus, a formação religiosa torna-se uma ação complementar, uma vez que não é suficiente a decifração de letras, mas a compreensão dos textos, entendida como atividade fundamental da vida monástica para o desenvolvimento espiritual e das boas obras.

Um dos elementos essenciais da renovação pedagógica beneditina é o trabalho com as fontes primárias, ou seja, o estudo dos clássicos, necessário para que os valores monásticos permaneçam vivos. Prioriza-se a defesa da tradição e da cultura e, nesse contexto, a erudição é “[...] mais do que um meio necessário, suposto, sempre

subordinado à busca de Deus” (LECLERCQ, 2012, p. 32). Segundo Mabillon (1779), esse conhecimento deveria ser usado para a própria formação do religioso; devendo ser aplicado quando se julgasse necessário. Ele considerava o estudo uma etapa muito importante da vida do religioso.

A controvérsia para saber se o religioso deveria ou não se dedicar aos estudos foi discutida por Jean Mabillon, religioso beneditino da Congregação de São Mauro, em sua obra denominada **Traité des études monastiques divise en trois parties**, publicada em junho de 1691. No preâmbulo da obra, ele afirma a impossibilidade, nas comunidades monásticas, de chegarem à perfeição sem que os religiosos trilhassem o caminho dos estudos, sobretudo para que nenhum deles pudesse cair nas práticas de relaxamento e dos erros.

Mabillon, na primeira parte da obra, publicada em 1691, preconizou que os estudos não são contrários ao espírito monástico; defendia que eles são essenciais para a preservação das comunidades monásticas. Na segunda, afirmou que a formação intelectual colabora com o religioso em seu caminho de progressão espiritual na medida em que ajuda em seu fortalecimento espiritual. E, na terceira parte, falou dos fins que os religiosos devem propor aos estudos, em especial dos meios que eles empregariam para torná-los úteis e vantajosos.

Ele defendeu que as comunidades monásticas não se caracterizavam como centros de ciência, mas, sim, escolas de virtudes, como preconizaram as **Constituições de 1590** em seu **Prólogo**. Apesar de não serem centros de ciência, esses conhecimentos eram essenciais à perfeição religiosa. A proposição de Mabillon se assemelhava aos ensinamentos de Santa Teresa de Ávila (1515–1582), monja carmelita, doutora da Igreja, que escreveu importantes obras sobre vida contemplativa e espiritual, a saber: **O Castelo Interior** (*El Castillo Interior*) e o **Caminho da Perfeição** (*Camino de Perfección*).

Certamente, o que aproxima estes dois religiosos, Santa Teresa de Ávila e Mabillon, é o caminho de perfeição para Deus, sobretudo a importância da formação intelectual para tal propósito, vinculada a

.....

uma vida de oração, meditação e santificação, sob a configuração de uma Teologia ordenada para o amor. A importância dos estudos na Congregação Beneditina, em parte, segundo Mabillon (1779), foi resultado dos vários problemas relacionados às práticas de relaxamento e decadência vivenciados em diferentes Mosteiros, temática discutida nas seções anteriores.

As obras de Santa Teresa de Ávila serviram de fundamento para a elaboração da obra de Benedictus Haeften (1588–1648), intitulada **Camino real da la Cruz**, composta em latim, traduzida em Castelhana pelo Frei Martin de Herze, religioso da Congregação Beneditina de Valladolid, em 1721. Trata-se de uma importante referência de formação espiritual da teologia ordenada para Deus, que contribuiu no processo de reforma religiosa dos beneditinos portugueses. Na obra **Camino real da la Cruz**, Haeften fez referência aos caminhos de progressão espiritual para Deus, a exemplo da imitação de Cristo, de acordo com os ensinamentos de Santa Teresa em relação às moradas do Castelo Interior. Pelo seu exemplo de vida, estimulou as almas piedosas a não desistirem de seu caminho de formação espiritual, por entender que as dificuldades vivenciadas tornam o real caminho claro para todos.

Haeften (1721), nos passos de Santa Teresa de Ávila, ensina que o caminho da dolorosa cruz é realizado com boa vontade e doçura, conforme consta no prólogo da **Regra Beneditina**. A pessoa leva o amor consigo para que possa temperar o seu humor e comportamento, sem levar consigo vícios ao Céu. Trata-se de um esforço nobre, o caminho da cruz para a realização de uma vida abençoada. Nesse caminho de perfeição para Deus, a exemplo da **Imitação de Cristo**, como os Mauristas, fazia-se a defesa de temas caros, como a humildade, a obediência, a simplicidade, a devoção, a piedade, a oração individual e a meditação. A *devotio moderna* e a obra **Imitação de Cristo** marcaram as bases do cristianismo moderno. Na **Imitação**, defendia-se uma vida disciplinada de devoção interior, com ênfase na meditação no seguimento de Cristo (KEMPIS, 2005).

As **Constituições** de 1590 preconizavam a necessidade de seguimento da Igreja Católica em suas leis, mas não se poderia perder de vista as leis que regiam a vida monástica, ou seja, a **Regra** e as **Definições**. As reformas iniciadas com a fundação da Congregação Beneditina de Portugal realinharam as práticas monásticas. Essas mudanças foram explicadas nas **Constituições** de 1590, uma vez que a comunidade monástica deveria seguir os sagrados Concílios, para a reforma nos costumes, nas instituições, no ensino da fé católica e de sua doutrina.

O *Prólogo* das **Constituições** de 1590 exalta a necessidade de atender aos preceitos tridentinos e, nelas, se ordena: “o que parece ser necessário para a reformação espiritual, e temporal dos monges, e para o bom governo dos Mosteiros [...]” (p. 5). E, como uma escola de serviço do Senhor, os Mosteiros deveriam constituir os estudos como uma de suas principais prerrogativas, especialmente para o ensino das virtudes. Nas **Constituições**, defendia-se que as virtudes deveriam ser ensinadas por mestres convenientes.

Os religiosos, para receberem as ordens sacras segundo as diretrizes tridentinas, conforme consta nas **Constituições de 1590**, seriam avaliados em suas virtudes, religião e exemplo. Essa avaliação seria feita por meio de um conselho do Mosteiro ou por anciãos; além de serem letrados e graduados. Havia uma grande preocupação para que não recebessem as ordens sacras candidatos desordenados na vida e nos costumes. “Em nenhuma maneira se ordene nenhum [leigo], nem monge leigo, ainda que entrasse latino, quando a entrada foi para permanecer naquele estado [...]” (CONSTITUIÇÕES..., 1590, p. 171). Os graduados em Filosofia somente estudariam Teologia se possuíssem as qualidades requeridas: dedicação aos estudos, disciplina, obediência, virtuosos, desapego aos vícios dentro e fora dos Mosteiros e bom aproveitamento nos estudos e oração, entre outras qualidades.

No Capítulo Geral da Ordem realizado em 1780, Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão foi designado como o responsável pela reforma do Plano de Estudos dos Beneditinos para adequá-lo aos

novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão (1740–1818) caracterizava-se como um entusiasta das reformas universitárias. Ele professou na Abadia de Tibães em 1758 e, em 1766, foi ordenado sacerdote por D. Fr. Miguel da Anunciação. Lecionou as Línguas Grega e Hebraica no Colégio de Coimbra em 1769; e, em 1770, assumiu, nesse mesmo Colégio, as cadeiras de Filosofia e de Matemática. Bacharelou-se em 1771 pela Universidade de Coimbra e, com as reformas de 1772, recebeu o grau de Doutor em 1778 (JOHNSON, 1975).

Ele foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa desde 1780; bem como sócio correspondente da Academia de Lovaina. Em 1790, exerceu a função de pregador-régio da Capela do Palácio da Bemposta. Ocupou o cargo de segundo Deputado ou Vice-Presidente da Junta de Direção dos Estudos e Escolas do Reino em 1799. Foi o responsável pela organização do Plano Escolar para Lisboa e Estremadura entre 1801 a 1805, período em que residiu na capital, dentre outras atividades, presidiu 20 concursos e 203 exames para contratação de professores de escolas públicas. Em Coimbra, exerceu, por dois triênios, o cargo de Abade Reitor do Colégio de São Bento de 1798 a 1801 e de 1810 a 1813; e, de 1786 a 1814, foi diretor geral dos estudos da Congregação. Em 1816, foi sagrado bispo no Mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa, vindo assumir o arcebispado de Évora em 1818.

No início de sua carreira, por ser adepto da dúvida metódica de René Descartes, as suas teses de Filosofia Racional e Moral foram reprovadas e proibidas pela Real Mesa Censória em conferência de 29 de abril de 1773. Em Coimbra, ele foi um dos primeiros professores a tratar da filosofia newtoniana e a propagar as doutrinas da filosofia moderna. Ele assumiu o arcebispado de Évora por duas razões: ter feito o elogio fúnebre nas exéquias do Marquês de Pombal, em 14 de maio de 1782, e por ter se retratado publicamente (JOHNSON, 1975).

O Plano e Regulamentos de Estudos... (1789) dos beneditinos foi organizado em três grandes seções: a primeira apresenta e explica o

sistema do Plano. As disciplinas do Sistema se definem pelos compêndios, lições, repetições, exercícios e exames. Na sequência, na segunda seção, são apresentados os três cursos: Humanidades, Filosofia e Teologia. Destaca a escolha dos discípulos; a eleição do corpo docente e a disciplina interior nos Colégios. E, na última seção, estabelece os regulamentos pessoais relativos aos estudos elementares, normas sobre os doutores, mestres e jubilados. Além disso, apresenta os cargos literários e os professores nas Casas de Educação.

A dedicação aos estudos permitiria o conhecimento necessário de nós mesmos, levando a sermos mais humildes e, assim, conhecer a Deus, amá-lo e servi-lo. Para este propósito, a ciência e a caridade são os caminhos necessários para poder nos conduzir à humildade verdadeira. Este, segundo Mabillon (1779), foi o ensinamento de Santo Agostinho (354 a.C.- 430 d.C.) sobre a leitura feita por ele de um orador gentil. Ensinamento narrado por ele em sua obra **Confissões**. Nela, Santo Agostinho contou que um livro denominado "**Hortensio**", dedicado à exortação filosófica, mudou o seu coração e o seu afeto. Estimulou-o a novos desejos e ensinamentos. A partir dele, suas orações passaram a ser direcionadas de maneira diferente a Deus.

No prefácio do **Plano e Regulamentos de Estudos**, há uma apresentação do documento como essencial à formação dos religiosos. Era preciso estudar as Ciências para que os religiosos contribuíssem para com a sociedade, pelo "[...] estudo das ciências [...] podem os Monges evitar a censura dos homens ociosos, e por consequência inúteis, e importunos à sociedade, tanto eclesiástica, como civil [...]" (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, prefácio).

A organização dos estudos foi fundamentada nos Estatutos da Universidade de Coimbra, conforme determinavam as Constituições Beneditinas de 1629. Era necessário revisar alguns artigos para torná-los mais claros. O Plano foi organizado em duas partes: a primeira destaca os estudos elementares, realizados nas casas de educação e nos colégios; e a segunda trata dos estudos a que os religiosos deveriam se dedicar para o exercício das atividades monásticas.

Na primeira parte do Plano, são apresentadas as diretrizes para os estudos em Humanidades, Filosofia e Teologia. A segunda parte não foi sistematizada, uma vez que seria elaborada tomando por base a prática da primeira. Os beneditinos acreditavam que, com a prática dessa formação, seria possível observar os inconvenientes do exercício das atividades educativas de modo a evitar o “[...] quanto possível [fosse], alterações futuras; as quais, por muito sábias e prudentes que sejam, sempre enervam as Leis, e abrem caminho à relaxação, e ao seu total desprezo” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, Prefácio).

4.1 DA PRÁTICA DO ENSINO

Os compêndios das disciplinas, conforme o Plano e Regulamentos... (1789), deveriam ser escolhidos previamente. Sua escolha ocorreria mediante um consenso; além disso, após tê-los escolhidos, nenhum professor deveria utilizar outro que não tivesse sido aprovado pela Congregação. Estes deveriam ser elementares, concisos, sem serem superficiais, com uma boa ordenação das matérias e suas divisões. “Serão em fim escritos com estilo puro, isto é, sem barbarismos, e sem afetação de ornato” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 43). Os compêndios de Latim, Grego e Retórica, além das qualidades destacadas, deveriam seguir as instruções régias da Lei de Reforma Geral dos Estudos de 28 de junho de 1759. O compêndio da Língua Hebraica deveria ser conciso, metódico e não ser volumoso para não amedrontar os discípulos.

Os professores, antes de iniciarem as suas disciplinas, apresentavam aos estudantes o rol de conteúdos que seriam trabalhados em cada uma delas. Essa apresentação, sendo bem trabalhada “[...] serv[ia] para fazer ver distintamente de uma vista de olhos todas as suas partes, a ordem das matérias, e a evolução das verdades, que nelas se tratarão” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 46).

4.2 DAS LIÇÕES

O método de exposição das lições era outro ponto fundamental no processo de formação dos beneditinos. Segundo consta dele, nascia o bom como o mau ensino. Os professores de Filosofia e de Teologia deveriam explicar “[...] cada uma das definições, que entram no Compêndio; isto é, resolvê-las nas ideias simples, de que elas se compõem, e ilustrá-las com exemplos conhecidos, e com aplicações a casos particulares, e óbvios” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 47). Os professores, ao analisarem com os alunos o que era tese e o que era hipótese, deveriam ensiná-los a distingui-las, ilustrando com exemplos claros, “[...] de modo que os discípulos fiquem capacitados da mútua dependência das verdades, que vão aprendendo, e conheçam distintivamente o uso que se pode fazer de cada uma delas” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 47).

Era preciso que os professores não gastassem o tempo da explicação com exames superficiais e supérfluos. A ordem de apresentação dos conteúdos não poderia ser mudada, muito menos ser reprovada pelo professor diante de seus discípulos. Além disso, não deveriam aconselhar os alunos para estudarem os conteúdos da disciplina por meio de outro compêndio. Recomendava-se que os bons alunos pudessem ler outros livros que apresentassem os mesmos princípios do Compêndio usado em sala a fim de “[...] que possa servir para ilustrar o sistema do Compêndio” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 48).

Os alunos eram instruídos para estudarem com afinco para que obtivessem melhor aproveitamento “[...] até ficarem bem inteirados do todo, e de cada uma das divisões, e subdivisões do Sistema, e da conexão das verdades, que nele se contém” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 49).

4.3 DAS REPETIÇÕES

No estudo de Filosofia e de Teologia não era suficiente que o estudante fosse descobrindo os conceitos de cada área uma depois da outra, era “[...] necessário também, que de espaço em espaço ele volte atrás ao mesmo termo onde partiu, e siga novamente com maior vagar, e atenção” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 49).

Para que se pudesse pôr os conteúdos apreendidos debaixo de um bom ponto de vista, era necessário repetir as lições de quando em quando. No curso das disciplinas, praticavam-se duas espécies de repetições: uma realizada ao final de cada divisão menor do conteúdo e outra que se realizava no final do ano. Essa avaliação durava em torno de duas horas, realizada sempre no período da tarde. “[...] estes importantes exercícios, assistirão os professores de todas as cadeiras, com seus respectivos discípulos, e todos os religiosos [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 53).

4.4 DOS EXERCÍCIOS POR ESCRITO

As atividades que envolviam o exercício de escrever eram consideradas as que mais contribuía para o progresso dos discípulos nos estudos. Os estudos bem dirigidos pelo professor tinham essas qualidades: “[...] se firma cada vez mais a atenção, profundando-se os conhecimentos, adquire-se a exatidão, e forma-se o estilo; qualidades, sem as quais pouca, ou nenhuma utilidade podemos tirar das fadigas, por grandes que sejam do nosso espírito” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 54).

Os exercícios de escrita agrupavam-se em quatro tipos, a saber: versões, análises, composições e dissertações. Nas versões, pertencentes à latinidade, o professor escolhia o excerto de um dos livros clássicos como, por exemplo: Cícero, um pequeno discurso, histórico ou moral, em que os discípulos se obrigavam a traduzi-lo

para o Português. “Além destas escolherá o mesmo Professor outras semelhantes passagens, que ele mesmo verterá em Português; e ocultando os nomes dos autores, donde forem extraídas, dará aos discípulos a sua versão para eles a verterem na língua Latina” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 54).

O professor, depois que os discípulos estavam instruídos na teoria da Retórica, escolhia alguns assuntos fáceis para que eles pudessem elaborar breves composições sobre a doutrina estudada. “Estas composições serão todas feitas em Português, e juntamente em Latim, para se exercitarem os ditos discípulos a escrever com pureza, e energia em uma, e outra língua” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 55).

Nos cursos superiores de Filosofia e Teologia, todos os professores deveriam propor aos seus alunos diversos assuntos relacionados a cada uma de suas disciplinas para que eles elaborassem, em língua Latina, dissertações. “Estes assuntos [eram] proporcionados aos conhecimentos que tiverem adquirido os discípulos no exercício das lições quotidianas, principiando-se sempre pelos mais fáceis, e acabando-se pelos mais difíceis” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 55).

Estavam previstos diferentes graus de merecimento no processo de avaliação, a saber: bons, suficientes e maus. Os bons não necessitavam de emenda notável; os suficientes tinham uma ou outra questão para arrumar; e os maus mostravam inaptidão. Ao término de cada avaliação, realizavam uma apresentação dos que ficavam em primeiro lugar “[...] cujos escritos mereceram a censura de bons, e depois destes os que tiveram de suficientes, sem ajuntar a esta nomeação outro algum louvor, ou representação” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 56). Os maus escritos ficavam suprimidos e o nome de seus autores em silêncio.

4.5 DOS EXAMES PARTICULARES

Ao final de cada ano letivo, os religiosos realizavam os exames particulares. Os exames das disciplinas de Latinidade, Grego, Hebraico, Retórica, História Universal e Antiguidades Profanas eram realizados por turmas, constituídas por quatro examinandos. Os exames eram presididos por seus professores, os quais faziam perguntas sobre as matérias dos outros professores de Humanidades.

Após a realização dos exames, os examinadores, em reunião, discutiam sobre o merecimento de cada um dos discípulos, os resultados eram passados para uma ficha e enviadas para o Abade Geral. “Os examinados, que tiverem ao menos três votos a seu favor, se julgam aprovados; os que só tiverem um, ou ainda dois, devem reputar-se reprovados” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 58). Os discípulos aprovados em Humanidades eram encaminhados ao Curso de Filosofia. Aqueles que ficassem reprovados deveriam continuar mais um ano no estudo da respectiva disciplina em que reprovou.

No Curso de Filosofia, os exames eram realizados por dois professores de cada disciplina. Cada um avaliava os discípulos nos conteúdos em que o outro ensinou. Nos casos de impedimento ou na falta de um deles, o Abade Geral nomeava, como substituto, um professor ordinário de Teologia ou dos formados. No exame de Teologia, os professores das disciplinas eram os responsáveis. Os dois professores do período da manhã examinavam os discípulos sobre as disciplinas do período da tarde, e os dois professores da tarde sobre as disciplinas da manhã. No exame de Filosofia e de Teologia, bilhetes numerados eram lançados numa urna contendo as divisões menores ao compêndio relativo a cada exame. “O número marcado no bilhete [mostrava] qual [era] a divisão menor, que [deveria] servir de matéria particular do Exame correspondente a cada um dos sobreditos compêndios” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 59).

Cada um dos discípulos, depois de expor a matéria do seu exame, respondia perguntas e objeções dos examinadores. Rea-

lizado o exame, os professores, reunidos com o Diretor do Colégio, realizavam uma avaliação acerca do merecimento de cada um dos discípulos. Cada um deles lançava, numa urna, o seu voto; depois de aberta, o discípulo era considerado aprovado se atingisse dois AA, e reprovado se alcançasse dois RR. E nos casos de um A e um R ficavam empatados. O resultado do exame era registrado numa ficha, a qual era assinada pelo Diretor, Vice-Diretor e pelos dois examinadores. Não há indicação de critérios de desempate, o que indica que essa decisão era feita pelo Abade.

Cada um dos professores, no decorrer do ano, realizava uma espécie de exame de talento. Os resultados das avaliações feitas por eles ficavam registrados numa espécie de “mapa”, em que constava o nome do aluno e os itens avaliados, a saber: lições, repetições menores, repetições maiores, escritos e as faltas dos discípulos.

Findados todos os exames, os professores e os examinadores, juntamente com o Diretor do Colégio, discutiam sobre o desempenho de cada um dos discípulos, deliberando, em seguida, sobre a aprovação ou reprovação. O secretário da Congregação ficava responsável por anotar os resultados no Livro dos Exames. Na sequência, elaborava uma lista de aprovação, assinada pelo Diretor, que era afixada em lugar público “[...] para que todos os discípulos conheçam o resultado da sua aplicação, ou negligência” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 62).

Os discípulos considerados inaptos para os estudos tinham seus nomes enviados para o Abade Geral, que os encaminhava “[...] para uma Casa de Coro, em que há cadeira de moral, para ao menos aprender o que é essencial as obrigações do seu Estado” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 62). Os discípulos reprovados, mas que em seus exames demonstrassem ter melhor aproveitamento para o futuro, eram reconduzidos para o estudo da disciplina ou disciplinas reprovadas. Nesses casos, eram encaminhados para outro Colégio da Congregação, onde, no ano seguinte, realizavam as disciplinas reprovadas. Se, ao término do segundo ano, fossem novamente reprovados,

eram excluídos do Colégio e enviados como inaptos a assistirem as lições de coro e de moral.

4.6 DOS EXAMES PÚBLICOS

Nos colégios, além dos exames particulares, eram feitos exames públicos. “Serão, pois, obrigados a expor uma vez a cada ano alguns discípulos escolhidos a exame público todos os professores ordinários, os quais presidirão a estes Actos, na forma do costume” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 63). Normalmente, os exames públicos aconteciam depois de concluídos os exames particulares. Eram programados de tal maneira que não interferissem no cronograma de aulas. A organização do exame público ficava sob a responsabilidade de um professor nomeado como Presidente. Os discípulos que participavam dos exames públicos eram aliviados dos exames particulares.

Nos exames das línguas Grega e Hebraica, os discípulos declaravam, em edital específico, os livros Sagrados e Profanos que eram objeto do exame. Realizavam a tradução para o Português, explicavam para os examinadores as razões de sua tradução e respondiam a todas as perguntas feitas sobre a análise gramatical. No exame público de Retórica, os discípulos teriam que propor uma homilia, ou discurso de algum dos Santos Padres da Igreja Grega e da Latina. “Ou [...] algumas peças de eloquência, e de poesia, que sejam de Autores Clássicos Gregos, Latinos ou Portugueses, oferecendo-se para os analisarem, segundo as perguntas, que lhe forem feitas” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 64).

Na disciplina de Latinidade, o professor organizava para o exame público algum conteúdo sobre as Antiguidades profanas, que evidenciasse a inteligência dos autores gregos e latinos. A matéria dos programas de exame público de cada uma das disciplinas dos cursos superiores em Filosofia e de Teologia eram tiradas do Sistema

de Compêndio ou formada por teses soltas dispostas na mesma ordem sistemática.

Nenhum dos exames poderia ser publicado sem o consentimento do Diretor do Colégio; nem este poderia publicar o programa de exame antes da análise de três professores do Colégio, escolhidos, secretamente, para este único fim “os quais poderiam emendar, e riscar tudo o que achassem oposto à Santa Fé, e bons costumes, ou contrário às disposições declaradas [...] em outros lugares deste Plano” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 65). Todos os exames públicos eram encadernados em diferentes volumes, e ficavam dispostos nas bibliotecas do Mosteiro para eventual consulta.

4.7 O CURSO DE HUMANIDADES

Todos os jovens admitidos no noviciado da Congregação Beneditina de Portugal deveriam realizar o Curso de Humanidades, com duração de, no mínimo, dois anos. A organização curricular do curso era composta por quatro disciplinas: 1ª) Latinidade, História Universal e Antiguidades Profanas; 2ª) Língua Grega; 3ª) Língua Hebraica; 4ª) Retórica. “Cada uma destas Cadeiras deve[ria] ter Professor próprio” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 68).

No primeiro ano do Curso de Humanidades, os discípulos frequentavam as disciplinas de (1º) Latinidade, História Universal e Antiguidades Profanas; (2º) Língua Grega e (3º) Língua Hebraica. No segundo ano, frequentavam as disciplinas (3º) de Língua Hebraica; (2º) Língua Grega e (4º) Retórica.

A disciplina de “Latinidade, História Universal e Antiguidades Profanas”, associada à Latinidade, constituía a primeira cadeira do Curso de Humanidades. Os conhecimentos dessa disciplina, conforme se apresenta no Plano, ajudavam a compreender o passado e davam sentido as práticas do presente. Os alunos que tivessem aprendido alguma dessas disciplinas em uma das escolas públicas

do reino e possuíssem instrução mais que suficiente poderiam requerer ao Abade Geral “[...] para que os mand[asse] examinar [e sendo aprovados, poderiam] ser admitidos a ouvir as lições da aula seguinte” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 69).

No tocante ao ensino de História aos iniciantes, de acordo com o Plano, era preciso levá-los ao aprendizado dos elementos da cronologia e dos fundamentos dessa disciplina, bem como a divisão dos tempos, sem adentrar no estudo dos diferentes teóricos e suas ramificações. O estudo da História, considerou Mabillon (1779), era fundamental, sobretudo o estudo da História Eclesiástica. Sem este estudo não se podia adquirir uma perfeita compreensão dos Santos Padres e da Teologia. Segundo ele, muitos teólogos que não sabiam nada sobre História caíam em grandes faltas. Nesse sentido, defendeu ele, “[...] estudiar la Historia, es estudiar los motivos, las opiniones, y las pasiones de los hombres, para conocer sus ressortes, bueltas, mañas y artificios [...]” (MABILLON, 1779, p. 173).

A História ensina a verdadeira ética por meio de sábias reflexões. Quando não se caminha nesse propósito, a História seria uma ciência insípida, persuadindo a todos de alguma coisa que não se sabe. Esse é um cuidado que todos devem compreender no estudo da História, uma vez que é possível tomar o falso como verdadeiro. Era preciso conhecer o autor, suas qualidades, formação, os fins e os motivos pelos quais escreveu a obra e, especialmente, se era apaixonado por algum partido. “La habilidade no consiste solamente en estimar y seguir los mejores Autores, sino en saber discernir en los menores lo que hay de bueno, y todo lo que puede servir à mantener ò declarar la verdad” (MABILLON, 1779, p. 176).

Ao término do estudo dos elementos básicos da disciplina de História, os estudantes iniciavam o aprendizado de História Universal, que poderia ocorrer por meio de um compêndio. O seu conteúdo era dividido em história da religião e história das nações. Os estudantes de Teologia deveriam estudar com maior aprofundamento os temas referentes à História da Ordem Religiosa e da História da Igreja. Na

sequência, passavam para o estudo da História Sagrada, iniciando com o tema da criação do homem e encerrando com a ascensão de Deus. Essa parte era dividida em duas: uma que ia até o nascimento de Jesus Cristo e poderia ser estudada segundo a ordem dos quatro estados do Povo de Deus; e, a outra, chamada Evangélica, que tratava da vida do Salvador até a sua ascensão aos Céus, podendo ser explicada por meio da harmonia do Evangelho.

O ensino de História da Igreja dava sequência ao estudo da história sagrada. Nela se estudavam “[...] os sumos Pontífices, [...] os Concílios [...] os Dogmas [...], a Disciplina, [...] as disputas em matérias Eclesiásticas, [...] os hereges; [...] em fim os varões ilustres em santidade e doutrina que floresceram” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 9). A discussão desses temas da História era acompanhada de um amplo debate, sobretudo no que se referia ao movimento histórico conceitual dos dogmas e da disciplina da Igreja.

No ensino da História, também se estudava o tema: Antiguidades – a sagrada e a profana dentro das dimensões: religiosa e política. A História Sagrada abrangia a História do Antigo Testamento (Filologia Hebraica) e do Novo Testamento (Filologia Grega). Na parte que abordava as Profanas, estudava-se a História Antiga de todos os Impérios, em particular os dois impérios que mais cultivaram as letras: o grego e o romano. O estudo das Antiguidades Sagradas era necessário ao Teólogo para facilitar a compreensão dos livros do Velho e do Novo Testamento. E o estudo das Antiguidades Profanas era necessário para se entender os autores gregos e latinos.

Era preciso conhecer e praticar as verdades da religião e, para este fim, os diversos conhecimentos das Ciências Humanas colaborariam para atingir tal propósito. Um dos primeiros conhecimentos era o estudo das línguas: “[...] e muito particularmente daquelas, em que Deus nos deixou escrita a sua Palavra; e depois destas o das outras línguas sábias, em que nos falam os melhores mestres de diferentes idades e países” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 2).

O estudo do Latim foi considerado um dos meios para desenvolver, estimular e aguçar a inteligência dos estudantes, permitindo a aquisição do gosto e delicadeza na exatidão de pensamentos. Para Mabillon (1779), o aprendizado das línguas era fundamental para o estudo das Sagradas Escrituras e dos Santos Padres da Igreja; além disso, “las principales ventajas que se pueden sacar de las buenas letras, son aprender à hablar bien, à bien pronunciar, y à escribir bien, y sin erratas” (p. 208).

No estudo do Latim e do Grego adotavam-se os livros prescritos nas Instruções Régias, os quais determinavam o método abreviado, usado nas escolas da Congregação do Oratório, ou a “Arte de Gramática Latina Reformada” de António Felipe Mendes.

Para o exercício de instrução da boa latinidade e filosofia moral, os professores eram orientados a explicar aos seus estudantes algum artigo dentre os três “*De Officiis*” de Cícero, adaptando as máximas desse orador ao contexto dos estudantes. Essas atividades eram importantes, visto que, segundo Mabillon (1779), um dos melhores meios para falar bem era ler muito e escrever com frequência.

Segundo as Instruções Régias, o ensino de Grego era uma necessidade. Ele não somente colaborava para um melhor conhecimento das ciências teológicas e filosóficas, mas, igualmente, para a formação integral dos estudantes. Segundo Mabillon (1779, p. 204): “No conviene, pues, ler estos Autores por deleyte, vanidad, ni ostentacion, sino por necesidad, y para aprovecharnos de sua inteligencia”.

Pelo método preconizado pelas Instruções Régias, os alunos aprenderiam a gramática pelo Epítome do Método de Port-Royal, traduzido em vernáculo, todavia depois que tivessem aprendido o alfabeto grego. Após a aprendizagem das Declinações e Conjugações, fariam exercícios de leitura pelo Evangelho de São Lucas, pelos Atos dos Apóstolos, ou por Heródoto, Xenofonte, pelos Caracteres de Theophrasto, ou pelos Diálogos de Luciano, tudo de acordo com a Coleção de Patuza, usada na Academia Real de Nápoles. Orientava os professores para que não usassem as edições bilíngues (Latim-Grego), visto que não contribuíam para uma boa formação (RIBEIRO, 1772).

Os estudantes mais adiantados podiam ler o grande Homero, além de usar o Dicionário Manual de Screvélio. Os professores poderiam usar os dicionários de Escápula, o Tesouro de Carlos Estevão; Ubbo Emio e João Meursio; além do Método Grande de Port-Royal, bem como as melhores edições de Demóstenes, Xenofonte, Tucídides, entre outros (RIBEIRO, 1772).

No ensino da Língua Hebraica, o Plano de Estudos dos Beneditinos propunha um método próprio. As Instruções Régias não orientavam tal ensino. Nos colégios beneditinos, os estudantes aprendiam, primeiramente, a parte etimológica ou analógica. O aprendizado da língua hebraica “[...] es muy necesaria para entender bien la Sagrada Escritura, pero no conviene perder el tempo en ler muchos Rabinos” (MABILLON, 1779, p. 206).

Outra área de conhecimento essencial à formação beneditina era a Retórica. De acordo com o Plano e Regulamentos... (1789), para se ensinar bem era preciso saber persuadir. A formação seria o melhor caminho para se ensinar aos demais o que se aprende. Nesse sentido, “[...] fica claro que, entre os objetos dos [...] estudos [beneditinos], deve também contar-se [com] a verdadeira Arte da Eloquencia” (p. 2).

O ensino da Retórica não poderia se definir como uma arte exclusiva do púlpito. Propunha que o ensino dela ocorresse de maneira mais generalizada. Ela não deveria ficar restrita à vida pública e eclesiástica. Verney (1746) acrescenta que a instrução para os professores de retórica caminhou nessa direção nas Instruções Régias. Nelas, defendia-se um caráter mais utilitarista da retórica. O seu ensino deveria permitir aos estudantes falar bem, além de persuadir os ânimos e atrair as vontades. Nesta perspectiva, todo lugar era teatro para a retórica. Passaram a vê-la como uma arte necessária nas relações comerciais.⁶

6 Luis António Verney (1713-1792), escritor português, foi um dos maiores representantes do Iluminismo no país. Autor da obra intitulada **Verdadeiro Método de Estudar**, referência importante sobre as ideias pedagógicas do projeto modernizador para o reino português. Publicada em 1746, tornou-se referência da reforma nos métodos de estudos e de ensino, num período de intensa circulação das ideias iluministas. O trabalho de Verney é obrigatório aos

O Plano e Regulamentos de Estudos Beneditino orientava aos seus mestres em retórica para seguir o método exposto na Instrução; porém recomendava o estudo especial da “eloquência do púlpito”. A eloquência sagrada objetivava a transmissão, pela palavra, da doutrina religiosa da Igreja Católica. A pregação do Evangelho sempre se caracterizou como uma nobre e sublime missão da Igreja. “Nuestro Señor se ocupó casi unicamente en ella mientras vivió en público, y esta fue una de las primeras cosas que encomendo à sus Apostoles” (MABILLON, 1779, p. 248). Acrescenta o mesmo autor que os religiosos que se dedicavam ao exercício da retórica deveriam possuir “[...] mucha piedad, humildad, zelo, doctrina y talento para hablar en público: que fuesen dados à la oracion [...] y firmeza en la virtude por una vida regular y uniforme [...]” (p. 249).

Para o ofício da pregação, não bastava ser um clérigo virtuoso, era preciso muito estudo, sobretudo das Sagradas Escrituras, da leitura dos Santos Padres da Igreja, como São João Chrysóstomo, Santo Agostinho, São Gregório e São Bernardo. Mabillon (1779) orientava que os pregadores lessem, com muita atenção, os livros de Santo Agostinho, especialmente a obra denominada **Doutrina Cristã**.

O ensino da disciplina de Retórica seguia o método proposto nas Instruções Régias no que se referia aos preceitos da eloquência, da poesia em geral e da maneira de pô-los em prática. O ensino da eloquência do púlpito, própria do trabalho dos eclesiásticos, tinha orientações específicas, ensinadas somente aos estudantes bem aperfeiçoados nos preceitos gerais. O orador deveria possuir qualidades morais, físicas e literárias. No exercício dessa importante atividade, deveria levar em consideração a solidez das provas, a elevação dos pensamentos, a gravidade das expressões e a disposição ordenada da matéria.

Um ponto importante era a adequação do discurso do pregador à capacidade de compreensão dos cristãos. O entendimento

interessados na compreensão das reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) (RUCKSTADTER, 2012).

era uma preocupação fundamental. Tratava-se da elaboração de um discurso simples, claro e coeso, sem perder a dignidade e a majestade da palavra de Deus. “Es necesaria mas habilidad de la que alguns piensan, para explicar bien el catecismo, y quando esto se hace bien si saca gran provecho” (MABILLÓN, 1779, p. 252).

PLANO DE FORMAÇÃO EM HUMANIDADES	
LÍNGUAS	a. Grega; b. Latina; c. Hebraica
RHETORICA	a. Eloquência do Púlpito ou Sagrada, consiste: - Estudo dos preceitos gerais da retórica e da eloquência; - Parte teórica: estudo das qualidades morais, físicas e literárias do orador; - Parte prática: exercício da prática de oração pela imitação de Padres da Igreja, tanto gregos como latinos, e oradores modernos.
HISTÓRIA	a. Elementos da Chronologia; b. Elementos da Geografia; c. História Universal, dividida em: - História Sagrada; - História das Nações; d. História da Igreja; e. História das Antiguidades Sagradas e Profanas; f. Mitologia.
OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO	- Caligrafia; - Desenho; - Pintura.

4.8 O CURSO DE FILOSOFIA

De acordo com o Plano, o estudo da Filosofia é importante para formar juízo e discurso, bem como estabelecer as ideias gerais sobre as coisas, apreender a Moral e defender a religião contra as sutilezas daqueles que não acreditam nela. De acordo com Mabillon (1779), a Filosofia ajuda a sustentar a religião cristã. “Ella nos muestra hasta donde puede llegar el entendimiento humano, en la inquisicion de la verdade [...]” (p. 183).

No *Ratio Studiorum* dos jesuítas, o Curso de Filosofia era chamado de Artes, entre os beneditinos também (FRANCA, 1952). O curso de Filosofia tinha duração de três anos. As disciplinas eram divididas por semestre. No primeiro semestre do 1º ano, os discípulos estudavam História Literária da Filosofia, Lógica e Ontologia. No segundo semestre aprendiam Aritmética e Álgebra Elementar. Na primeira parte do segundo ano, estudavam Geometria e Cálculo e, no segundo semestre, Física Geral. No primeiro semestre do terceiro ano, aprendiam Física Particular e História Natural e, no segundo semestre, Pneumatologia, parte da metafísica que trata da alma e de Deus, e Ética.

O principal empenho da Lógica, a arte de pensar, é ensinar as verdadeiras ideias sobre os nossos conhecimentos. Por meio dela, estudam-se as ideias verdadeiras e falsas; as afirmações e suas negações; os erros; a dúvida; entre outras coisas. “Debemos, pues, servirnos de la Logica para acostumbarnos a pensar y razonar bien, para ratificar el entendimiento en el buen sentido, y formar el juicio [...]” (MABILLON, 1779, p. 185).

Por meio da Ética, discute-se uma série de coisas importantes, como a ideia do bem, do fim último, da boa-venturança, etc. Além disso, podem ser tratados temas como as ações humanas, seus princípios interiores e exteriores. Estudam-se a consciência; as paixões humanas, suas causas e efeitos; os hábitos bons e maus; as virtudes e os vícios, etc. A Ética, entre outras coisas, estuda as regras

socais necessárias para se portar em comunidade, como a cortesia e a urbanidade mútua; estuda os meios para se conservar a paz na vida comum, e “como se deben corrigir les sospechas y juicios temerários, que son tan opuestos à ella” (MABILLON, 1779, p. 186).

No Plano e Regulamentos de Estudos, para ministrar as disciplinas do curso, eram determinados dois professores ordinários que se revezavam por semestre. “Os dois Professores de Filosofia em cada um dos Colégios revezavam entre si as cadeiras de um curso para o outro [...]” (1789, p. 70).

Na Filosofia, o estudante aprenderia os conhecimentos científicos, como a lógica, que lhe permitiria expor argumentos com o menor receio possível. Pelo ensino da arte da lógica, era possível aprender, de acordo com o Plano e Regulamentos (1789), uma coleção ordenada de regras que pertence à arte de demonstrar, conjecturar, estabelecer probabilidades, elaborar críticas, hipóteses, entre outras possibilidades. Era da combinação dessas regras da lógica que se deduziam os conhecimentos científicos.

Na sequência da ordem dos estudos filosóficos, como continuação da Lógica, ocupava-se do estudo dos princípios e verdades comuns a todos os ramos da Filosofia e de todas as Ciências, tal era o objeto da Ontologia. Dentre as ideias abstratas estudadas na Ontologia, mediante a ideia de Quantidade, havia a álgebra, a geometria e a aritmética. “Do exame das diversas combinações de Quantidade em geral se passará a indagação das outras propriedades comuns a todos os corpos, pela qual é que verdadeiramente começa a ciência da Natureza” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 14). Deste conteúdo, iniciava-se o ensino da física geral. Ela “[...] nos introduz na Particular, a qual toda se ocupa sobre os corpos considerados em si mesmos; tendo por objeto não tanto as propriedades gerais, como as singulares, que formam as diversas classes de indivíduos” (p. 16).

Pautada no estudo da Natureza, a Filosofia direcionava-se para o questionamento da existência de Deus. “A isto se dirige a Teologia Natural, ou ciência dos atributos da Divindade, que são demonstrá-

veis pela razão, sem dependência alguma da Revelação” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 26). Esta parte do ensino de Filosofia preparava o estudante para o aprendizado das verdades reveladas do cristianismo e do caminho da verdadeira felicidade. Estudavam-se os meios que devem ser empregados para conseguir essa felicidade. Esta discussão abria caminho aos estudos teológicos.

PLANO DE FORMAÇÃO EM FILOSOFIA	
LÓGICA	a. Por demonstrações; b. Por conjecturas
ONTOLOGIA	a. Os princípios gerais dos nossos conhecimentos; b. Os teoremas gerais, dos quais princípios se deduzem
MATEMÁTICA	a. Aritmética, a qual trata das combinações da quantidade discreta, ou dos números; b. Geometria, a qual trata das combinações da quantidade contínua, ou extensão; c. Álgebra, a qual trata das combinações de grandezas abstratas: 1. Finita, ou elementar; 2. Infinitesimal, ou cálculo.
MORAL	I. Ética geral: a. Teorética que trata da capacidade do homem para ser feliz, e da sua felicidade natural; b. Prática, que ensina a pôr em execução os meios de conseguir esta felicidade. II. Ética particular: a. Absolutos, que subsistem sempre; b. Hipotéticos, que só substituem em alguma hipótese

4.9 O CURSO DE TEOLOGIA

Mabillon (1779) preconizou que os estudos teológicos ajudavam os religiosos em seu processo de compreensão das Sagradas Escrituras. Segundo ele, os religiosos em formação deveriam aprender as Escrituras com perfeição para poder ensiná-las a outros, bem como convencer aqueles duvidosos de sua verdade. Para que tais propósitos fossem efetivos, julgava necessário vincular o estudo à oração. Muitos eram aqueles que se perguntavam sobre a conveniência da aprendizagem de muitas coisas das Escrituras. Para este autor, todos que possuem, em suas mãos, a direção de outros, nada deveriam ignorar para que se pudesse instruir a todos. Ele entendia que este conhecimento colaborava para a correção de vícios e a pureza de coração.

Na formação teológica, a leitura, em particular, de alguns livros das Sagradas Escrituras, argumenta Mabillon (1779), não deveria excluir a leitura das demais partes. Cada uma delas possuía virtudes e remédios para todas as nossas enfermidades espirituais. O estudo dos Santos Padres da Igreja eram referências importantes no processo de instrução acerca da moral, da disciplina da Igreja e monástica. O Curso de Teologia permitia aos religiosos a formação necessária aos estudos das Escrituras Sagradas e dos Santos Padres da Igreja, bem como dos Concílios, do Direito Canônico e Civil (MABILLON, 1779).

O curso tinha duração de quatro anos. No primeiro ano, os discípulos estudavam História Literária da Teologia, História Sagrada, as Antiguidades Sagradas e História Eclesiástica. No segundo ano do curso, tinham aulas de Teologia Isagógica (reintrodução às Sagradas Escrituras), Teologia Dogmática–Teorética. No terceiro ano, Teologia Dogmático–Prática e Particular. E, no último ano, Teologia Disciplinar e Teologia Exegética. “As aulas de manhã [eram] das nove horas e meia até as dez e meia, e as de tarde das três e meia até as quatro e meia” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 72).

Nos Colégios da Congregação, para eventuais faltas de professores ordinários, tanto na Filosofia quanto na Teologia, havia “[...] em cada um dos colégios ao menos um substituto de Filosofia, e dois de Teologia” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 73). O estudo da Teologia iniciava-se com duas disciplinas subsidiárias: a disciplina de Religião em Geral e a disciplina dos Lugares Teológicos. Essas duas disciplinas compunham o que se denominava como “Introdução à Teologia”. No tratado de Religião em Geral, eram trabalhados o seu conceito, o seu fim primário e secundário e as suas diversas espécies. Na disciplina dos Lugares Teológicos, iniciava-se com o estudo da Escritura e da Tradição. Por meio delas, ensinavam-se aos estudantes a autoridade divina, a autoridade canônica e a autoridade normativa. No estudo dos Símbolos ou das Fórmulas de Fé, as diferenças entre os símbolos antigos e modernos, as regras de interpretação, bem como o uso e abuso cometidos pelos teólogos em suas proposições (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789).

Na formação em Teologia o professor poderia contar com a História, Filosofia Natural, com o Direito Canônico e o Civil como apoio no conhecimento e na demonstração das verdades teológicas. Era necessário que os estudantes de Teologia conhecessem as diferentes espécies de verdade que formam o objeto da Teologia, envolvendo os dogmas de fé, os artigos de fé e os mistérios de fé. Após trabalhar estes conteúdos introdutórios, passava-se ao ensino da Teologia Cristã. O sistema teológico era dividido em quatro partes: a Teologia Dogmático-Teorética; a Teologia Dogmático-Prática; a Teologia Canônica e a Teologia Litúrgica.

O estudo da Teologia Dogmático-Teorética tinha por finalidade provar a teoria da Revelação “[...] aquelas verdades, que temos obrigação de conhecer, e crer, segundo as luzes da fé divina, a respeito de Deus, e dos meios sobrenaturais da nossa salvação” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 25).

A segunda parte do sistema teológico, denominado Teologia Dogmática-Prática, discutia o caminho da “vida eterna” e dirigia para

ele as ações morais do homem de acordo com a lei da graça. Para o seu estudo, era dividida em Geral e Particular. “A Geral contém as verdades gerais, donde se deduz a teoria, e a prática da doutrina moral do Evangelho. A particular determina os ofícios do homem cristão, e a sua aplicação aos ministérios eclesiásticos” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 29). Essa teologia abordava a natureza moral do homem como cristão e, de maneira particular, os quatro estados da inocência primitiva, da culpa, da graça e da glória. A partir delas, priorizava-se as ações morais do homem e sua aplicação a elas. Na Teologia Dogmática-Prática, eram tratados sobre os ofícios do homem cristão. Estudavam-se quais são esses ofícios a respeito de Deus e do cristão e as virtudes que deles nascem e os vícios que lhe são opostos. Na segunda parte, eram discutidas as principais verdades pertencentes à teologia pastoral; nela, explicavam-se as principais atividades dos padres em toda a hierarquia da Igreja: a pregação da palavra de Deus; os sacramentos; a cura das almas e o exercício do culto externo.

Depois do estudo da doutrina divina, o estudo orientava-se para o ensino da doutrina eclesiástica, que se fundamentava na autoridade legislativa da Igreja, a chamada Teologia Disciplinar. Dela nasciam as duas últimas partes do sistema doutrinal, a saber: a Teologia Canônica e a Teologia Litúrgica. Na primeira, estudavam-se os princípios da chamada polícia eclesiástica, ou da disciplina exterior ao governo da Igreja. A propagação do Evangelho pelos Apóstolos e as perseguições sofridas pela Igreja no decorrer do seu estabelecimento; a origem da vida monástica, dos diversos gêneros de monges e de seus institutos. Na sequência, abordavam-se os direitos que Jesus Cristo comunicou a cada uma das Ordens da hierarquia eclesiástica, da liberdade da Igreja Universal e das Igrejas Particulares, incluindo os limites do sacerdócio. Na segunda parte, referente à Teologia Litúrgica, tratava do modo autorizado de a Igreja celebrar o culto público da religião. Abordava as antigas formas e partes dos edifícios, dos templos, seus ornamentos, de acordo com a disciplina dos quatro primeiros séculos da Igreja. Eram apresentados os diversos

ritos usados na celebração do sacrifício e cerimônias; as principais solenidades de Cristo e dos Santos, entre outras coisas.

PLANO DE FORMAÇÃO EM TEOLOGIA	
<p>Isagógica: Dispõe a razão do homem para acreditar, com submissão racional, nas verdades reveladas</p>	<p>I. Teoria da Religião: a. Em geral; b. Em particular: escritura e tradição. II. Teoria das Fontes, ou Lugares Teológicos. a. Primitivos: escritura e tradição. b. Derivativos (Concílios, Bispos, Padres, Símbolos) c. Subsidiários: 1. História; 2. Filosofia Natural, 3. Direito canônico e civil.</p>
<p>Dogmática: Ensina as verdades reveladas</p>	<p>I. Teorética: trata das verdades reveladas, que devemos crer. a. Teologia propriamente dita, que explica os atributos de Deus: 1. Absolutos; 2. Relativos. b. Economia Divina, que expõe as obras externas de Deus relativas ao homem considerado em cada um dos seus quatro estados: 1. Instituição; 2. Destituição; 3. Restituição começada; 4. Restituição consumada. II. Prática, que ensina as verdades reveladas, que devemos praticar a. Geral, que contém os princípios da moral cristã sobre: 1. A natureza moral do homem; 2. A norma das suas ações morais. b. Particular, que explica os ofícios da moral cristã relativos à sociedade: 1. Natural; 2. Civil; 3. Religiosa.</p>

PLANO DE FORMAÇÃO EM TEOLOGIA	
<p>DISCIPLINAR: Explica certas verdades, tanto teóricas como práticas, que não pertencem à essência da religião, ainda que digam respeito à fé e aos costumes, por isso são variáveis pela Igreja</p>	<p>I. Canônica, que trata da forma política, e exterior do governo da Igreja a. Histórica: que mostra as mudanças sucedidas na disciplina ministerial, segundo a ordem da hierarquia eclesiástica; b. Técnica: que dá a razão destas mudanças, determinando a disciplina mais conforme à primitiva instituição da Igreja. II. Litúrgica: que trata do culto religioso público: a. Histórica: que expõe as variações sucedidas na Igreja a respeito do culto; b. Técnica: que descobre as verdadeiras causas destas variações, e estabelece o modo do culto religioso mais acomodado ao espírito do cristianismo.</p>
<p>Exegética Ela se ocupa em indagar a verdadeira inteligência da palavra de Deus</p>	<p>I. Teorética, ou Hermenêutica Sagrada, por conter as regras e mostrar o método de interpretar com acerto a palavra divina: a. Escrita nos Livros Santos; b. Oral nas Tradições Divinas. II. Prática, a qual aplica a Hermenêutica sobre a interpretação da palavra de Deus: a. Analítica: quando inquire o sentido genuíno da mesma Palavra, e deduz resultados pertencentes à fé e aos costumes; b. Sintética, quando inquire na mesma palavra divina as provas dos resultados, ou proposições, relativas à fé, e aos costumes, e já estabelecidos pela Igreja.</p>

4.10 A ESCOLHA DOS DISCÍPULOS DE CADA UM DOS TRÊS CURSOS

Segundo o Plano de Estudos, os exames de admissão eram realizados por três professores nomeados pelo Abade Geral. Cada examinador avaliava os pretendentes separadamente e, em carta, cada um informava ao Abade Geral o parecer sobre cada um dos candidatos tanto no aspecto intelectual quanto nos talentos. Além dessas avaliações, os examinadores escolhiam um livro clássico lati-

no ou outro livro de língua portuguesa “[...] para que o pretendente os verta de uma para outra língua, deixando-o só, com tinteiro e papel pelo tempo, que julgarem necessário” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 77). Eram aprovados nos exames aqueles que obtivessem ao menos dois votos a seu favor.

Os aprovados no exame eram admitidos no noviciado e, por um período de um ano, eram acompanhados por um mestre de noviços, o qual realizava avaliação contínua do desempenho de cada um deles. No noviciado, deveriam aprender os princípios da religião cristã, a prática da virtude e as obrigações da vida monástica (MABILLON, 1779). Eles estudavam, no mínimo, uma hora por dia com o mestre que lhes ensinava a respeito do catecismo; dos quatro Evangelhos ou ao menos o Evangelho de São Lucas e o de São João; a Regra de São Bento e a vida de São Bento, elaborada por Gregório Magno. Ao final do noviciado, eram avaliados por um conselho a respeito das leis próprias da Congregação, “[...] do Catecismo, dos Evangelhos, e da inteligência da Santa Regra, cumprindo-se tudo o mais que as mesmas nossas leis determinam a respeito deste exame” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 79).

Após serem aprovados no noviciado, os noviços realizavam cada um a sua profissão: “Logo que fizer Profissão qualquer noviço, entrará no curso de Humanidades, principiando pelo estudo da Disciplina, ou Disciplinas, em que ainda não estiver instruído, segundo a ordem, com que ficam distribuídas [...] em cada um dos anos” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 79).

Na Filosofia, eram admitidos somente aqueles que eram aprovados em cada uma das quatro cadeiras de Humanidades. “E para que em tempo nenhum venha a ser frustrada esta importante determinação, será obrigado cada um deles a apresentar ao Diretor, ou Vice-Diretor dos Estudos uma certidão dos ditos exames” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 79). Esses exames, devidamente assinados pelos examinadores, ficavam arquivados em pasta própria de cada disciplina.

Para o ingresso na Teologia, eram seguidos os mesmos procedimentos do Curso de Filosofia. O candidato deveria ter cumprido todas as disciplinas da Filosofia, com a necessidade de apresentação da certidão de aprovação. Mesmo que o candidato tivesse realizado alguma disciplina nas aulas públicas do Reino ou algumas das disciplinas de Filosofia, era obrigatório cumprir todo o curso filosófico para passar ao de Teologia. “Excetuamos unicamente aquele, que haja estudado ao menos, como obrigado, na Universidade de Coimbra todas as disciplinas dos quatro anos de Filosofia” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 81).

Os candidatos ao Curso de Teologia da Congregação que não fossem egressos dos Colégios da Congregação teriam que, por obrigação, apresentar certidão de instrução suficiente em Humanidades nas quatro disciplinas. Alguns discípulos que concluíam o Curso de Filosofia nos Colégios da Congregação podiam estudar Teologia na Universidade de Coimbra. Para tanto, os professores do curso realizavam uma seleção e indicavam os candidatos mais dignos. Eles eram examinados nas disciplinas preparatórias: Língua Latina, Grega e Hebraica; em Retórica, em Filosofia Racional e Moral. Os aprovados nos exames recebiam uma certidão dos exames, constando os resultados. “Se delas constar que algum dos Examinados não ficou aprovado em qualquer das referidas Disciplinas Preparatórias, só por isso será privado de se matricular na Universidade” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 82).

Os alunos da Congregação que cursavam Teologia na Universidade, ao término de cada ano letivo, eram examinados pelos professores de Teologia da Congregação. O exame seguia os mesmos procedimentos avaliativos aplicados nos exames anuais do Curso de Teologia da Congregação. Os discípulos que não atingissem resultados satisfatórios ficavam proibidos de voltar a estudar na Universidade, “[...], mas além disso será obrigado a estudar segunda vez nas aulas domésticas as respectivas Disciplinas do Exame [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 83).

No último ano do Curso de Teologia, o diretor do Colégio determinava o conteúdo que os discípulos de Teologia da Universidade teriam para dissertar. As dissertações eram entregues ao Diretor do Colégio o qual as distribuía aos professores ordinários de Teologia para avaliarem.

4.11 DA ELEIÇÃO DOS PROFESSORES DE CADA UM DOS TRÊS CURSOS, DOS DOUTORES E MESTRES

De todas as qualidades dos candidatos ao cargo de professor na Congregação, a mais estimada era a piedade: “[...] sem a qual, quanto maiores forem os seus talentos literários, tanto mais nocivos podem ser aos discípulos o seu ensino, e exemplo” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 86).

Os candidatos, aspirantes ao magistério, deveriam elaborar um requerimento dirigido ao D. Abade Geral. O Diretor do Colégio, de posse dos requerimentos, reunia-se, numa conferência, com os demais professores para avaliarem o grau de merecimento de cada um dos candidatos. Os requerimentos dos pretendentes aprovados eram assinados pelo Diretor e pelos professores mais antigos e depois encaminhados ao Abade Geral para as demais providências.

Os candidatos ao magistério deveriam juntar aos demais documentos uma certidão assinada pelo Diretor de que, “[...] nos exames da Disciplina, em que pretendem ser professores, foram aprovados [...] sem a qual certidão não poderá ser admitido o seu requerimento” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 87). Para avaliação das habilidades e capacidades dos candidatos ao cargo de professor dos Colégios Beneditinos eram realizadas as chamadas oposições. Todos os candidatos realizavam esse exame, nenhum deles conseguia patente de professor de qualquer dos três cursos sem que tivesse sido aprovado.

Os candidatos ao cargo de professor escolhiam em uma urna os temas dos Tratados ou divisões maiores dos Compêndios

da disciplina. No dia seguinte, diante de todo o corpo docente do Colégio, o candidato subia no palco para expor, sistematicamente, o tema escolhido. Na ocasião, ele deveria demonstrar “[...] os princípios, deduzindo deles as proposições, e destas os corolários, de modo que faça ver, que está senhor da matéria, e que sabe explicá-la com método, clareza e concisão” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 89).

Cada candidato tinha trinta minutos para a exposição. Após sua apresentação, “o opositor arguente poderá impugnar ou todo o Sistema do Tratado, ou cada uma das proposições, que nele se contém” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 89). Na sequência, dois professores do curso, indicados pelo Diretor do Colégio, realizavam perguntas sobre o sistema “[...] obrigando o defendente a fazer uso nas suas respostas das disciplinas subsidiárias, a fim de examinarem se ele sabe, ou não fundamentalmente a matéria da oposição” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 89).

Num outro dia, após a realização da oposição, o Diretor convocava os candidatos para escolherem os pontos que teriam para dissertar por escrito. Escolhidos os temas, cada candidato era posto numa cela separada e, num prazo de 24 horas sucessivas, teria que dissertar em latim sobre o tema. “Para isso lhes será permitido pedir unicamente [...] os livros que quiserem, e houver no Colégio; além dos quais ninguém deverá introduzir-lhes clandestinamente ou livro, ou papel algum [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 90).

Ao término do tempo de elaboração da dissertação, o Diretor entrava na cela e rubricava cada uma das páginas escritas pelos candidatos; além de pedir para que se registrasse, na última página, as referências usadas na elaboração da dissertação. As dissertações eram entregues aos professores ordinários para avaliarem os trabalhos feitos. Após as avaliações, os resultados eram entregues ao Diretor do Colégio, que encaminhava os resultados ao Abade Geral para serem votados em reunião geral.

As disciplinas, donde se ão de extrair os títulos dos Tratados, e as teses para as oposições de Teologia, serão a

Dogmática, a Disciplinar, e a Exegética; e para as oposições de Filosofia serão a Matemática, e a Física, tanto geral, como particular. É necessário indispensavelmente, que pela exposição vocal do tratado, e pela dissertação por escrito, mostrem os concorrentes, que em cada uma das sobreditas disciplinas estão solidamente instruídos, e que das outras relativas ao curso, a que pertence a oposição, tenham uma notícia mais que suficiente para haverem de ser aprovados (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 91).

As vagas para professores em Humanidades também eram selecionadas seguindo a mesma sistemática. Os candidatos tiravam da urna um tema sobre o qual realizavam um discurso em Latim. Esse discurso era apresentado pelo candidato no início de sua oposição “[...] e acabada ela, o entregará ao diretor, para depois ser revisto, examinado, e conferido com os dos outros opositores em Congregação” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 91).

Para a cadeira da Língua Hebraica, os candidatos traduziam e analisavam alguns capítulos dos livros históricos e proféticos do Antigo Testamento. E para as vagas de Retórica, os candidatos analisavam parte de uma oração de Cícero e parte de outra de Demosthenes, ou uma homilia de algum dos Padres Gregos. E, para a vaga da cadeira de história, discorria sobre História Universal, sobre as Antiguidades Gregas e Romanas; sobre Cronologia e Geografia. “Nesta espécie de exame não excederá, o Arguente, mais de 1 hora, e depois dele farão também perguntas sobre as mesmas matérias, os dois professores, que o diretor houver nomeado” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 92).

Depois da avaliação dos merecimentos literários de cada um dos candidatos, passava-se a decidir pela pluralidade de votos. No assento de habilitação de cada um dos candidatos aprovados ficava registrado o número de votos. A lista dos aprovados era encaminhada ao Abade Geral “[...] a quem juntamente informará o mesmo diretor com o seu parecer particular sobre os que julgar mais hábeis para substitutos das cadeiras dos dois colégios” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 93).

Os candidatos que ficavam em lista de espera poderiam, no concurso seguinte, por meio de requerimento, solicitar entrar no concurso sem nova habilitação. “Porém, se neste segundo concurso não merecerem ainda a aprovação, não poderão ser admitidos a terceiro, ao menos para professor de qualquer dos dois colégios” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 93). Os candidatos aprovados recebiam do Abade Geral as suas cartas patentes de professores substitutos. Somente eram concedidas patentes a novos professores ordinários se os mesmos, ao menos pelo espaço de três anos, tivessem trabalhado como substituto das cadeiras do curso pretendido.

Os religiosos formados a cada triênio pela Universidade que não se doutoraram eram os únicos que o Abade Geral poderia conceder licença para receberem o grau de mestre em Teologia e em Filosofia. Devido ao maior número de provas realizadas durante o curso acadêmico, o Abade poderia nomeá-los professores ordinários das primeiras cadeiras em qualquer dos dois colégios se houvesse vaga “[...] logo depois que eles tiverem completado ao menos um ano de substitutos [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 95).

Pelo Breve de Clemente VIII (1536-1605, Papa desde 2 de fevereiro de 1592), aqueles que contavam nove anos completos de exercício literário, isto é, três como discípulos, três como substitutos e outros três como professores ordinários, poderiam receber o grau de mestre; para tanto realizavam o Ato de Conclusões Magnas e o Exame Privado. Para o Ato de Conclusões Magnas, o candidato ao grau de mestre tinha que compor uma dissertação em Latim sobre algum dos temas da Teologia ou da Filosofia que necessitasse de maior ilustração. Ele recebia esta tarefa no início do ano letivo. Ao final do período letivo, o candidato, diante do corpo docente do colégio, tinha que apresentar a sua dissertação num tempo estimado de trinta minutos. Após a sua apresentação, os professores do Colégio realizavam perguntas sobre a apresentação.

O exame privado era realizado depois do Ato de Conclusões Magnas. Eram escolhidos três temas da Teologia ou da Filosofia de

acordo com a titulação pretendida. As teses que o candidato teria que expor eram diferentes daquelas oferecidas nas Conclusões Magnas. O candidato tinha que expor e defender as suas teses para uma banca composta por três professores do Colégio. Ao término da arguição, os três professores se reuniam com o Diretor do Colégio para avaliarem, decidirem o conceito do candidato e a sua aprovação. “Se este ficar aprovado, fará os seus requerimentos ao Reverendíssimo D. Abade Geral, apresentando-lhe a sobredita certidão; e obtida a sua licença, receberá o grau de Mestre [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 99).

Em todos os anos, eram realizados Sermões ao Evangelho no dia do Trânsito de São Bento e na Quinta Feira Santa depois de se cantar o Evangelho da Cerimônia do Mandato, em um ano, nos cinco primeiros Domingos da Quaresma e, em outro, nos Domingos do Advento. “Estes Sermões serão distribuídos por todos os professores, que tiverem Cartas de Pregadores, e que ainda não forem jubilados, principiando-se pelo mais antigo até acabar no mais moderno nos anos de professo” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 104).

Cada um dos professores dos dois Colégios, como mestres de seus discípulos, tinha por obrigação instruir seus discípulos nos deveres da vida monástica. No ato conventual, chamado Capítulo das Culpas, o D. Abade Geral falava “[...] a todos os religiosos algum dos Capítulos morais da Regra de S. Bento, pela mesma ordem com que nela estão dispostos” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 105). Nessa exposição, o Abade explicava que o espírito da vida monástica era o mesmo desde a primeira instituição monástica criada, sempre respeitando as necessidades de alterações. “Entre as diversas alterações desta disciplina se mostrará de passagem quais são as que a Igreja autoriza, quais as que tolera, e quais as que reprova relativamente ao capítulo, que se explica” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 105). O Abade e seus visitantes avaliavam a observância das normas e repreendiam os que não as seguiam.

Para que os religiosos dos dois colégios professassem a perfeição Evangélica, era obrigatório “[...] que nos dois colégios [houvesse] Conferências Espirituais pelo espaço de uma hora depois de Vésperas em todos os Domingos, e festividades [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 106). Essa conferência era realizada nos Colégios pelos professores de Filosofia. Para este fim, utilizavam Tratados Ascéticos ou Morais das obras dos Santos Padres da Igreja, como, por exemplo, os Tratados de Santo Agostinho e os Tratados de São Bernardo.

Os professores de Teologia também realizavam conferências sobre alguns capítulos da Escritura Sagrada, iniciando pelos Evangelhos, os livros do Novo Testamento e os livros morais do Antigo. Ao final de cada uma dessas conferências, o professor de Teologia apresentava a próxima matéria da conferência “[...] para que os seus ouvintes a leiam, meditem, e examinem de antemão, e venham preparados a dar conta do aproveitamento, que dela tirarão sendo perguntados [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 107).

4.12 REGULAMENTOS PESSOAIS RELATIVOS AOS ESTUDOS ELEMENTARES

Para o cargo de diretor geral dos estudos da Congregação Beneditina, era escolhido um dos religiosos mais doutos, “[...] o qual tenha já dado provas de prudência, e madureza, de resolução, e constância, de juízo sólido, de bom gosto nos seus estudos, de zelo desinteressado pelo adiantamento das letras, e de amor do bem público” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 125). Ele era escolhido entre os professores ordinários, com preferência para os doutores formados pela Universidade, os mestres da Ordem e os professores de Coimbra. Para poder manter a boa direção dos estudos e vigilância de suas atividades, tinham a mesma igualdade de merecimento os professores jubilados, contudo nenhum deles podia acumular o cargo de diretor geral com o de D. Abade do Colégio.

No exercício da função de diretor geral, para que essa função não fosse objeto de ambição, ele “[...] não gozará de honra, ou isenção alguma além das que lhe competirem por outros títulos, e as que aqui, e em diversos lugares deste Plano se lhe concedem, como indispensavelmente necessárias para o bom desempenho das suas obrigações” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 126).

O eleito para a função de diretor geral podia residir em um dos colégios da Ordem. E quando houvesse necessidade de mudar para outro Mosteiro, tinha que se desligar da função e, até que se fizesse uma nova eleição para o cargo, assumia a função um diretor interino. Dentre as funções do diretor geral, constavam a visitação dos colégios e das casas de educação, visando à promoção da observância do Plano de Estudos, das Constituições, das Atas Capitulares, Pastorais e Costumes. “Com este fim visitará pessoalmente uma vez em cada triênio o Colégio, onde não reside, e as Casas de Educação; e examinará com prudência [...] as determinações expressas neste Plano” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 127).

O diretor geral, em Portugal, também visitava as bibliotecas dos colégios, das casas de educação e, igualmente, de todos os Mosteiros. “Os bibliotecários [...] serão obrigados a apresentar-lhe um rol de livros, que pretendem comprar de novo, para obterem a sua aprovação, sem a qual não se lhes levarão em conta nas Visitas as despesas, que com eles houverem feito” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 127).

A responsabilidade pelo bem dos estudos nos colégios ficava a cargo do diretor geral. As suas proposições para melhorar a formação eram deliberadas por todos os professores e adotadas de acordo com a pluralidade de votos. Ao término de cada ano letivo, enviava ao Abade Geral uma pauta com o nome de todos os discípulos constando o progresso de cada um. “No fim desta mesma pauta fará especial menção daqueles discípulos, que no seu conceito se distinguiram dos outros na modéstia, bondade natural, talento e piedade” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 128). E, ao final do triênio do seu manda-

to, formulava uma narração circunstanciada sobre o andamento dos estudos dos discípulos, a qual era levada para aprovação em Capítulo Geral da Congregação.

No colégio onde não residisse o diretor geral dos estudos, havia um diretor particular. Era eleito a cada triênio pelo Abade Geral, sendo possível sua recondução caso fosse digno de merecimento. “Terá o Diretor Particular a mesma autoridade, que o Diretor Geral, unicamente no que pertence à direção dos Estudos do Colégio, onde reside” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 129). Ao final de cada ano letivo e ao final do triênio, o Abade Geral tinha a obrigação de informar sobre as resoluções tomadas para o melhoramento da formação.

Para substituir o diretor nos colégios da Congregação, havia um vice-diretor. Ele deveria ser escolhido entre os professores de Filosofia ou de Teologia. O vice-diretor era escolhido no início de cada novo triênio. Os nomes indicados eram votados por critérios de merecimento. Caso não saísse um nome eleito, o diretor indicava outra pessoa e, se não obtivesse os votos necessários, era indicado, como vice-diretor interino, o professor mais antigo do colégio.

Todos os professores ordinários, para melhor conservar a necessária uniformidade do ensino, deveriam residir nos colégios durante o período em que durasse o ano letivo. “E por isso não poderá Capítulo Geral elegê-los para qualquer emprego da Congregação, que seja incompatível com esta indispensável residência” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 130). Somente em caso de culpa sentenciada ou em caso de enfermidade grave, o professor ordinário poderia sair do colégio.

Os professores, nos dias letivos, não podiam se ausentar de suas funções. E se houvesse relaxamento, o diretor deveria avisar o Abade Geral para aplicar as medidas cabíveis. Também não poderiam realizar sermões fora do colégio em dias letivos para não prejudicar o andamento das aulas. “Excetuamos um, ou outro caso extraordinário, em que se interfere o crédito do Colégio, ou do Professor” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 131).

Os professores ordinários poderiam apresentar ao colégio um catálogo, contendo os livros que julgassem necessários para a boa regência de suas aulas. Para tanto, “[...] os Vogais depois de conferirem sobre o merecimento, e necessidade de cada um deles, resolviam quais deve logo comprar o bibliotecário a custa da livraria, onde serão depositados” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 131). Para que pudessem ter melhor aproveitamento desses livros e dos demais que existiam na livraria, o diretor concedia licença para levar um ou outro livro para sua cela. “Esta licença será por escrito, com a data do dia em que é passada; nela se expressara por quanto tempo é concedida, o qual nunca excederá de cada vez o termo de 15 dias [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 132).

Após o término dos exames particulares e públicos, os professores ordinários e substitutos poderiam escolher um dos Mosteiros da Congregação para descansarem nos meses de agosto e de setembro; e nos Mosteiros de Lisboa ou do Porto somente com prévia autorização do Abade Geral.

Para não comprometerem as obrigações de suas funções, os professores ordinários eram dispensados da frequência ao coro. Participavam somente das horas cantadas e missas dos dias solenes: de Natal; Páscoa; Pentecostes; Trânsito do N. P. S. Bento; dos ofícios da Semana Santa; as Vésperas, Ofício e Missa dos dois dias de Todos os Defuntos da Igreja e da Ordem; dos aniversários de cada mês; atos conventuais da meditação; da Ladainha e do Capítulo. “E para que entre si conservem a necessária harmonia, se reputam pela razão de professores em tudo iguais, sem outra alguma precedência, que não seja a de antiguidade de profissão religiosa [...]” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 133).

Em sala de aula, todos os professores ordinários tinham autoridade para mandar chamar os seus discípulos faltosos, repreender ou castigar. E, em último caso, encaminhavam para o Abade do colégio para que se impusesse correção pública.

Os professores substitutos, nos dias letivos, assistiam as aulas em uma cadeira à parte e, ao final, ficavam com os discípulos por um espaço de tempo de meia hora para tirarem dúvidas “[...] e se empenharão particularmente em acostumá-los a conceber ideias claras, e distintas das coisas que aprendem, e a exprimi-las com propriedade, com ordem, e com precisão” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 134).

Todos os religiosos que se graduavam pela Universidade e não estivessem ocupados com a regência, ordinária ou extraordinária, de alguma das cadeiras públicas da Universidade deveriam, enquanto não jubilavam⁷, assumir uma cadeira no colégio por determinação do D. Abade Geral. Os professores jubilavam com doze anos de magistério. Para isto, deveriam apresentar certidões passadas pelo Secretário do Colégio, assinadas pelo Diretor e por dois professores mais antigos do colégio em que declaravam o cumprimento das disciplinas filosóficas ou teológicas.

A função de Secretário era assumida por um professor eleito entre os seus pares: “que uma vez por eleito, continuará no exercício da mesma ocupação, enquanto a desempenhar, e não for promovido a outra, que seja com ela incompatível” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 138.). Ele era responsável por transcrever as resoluções da Congregação nos livros e pela elaboração de todos os assentos que constavam do Plano de Estudos. “Estando ausente do colégio, ou impedido, fará a este respeito as suas vezes aquele religioso, que o diretor nomear para vice-secretário” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 138). Elaborava também um diário no qual registrava os sucessos notáveis de cada ano. No início de cada ano letivo, apresentava o Diário do ano anterior aos professores para que eles fizessem algum apontamento cabível.

Ficava ainda com a obrigação de compor a vida de todos os religiosos que faleciam. Depois da aprovação pelos professores,

⁷ Professores de Filosofia e de Teologia que, após dez anos de ensino destas matérias, e os de Humanidades depois de quinze anos, solicitavam ao abade geral a patente de jubilação. Os professores jubilados tinham os mesmos direitos dos professores regentes, sem a necessidade de regerem alguma disciplina (LUNA, 1947).

.....

essas informações eram passadas para o livro de óbitos. Ele ainda respondia pelas funções de notário do convento, do Conselho e do Cartorário. Dependendo do número de atividades realizadas, o diretor do colégio poderia nomear um ou mais ajudantes.

A função de bibliotecário era exercida por um professor eleito, preferencialmente um bem instruído em História Literária e em Bibliografia. Era responsável pela organização dos livros, seu fluxo de empréstimo e de devolução. Caso algum livro não fosse entregue no período determinado, era sua obrigação advertir os religiosos. Em sua falta nos ditos colégios, o diretor nomeava dois vices bibliotecários, os quais se revezavam na função quando preciso.

O bibliotecário, todos os anos, tinha por obrigação a elaboração de um relatório com informações dos países estrangeiros acerca da qualidade da formação. Esse relatório servia de instrumento para aperfeiçoar os estudos nos colégios da Congregação. Nesses relatórios, os bibliotecários forneciam informações acerca das disciplinas oferecidas nos três cursos da congregação, preferencialmente de escolas ou de universidades reformadas da Europa.

Todos os professores, ordinários e substitutos, além dos doutores da Universidade eram considerados os Vogais da Congregação. No início de cada ano letivo, os vogais se reuniam para discutir a formação dos cursos. “Para o que todos os vogais, pela ordem de sua antiguidade, advertirão, ou de palavra, ou por escrito, tudo o que lhes parecer conducente a manter a boa ordem dos Estudos” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 142). Em julho, no final do período letivo, os vogais se reuniam para avaliar as mudanças, advertências e seus frutos. No caso de professores que não respeitavam as resoluções da congregação, era chamada a sua atenção na presença de todos e se, no ano seguinte, não houvesse mudança, o D. Abade Geral, após informado pelo diretor, mandava suspender o exercício de suas atividades docentes, “[...] a fim de que nos Colégios se conserve entre todos a uniformidade de doutrina, sem a qual é impossível fazerem progressos os estudos” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 143).

Os professores ordinários e substitutos do Curso de Humanidades eram obrigados a residirem no Mosteiro. A licença para se ausentarem da sala de aula ocorria somente por uma causa muito grave. Em sala de aula, os professores de Humanidades tinham a mesma autoridade que os professores de Filosofia e de Teologia. E, “[...] quando algum [dos discípulos] necessite de correção pública, darão parte ao D. Abade para lhe impor a penitência, que lhe parecer justa” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 146). Os professores de Humanidades poderiam retirar da biblioteca do Mosteiro até dois livros pertencentes à disciplina de sua cadeira, podendo ficar com eles até 15 dias. Alcançavam a Carta de Jubilados quando completavam 15 anos de magistério.

Nos três Mosteiros: de Tibães, de Lisboa e do Porto, havia cadeiras de Moral. Os professores que assumiam essas cadeiras eram aqueles aprovados nos concursos de Teologia, “[...] e além disso devem ter substituído ao menos por dois anos inteiros ou a mesma Cadeira de Moral em algum dos ditos Mosteiros, ou outra do curso teológico em qualquer dos dois Colégios” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 148). A formação em Moral ocorria num período de três anos. No primeiro, ensinava-se História Eclesiástica, compreendendo a Sagrada e a Monástica; no ano seguinte, estudava-se a Teologia Dogmático-Teorética e, no último, a Teologia Dogmático-Prática, ou Moral Cristã. Os discípulos que realizavam essa formação eram todos aqueles com inaptidão para os estudos mais profundos, que não foram admitidos em qualquer dos três cursos: Humanidades, Filosofia e Teologia, ou foram excluídos de algum deles.

Os compêndios usados para o ensino eram aprovados pela Congregação Literária de Coimbra. As avaliações dos discípulos envolviam lições, repetições, exercícios por escrito, exames particulares e públicos. Nos exames particulares ao final de cada ano letivo, eram examinadores, dois professores de Teologia. “Neles serão vogais o d. Abade, ou quem presidir no Mosteiro, o professor da Cadeira, o seu substituto, se o houver, e os dois examinadores; e fará todas as

.....

obrigações de Secretário o Notário do Conselho” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 150).

Os discípulos aprovados davam seguimento aos estudos, os reprovados refaziam o ano em outro Mosteiro. Havia, em cada Mosteiro em que ensinavam a cadeira de Moral, um professor substituto, aprovado em algum dos concursos de Teologia. Após três anos completos como professor substituto, havendo vaga, poderia ser promovido a professor ordinário. Os substitutos eram obrigados, anualmente, a elaborarem uma dissertação sobre a mesma matéria, os professores ordinários também. As dissertações aprovadas eram assinadas pelo diretor e pelos demais vogais e encaminhadas para a livraria do colégio. As dissertações não aprovadas “[...] se dará vista ao autor, para que este ou responda aos reparos, que lhe foram feitos, ou componha sobre nova matéria outra dissertação, que mereça ser aprovada” (PLANO E REGULAMENTOS..., 1789, p. 152).

Essa organização dos estudos era a mesma em todos os Mosteiros Beneditinos da América Portuguesa. Ao longo do século XX, foram mantidos colégios nos Mosteiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Olinda. O *Colégio de São Bento do Rio de Janeiro* (CSB) foi fundado em 1858, chamado, inicialmente, de Externato de São Bento. O *Colégio de São Bento de São Paulo*, na época, denominado “Gymnasio de São Bento”, foi fundado em 21 de março de 1903. O *Colégio de São Bento de Salvador* foi fundado em 03 de fevereiro de 1905. E, o *Colégio de São Bento de Olinda* foi fundado em 22 de setembro de 1953.

O Plano do século XVIII tem grande importância para os estabelecimentos da Ordem Beneditina, uma vez que nela as mudanças são muito lentas e graduais. O Plano era uma referência, a formação dele derivada trazia importantes impactos na sociedade, em função do fato de que os Mosteiros sempre foram centros de formação intelectual ao menos até o século XX.

Para exemplificar o funcionamento de um Colégio Beneditino, toma-se como exemplo o do Rio de Janeiro. O Colégio de São Bento

do Rio de Janeiro (CSB), em seu primeiro ano de funcionamento, em 1858, contou com aproximadamente 500 alunos matriculados gratuitamente nos Cursos de Ensino Primário, Secundário e Teológico. Nesse período, frequentaram os bancos escolares do Colégio nomes como Henrique Maximiano Coelho Neto (1864–1934), escritor, político e professor, membro da Academia Brasileira de Letras, considerado o “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”, segundo votação realizada pela Revista **O Malho** em 1928; Antonio da Silva Jardim (1860–1891), advogado, jornalista e ativista brasileiro, teve grande participação nos movimentos abolicionista e republicano brasileiro no Rio de Janeiro; atualmente, um dos municípios do Estado Fluminense recebe o seu nome, a cidade de Silva Jardim. E Clóvis Bevilacqua (1859–1944), jurista, filósofo, historiador e literato, atuou como promotor público, membro da Assembleia Constituinte do Ceará, Secretário de Estado, consultor jurídico do Ministério Exterior; um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 1904, o Externato de São Bento passou a se chamar “Ginásio de São Bento”. Os monges, preocupados com a situação social do Rio de Janeiro, resolveram atender à população de menor renda e de ocupação diurna. Assim, surgiu a Escola Noturna São José em 1908, a Escola Popular em 1912 e o Ensino Formal e Profissionalizante na Fazenda Três Poços, para meninos pobres, em 1923 (COLÉGIO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO...2019).

Em 1936, na Ilha de Paquetá, foi inaugurado um internato, depois transferido para o Alto da Boa Vista, em sede própria em 1939; fechado na segunda metade do Século XX. Atualmente, o Colégio de São Bento do Rio de Janeiro (CSB) é um estabelecimento de ensino confessional católico, sendo dirigido e mantido pelo Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. A instituição tem por finalidade oferecer educação cristã aos jovens nela matriculados, propondo uma formação cultural necessária ao desenvolvimento integral de seus alunos. A instituição funciona de 2^ª a 6^ª feira, em horário integral, para todos

os anos do Ensino Fundamental e Médio. Somente são aceitos no Colégio candidatos do sexo masculino (COLÉGIO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO...2019).

Na matriz curricular do Colégio, são oferecidas as seguintes línguas estrangeiras: Língua Inglesa (do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio); Língua Francesa (do 4º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio) e Língua Espanhola (do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio). A instituição ainda disponibiliza cursos de aceleração nas Línguas Francesa (7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental) e Língua Espanhola (1º ano do Ensino Médio), após avaliação de conhecimentos realizada por professores da área.

Os responsáveis pelo candidato podem agendar visita para conhecer o Colégio antes da realização do processo de admissão. O ingresso ocorre da seguinte maneira: os candidatos ao 1º ano do Ensino Fundamental são admitidos por meio de sorteio público entre os candidatos inscritos em data, horário e local previamente definidos em Edital de Processo de Admissão. Os candidatos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º do Ensino Médio passam por um processo de admissão que contempla avaliações discursivas.

Os responsáveis pelos candidatos aprovados marcam entrevistas, pré-agendadas, com o Serviço de Orientação Educacional (SOE). A finalidade é conhecer o histórico escolar do aluno, além de estabelecer o primeiro vínculo entre o Colégio e a família. O Colégio não concede nenhum tipo de desconto ou bolsa de estudos.

A fundação da Escola Teológica, hoje Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, para os Cursos de Filosofia e Teologia, ocorreu em 1921, inicialmente para monges e, a partir de 1970, passou a receber, igualmente, alunos não monges.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Mosteiro de São Paulo foi fundada em 1908. No início, era filiada à Universidade de Louvain (Bélgica), que reconhecia os graus acadêmicos, somente

em 1940, os cursos passaram a ser reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) (COLÉGIO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO, 2019).

A Faculdade de São Bento da Bahia foi fundada em 2002, no antigo Instituto Teológico São Bento, criado em 2001, com autorização para funcionamento dos Cursos de Licenciatura em Filosofia e Bacharelado em Teologia. E, em 2008, foram iniciadas as primeiras turmas de Licenciatura em Letras e em História (COLÉGIO DE SÃO BENTO DE SALVADOR, 2019). Ainda na primeira metade do século XX, a faculdade foi vendida, deixando de existir como instituição beneditina.

Mesmo antes da elaboração do **Plano e Regulamento de Estudos dos Beneditinos** havia uma preocupação com a formação intelectual dos religiosos beneditinos. Os intelectuais beneditinos estão entre os principais pregadores na América Portuguesa, testemunho da preparação e da formação desses religiosos. Eles foram os primeiros a rever os estatutos de seus colégios sob o modelo dos estatutos da Universidade de Coimbra em 1772. Este Plano ultrapassa em importância a contribuição que deu à formação da intelectualidade brasileira, influenciados pelo triunfo do racionalismo e do espírito crítico da filosofia moderna e da teologia positiva.

CAPÍTULO 5

ALGUNS INTELLECTUAIS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

A cultura brasileira recebeu forte influência da tradição beneditina nos primeiros séculos da América Portuguesa. Seus colégios e os seminários de religiosos foram importantes instrumentos de difusão da cultura, visto que as práticas de investigação intelectuais desenvolvidas no interior das congregações religiosas foram, aos poucos, sendo incorporadas pela sociedade.

Os religiosos formados nos colégios beneditinos se tornaram importantes intelectuais, exercendo um papel fundamental na vida social, política e cultural do Brasil, em especial por meio de seus sermões, que visavam exortar os ouvintes à conversão e à reforma das condutas. A ação dos beneditinos na evangelização e instrução cristã da América Portuguesa foi um projeto vinculado às determinações do Concílio de Trento e ao projeto colonizador da Coroa Portuguesa.

A educação beneditina assumiu importante papel na sociedade brasileira nesse período, sendo que os esforços dos beneditinos, em parte, se concentraram na pregação e em suas propriedades. Dentre eles, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Frei Mateus da Encarnação Pina (1687-1764), Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) e Miguel do Sacramento Lopes da Gama (1793-1852).

Os religiosos de diferentes ordens assumiram o desafio de estabelecer o discurso oficial em defesa da nacionalidade portuguesa. Para que isto acontecesse, a Coroa Portuguesa mobilizou, por meio da Academia Real de História Portuguesa, a Rede Secular e as Ordens Religiosas para reunir e organizar a história de Portugal e a história da América Portuguesa.

No século XVII, nasceram academias voltadas para o estudo e promoção da ciência. A *Accademia dei Lincei*, fundada em 1603, na cidade de Roma, é uma das academias mais antigas do mundo. Entre os seus propósitos, estava o cultivo das ciências naturais. Na Inglaterra, a *Royal Society of London*, fundada em 1660, tinha por objetivo estimular a aprendizagem experimental físico-matemática. Uma das medidas iniciais da *Royal Society* foi a catalogação de espécies de interesse científico. Em 1665, essa academia de ciência divulgou o primeiro número das *Philosophical Transactions the Royal Society of London*, considerada uma das primeiras revistas científicas do mundo. Cientistas aclamados constam na lista de acadêmicos da *Royal Society*. Isaac Newton foi presidente da *Royal Society* em 1703. Entre eles, constavam o nome de alguns portugueses como o Duque de Lafões e Correia da Serra, fundadores da Academia das Ciências de Lisboa (FERREIRA, 2019).

O movimento acadêmico se expandiu pela Europa no período setecentista, estimulado por um novo ideal de ciência, voltado para os métodos experimentais. As academias se impuseram objetivos científicos, com prioridade para o campo das Ciências Naturais, porém abordavam questões ligadas à Língua, Literatura e História (FERREIRA, 2019).

Em Portugal, as academias se esforçavam para difundir os novos estudos científicos e literários provenientes de outras regiões da Europa. O espírito acadêmico português, desde o período renascentista, retomou a tradição da Grécia Antiga. Várias academias foram organizadas a partir do século XVII, como a Academia dos Singulares (1663), a Academia dos Ocultos (1745); e a ilustre: Academia Real de História Portuguesa, criada por D. João V, em 8 de dezembro de 1720.

Esta empreitada permitiu a elaboração de histórias locais, assim como possibilitou a produção de um quadro geral a respeito das populações, dos patrimônios da nobreza, das Ordens Religiosas e militares. “As elites dirigentes eclesiásticas e seculares enfrentaram o desafio de construir um discurso oficial de defesa da nacionalidade

portuguesa perante os demais Estados europeus” (KANTOR, 2004, p. 70). Acrescenta o mesmo autor que os intelectuais das Ordens Religiosas empenharam-se na elaboração de uma metodologia que pudesse estabelecer uma escala universal da contagem do tempo. “Esse esforço deu lugar ao desenvolvimento de novos campos de investigação comparada acerca da formação das línguas, dos povos, das religiões e das mitologias não europeias” (p. 74).

A partir do impulso oferecido pela Academia Real de História Portuguesa (1648-1750), o trigésimo nono governador capitão-general Vasco Fernandes César de Meneses (1673-1743), da Bahia, entre 1720 a 1735, em 7 de março de 1724, fundou a Academia Brasílica dos Esquecidos, com a finalidade de estudar a história da Brasil e promover a literatura brasileira, além de reunir informações históricas que deveriam ser encaminhadas para a Corte para fazer parte da História de Portugal (KANTOR, 2004).

Nos moldes da Academia Real de História Portuguesa, os membros da Academia Brasílica dos Esquecidos eram ligados à administração pública e à Igreja, dela participavam: juízes, ouvidores, padres diocesanos, religiosos jesuítas, capuchinhos, beneditinos, carmelitas, franciscanos, entre outros. As reuniões dos acadêmicos eram realizadas quinzenalmente. A documentação referente à produção da Academia dos Esquecidos foi reunida numa coletânea organizada por José Aderaldo Castello, denominada **O Movimento Academicista no Brasil 1641-1820/22**, composta por obras poéticas e oratórias (KANTOR, 2004).

A Academia Real de História Portuguesa, por mais de três décadas, publicou diversos volumes de memórias históricas e discussões historiográficas de sua época, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos metodológicos da pesquisa histórica. Na América Portuguesa, não houve criação de universidades, diferentemente da América Espanhola. Nesse sentido, a história da América Portuguesa deve muito às congregações religiosas, visto que elas foram um dos seus principais locais de realização. Os temas tratados na Academia

.....

dos Esquecidos foram divididos em quatro: história militar, história eclesiástica, história política e história natural (KANTOR, 2004).

O entendimento da história da educação passa, necessariamente, pela percepção dessas áreas de conhecimento, visto que a compreensão dos problemas humanos requer interdisciplinaridade. Não se deve estreitar o campo de atuação, pelo contrário, pressupõe defender que, na prática investigativa, predomine não somente o conhecimento, mas, igualmente, seja apropriado o instrumental teórico e metodológico de outras áreas de conhecimento (NUNES; CARVALHO, 2005). Essa interlocução é fundamental, sobretudo na história da educação da América Portuguesa.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Sociedade Geográfica de Lisboa, existem algumas cópias dos manuscritos de História Natural. Os originais podem ser encontrados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As dissertações sobre o tema são as seguintes: a dissertação 1 contém uma descrição da Geografia da América; a dissertação 2 trata da origem dos índios e dos primeiros povoadores da América; a dissertação 3 descreve as peculiaridades do Brasil; a dissertação 4 fala sobre os céus, planetas, constelações e climas brasílicos; a dissertação 5 discorre sobre o clima, ares e meteoros brasílicos; a dissertação 6 descreve sobre as aves do Brasil; a dissertação 7 fala das peculiaridades das aves e suas diferenças e a dissertação 8 descreve os insetos voláteis do Brasil (PEDROSA, 2003).

As Academias dos Esquecidos e dos Renascidos, fundadas a partir do século XVII na América Portuguesa, marcaram o período com um intenso debate acerca da escrita da história. Além disso, em Portugal, era comum a fundação de agremiações de caráter literário com a finalidade de discutir assuntos diversos. O contexto de discussão sobre o uso e a prática dos procedimentos históricos encontrou nas academias e, especialmente, nas congregações religiosas um de seus principais locais de realização (SILVEIRA, 2012). "Cronistas oficiais das diversas Ordens Religiosas foram integrados ao novo corpo

acadêmico, reforçando a inserção do clero regular na órbita secular [...]” (KANTOR, 2004, p. 145).

Os religiosos beneditinos, franciscanos, carmelitas e jesuítas, no século XVII, já possuíam um patrimônio material e imaterial com o qual podiam reivindicar o seu lugar na construção da colonização portuguesa. “A movimentação dos clérigos regulares pelos diferentes conventos – que condizia com os modelos de especialização das carreiras praticados em cada corporação – propiciava uma percepção menos fragmentária da colonização [...]” (KANTOR, 2004, p. 147).

Os beneditinos mantinham uma rede de ligação que ultrapassava os espaços da América Portuguesa. Eles estavam vinculados ao Mosteiro de Tibães, o qual mantinha intercâmbio cultural com o Colégio Beneditino de Salamanca, com a Congregação Beneditina de Valhadolid, com a Congregação de São Mauro, conhecidos pelo seu elevado nível de erudição, com os mestres da Universidade de Lovaina e com os mestres da Universidade de Coimbra. A interação com diferentes espaços pode ser observada no acervo da Biblioteca do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, pela diversidade de obras existentes, publicadas nas mais diferentes cidades europeias, como Paris, Roma, Antuérpia, Madri, Valhadolid, Salamanca, Florença, Veneza, entre outras.

Os membros das academias, na composição das memórias históricas, repartiam as tarefas entre si. A proposta envolvia a elaboração de dissertações em língua portuguesa necessárias para, posteriormente, constituírem parte da história universal da América Portuguesa (KANTOR, 2004).

O programa de estudos preconizava constituir as justificativas dos direitos sobre a América Portuguesa; além disso, a ideia era formar um centro de formação intelectual para a formação das futuras elites dirigentes. Para a elaboração das memórias históricas, contou-se com o apoio dos bispados, das diferentes Ordens Religiosas, conventos e recolhimentos, dos tribunais judiciários, das provedorias e dos regimentos militares (KANTOR, 2003).

As academias envolviam uma ampla rede de diversas naturezas: familiares, comerciais, burocráticas e eclesiásticas. Elas preocupavam-se em alinhar os diferentes contatos entre as diferentes capitanias, por meio das rotas de mercadorias, mão de obra e tráfico de informações. A estratégia objetivava ainda a manutenção das prerrogativas de preservação dos títulos de propriedade e privilégios estamentais das linhagens familiares mais antigas. As articulações econômicas, administrativas e sociais, envolvendo as diferentes redes de sociabilidade, tinham um alcance regional e macrorregional (JANCSÓ; PIMENTA, 2000).

Os intelectuais religiosos desenvolviam suas atividades investigativas por meio da criação de bibliotecas e dos arquivos existentes em seus conventos. Eles reproduziam, na América Portuguesa, as modernas regras do discurso historiográfico. As obras citadas pelos acadêmicos daquele tempo em suas dissertações indicam familiaridade com a bibliografia que circulava na Europa. O acesso e a manipulação dos acervos bibliográficos existentes nas Ordens Religiosas assinalam a importância das bibliotecas conventuais. As bibliotecas dos Mosteiros de São Bento da Bahia, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo possuíam e ainda possuem acervos valiosos. “As bibliotecas conventuais constituíam núcleos importantes de preservação do patrimônio cultural, mantinham seus cartórios razoavelmente organizados com a documentação relativa às concessões de seus privilégios [...]” (KANTOR, 2004, p. 205).

Entre os beneditinos, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Mateus da Encarnação Pina (1687-1764), abade do Mosteiro do Rio de Janeiro e provincial da congregação no Brasil, membro supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos; Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), membro da Academia Brasílica dos Renascidos, além de sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; e, Frei Miguel do Sacramento Lopes da Gama (1793-1852), conhecido como o “Padre Carapuceiro”, jornalista, religioso

beneditino e político brasileiro. Patrono da cadeira n. 6, da Academia Pernambucana de Letras.

5.1 FREI MATEUS DA ENCARNAÇÃO PINA

O beneditino Mateus da Encarnação Pina nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1687. Era filho de Domingos Alvares Pina e de Francisca Fernandes. Ingressou no noviciado do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro em 1703, com 16 anos de idade. Estudou Filosofia no mesmo Mosteiro e Teologia no Mosteiro de Salvador. Ele foi aluno de Frei José da Natividade Correa de Souza, religioso beneditino, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Frei Mateus honrava-se muito de ter sido discípulo de Frei José da Natividade. Foi influenciado por João da Silva, doutor em Teologia de Universidade de Coimbra; eleito cardeal em 1727 e Primeiro Ministro em 1736 (DIETÁRIO..., 1773).

Após o período de formação, tornou-se “lente” de Filosofia no Mosteiro de Salvador. Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1726, eleito para um mandato de três anos e, novamente, em 23 de maio de 1739. Na quaresma de 1729, estando em Portugal, pregou na capela real a pedido de D. João V. Provincial em 4 de setembro de 1732 e 19 de março de 1746. E, a partir de 28 de maio de 1757, cronista mor da Província. Ele é, certamente, um dos mais ilustres teólogos da América Portuguesa. Foi um grande orador, tinha profundo conhecimento da arte da oratória cristã, meio de expressão e de transmissão das verdades da fé. Frei Mateus da Encarnação Pina é autor do trabalho ainda inédito, **Tratado de Theologia Dogmática e Scholastica**, de localização incerta (DIETÁRIO..., 1773).

O seu conhecimento da pregação destaca a importância e a relevância da formação pedagógica em retórica nos colégios e seminários da América Portuguesa. “A pregação passa a ser o principal meio de doutrinação do povo para difundir a ortodoxia católica e as

.....

verdades fundamentais da fé, inacessíveis de outra forma devido à proibição de acesso às Sagradas Escrituras em línguas vulgares pelos leigos” (MASSIMI, 2005, p. 79).

A partir do século XVI, a chamada Reforma Católica, inspirada na tradição teológica dos Santos Padres da Igreja, possibilitou a conciliação entre o Cristianismo e as Humanidades. Foram publicados vários livros, tais como as obras de Tertuliano, Cipriano, Orígenes, Hilário, Jerônimo, João Crisóstomo, Irineu, Ambrósio e Agostinho. Modelos de inspiração e de renovação da teologia e da retórica. A tarefa pedagógica entre teologia e retórica, com a finalidade de constituição de uma sociedade cristã e uma vida interior individual, fundamentou-se nas teses de Santo Agostinho, defendidas na obra ***De Doctrina Christiana*** (AZZI, 2004; CAMBI, 1999).

A pregação se destacou no meio eclesiástico no período da Reforma Católica, em especial com o surgimento da preocupação dos teólogos com a retórica e com a publicação de diversas obras desse gênero. Dentre os tratados publicados a este respeito, há o livro ***Ecclesiasticae Rhetoricae sive de ratione concionandi libri tres***, escrito em 1576, por Luís de Granada, destacou-se como um dos mais importantes. “Conta-se que, na Europa, entre 1500 e 1700, foram publicadas cerca de duzentas obras dedicadas à retórica sagrada. Esses textos visavam formular regras da *ars praedicandi* adequadas aos novos programas de evangelização e instrução religiosa” (MASSIMI, 2005, p. 83).

A pregação, nesse período, desempenhou grande papel no processo de administração dos sacramentos, juntamente com a catequese. Ela assumiu diversas dimensões, como instrumento da ação pastoral e de governo, bem como serviu de elo nas relações estabelecidas entre a Igreja e a sociedade civil. A oratória sagrada compreendia quatro estilos: a *homilia*, que se refere à exposição do texto da Sagrada Escritura; o *sermo*, que significava a execução de uma pregação temática; a *oratio sacra*, oração de corte e a *concio*, oração simples destinada ao meio popular (MASSIMI, 2005).

Os livros de oratória sagrada podem ser encontrados nas diferentes bibliotecas eclesiásticas e nas bibliotecas das Ordens Religiosas. Entre os beneditinos, a obra de Frei Mateus da Encarnação Pina serviu como referência de retórica sagrada. Uma das principais obras dele é a denominada *Defensio* da bula “Unigenitus” de Clemente XI contra o jansenismo, doutrina religiosa de caráter moral, dogmática e disciplinar, inspirada no pensamento de Cornelius Otto Jansenius (1585–1638), bispo de Ypres, norte da Bélgica, que se desenvolveu na França e na Bélgica entre os séculos XVII e XVIII. Escrita em 1718, em latim, somente publicada em 1727 (MASSIMI, 2005).

Frei Mateus escreveu a coleção denominada **Viridiário Evangélico**, organizada em quatro volumes, nos quais reuniu os seus sermões. A parte 1 foi dedicada ao Frei Joseph de Santa Maria, doutor jubilado em Teologia e digníssimo Geral da Religião de São Bento de Portugal e Brasil, publicado em 1730. A segunda parte foi dedicada a Frei Manoel dos Serafins, mestre jubilado em Teologia e doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Abade do Real Mosteiro de São Martinho de Tibães e Geral da Ordem de São Bento no Reino de Portugal e principado do Brasil, publicado em Lisboa no ano de 1735. A parte terceira foi dedicada a Santa Gertrudes, publicada em Lisboa no ano de 1747. E, a quarta parte, dedicada a Frei José de São Domingos, Abade do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Donatário da Coroa, Capitão Mor, Senhor dos Coutos de Tibães e Geral da Ordem de São Bento no Reino de Portugal, e principado do Brasil, publicado em Lisboa no ano de 1755 (PINA, 1730).

Nas recomendações aos leitores, Frei Mateus explicou o significado da obra “**Viridiário Evangélico**”, comparou-a a um jardim, que não pode agradar a todos. Há, nos sermões, segundo ele, uma série de flores e de frutos que, como o maná, espera que possam ser dignos de louvor e de leitura, fazendo deles instrumento de formação cristã e caminho para a salvação. “Os sermões, considerados enquanto meios culturais de transmissão de conhecimento, pressupõem concepções próprias acerca da natureza e das modalidades de aquisição e transmissão desse conhecimento” (MASSIMI, 2005, p. 101).

Na pedagogia da palavra, priorizava-se o rigor das Sagradas Escrituras para fazer com que a narrativa motivasse a participação dos ouvintes, possibilitando um conhecimento claro da história sagrada para, assim, estabelecer possíveis nexos com o cotidiano vivido por eles. A pedagogia de Frei Mateus da Encarnação Pina é um exemplo dessa indução ao conhecimento participativo que ocorre pela narração da vida dos Santos Padres da Igreja.

A pregação pela palavra, nesse contexto, assumia uma importante função, a de modificar o comportamento e a conduta dos cristãos. Nos sermões de Frei Mateus, os Santos são emulados como possuidores de todas as virtudes, como modelo exemplar de vida. Aos não letrados, os sermões, ao expressarem a vida dos santos, eram propostos como modelos antropológicos e suas biografias buscavam inculcar nos letrados as suas bem-aventuranças (MASSIMI, 2005).

A ciência e a formação, segundo ele, eram válidas. Somos guiados pela razão; porém fala da necessidade de o cristão possuir sabedoria, esperança e amor. As imperfeições, quando realçadas pela razão em suas demandas, tendem a exaltar o que há de pior em nossos corações. Segundo ele, quando unimos a ciência com o amor de Deus, não perdemos a vitória. Na relação entre entendimento e vontade, eles são inseparáveis, muitas vezes confundem a razão e o conhecimento (PINA, 1730).

A **Regra Beneditina** é outra referência importante trabalhada por Frei Mateus. Segundo ele, ela contém os ensinamentos de São Bento. Nas diferentes regiões do mundo em que se fundaram Mosteiros, a Regra tornou-se modelo de comportamento e de organização das atividades de vida diária, é possível notar no seu texto uma descrição cuidadosa das tarefas, bem como dos comportamentos adequados. Nela, observa-se um grande objetivo: a formação religiosa e espiritual voltada, igualmente, à formação do povo cristão. Neste sentido, a instrução cristã tinha como finalidade a educação.

A **Regra** estabelece as diretrizes das tarefas espirituais e laborais dos religiosos. Ela abarca a vida cotidiana dos monges dentro

do Mosteiro, contribuindo para o estabelecimento dos hábitos e da disciplina. Essas características da Regra tornaram o Mosteiro modelo de organização social e política, com destaque para o seu papel civilizatório e moralizador, pelo seu exemplo de cotidiano equilibrado entre trabalho, oração e estudo.

Para Frei Mateus, a alma dos sermões era o espírito do pregador. Segundo ele, a filosofia ensinava que a alma era o princípio da vida. Nas pregações, a vida era o princípio da alma; visto que somente a vida do pregador era capaz de dar alma aos sermões. O destaque dado ao papel do pregador e de seus sermões, no texto de Frei Mateus, demonstra a preocupação com a formação dos beneditinos na América Portuguesa. Essa preocupação se aproxima das determinações das **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** em relação à moralização do clero na América Portuguesa. Foi consenso entre as diversas instâncias eclesiásticas o papel da formação religiosa e educacional. A formação sacerdotal, nesse período, ficou a cargo das Confrarias dos Meninos de Jesus, dos colégios jesuítas, dos seminários eclesiásticos e dos seminários episcopais (LAGE, 2011).

O Concílio de Trento determinou regras para a formação de sacerdotes e religiosos ao criar seminários nas dioceses. A formalização da formação intelectual é uma das características mais importantes da Igreja na Modernidade. As **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** foram promulgadas em 12 de junho de 1707, caracterizaram-se como um compêndio sobre normas eclesiásticas, tendo como finalidade adequar as diretrizes do Concílio de Trento às peculiaridades da América Portuguesa. A formação intelectual mais refinada teve ainda reflexos na escolha de bispos, visto que aqueles que se destacavam nos estudos acabavam ocupando vários postos de relevância na Igreja, entre estes o episcopado.

A ênfase na formação dos religiosos, tanto regular como secular, teve impactos na eleição dos bispos. Essa mudança repercutiu no padrão da política de eleição episcopal da Coroa. A escolha do episcopado passou a basear-se mais em critérios religiosos do que

políticos, “[...] por norma, homens de grande piedade e virtude es-
tribada em exemplares condutas de vida” (PAIVA, 2011, p. 40). A boa
formação teológica e acadêmica dos religiosos tornou-se instrumen-
to de seleção dos candidatos ao episcopado, uma vez que estavam
mais preparados para o trabalho de evangelização, priorizava-se a
eleição de pessoas experientes e formação intelectual que os prepara-
va com eficiência à missão (PAIVA, 2006).

A América Portuguesa foi uma das regiões mais afetada por
essas mudanças em relação a uma maior preocupação com a for-
mação do clero. O destaque dado à formação e à virtude religiosa
orientou a escolha dos religiosos para comporem as Academias,
como a Academia Portuguesa de História; e, no Brasil, a Academia
Brasílica dos Esquecidos, dos Renascidos, dos Felizes, entre outras.

Na Igreja Católica, o culto aos santos representa, pedagogi-
camente, a necessidade de afirmação de valores morais que traduz
uma determinada visão de mundo. “O pregador tinha a tarefa de guiar
a meditação dos fiéis com sermões aptos a suscitar a impressão de
'ver' a paixão de Cristo, de modo a sua palavra suscitar, no coração
do fiel, a viva imagem do suplício de Jesus” (MASSIMI, 2005, p. 211).

Uma das principais atividades dos religiosos beneditinos que
se dispuseram a vir para a América Portuguesa era a evangelização
indígena. Essa atividade foi determinante para a fundação de Mostei-
ros Beneditinos no Brasil. Era preciso que alguns religiosos da ordem
desenvolvessem atividades de formação e catequese, conforme
consta no 4º. Capítulo Geral, em São Bento de Lx., aos 29 de Set. 1581,
de acordo com a documentação denominada **Bezerro 1**, que se refe-
rem às Atas dos Capítulos Gerais, Privados e Juntas da Congregação
Beneditina Portuguesa, desde 13 de fevereiro de 1575 a 11 de janeiro
de 1611, folha 60.

De acordo com o livro primeiro das Constituições do Arce-
bispado da Bahia, em seu título III, consta: “Da especial obrigação
dos párocos para ensinarem a doutrina cristã a seus fregueses”, que
estabelece aos religiosos regulares e seculares o ensino da doutrina

cristã, especialmente aos meninos e escravos. E, para que esse fruto fosse alcançado, ordenava aos pais e responsáveis que levassem os filhos aos lugares e horas determinados. O documento orientava sobre a necessidade de uma atenção especial aos escravos no que se referia ao ensino da doutrina cristã. “E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da doutrina cristã, sendo tantas as nações e diversidades de línguas que passam do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios para serem instruídos na fé [...]” (DA VIDE, 2010, p. 128).

Os religiosos beneditinos na América Portuguesa, inicialmente, construíram barracões para iniciarem a formação dos escravos e da mocidade na educação cristã. “As crianças indígenas recebiam aulas de alfabetização, e instrução na prática dos trabalhos rurais como: lavoura, criação de gado e vários serviços domésticos” (TAVARES, 2007, p. 86). Os jovens que apresentavam maiores habilidades intelectuais eram enviados aos Mosteiros para receberem estudos complementares. Nos Mosteiros, esses jovens “[...] recebiam um ensino primário, educação cívica, aulas de carpintaria e jardinagem, numa escola fundada dentro dos Mosteiros” (TAVARES, 2007, p. 86).

A ação das Ordens Religiosas traduzia-se em atividades como catequese, ensino religioso, ensino escolar, trabalho missionário, missa, sacramentos, procissões, evangelização entre outras atividades. A religião e a educação se imbricavam. Não se podia falar de educação para as ciências e para as humanidades sem que houvesse a aprendizagem da educação religiosa (CASIMIRO, 2012).

Os beneditinos, para a realização de suas atividades religiosas, encontraram substancial apoio material nas doações realizadas por moradores das regiões em que se fixavam. Esse apoio encontrou a sua base na busca pela salvação diante da morte. Essas doações exerciam um apelo psicológico e pedagógico fundamental, ou seja, a existência das indulgências. A salvação, segundo Frei Mateus, era um merecimento grande e maior (PINA, 1730).

A formação educacional tornou-se uma estratégia para a salvação. Não se está falando aqui de uma teoria pedagógica, mas sim do

nascimento de novas bases para o que é denominado de pedagogia moderna. A Igreja reordenou a sua concepção de educação e de como realizá-la com a finalidade de que as práticas pedagógicas estivessem a serviço da manutenção da cristandade. “A expansão lusitana em novos territórios tinha duas finalidades específicas, intimamente interligadas entre si: aumentar os súditos da Coroa, e ao mesmo tempo ampliar o número de discípulos de Cristo” (AZZI, 2004, p. 63).

A catequese e a formação foram elementos essenciais do projeto de colonização. A expansão econômica contribuiu para o fortalecimento da Coroa Portuguesa e a Igreja empreendeu a expansão como necessidade para atingir os objetivos de evangelização. “O trabalho de incorporação da personalidade de Cristo, do qual o santo é testemunha, é incentivado, na vida do cristão, pela literatura de espiritualidade da Idade Moderna e pelas práticas ascéticas, como a oração mental” (MASSIMI, 2005, p. 210).

Os sermões de Frei Mateus iam ao encontro das diretrizes das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nelas, é orientado que os cristãos devem ser educados e instruídos na doutrina cristã e, de acordo com as Constituições, que “[...] preguem por si próprios a seus fregueses nos domingos e festas solenes do ano, tendo ciência e aprovação nossa” (DA VIDE, 2010, p. 351). A pregação da palavra, segundo esse documento, seria um hábito saudável, sobretudo para que os cristãos se distanciassem dos vícios e abraçassem as virtudes. Nos textos de Frei Mateus, estão presentes, em memória, os ensinamentos de Jesus Cristo, na medida em que ele, pela pregação de sua palavra, ensinava a fé cristã aos povos da América Portuguesa.

5.2 FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS

O beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus (1715–1800) é considerado um dos grandes intelectuais dos estudos históricos da América Portuguesa, especialmente acerca da história de São Paulo,

antiga Capitania de São Vicente. Ele escreveu diversos textos, destes, somente a sua obra intitulada **Memórias para a História da Capitania de São Vicente** (1975), escrita em 1786, foi publicada em vida em 1797, pela Academia Real de Ciências de Lisboa.

Os estudos históricos desenvolvidos por Frei Gaspar seguem a tradição dos beneditinos maurinoss, sobretudo de Jean Mabillon (1632-1707). Em sua obra **Breves reflexões sobre algumas regras da História**, escrita em meados de 1670, Mabillon discorreu sobre suas preocupações em relação às práticas dos historiadores. Segundo ele, as pesquisas históricas deveriam ser fundamentadas na ética, tendo como recurso as fontes originais. Tinha por preocupação oferecer aos religiosos em formação uma compreensão clara e fundamentada dos Santos Padres da Igreja e das Sagradas Escrituras. Para tanto, considerava como importante a escrita histórica com base em fontes originais e tê-las em seus arquivos para que seus estudos se apoiassem sobre a verdade.

De acordo com o **Dicionário de Autores no Brasil Colonial**, escrito por Palmira Morais Rocha de Almeida, publicado em 2003, Frei Gaspar da Madre de Deus possui sete manuscritos inéditos, mas sem localização, são eles: **Oração fúnebre nas exéquias à memória do bispo de Areopoli D. João de Seixas**, celebradas no Mosteiro do Rio de Janeiro em 1758; **Oração fúnebre por ocasião de dar-se à sepultura o corpo do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada**, no convento do Desterro em 2 de janeiro de 1763; **Oração fúnebre nas exéquias do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada**, celebrada pelos monges beneditinos no seu convento do Rio de Janeiro; **Oração panegírica do nascimento do Infante D. José, Príncipe da Beira**, recitado no convento do Rio de Janeiro a 7 de março de 1762 nas festas solenes; **Sermão nas festas do casamento da Senhora Princesa, mãe do Príncipe da Beira**, pregado na Sé do Rio de Janeiro; **Relação do Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro, compreendendo as casas, residências, número dos sacerdotes, coristas e donatos, e suas respectivas rendas,**

feita por ordem do governo português e ao mesmo governo dirigida em 15 de outubro de 1726; *Philosophia platonica seu Cursus Philosophicus rationalem, naturalem et transnaturalem, philosophiam, sive logicam, physicam et metaphysicam completens*, lições de filosofia ministradas no Rio de Janeiro em 1748.

Frei Gaspar era o segundo de seis irmãos. Nasceu em 9 de fevereiro de 1715, na Fazenda de Sant'Ana, longínquo patrimônio de sua família, localizada na freguesia de Santos. Seu pai, Domingos Teixeira de Azevedo, era Coronel do Regimento de Ordenanças de Santos e São Vicente, Provedor da Real Casa de Fundição de Paranaguá. Ele era filho do reinol Gaspar Teixeira de Azevedo, antigo Capitão-mor da Capitania de São Vicente (1697-1699) e Provedor dos reais quintos do ouro. A mãe, D. Ana de Siqueira e Mendonça, mulher esclarecida e de alta inteligência, era filha do sargento-mor José Tavares de Siqueira, filho do antigo capitão-mor da Capitania de São Vicente e de D. Ana de Siqueira e Mendonça, descendente de Antônio da Siqueira, escrivão e tabelião quinhentista de Santos (TAUNAY, 1915).

Na família de Frei Gaspar, muitos de seus parentes haviam escolhido a carreira eclesiástica: um tio, Frei João Batista da Cruz, beneditino, abade provincial do Brasil em 1720; outro tio, jesuíta, e duas irmãs, Freiras em Portugal. E, um primo, deão Dr. Gaspar Gonçalves de Araújo, vigário geral e governador do bispado do Rio de Janeiro (TAUNAY, 1975).

Frei Gaspar estudou no Colégio Jesuíta de Santos, região em que sua mãe possuía uma excelente propriedade. Aos dezesseis anos, apresentou-se como postulante no noviciado beneditino. No ano de 1731, recebeu a cogula beneditina, ocasião em que assumiu o nome de Frei Gaspar da Madre de Deus. Realizou o seu noviciado no Mosteiro de São Bento da Bahia. Era muito dedicado aos estudos filosóficos, históricos e Ciências Eclesiásticas. Na época em que foi ordenado, entre seus confrades, foi considerado um religioso de alta intelectualidade. No Mosteiro do Rio de Janeiro, seguiu os passos de seu mestre, o Dr. Frei Antônio de São Bernardo. No Mosteiro fluminen-

se, realizou o seu mestrado em Filosofia e Teologia. E, devido às suas qualidades intelectuais, em 1743, assumiu a cátedra de Teologia, que regeu por diversos anos. Em 18 de maio de 1749, sob a presidência do Capitão-General Gomes Freire de Andrada defendeu teses de Teologia e Filosofia, sendo aprovado com distinção (TAUNAY, 1975).

Em 28 de dezembro de 1752, no capítulo geral de Ordem realizado em Tibães, foi eleito abade de São Paulo; contudo não aceitou essa dignidade por desejar permanecer no Mosteiro do Rio de Janeiro, época em que realizava investigações nos cartórios e arquivos coletando fontes históricas. Em 1746, sob a determinação do Provincial, realizou a defesa dos direitos do Mosteiro Beneditino de Santos à posse do santuário de Monserrate, contestado pelos Carmelitas. Para tanto, elaborou a Dissertação e Explicações, na qual apresentou profundo conhecimento da história de São Paulo, na época Capitania de São Vicente.

No capítulo geral de Tibães, realizado em 1756, Frei Gaspar foi eleito definidor, que se referia, conforme Dias (2005), à função de membro do Capítulo Geral eleito para três anos com a tarefa de determinar e julgar as coisas propostas e tirar os impedimentos na reforma da ordem e bom governo dos Mosteiros. A partir deste período, ele passou a pertencer ao Conselho de Estado da Ordem. Nessa época, Frei Mateus já era considerado uma das figuras intelectuais mais influentes do Rio de Janeiro. Com a inauguração, na Bahia, da Academia Brasílica dos Renascidos, assumiu uma das vagas de acadêmico. Era reconhecido pela sua capacidade de oratória, sobretudo após a oração das exéquias solenes do bispo D. João de Seixas da Fonseca Borges (TAUNAY, 1975).

Em 1762, o Dr. Frei Antônio de São Bernardo, após ser reeleito, pelo Capítulo Geral de Tibães, Abade do Rio de Janeiro, alegando problemas de saúde, pediu para ser substituído pelo seu discípulo Frei Gaspar da Madre de Deus. Ele assumiu a função em 2 de outubro de 1763. Dedicou-se com afinco à sua missão como Abade do Mosteiro beneditino fluminense. Alguns anos depois, em 19 de agosto

de 1765, no Capítulo Geral de Tibães, consta que foi eleito Abade Provincial, tomando posse em 9 de fevereiro de 1766. No final do triênio de seu provincialato, propôs ao Capítulo Geral da Ordem uma série de sugestões, entre elas maior dedicação aos cursos oferecidos nos Mosteiros nos colégios de Filosofia.

Frei Gaspar, pelo trabalho desenvolvido em seu provincialato, foi eleito Abade do Mosteiro da Bahia pelos membros do Capítulo Geral; todavia recusou essa honra e, em janeiro de 1769, recolheu-se no Mosteiro de Santos, onde se dedicou à visita de arquivos, além de examinar e organizar os documentos que possuía do Rio de Janeiro e da Bahia. E, como Comissário Geral Visitador dos Mosteiros da Capitania de São Vicente, reuniu a documentação que ainda lhe faltava.

Frei Gaspar, em 1774, assumiu a função de cronista-mor da Ordem no Brasil, sendo sucessivamente reeleito até 1798. A pedido da Câmara de Santos, realizou um sermão solene das exéquias de D. José I (1714-1777), rei de Portugal e Algarves, de 1750 até a sua morte, em 24 de fevereiro de 1777. As exéquias foram proferidas em 14 de julho, o último de seus grandes sermões. Com a repercussão de seu sermão em Portugal, D. Maria I (1734-1816), rainha de Portugal e Algarves, de 1777 até a sua morte, enviou-lhe um convite para assumir a mitra madeirense; porém recusou esse honroso convite. Em abril de 1780, o Capítulo Geral da Ordem solicitou a ele que assumisse o cargo de mestre dos noviços do Rio de Janeiro. Frei Gaspar, com a reabertura do noviciado da Ordem, voltou para o Rio de Janeiro, nos fins de 1780, para exercer a função de educador dos jovens iniciantes na vida religiosa.

Depois de alguns anos, Frei Gaspar voltou para Santos e, em 1784, redigiu a sua obra **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil** (MADRE DE DEUS, 1916). Em 1795, com oitenta anos, ainda não havia publicado nenhum de seus manuscritos. Seus amigos, Agostinho Delgado de Arouche e seus filhos, receosos de que Frei Gaspar perdesse seus manuscritos, apresentaram o manuscrito das Memórias ao exame da Academia Real de Ciências. “Tomou Diogo Or-

donhes [ouvidor em Cuiabá, eleito em 1795 sócio correspondente da Academia de Ciências de Portugal] a iniciativa da apresentação dos manuscritos do amigo à comissão acadêmica incumbida do exame de memórias inéditas” (TAUNAY, 1975, p. 19).

A Academia Real de Ciências de Portugal, em 1797, publicou o manuscrito **Memórias para a História da Capitania de São Vicente** de Frei Gaspar da Madre de Deus. No começo do ano de 1798, Frei Gaspar recebeu os primeiros exemplares de sua obra. Não fosse a iniciativa de Diogo de Ordonhes, o manuscrito de Frei Gaspar teria sido plagiado pelo oficial maior da Secretaria da Capitania, Manoel Cardoso de Abreu, envolvido em apropriação textual de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, conforme estudo desenvolvido por Renata Ferreira Costa, em sua tese intitulada **Um Caso de Apropriação de Fontes Textuais: Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796**, defendida em 2012, na Universidade de São Paulo.

Frei Gaspar, em 1796, concluiu o manuscrito sobre o Catálogo dos capitães-mores e gerais do Rio de Janeiro. E, em 28 de janeiro de 1800, faleceu na cidade de Santos. Os manuscritos que se conservaram de Frei Gaspar são os seguintes: **Notícia dos Anos em que se descobriu o Brasil** e **Dissertação e Explicações**. Muitos outros foram perdidos como o **Extrato Genealógico** e a continuação do livro **Memórias**.

O naturalista francês, Augusto de Saint-Hilaire, que se encontrava no Brasil, entre os anos de 1816 a 1822, para realização de pesquisas e de explorações, assim se referiu ao trabalho de Frei Gaspar: “[...] os escritos de Frei Gaspar da Madre de Deus, têm por único fito esclarecer os pontos mais difíceis da história de sua pátria e fazem autoridade na ciência” e, para tal fim, concluiu o francês “[...] o consciencioso beneditino executou suas interessantes pesquisas e qual a sagacidade de sua crítica” (TAUNAY, 1975, p. 21).

Os estudos desenvolvidos por Frei Gaspar da Madre de Deus destacam a importância dos estudos das fontes históricas recolhidas

em arquivos públicos e particulares, como, por exemplo: arquivos das Câmaras, da Câmara Episcopal, das Casas de Misericórdia, dos Conventos, Mosteiros, dos Cartórios e de legislação.

A metodologia de investigação de Frei Gaspar, fundamentada em pesquisa em arquivos, tem ligação com a tradição de pesquisa desenvolvida no século XVII. O trabalho de investigação desenvolvido por ele em arquivos, como cronista e correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, tornou a investigação das fontes uma prática essencial e indispensável para a compreensão da história da educação na América Portuguesa.

A sua obra **Memórias...** (MADRE DE DEUS, 1975) é um retrato de seu trabalho, detalhado e minucioso, de investigação, sobretudo com relação às fontes. Ele, em sua narrativa, tem a preocupação de se apropriar de todas as informações possíveis e, por meio da análise sistemática, bem como da necessidade de verificação documental, estabelece caminhos e novos questionamentos dos fatos históricos.

No estudo da história da educação na América Portuguesa, a obra de Frei Gaspar é um modelo de prática de pesquisa. Neste sentido, o seu trabalho contribui para fundamentar o ensino da pedagogia em seus aspectos históricos e filosóficos de investigação e da necessidade de reflexão crítica sobre a natureza dos processos educacionais.

A obra **Memórias...** é de fundamental importância para auxiliar na discussão sobre a política de ocupação do território e do processo de civilização por meio da religião, característica mais importante do papel dos religiosos nas aldeias indígenas na América Portuguesa. A visão de mundo dominante na América Portuguesa não separava política e religião, nem Igreja e Coroa. Nesse contexto, a catequese e a educação, ligadas ao projeto colonial, faziam parte da ação política de administração do território, iniciada no reinado de D. João III.

5.3 FREI MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES DA GAMA

O Frei Beneditino Miguel do Sacramento Lopes da Gama (1793–1852), conhecido popularmente como o “Padre Carapuceiro”, teve presença marcante no jornalismo, além de sua atuação relevante na educação e na política. Ele recebeu sua formação beneditina ainda no período da América Portuguesa. Foi seu tio avô, José Fernandes Gama, tradutor das obras de Ovídio (43 a.C.–17 ou 18 d.C.), quem solicitou à corte portuguesa para que Lopes da Gama se tornasse noviço beneditino. Ele era oriundo de família importante no cenário social pernambucano. Seu pai, João Lopes Cardoso Machado, físico–mor, era português, com formação em medicina pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1783, quando foi nomeado Delegado da Real Junta de Proto–Medicato em Pernambuco. E, sua mãe, Ana Bernarda do Sacramento Lopes Gama, brasileira, provinha de família influente no meio político do porto do Recife. A elite da época tinha o costume de encaminhar um membro da família às Ordens Religiosas. Segundo esta tradição, tal prática pretendia atrair graças divinas e prestígio social (FELDMAN, 2012; VALENTE, 1969).

A sua família gozava de posição privilegiada na administração da Capitania. Lopes Gama, em 1805, entrou no Mosteiro de São Bento de Olinda como postulante; seu noviciado aconteceu no Mosteiro de São Bento de Salvador, no qual recebeu sua ordenação. Após o seu retorno para o Mosteiro de Olinda, permaneceu como monge beneditino até 1834, ano em que se secularizou.

Ele assumiu o cargo de professor titular de Retórica do Seminário de Olinda a partir de 1817, conforme carta régia confirmada, em 20 de setembro de 1821, por D. João VI, já em Lisboa. O Seminário de Olinda era um dos maiores centros da intelectualidade pernambucana. Lecionou também a disciplina de Retórica no Colégio de Artes até ser jubulado em 1839, quando, com honras, aposentou–se. Assumiu a redação do Diário do Governo em 1813 e, no ano de 1824, o cargo de diretor da Tipografia Nacional (GASPAR, 2019).

No Seminário de Olinda, recebeu formação baseada em nomes ilustres, como o Jesuíta Antônio Vieira, o Padre Antonio Ribeiro, o Padre Miguelinho e o Frei Caneca, entre outros famosos intelectuais. No decorrer de seu magistério, exerceu diversas funções no campo do ensino: visitador de escolas, diretor e lente de retórica do Liceu Provincial; em 1835, a direção do Colégio dos Órfãos e do Curso Jurídico de Olinda. Apesar de sua aposentadoria em 1839, em 1847, retornou como diretor do Curso Jurídico de Olinda e assumiu a cátedra de Diretor Geral do Liceu Provincial. Finalizou a sua carreira, em 1851, como Diretor Geral de instrução pública em Pernambuco (SANTANNA, 2013).

Lopes da Gama foi cônego e pregador da Capela Imperial. Pelos serviços prestados à religião cristã, recebeu a comenda da Ordem de Cristo, além de ter sido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O primeiro periódico editado por ele foi o *Conciliador Nacional*, sendo que a primeira publicação ocorreu em 4 de julho de 1822; nele, defendia o sistema constitucional monárquico. A publicação desse jornal se manteve até abril de 1825 (SILVEIRA, 2007).

Em 1832, fundou o jornal denominado *O Carapuceiro*, que circulou entre 1832 a 1842, do qual foi o único redator. Era publicado duas vezes por semana, sendo que o seu número avulso custava 80 réis. Segundo os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume 11, tratava-se de um jornal crítico e chistoso, no qual se condenavam as teorias materialistas e a filosofia do século XIX; além disso, no campo da política, condenava o republicanismo em defesa da monarquia (ANNAES..., 1885). Ele também foi responsável por outros jornais, tais como: **O Constitucional**; **O Sete de Setembro**; **O Harmonizador**; **A Ratoeira**; **O Popular**; **Os Federalistas** e **O Pernambuco** (VALENTE, 1969; PERIOTTO, 2011).

A imprensa no Brasil nasceu pelo Decreto Real de 13 de maio de 1808, assinado por D. João VI (1767-1826, rei desde 1816 até 1822), após a chegada da família real ao Rio de Janeiro. Com a liberação da imprensa, diversos periódicos passaram a circular na defesa dos

interesses políticos dos grupos dirigentes, preocupada com a instrução da população carente. A imprensa no Brasil, nesse período, era voltada à veiculação dos interesses da monarquia, os assuntos alheios eram afastados da população e proibidos pelas mesas censórias. A Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial do Governo de D. João VI, por exemplo, enfatizava somente acontecimentos e publicações oficiais, pelo enaltecimento do sistema político da monarquia portuguesa, eximindo-se da publicação de críticas que pudessem comprometer a ordem governamental.

O cenário educacional brasileiro, nesse período, era precário, as políticas educacionais adotadas no reinado de D. João VI pouco contribuíam para que a educação no Brasil contemplasse a população. A visão progressista da educação de Lopes da Gama enfatizava uma formação da juventude comprometida com a transformação da sociedade, alicerçada pelos ensinamentos religiosos, necessários à condução da vida social e política (SANTANNA, 2012).

A separação política do Brasil de Portugal, a partir de 1822, possibilitou a organização, pela imprensa nacional, de medidas necessárias à defesa da transformação da organização social e política existente, tendo como apoio a divulgação de ideias formadoras da identidade nacional. A figura de Lopes da Gama como jornalista político tornou-se notória nesse contexto, participou das discussões políticas regionais, o que lhe permitiu ampliar as suas críticas nos campos da política, educação e imprensa.

O pensamento político e econômico, fundamentado nas ideias do liberalismo, traduzidas por um ideário modernista e progressista, separava a sociedade brasileira dos laços coloniais monopolistas. E esse movimento de transformação era expresso nos jornais com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de uma nova ordem social. Por outro lado, o debate acerca da educação era estimulado pela elite econômica e política, a qual não só ansiava como defendia a modernização da sociedade. A imprensa se tornou o veículo de divulgação oficial dessas novas mudanças; meio educativo mais

eficiente de influenciar os costumes ligados à reprodução do modo capitalista de produção.

A estratégia de Lopes da Gama com o jornal *O Carapuceiro* era ganhar espaço e notoriedade no meio político, particularmente após a abdicação de D. Pedro I (1798–1834, rei desde 1822) em 7 de abril de 1831. A publicação do jornal teve início em 7 de abril de 1832 (PERIOTTO, 2007).

Lopes da Gama criticava os costumes e o comportamento da política brasileira e provincial de Pernambuco. Suas críticas ao republicanismo tiveram intensa repercussão social e política. A educação moral e política, bem como o conhecimento filosófico e científico da época, segundo ele, ainda não eram suficientes para a institucionalização da democracia, justificava tal crítica, devido ao insucesso da Rebelião Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. Esses insucessos, segundo ele, demonstravam o despreparo do pensamento revolucionário da época (GASPAR, 2019).

Ele teve importante participação na fundação do antigo Liceu Provincial, hoje Ginásio Pernambucano, como diretor dessa instituição escolar. O seu posicionamento não se resumia a uma atividade voltada à educação religiosa e política, era crítico das ideias e dos costumes (SANTANNA, 2013).

No jornal *O Carapuceiro*, Lopes da Gama realizava duras críticas ao modo de governo e à constante burla do sistema de leis, praticadas pelos chamados políticos liberais, os quais, ao falarem da prosperidade da nação, defendiam os próprios interesses. A veiculação do jornal tinha um caráter educativo, já que expressava um modelo comprometido com a formação da juventude. A imprensa, nesse contexto, ocupava lugar proeminente, em especial na formação da consciência nacional, na luta em defesa do fim do analfabetismo, consequência do restrito acesso ao conhecimento e à escolarização, os quais eram destinados à formação da elite (PERIOTTO, 2007).

Os intelectuais beneditinos, Frei Mateus da Encarnação Pina, Frei Gaspar da Madre de Deus e Frei Miguel do Sacramento Lopes da

Gama são importantes protagonistas da cultura brasileira no período da América Portuguesa. O trabalho desses religiosos é um testemunho eloquente do preparo intelectual de muitos beneditinos que atuaram no Brasil. São alguns dos muitos nomes ilustres de escritores, teólogos, filósofos, pregadores e pensadores beneditinos.

Os fatos nos mostram como a boa organização dos estudos beneditinos prepararam intelectuais para atuar nos mais diferentes campos do conhecimento. Havia uma cuidadosa formação em teologia e moral, bem como nas ciências profanas. Essa formação, segundo o Plano e Regulamentos dos Estudos, era indispensável ao exercício dos deveres dos religiosos ligados à Regra Beneditina e às demandas dos tempos modernos.

Estes três intelectuais demonstram, pela sermonística, pelo magistério ou pelo uso da imprensa, uma atuação intelectual, elitista, que frutificou no Brasil, bem como o alinhamento da Ordem de São Bento e dos intelectuais aqui formados sob sua égide ao projeto de sociedade institucionalizado nestas terras.

CONCLUSÃO

O campo da História da Educação no Brasil tem se voltado, majoritariamente, para os estudos do presente. Há uma série de investigações que sinalizam esta tendência nas mais diferentes instituições de pós-graduação. Esta constatação, infelizmente, faz com que existam poucas pesquisas voltadas para os temas da História da Educação no período Imperial, menos ainda no regime da América Portuguesa. Tais estudos, quando existem, enfatizam o tema da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* e seus intelectuais.

Os manuais de História da Educação brasileiros, em sua maioria, referem-se ao tema da Educação no Império e na América Portuguesa quase que exclusivamente sobre a prática educativa dos jesuítas. Certamente, esta instituição religiosa muito se destacou na

educação brasileira no período, em particular com a criação de colégios de formação elementar e de ensino médio, voltados à formação em geral.

Escassos também são os estudos que destacam o papel das demais Ordens Religiosas no campo da educação sob um sentido mais amplo. Em relação aos religiosos beneditinos, quase nenhum estudo discute o trabalho desenvolvido por eles no campo da formação ou da educação, com exceção do trabalho de mestrado desenvolvido por Dom Martinho Johnson, sobre o Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal (1789), realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

A maioria das pesquisas levantadas nos bancos de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) está voltada para investigações com foco na história, no patrimônio econômico e arquitetura dos Mosteiros. Nem mesmo entre os beneditinos existem trabalhos que destacam a importância da educação e da organização dos estudos na Congregação Beneditina do Brasil.

A educação em Portugal e na América Portuguesa teve seus fundamentos configurados na religião. E um dos aspectos mais importantes da educação é que ela servia para a construção da sociedade, visto que abarcava tanto o poder espiritual como o poder temporal, colocando-os a serviço da Igreja e, neste sentido, estava a serviço de todos na busca pela salvação. Além destes houve outros interesses, tais como: de posse, econômicos, etc. Foi com esse compromisso, ou seja, da garantia de salvação eterna, que outras Ordens Religiosas vieram para o Brasil no período da América Portuguesa.

O Concílio de Trento marcou a reforma do catolicismo. Esse processo foi reforçado pelo movimento de reforma das Ordens Religiosas. É preciso considerar ainda que a ruptura do cristianismo realizada por Martinho Lutero contribuiu para o impulso de renovação dentro da Igreja Católica. A reforma protestante e a renovação

católica são da mesma raiz, manifestações provindas das mesmas inquietações e dos mesmos descontentamentos. Essas mudanças repercutiram em todos os segmentos da cultura, inclusive no campo da pedagogia.

A criação de Ordens Religiosas, como a Companhia de Jesus, e a reforma das Ordens Religiosas existentes revelam a maneira como a Igreja Católica se dispôs no campo pedagógico para atender às novas necessidades de formação dos novos tempos. Era preciso criar instituições específicas com determinado propósito educativo para agir sobre as consciências e comportamentos, em especial dos jovens, possibilitando a obediência e a submissão à autoridade, inclusive um aumento considerável de controle.

A Igreja Católica, ao compreender a importância da educação como parte do processo de hegemonização da cultura, reordenou a sua concepção de educação e de como realizá-la para que pudesse estar a serviço de sua própria hegemonia. Os interesses do Estado nascente precisavam, por outro lado, de pessoal qualificado. No reinado de D. João III, é evidente a concretização de importantes acontecimentos que marcaram a história portuguesa nos tempos modernos, em especial a consolidação da expansão marítima, a reforma da Universidade de Coimbra, a reforma das Ordens Religiosas e de seus institutos de ensino.

A recomendação de D. João III aos religiosos missionários objetivava a conversão dos povos da América Portuguesa à fé católica. Por meio do Padroado Real Português, a Coroa Portuguesa era patrona das missões católicas e das instituições religiosas. As Ordens Religiosas, por iniciativa da Coroa, assumiram um papel fundamental no processo de colonização. Elas eram responsáveis pela evangelização dos indígenas e dos africanos com o objetivo de transformá-los em súditos cristãos, garantindo, por esta via, a posse dos territórios descobertos.

Em seu reinado, houve um grande projeto de reforma e de transformação dos centros de ensino do país com escolas modernas, segundo os moldes das existentes em outras partes da Europa. Com

o intuito de desenvolver este projeto, oportunizou aos jovens portugueses bolsas de estudos para estudarem nos melhores centros de formação humanística existentes na França, Itália e outras regiões. Muitos desses bolsheiros eram religiosos que contribuíram para o processo de reforma das Ordens Religiosas, bem como do ensino oferecido nessas instituições religiosas. Os estatutos das diferentes Ordens tiveram que adaptar os seus programas pedagógicos de acordo com as novas metodologias e métodos de ensino estabelecidos nos Estatutos da Universidade de Coimbra.

A metodologia que prevaleceu nos meios intelectuais e que se difundiu pela reforma das Ordens Religiosas foi o Humanismo Cristão, que teve como um de seus maiores expoentes Erasmo de Roterdão. As concepções de educação e de pedagogia preconizadas contribuíram para o desenvolvimento de uma nova forma de ensinar, visando atender às formas de aprendizagem dos tempos modernos, sem que a escolástica tivesse perdido a sua influência. A visão educacional que prevaleceu se fundamentou numa pedagogia voltada para a formação das crianças, o que era pouco comum. A pedagogia cristã, disseminada pelos Beneditinos e demais Ordens Religiosas, destacou o papel da educação e da pedagogia na América Portuguesa.

Após a reforma dos Mosteiros beneditinos portugueses, que culminou com a criação da Congregação de São Bento de Portugal e da reorganização de seus estudos, eles fizeram parte do processo missionário e de ocupação da América Portuguesa. Coube aos beneditinos, igualmente, a tarefa de levar os indígenas e, depois, os africanos, a aceitarem a dominação política e religiosa de Portugal. A submissão dos habitantes ao poder da Coroa ocorria juntamente com a conquista espiritual, fazendo com que os povos da América Portuguesa aceitassem a cristianização e se mostrassem submissos ao soberano.

A união entre conquista política e cristianização fazia parte do discurso teológico ibérico no período da América Portuguesa. A anuência da Santa Sé à expansão portuguesa pelo regime de padroado

teve a finalidade e a obrigação da expansão da fé cristã. A força política da Igreja Católica era muito respeitada. O apoio dado a Portugal em seu processo de expansão, por meio de diversos documentos pontifícios, legitimou o processo de colonização.

A estratégia utilizada pela Igreja para estabelecimento e difusão de suas normas foi a propaganda, dentre as principais estratégias, destacam-se: os catecismos, sermões, música sacra, imagens, peças e liturgia, cabe destacar a espetacularização dos ritos e das devoções. Era preciso que as populações internalizassem a ordem confessional; nesse sentido, o ensino tornou-se instrumento fundamental. O uso da pedagogia foi o caminho mais adequado para a aplicação das medidas de renovação do catolicismo, difundida pelas Ordens Religiosas. Além disso, a importância da ação educativa da Igreja tornou-se relevante naquele período em função da condição de pecador do homem, especialmente do analfabetismo, uma vez que, para se livrar de seus pecados e da ignorância, ele precisava reprimir seus instintos e adquirir hábitos de civilidade e instrução, próprios do bom cristão.

No início da reforma beneditina em Portugal, um dos grandes obstáculos às mudanças envolvia a falta de instrução. Foi preciso criar condições para que esse problema fosse, aos poucos, resolvido. Uma solução possível foi o estímulo à formação. Nesse sentido, os estudos desempenharam um papel importante entre os beneditinos, sobretudo daqueles que eram capazes de desenvolverem as atividades pastorais como, por exemplo, a pregação e a cura das almas.

Na América Portuguesa, a prática da pregação era amplamente valorizada pela população, tendo assumido um importante papel na transmissão de crenças e valores da cultura católica. A pregação se tornou um instrumento de persuasão e de modificação de comportamento. Entre os beneditinos, as **Constituições** da Congregação deram destaque importante a esta atividade. Era preciso formar religiosos com tais habilidades para que eles estivessem preparados para o processo de conversão e assistência pastoral aos colonos cristãos.

A preparação dos religiosos, no **Plano e Regulamentos dos Estudos Beneditinos**, no que se refere à pregação, foi muito enfatizada.

A normatização da pregação no Brasil, de acordo com as diretrizes do Concílio de Trento, foi esboçada nas **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, publicadas em 1707. Nelas, há todo um esforço para se evitar abusos e a necessidade constante de avaliar as habilidades dos pregadores, por esta razão, para pregar, era preciso possuir licença dos superiores dos conventos religiosos. Pelo estudo da **Regra Beneditina**, das **Constituições dos Monges Negros da Congregação de S. Bento dos Reinos de Portugal** e do **Plano e Regulamentos de Estudos Beneditinos**, é possível destacar o valor da formação recebida pelos religiosos.

As **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** contribuíram para normatizar as práticas das congregações religiosas. O documento não interferia nos estatutos das congregações, estas tinham vida própria; porém, como membros da Igreja Católica, não podiam deixar de seguir os documentos reguladores das práticas religiosas. Os religiosos regulares, como os seculares, deviam seguir os preceitos doutrinários estabelecidos em Trento, bem como as suas recomendações.

Muitos foram os religiosos reconhecidos como dignos e capazes de interpretar e de transmitir a doutrina cristã. Ao lado de representantes de outras Ordens, eles eram chamados a pregar, sobretudo em ocasiões especiais, tais como: o primeiro, o quarto e o último domingo da Quaresma, as festas da Ascensão de Cristo, de Pentecostes, da Assunção e Nascimento da Virgem Maria e nos domingos do mês de outubro. De acordo com as informações coletadas nos arquivos dos Mosteiros Beneditinos, bem como nas obras de importantes intelectuais, como Frei Matheus da Encarnação Pina, Frei Gaspar da Madre de Deus e Frei Miguel do Sacramento Lopes da Gama, constata-se que os beneditinos estavam entre os grandes protagonistas da pregação na América Portuguesa, sobretudo no período imperial.

Os religiosos beneditinos se fixaram na América Portuguesa por solicitação dos moradores das diferentes capitanias, sobretudo dos grupos dirigentes. Estes grupos recorriam aos religiosos para pedir orações e celebrações de missas de modo a assegurar a salvação da alma após a morte. A devoção às santas almas tornou-se uma tradição, visto que, em Portugal, os beneditinos eram especializados em sufrágios pelas almas do purgatório. Eles introduziram o costume de celebração de três missas seguidas no dia 2 de novembro com esta finalidade.

As suas atividades eram classificadas em internas e externas. As atividades internas envolviam o estudo da Bíblia, a meditação, os exercícios de austeridade e as mortificações inerentes à vida contemplativa do período. No entanto ainda existiam as atividades externas, ligadas à prática do apostolado. Tais atividades envolviam a cura de almas, a vida paroquial, a educação da juventude, a vida missionária e a catequese de indígenas e de africanos.

Na América Portuguesa, os beneditinos eram muito solicitados para a realização de sufrágios fúnebres. E, para garantir a consecução desses objetivos, recebiam doações de terras, casas ou dinheiro. Eles eram ligados aos grupos de elite e, com o passar dos anos, constituíram grandes patrimônios latifundiários. Eram senhores de almas, dirigiam enormes propriedades, engenhos e olarias. Parte de seus religiosos era oriunda das famílias mais poderosas das principais capitanias do Brasil.

Os beneditinos se tornaram importantes referências no campo da política e do poder local e na organização da sociedade tanto na América Portuguesa quanto no período Imperial. Os beneditinos fluminenses, no período Imperial, foram sumamente importantes, foram professores das princesas, assumiram a direção do Colégio Pedro II e da Biblioteca Nacional, considerada a maior biblioteca da América Latina. Os profissionais que trabalhavam no Colégio Pedro II e na Biblioteca Nacional eram escolhidos entre aqueles que se destacavam na sociedade letrada da época. O plano de estudos do

Colégio D. Pedro II serviu de modelo às escolas secundárias durante o Império.

As ideias morais e políticas difundidas pela pregação e a influência do pensamento de seus intelectuais, como, por exemplo, Frei Mateus da Encarnação Pina, no campo da pregação, e Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, no campo da imprensa, continham preceitos educativos fundamentais. A ideia era veicular ensinamentos com a finalidade de educar o povo. Os preceitos difundidos visavam à formação de indivíduos capazes de atuar na sociedade, com a incorporação de novos comportamentos, por meio de uma educação alicerçada na doutrina cristã e nos conhecimentos científicos e filosóficos.

A atuação dos monges beneditinos nas suas fazendas com a cultura das terras e a cura das almas entre o pessoal das suas lavouras, assim como com a catequese de indígenas da vizinhança prestou grande contribuição à formação cristã, como ao progresso material das regiões em que se achavam situadas.

As vinculações dos religiosos beneditinos com os grupos dirigentes, reforçadas pela inserção de membros da elite colonial nos Mosteiros de São Bento fizeram deles importante referência nos contextos decisórios da política colonizadora na América Portuguesa. Essa aproximação ao grupo de elite das capitanias ajudou a compreender a atuação dos beneditinos no campo da educação. As doações feitas pelos fiéis os tornaram grandes proprietários de terras. Essas propriedades exigiam um grande número de trabalhadores. Para atender à demanda de suas propriedades empregavam a mão de obra escrava: indígena e africana. A elas, ensinavam a educação cristã e a instrução elementar, conforme informações contidas nos arquivos dos Mosteiros Beneditinos de Olinda, Salvador e Rio de Janeiro.

As atividades externas, voltadas à evangelização e à formação elementar, desenvolvidas por estes religiosos, foram decorrentes das novas condições apresentadas na América Portuguesa. Estas atividades tornaram obrigatórias adaptações no modo de vida monástico. A catequese dos indígenas e dos escravos foi um importante

argumento. Os filhos dos indígenas e dos escravos recebiam aulas de formação de primeiras letras e de instrução prática nos trabalhos rurais, a saber: lavoura, criação de gado e outros serviços. Aqueles que se destacavam eram enviados aos Mosteiros, onde recebiam ensino primário, formação cívica e aprendiam ofícios de carpintaria e de jardinagem.

Os colégios ou casas de estudos, diferentemente dos que existiam em Portugal, que eram reservados para os estudos, na América Portuguesa, eram anexas às próprias Abadias. Os cursos de humanidades funcionavam nas próprias Abadias. Os cursos superiores de Filosofia e de Teologia ocorriam sempre de maneira concomitante, numa abadia ao norte e noutra ao sul. Na abadia do Mosteiro de São Bento da Bahia foi instalada a primeira casa de estudos eclesiásticos da província beneditina do Brasil. A casa de estudos funcionou na Bahia até 1660 e, em 1668, foi transferida para o Mosteiro do Rio de Janeiro.

A organização curricular dos cursos de humanidades compreendia o estudo de latinidade, história universal e antiguidades profanas, língua grega, hebraica e retórica. Normalmente, os colégios eram chamados de: Escola Claustal ou Escola de Oblatos. Ao término do Curso de Humanidades, os noviços iniciavam o Curso de Filosofia, seguido de Teologia. Estes cursos superiores funcionavam nas Abadias da Bahia e do Rio de Janeiro. O ensino de Filosofia também foi ministrado nos Mosteiros de Olinda e da Paraíba.

Na Filosofia, a organização curricular compreendia o ensino de Filosofia Racional; Lógica; Ontologia; Matemática; Filosofia Natural e Filosofia Moral. Na Teologia, compreendia: Teologia Isagógica ou Introdutória; Teologia Cristã–Dogmático–Teorética; Teologia Disciplinar e Teologia Litúrgica. Este programa de estudos evidencia a introdução da chamada filosofia moderna e da teologia positiva na formação religiosa dos beneditinos.

No desenvolvimento das lições, era necessário que os professores tivessem domínio, clareza e exatidão dos conceitos científicos apresentados. E, em relação aos noviços, quando solicitados nos

exames particulares e públicos, era exigido que desenvolvessem ideias claras, coerentes, sem redundância das palavras e solidez na argumentação. Aos professores substitutos, era solicitado que desenvolvessem os conhecimentos científicos por meio de uma linguagem esclarecida e que estivessem a serviço da verdade.

Nos Colégios Beneditinos, não somente formavam-se religiosos para a oração. Esta era, certamente, uma parte importante da preparação religiosa dos futuros monges, segundo os ditames da **Regra Beneditina**, eles eram preparados, sobretudo, para serem intelectuais e professores. As suas habilidades intelectuais eram muito respeitadas e se destacavam nos mais diferentes campos do conhecimento, tanto na filosofia moderna quanto na teologia positiva.

A biblioteca dos Mosteiros era constantemente renovada com obras de informação cultural ligadas às humanidades, à filosofia, às ciências e à teologia. Os beneditinos foram grandes patrocinadores da imprensa. A **Regra Beneditina** foi um dos livros mais publicados em Portugal. A sua leitura, ainda hoje, é fundamental na vida beneditina para a formação espiritual e intelectual dos monges.

A orientação era que as escolas monásticas de humanidades, filosofia e teologia funcionassem em grandes centros populacionais, lugares em que havia circulação de livros e de cópias, a comunicação entre doutos e os meios necessários para se adquirir uma sólida formação. Os monges, nesse sentido, eram vistos como pessoas esclarecidas, vinculados à sociedade pelos laços de convívio social, da comunicação, da discussão e da crítica como elemento de transformação.

A presença deles no cenário social e político foi amplamente aceita e estimulada. Desempenharam um decisivo papel na sociedade, devido suas características educativas. Eles estimulavam as mudanças em todos os aspectos da vida social ao mesmo tempo que defendiam a doutrina católica. A educação, nesse sentido, assumiu um papel social importante, tornar os indivíduos cristãos e prepará-los, na medida do possível, para o trabalho.

Nesse sentido, o **Plano e Regulamento dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal** representou a profundidade e a seriedade com que o trabalho científico era desenvolvido nos Mosteiros. A formação era pensada na perspectiva do avanço das ciências e, nesse contexto, é visível a articulação no **Plano** do estudo da história, da filosofia e da teologia com o estudo da história natural. O **Plano** previa a organização de dois espaços nos colégios de filosofia: um destinado para os instrumentos necessários ao estudo da física experimental e outro para a história natural.

Era frequente a participação dos religiosos beneditinos, a par de nobres e burgueses, no movimento acadêmico, com destaque para as Academias dos Esquecidos, fundada em 1724 e dos Renascidos, em 1759, promovendo atividades de caráter literário, teológico e científico, como foi o caso de Frei Mateus da Encarnação Pina e Frei Gaspar da Madre de Deus. Merece destaque a interlocução desses acadêmicos com a Academia Real de História e de Ciências Portuguesa, suas experiências tiveram forte significado político e intelectual, sobretudo em relação ao papel que tais academias exerciam para a construção da sociedade.

As regiões em que os religiosos beneditinos se fixaram ao longo dos anos tornaram-se núcleos populacionais importantes na América Portuguesa. Eles fundaram Mosteiros na Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. Estas capitânicas, já existentes antes de sua chegada, tornaram-se os principais centros econômicos. As propriedades beneditinas, nessas regiões, desenvolviam produção especializada para o mercado europeu. Eles investiam na produção açucareira, gado, produção agrícola e olarias. A produção era direcionada para o fornecimento, em larga escala e dentro do sentido mercantilista, de produtos rentáveis para o comércio europeu.

O processo de produção em larga escala foi resultado da expansão da economia mercantil e urbana. A fixação dos Mosteiros na região litorânea impulsionou as transformações no campo econômico, social, político e cultural. A região do litoral se tornou a ponte

de interligação para o mercado externo. As relações comerciais estabelecidas com Portugal possibilitaram transações econômicas com diferentes regiões da Europa. A produção latifundiária e escravista contribuiu, economicamente, para a emergência de novas modalidades de produção. As atividades comerciais e financeiras eram altamente lucrativas. Elas possibilitavam a manutenção da vida religiosa nos Mosteiros e para o serviço de Deus, em conformidade com a **Regra Beneditina** que instruía os religiosos no seguimento da fé e na observância das boas ações, orientados pelo Evangelho.

Eles realizaram alianças com os governadores das capitanias, senhores de engenhos e fazendeiros locais para os fins das obras missionárias. Nas **Crônicas do Mosteiro de São Bento da Paraíba**, afirma-se que um ou mais religiosos ficavam designados para instruir os filhos dos habitantes da terra. Entre os beneditinos, o discurso que prevaleceu com os indígenas e com os africanos consistia em convencê-los a integrar-se à sociedade, por meio da evangelização e da educação para o trabalho, na medida em que se tornavam trabalhadores 'úteis' na estrutura da sociedade da América Portuguesa.

Nos Mosteiros, existia uma estrutura administrativa e funcional dinâmica, necessária para atender às demandas sociais, políticas e religiosas. Eles empregavam diferentes estratégias de conservação e de preservação de seu patrimônio tanto cultural como econômico. Os Mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil estão entre os principais monumentos da arte colonial do país.

A **Regra Beneditina**, as **Constituições** e o **Plano e Regulamentos dos Estudos Beneditinos** foram documentos essenciais, nos quais estão estabelecidas as diretrizes do programa de formação dos religiosos. Essa ação, certamente, demonstra a importância da formação, instrução e da educação na vida da comunidade religiosa, dos Mosteiros e da própria sociedade. A organização dos estudos beneditinos desempenhou um papel fundamental na Congregação, uma vez que ela possibilitou uma sólida e aprimorada formação tanto nas ciências profanas quanto nas eclesiásticas, tornando os beneditinos referências importantes no campo do conhecimento científico.

Os beneditinos e as demais Ordens religiosas tiveram papel importante no campo da educação. Cada uma delas deu a sua contribuição para o desenvolvimento da formação e da educação. Os religiosos, independente da Ordem a qual pertenciam, administravam aldeias visando à catequização e ao aprendizado dos hábitos de civilidade. Nesse sentido, todas as Ordens contribuíram para a construção da cultura brasileira e da cristandade na América Portuguesa.

Esta formação permitiu aos religiosos beneditinos contribuir com a educação da juventude, na época, uma necessidade para o fortalecimento da Colônia e, posteriormente, do Império com a participação de beneditinos fluminenses no campo intelectual e político do Império. A educação foi vista como um poder capaz de transformar e de concretizar o domínio territorial e cristão. Tratava-se de uma formação em valores morais a qual orientava pais e pautava as ações dos futuros governantes. A influência dos intelectuais beneditinos nos mais altos postos da América Portuguesa e, posteriormente, no Império, demonstra a força política de seus representantes que estavam vinculados à elite colonial e na defesa dos interesses da Coroa Portuguesa.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO DE SINGEVERGA. **Livro dos instrumentos das posses...** Manuscrito do século XVI, fl. 10v. Braga, 3 set. 1569a.

ARQUIVO DE SINGEVERGA. **Livro dos instrumentos das posses...** Manuscrito do século XVI, fls. 1-5, Tibães, 8 de setembro de 1569b.

BARROS, João. **Grammatica da lingua potuguesa com os mandamentos da santa madre igreja.** Lizboa [Portugal]: Em casa de Luis Rodriguez..., 1539.

BEZERRO 1. **Atas dos Capítulos Gerais da Congregação Beneditina de Portugal – Cópias fotográficas do original**, conservado no Mosteiro de São Bento de Singeverga – 1570-1611.

CARDEAL SARAIVA (osb). Memória: em que se dá notícia da colonização do Brasil por El-Rei D. João III. *In*: _____. **Obras completas do Cardeal Saraiva.** (D. Francisco de S. Luiz). Patriarca de Lisboa. Organizadas por Antonio Correia Caldeira. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. p. 373-390.

CATECISMO ROMANO: catecismo dos párocos, redigido por decreto do Concílio Tridentino, publicado por ordem do Papa Pio Quinto. Nova versão portuguesa baseada na edição autêntica de 1566. Petrópolis, RJ: Vozes, 1950.

CONCÍLIO DE TRENTO, 1545-1563. **Decretos e determinações do sagrado Concilio Tridentino que devem ser notificadas ao povo, por serem de sua obrigação.** E se hão de publicar nas Parrochias. Lisboa: por Francisco Correa, 18 set. 1564.

CONSTITUIÇÕES Synodales do Arcebispado de Lisboa...: Concordadas com o sagrado Concilio Tridentino, e com o direito canonico, e com as constituições antigas e extravagantes primeiras, e segundas deste arcebispado. Lisboa: P. Craesbeeck, 1656. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotecaRuiBarbosa&pasta=Constituicoes%20synodales%20do%20arcebispado%20de%20Lisboa,%20novamente%20feitas%20no%20synodo&pesq=>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CONSTITUIÇÕES da Ordem de Sam Bento destes reynos de Portugal, recopiladas e tiradas de muitas definições, feitas & aprovadas nos Capítulos Gerais

.....
 depois que se começou a reformaçãom da ordem.... Lisboa: por Antonio Alua-
 rez, 1590.

CONSTITUIÇÕES extravagantes do arcebispado de Lisboa. Lisboa: em casa de
 Antonio Gonsalves, 7 fev. 1569.

CONSTITUTIONES monachorum nigrorum ordinis S. P. Benedicti Regnorum
 Portugalliae. Conimbricae: Apud Didacum Gomez de Loureyro, 1629.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da
 Bahia**. São Paulo: EDUSP, 2010.

DIETARIO DO MOSTEIRO DE NOSSA S. DO MONSERRATE DO RIO DE JA-
 NEIRO DA ORDEM DE SÃO BENTO. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento,
 Manuscrito, 1773.

DIETÁRIO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA (1582-1815): edição diplo-
 mática. Salvador: EDUFBA, 2009.

DIRETÓRIO LITÚRGICO DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA DO BRASIL. Rio de
 Janeiro: Lumen Christi, 2019.

KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. 24. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

LIVROS DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA: **Editando 430
 anos de história**. Salvador: Memória & Arte, 2016. 5 Vols.

MABILLON, Jean. **Breves reflexões sobre algumas regras da História**. Trad. Fer-
 nando Nicolazzi. 1670. Disponível em: [https://www.academia.edu/38003832/
 Jean_Mabillon._Breves_reflex%C3%B5es_sobre_algumas_regras_da_hist%-
 C3%B3ria._Tradu%C3%A7%C3%A3o_apresenta%C3%A7%C3%A3o_e_notas_
 de_Fernando_Nicolazzi](https://www.academia.edu/38003832/Jean_Mabillon._Breves_reflex%C3%B5es_sobre_algumas_regras_da_hist%C3%B3ria._Tradu%C3%A7%C3%A3o_apresenta%C3%A7%C3%A3o_e_notas_de_Fernando_Nicolazzi). Acesso em: 11 jul. 2018.

MABILLON, Jean (osb). **Tratado de los estudios monásticos**. Madrid: Blas
 Roman, 1779.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (osb). **Memórias para a História da Capitania
 de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (osb). Dos annos em que se descobriu o Brasil;
 e das entradas das religiões, e suas fundações & C (1784). **Revista do Instituto
 Histórico e Geográfico Brasileiro**. 3. ed. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Impren-
 sa Nacional, 1916. p. 439-458.

PINA, Mateus da Encarnação. **Viridário evangélico**, em que as flores da virtude
 se ilustram com discursos morais, e os frutos da Santidade se exornam com
 panegíricos em vários sermões. Lisboa: Oficina da Música; Lisboa: Oficina de

A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DOS BENEDITINOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Pedro Ferreira, Impressor da S. Rainha; Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1730.

PLANO E REGULAMENTOS dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal. Lisboa: Regia Officina de Typografica, 1789.

REGIMENTO que elevou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. 1548. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

REGRA DE SÃO BENTO: latim-português. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumem Christi, 2012.

RIBEIRO, José Silvestre. **Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas, e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos Estatutos por eles fabricados**. Lisboa: Régia Oficina, 1772.

SACROSANTO e ecumênico **Concílio de Trento**: em Latim e Portuguez. Lisboa: Na oficina de Francisco Luiz Ameno, 1781. 2 Tomos.

SALVADOR, Frei Vicente. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008. Vol. 2.

SÃO JOÃO DA CRUZ. **Obras completas**. Texto organizado por Fr. Patrício Sciadini (ocd). 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SERAFIM LEITE. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Imprensa Nacional, 2006. Vol. II e IV.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro metodo de estudar**: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Tomo primeiro. Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de. **Dicionário de Autores no Brasil Colonial**. Lisboa: Colibri, 2003.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzoti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **Santos e a Ordem de São Bento do Século XVI ao XVIII**. 1980. 378 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XI, Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1885. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_011_1883-1884.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARAÚJO, André de. **Dos livros e da leitura no claustro**: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para o estudo da Biblioteca – Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII). 2008. 343 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. Erasmo, o humanismo e a educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2004.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. A questão da educação na obra de Martinho Lutero. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 129-135, 1999.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; TOZATI, Loide. Pedagogia e política na obra de Damião de Góis: uma leitura da Crônica do Sereníssimo Príncipe D. João, de 1567. **Imagens da Educação**, Maringá, PR, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2011.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Verbete Padroado. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Cd-Rom. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

ARRUDA, Valdir. **Tradição e renovação**: a arquitetura dos Mosteiros Beneditinos contemporâneos no Brasil. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AZZI, Riolando. **A Teologia Católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARBOZA, Marcos Ayres. **Pedagogia, mística e espiritualidade na configuração do pensamento de São João da Cruz (1542-1591)**. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. **Espacio, Tiempo y Educación**. Salamanca, Espanha, v. 3, n. 1, p. 43-59, 2016.

BONTEMPI JR., Bruno. **Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

BONTEMPI JR., Bruno; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Historiografia da educação brasileira: no rastro das fontes secundárias. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 09-30, jan. 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. 3. reimpr. São Paulo: EDUNESP, 1999.

CARDIM, Pe. Fernão. **Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo), etc. desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o Pe. Christovam de Gouvea**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, Tomo LXV, parte 1, p. 135-165, 1902.

CARVALHO, Carlos Henrique de *et al.* História da Educação no Brasil: pesquisa, organização institucional e estratégias de divulgação científica. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 2, p. 45-67, jul./dez., 2011.

CARVALHO, Joaquim de. **Sobre o Humanismo Português na época da Renascença**. 1992. Disponível em: <http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/92-Sobre-o-humanismo-portugues-na-epoca-da-renascenca-/pag-10>. Acesso em: 09 jul. 2018.

CARVALHO, Cristina Toledo de. A presença dos monges beneditinos na São Paulo colonial (1598-1792). **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/reveleiteo/article/view/6752/4883>. Acesso em: 09 jul. 2018.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **A Procissão de Cinza dos Terceiros Franciscanos da Bahia**: uma expressão Religiosa, Pedagógica e Barroca no mundo colonial. Campinas, SP: *Librum*, Navegando, 2012.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **A Procissão de Cinza dos Terceiros Franciscanos da Bahia** – uma expressão Religiosa, Pedagógica e Barroca no mundo colonial. 2010. 150 f. Relatório Final (Pós-Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

CASTELAR, Emilio. Las Tesis de Lutero sobre Las Indulgencias. *In*: _____. **La revolución religiosa**: obra filosófico histórica dividida en cuatro partes:

Savonarola, Lutero, Calvino, San Ignacio de Loyola por Emilio Castelar. Vol. 2. Barcelona: Montaner y Simón, 1883. p. 254-262.

COLÉGIO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.csbrj.org.br/novo/institucional/historia/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COLÉGIO DE SÃO BENTO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://colegiode-saobento.com.br/programs/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COLÉGIO DE SÃO BENTO DE SALVADOR. Disponível em: <http://colegiosaobentosalvador.com.br/institucional/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COLÉGIO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Disponível em: <http://www.colegio-saobento.com/historico.asp>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CORREIA, Arlindo. André de Resende (1500-1573). **Telheiras, Cadernos Culturais Lumiar**. Lisboa: Olivais, Telheiras, 2. série, n. 8, nov. 2015.

CORREIA, Francisco Carvalho. **O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588**. A silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária. 2008. 985 f. Tese (Doutorado em História Medieval e Moderna) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008. 2 Vols.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Salvador, século XVIII**: o papel da Ordem Religiosa dos Beneditinos no processo de crescimento urbano. 2008. 309 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2008.

COSTA, Renata Ferreira. **Um caso de apropriação de fontes textuais**: Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796. 2012. 510 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Susana Goulart. A Reforma Tridentina em Portugal. **Lusitania Sacra**, Lisboa, n. 21, p. 237-248, 2009.

COUTO, Aires Pereira do. A obra dispersa e pouco conhecida de Inácio de Moraes. **Humanitas**. Coimbra, Tomo II, n. 50, p. 785-817, 1998a.

COUTO, Aires Pereira do. Troca de correspondência entre Jerônimo Cardoso e Inácio de Moraes. **Mátheses**, Coimbra, n. 7, p. 97-115, 1998b.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. Trad. Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 1999.

DEL NEGRO, Paulo Sergio Barbaro. **O Mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX**. 2000. 316 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universida-

de Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000.

DELUMEAU, Jean. **Le Catholicisme entre Luther et Voltaire**. Paris: PUF, 1994.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente (1300-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1924. Vol. 2.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (osb). **Quando os Monges eram uma Civilização...** Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo. Porto: Afrontamento, 2011.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (osb). Glossário Monástico-Beneditino. Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: **Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias**. Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, p. 193-207, 2005.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (osb). A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português. “*Rectissima norma vitae*”, RB. 73, 13. **Revista da Faculdade de Letras: História**. Porto, III Série, v. 3, p. 009-048, 2002.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (osb). O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos Beneditinos Portugueses no Séc. XVI. **Revista de História**. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, v. 12, p. 95-133, 1993.

DIAS, José Sebastião da Silva. **A política cultural da época de D. João III**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1969.

DURÃES, Margarida. Para uma análise sociológica dos monges negros da Ordem de São Bento (XVI-XIX séculos). **Cadernos do Noroeste – Série História**, Coimbra, v. 3, n. 2, p. 275-292, 2003.

ERASMO DE ROTERDÃO. **Carta em que Erasmo dedica a D. João III as Chrysostomi Lucubrations** (Basiléia, a 24 de março de 1527). **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, p. 209-223, outubro de 1971. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3112.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político**. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

FELDMAN, Ariel. **Espaço público e formação do estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)**. 2012. 351 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERNANDES LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos. **Vivências religiosas e comportamentos sociais**: visitas pastorais ao concelho de Lourinha no século XVII. 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, 2009.

FERREIRA, Licínia. **O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal**: o caso do Instituto de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17982/1/O%20papel%20das%20academias_Instituto%20de%20Coimbra.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Os esmoleiros do rei**: a Bula da Santa Cruzada e seus oficiais na Capitania de Minas Gerais (1748-1828). 2014. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FONSECA ROSA, Teresa Maria Rodrigues. **História da Universidade de Teologia de Évora (Séculos XVI a XVIII)**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013.

FRAGOSO, Victor Murilo Maia. **Grafia & iconografia**: traços identitários na Escola de Serviço do Senhor Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (1602-1802). 2015. 341 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas**: *O Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande-Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 49. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GASPAR, Lúcia. **O Carapuceiro**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 16 out. 2019.

GATTI JR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, RS, v. 12, n. 26, p. 219-240, set/dez, 2008.

HAEFTEN, Benedictus van (osb). **Camino real de la Cruz**. Trad. em castelhano por Frei Martin de Herze (osb). Valladolid: Juan Godinez, 1721.

HIRANO, Sedi. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. 14. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. *In: Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I: A época colonial. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

HOORNAERT, Eduardo. Os movimentos missionários. *In: _____* (org.). **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992. p. 42-103.

HOORNARERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de mosaico: cinco estudos sobre a formação política do Brasil. **Revista de História das Ideias**. Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

JOHNSON, Dom Martinho (osb). **Cultura monástica através de um documento setecentista**: Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal incluindo o Brasil (1789). 1975. 152 f. Dissertação (Mestrado em História dos Tempos Modernos) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec: Salvador: Centro de Estudos Baniãos/UFBA, 2004.

KANTOR, Iris. A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): notas sobre as contradições do cosmopolitismo acadêmico luso americano. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 24, p. 51-83, 2003.

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de* (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: A época colonial: administração, economia, sociedade. São Paulo: Difel, 1973. p. 51-75.

LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero no Brasil. *In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales* (org.). **A Igreja no Brasil**: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Editora Unifesp, 2011. p. 147-177.

LECLERCQ, D. Jean. **O amor às letras e o desejo de Deus**. Iniciação aos autores monásticos da Idade Média. São Paulo: Paulus, 2012.

LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. **SAECULUM** – Revista de História, João Pessoa, n. 30, p. 47-62, jan./jun. 2014.

LINS, Eugênio de Ávila. **Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil: século XVI a XIX**. 2002. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. 2 Vols.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, António. A educação em Portugal de D. João III à expulsão dos jesuítas em 1759. **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2. série, n. 5, p. 13-41, 1993.

LUNA, Dom Joaquim G. de (osb). **Os monges beneditinos no Brasil: esboço histórico**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.

MAINKA, Peter Johann. O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549). *In*: ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JR, Oriomar. **Origens da educação escolar no Brasil Colonial**. Maringá, PR: EDUEM, 2012. p. 17-88. Vol. 1.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. **Português dos Quinhentos: cultura, gramática e educação em Fernão de Oliveira**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2006.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. 1.

MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Loyola, 2005.

MATOSO, José (osb). Os estudos na Congregação Beneditina portuguesa. *In*: **Los monges y los studios**, IV Semana de Estudos Monásticos, Abadia de Poblet, 1961. p. 363-380.

MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Estampa, 1997. Vol. 3.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: _____. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Nalify, 2003. p. 183-314.

MEIRINHOS, José Francisco. Os colégios e a universidade de Santa Cruz de Coimbra (1528-1547). *In*: FRIAS, Agostinho Figueiredo; COSTA, Jorge; MEIRINHOS, José Francisco (Coord.). **Santa Cruz de Coimbra e a cultura portuguesa**

aberta à Europa na Idade Média. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001. p. 308-315.

MENDES, Antonio Rosa. A vida cultural. *In*: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**: no alvorecer da modernidade. Lisboa: Estampa, 1997. Vol. 3.

MENDES, Candido. **Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canonico, ou, collecção completa chronologica-mente disposta desde a primeira dynastia portugueza ate o presente... a que acondicionão notas historicas e explicativas indicando a legislação actual-mente em vigor e que hoje constitue a jurisprudencia civil ecclesiastica do Brasil.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. Vol. 1.

MOTA, Adão Gonçalves da. **A influência dos beneditinos na educação brasilei-ra** – subsídios para a História da Educação no Brasil. 1984. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba**: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil – Séculos XVI-XVIII. 2004. 486 f. Tese (História da Arte) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, 2004. V. 1.

NAGLE, Jorge. Trajetórias da Pesquisa em História da Educação no Brasil. *In*: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2010. p. 125-142.

NAGLE, Jorge. História da Educação Brasileira: problemas atuais. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 3, n. 23, p. 27-29, set./out. 1984.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 47-62.

NÓVOA, António. **Entrevista**. Centro de Referência em Educação Mário Covas, 2004.

NÓVOA, António. Apresentação. *In*: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999. p. 11-15.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da edu-cação e fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). **Análise Social**, vol. XXXVII, n. 165, p.

1213-1239, 2003. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736679T1eHM9vr8Eh29ZA1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

OLIVEIRA HERNANDEZ, Maria Hermínia. **A administração dos bens temporais da Arquibadia de São Sebastião da Bahia**. 2005. 169 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2005.

OSÓRIO, Jorge Alves. **O humanismo português e Erasmo**: os colóquios de Erasmo editados em Coimbra no Século XVI. Estudo e apresentação crítica do texto. 1978. 366 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Porto, Porto, 1978.

PACHECO, Milton Pedro Dias. Ao serviço da Igreja, do Rei e do saber. O cardeal-infante D. Henrique e o Colégio de São Bernardo de Coimbra. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, Coimbra, XXVII, p. 261-293, 2014.

PAIVA, José Pedro. Episcopado e pregação no Portugal moderno: formas de actuação e de vigilância. **Revista Via Spiritus**, Porto, n. 19, p. 9-44, 2012.

PAIVA, José Pedro. D. Sebastião Monteiro Da Vide e o episcopado do Brasil em tempo de renovação (1701-1750). *In*: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (org.). **A Igreja no Brasil**: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011.

PAIVA, José Pedro. El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado Contaminaciones, dependencias y disidencia entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). **Manuscrits**, 25, p. 45-57, 2007. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/manuscrits/02132397n25/02132397n25p45.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

PAIVA, José Pedro. **Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006a.

PAIVA, José Pedro. Os Bispos do Brasil e a Formação da Sociedade Colonial (1551-1706). **Textos em História** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, DF, v. 14, n. 1/2, p. 11-34, 2006b.

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. *In*: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. II, 2000. p.158-163.

PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasília dos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia. **Revista da SBHC**, n. 1, p. 21-28, 2003.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **Miguel do Sacramento Lopes Gama**, o Jornal O Carapuceiro e a Educação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. 2011, Vitória, 2011.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **O jornal “O Carapuceiro” (1832-1845):** uma leitura na perspectiva da história da educação. In: 16 COLE – CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, Campinas, SP: Gráfica Faculdade de Educação, 2007. Disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/sem05pdf/sm05ss16_07.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América Portuguesa (1640-1700)**. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2007.

PIRES, Marcelo de Souza. **As faces e fases do Mosteiro de São Bento:** a arquitetura da Basílica de São Sebastião de Salvador. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

POLÓNIA, Amélia. **Espaços de intervenção religiosa do cardeal infantil D. Henrique:** actuação pastoral, reforma católica e inquisição. Porto, Universidade do Porto, Instituto de História Moderna, 2005. p. 17-37. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22199/2/ameliapoloniaespa-cos000090921.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 6. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. Apontamentos Históricos sobre a Ordem Beneditina em geral e em particular sobre o Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate da Ordem do Patriarcha São Bento, d’esta cidade do Rio de Janeiro. **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo XXV, Parte segunda, p. 249-662, 1869.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

ROCHA, D. Mateus Ramalho (osb). **O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (1590-1990)**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.

ROCHA, D. Mateus Ramalho (osb). Padres mestres e padres pregadores: apontamentos histórico-descritivos sobre os estudos superiores no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro de 1590 a 1890. In: ALMEIDA, D. Emanuel de (org.). **Coletânea I**. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1990. p. 12-55.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Do Humanismo à Contra-Reforma em Portugal. **Revista de História das Ideias**, Universidade de Coimbra, Coimbra, v. III, p. 125-176, 1981.

RODRIGUES, Olinda Maria de Jesus. **As alminhas em Portugal e a devolução da memória**: estudo, recuperação e conservação. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

RODRIGUES, Rui Luis. Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650). **Revista Tempo**, v. 23, n. 1, p. 2-21, jan./abr. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro. In: _____. **História da educação no Brasil**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 33-46.

ROSA, Teresa da Fonseca. O Iluminismo e a expulsão dos jesuítas do Império Português; as reformas pombalinas e o plano dos estudos menores. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 361-383, 2014.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Luis António Verney e o projeto pedagógico modernizador do reino português**: uma análise do Verdadeiro Método de Estudar (1746). 2012. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação**: franciscanismo e jesuitismo na História da Educação Brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANGENIS, L. F. C.; MAINKA, P. J. Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da História e da História da Educação na época colonial – um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e061, 16 jun. 2019.

SANTANNA, Adriene. **Miguel do Sacramento Lopes Gama e o Jornal O Carapuceiro (1832-1842)**: o debate educativo, político e social na Imprensa Pernambucana no Século XIX. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2013.

SANTANNA, Adriene. **O Jornal O Carapuceiro (1832-1845)**: o caráter educativo na imprensa de Pernambuco no século XIX. In: ANPED SUL, 9. – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. p. 1-14.

SANTOS, Maria Teresa C. S. Gonçalves dos. Beneditinos. In: FRANCO, José Eduardo (org.). **Dicionário Histórico das Ordens**: Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal. Lisboa, 2010. p. 60-71.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo: EDUNESP; Cambridge University Press, 1999.

SENNÁ, Francisco. Os beneditinos da Bahia. *In*: PAIXÃO, Dom Gregório (osb) (org.). **O Mosteiro de São Bento da Bahia**. Rio de Janeiro: Odebrecht; Versal, 2011. p. 105-157.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). **Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica**. Lisboa: Presença, 1998. 5. vol.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)**. 2012. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2012.

SILVEIRA, Elza Maria Gonçalves da. **O Carapuceiro: um periódico satírico na primeira metade do século XIX**. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. O primeiro Humanismo Ibérico. *In*: PANTANI, Italo; MIRANDA, Margarida; MANSO, Henrique (coord.). **Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 9-32.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/quem-somos-nos>. Acesso em: 12 set. 2018.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

TAMBARA, Leonor. Problemas Teórico-Metodológicos da História da Educação. *In*: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2010. p. 86-95.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). *In*: MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (osb). **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 7-23.

TAUNAY, Affonso de Escragnole. **História antiga da abadia de São Paulo (1598-1772)**. São Paulo: Typographia Ideal, 1927.

TAUNAY, Affonso de Escragnoille. Frei Gaspar da Madre de Deus: conferência comemorativa do segundo centenário. **Revista do IHGSP**, São Paulo, v. 20, p. 128-173, 1915.

TAVARES, Cristiane. **Ascetismo e colonização**: o labor missionário dos beneditinos na América Portuguesa (1580-1656). 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TAVARES, Cristiane. **Os Beneditinos e a Sociedade Colonial (1580-1611)**. 2004. 90 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TAVEIRA DA FONSECA, Fernando. A Universidade de Évora (1559-1759): história e historiografia. *In*: RODRÍGUEZ SAN PEDRO BEZARES, Luiz Enrique; POLO RODRIGUEZ, Juan Luis. **Salamanca y su universidad en el primer Renacimiento**: siglo XV. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011. p. 388-389.

TAWNEY, Richard Henry. **A Religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

VALENTE, W. **O Padre Carapuceiro**: crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Departamento de Cultura da SEEC: Recife, 1969.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr./jun. 2015.

VIEIRA, Marta Paula Andrade. **Vida e morte na comunidade beneditina do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (1625-1826)**: um projeto de mediação patrimonial. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado Estudos em História e Patrimônio) – Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, Porto, 2012.

ZARAGOSA PASCUAL, Ernesto (osb). Reforma de los beneditinos portugueses (1588-1589). **Theologia**, Braga, II Série, v. XVII, Fase; I-IV, p. 143-218, 1982.

ZARAGOSA PASCUAL, Ernesto (osb). Reforma de los beneditinos portugueses (1564-1565). **Bracara Augusta**, Braga, vol. XXXV, p. 275-298, 1981.

1ª edição **MAIO 2022**
formato do livro **16X23CM**
tipografia **DM SANS**
papel de miolo **PÓLEN SOFT 80G/M²**
papel de capa **CARTÃO SUPREMO 250G/M²**

@EDITORIALCASA

